



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

O “AGRONEGÓCIO SERTANEJO”: (RE)PECUARIZAÇÃO E GRANDE
PROPRIEDADE RURAL NA MICRORREGIÃO DE CATOLÉ DO ROCHA (PB),
SEMIÁRIDO NORDESTINO

KALIANE DE FREITAS MAIA

Orientador: Luis Henrique Cunha

CAMPINA GRANDE – PB
2013

KALIANE DE FREITAS MAIA

O “AGRONEGÓCIO SERTANEJO”: (RE)PECUARIZAÇÃO E GRANDE
PROPRIEDADE RURAL NA MICRORREGIÃO DE CATOLÉ DO ROCHA (PB),
SEMIÁRIDO NORDESTINO

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG, como requisito para obtenção do título de Doutora em Ciências Sociais.

Orientador: Dr. Luis Henrique Cunha

CAMPINA GRANDE – PB
2013

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M217a

Maia, Kaliane de Freitas

O "Agronegócio sertanejo": (re)pecuarização e grande propriedade rural na Microrregião de Catolé do Rocha (PB), Semiárido nordestino / Kaliane de Freitas Maia. – Campina Grande-PB: UFCG, 2013.

219f.: il. color.

Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. Luis Henrique Hermínio Cunha"

Referências

1. Agronegócio Sertanejo. 2. (Re)pecuarização. 3. Semiárido. 4. Latifúndio. I. Cunha, Luís Henrique. II. Título

CDU – 35:316.334.23(043)

KALIANE DE FREITAS MAIA

O “AGRONEGÓCIO SERTANEJO”: (RE)PECUARIZAÇÃO E GRANDE
PROPRIEDADE RURAL NA MICRORREGIÃO DE CATOLÉ DO ROCHA (PB),
SEMIÁRIDO NORDESTINO

Tese aprovada em 29/11/2013

Prof. Dr. Luis Henrique Cunha
PPGCS/UFCG
Orientador

Prof^ª. Dr^ª. Dalva Maria da Mota
EMBRAPA/UFPA
Examinadora Externa

Prof. Dr. Anieres Barbosa da Silva
PPGG/UFPB
Examinador Externo

Prof^ª. Dr^ª. Ramonildes Alves Gomes
PPGCS/UFCG
Examinadora Interna

Prof. Dr. Aldenor Gomes da Silva
PPGCS/UFCG
Examinador Interno

Campina Grande - PB
2013

RESUMO

O trabalho abrange as transformações sociais, econômicas, técnicas e produtivas que têm sido vivenciadas nas médias e grandes propriedades rurais do semiárido nordestino, demarcando as especificidades dos esforços recentes de modernização e de integração aos mercados de produtos agropecuários. Objetivou-se entender como os proprietários rurais reagem e se organizam frente aos processos de modernização após a decadência do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada a partir de finais da década de 1970. Propomos a utilização da noção de “agronegócio sertanejo” para a compreensão destas transformações. Para a realização dos objetivos, decidiu-se pela realização de pesquisa de campo na microrregião de Catolé do Rocha, no Sertão da Paraíba. O município de Catolé do Rocha e os demais desta microrregião estão historicamente ligados ao poder dos coronéis e à manutenção do patrimônio fundiário, dando fama nacional às oligarquias familiares, em especial à família Maia. Entrevistas realizadas junto aos médios e grandes proprietários de terras dos municípios que compõem a microrregião, levantamentos de dados junto ao IBGE e INCRA e coleta de informações junto ao cartório do município de Catolé do Rocha e arquivos da família Maia, compõem nosso universo empírico de análise. Para dar conta de refletir sobre a forma particular do agronegócio no semiárido nordestino, combinada a outras formas sociais assumidas pela grande propriedade na região, está tese se orienta pela seguinte questão: em que medida podemos compreender os processos de reestruturação produtiva engendrados nas últimas décadas nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha a partir da noção de “agronegócio sertanejo”? e (re)pecuarização? A compreensão das estratégias adotadas pelos proprietários na conformação do que estamos chamando de “agronegócio sertanejo” passa necessariamente pela ressignificação da atividade pecuária e pela emergência de novas formas sociais que levaram à superação do antigo latifúndio. As duas noções que mobilizamos neste trabalho expressam uma certa ambiguidade de lógicas discursivas e práticas em traços constitutivos da identidade de médios e grandes proprietários rurais, em que tradicionalismo e conservadorismo convivem com ideias de modernização e empreendedorismo.

Palavras-chaves: Agronegócio sertanejo; (Re)pecuarização; Semiárido; Latifúndio.

ABSTRACT

This thesis covers the social, economic, technical and productive changes that have been experienced in medium and large-size farms in the semiarid region in Northeast, Brazil, as part of recent efforts to modernize and integrate these rural properties to regional and national markets of agricultural products. This study aimed to understand how landowners have responded to the decline of landlordism system from the late 1970s. The expression “*Agronegócio sertanejo*” (backcountry agribusiness) was created to understand such transformations. The field research was conducted in Catolé do Rocha, Paraíba State, including interviews and research on local archives. This region was historically linked to the power of landowners, giving national fame to the family oligarchies, especially the *Maia* family. The work was guided by this central question: to what extent can we understand the processes of productive restructuring engendered in recent decades in medium and large farms of Catolé do Rocha region from the notion of "Agronegócio sertanejo"? This process implied the redefinition of the cattle industry and the emergence of new social forms that led to the overcoming of the landlordism system. The social dynamics express an ambiguity of logical and discursive practices in constituting the identity traits of landowners in semiarid region in Brazil, where traditionalism and conservatism coexist with ideas of innovation and entrepreneurship.

Key words: Agribusiness; Cattle industry; Semiarid region; Landlordism.

AGRADECIMENTOS

Para elaborar este trabalho contei com a ajuda de inúmeras pessoas, que me estimularam e apoiaram nas horas mais difíceis, as quais não mediram esforços para contribuir com a minha formação acadêmica.

Ao meu amigo e orientador Luis Henrique Cunha, que teve um papel fundamental em todo o processo de escrita desta tese, que está para além de uma formação estritamente intelectual. Sua orientação, sua compreensão, seu apoio e sua dedicação foram essenciais. Foi muito gratificante estar em sua companhia, mesmo estando geograficamente tão distante e desfrutar do seu imenso e profundo conhecimento sobre a configuração do mundo rural.

Aos meus pais, Zezone Maia e Rita Isabel, que me deram a vida e educação necessária para minha formação e caráter, sendo os principais responsáveis por esta conquista, dando-me o apoio afetivo e material necessário. E às minhas irmãs, Jakeline de Freitas Maia, Janne Kelli Freitas Maia e Kárem Krishna de Freitas Maia, que sempre estiveram preocupadas comigo e me estimularam a seguir em frente. Agradeço por terem vibrado com as minhas conquistas.

Ao meu namorado, Evberto George, que carinhosamente ajudou na formatação desse trabalho, dando-me forças e incentivo para realização dessa tese. Agradeço pelo amor, carinho, dedicação e paciência dispensados nesses últimos meses, ao mesmo tempo em que peço desculpas pelas ausências.

À amiga Ramonildes Gomes, que me ajudou com comentários críticos e sugestões valiosas para elaboração da tese e principalmente pela amizade.

À todos os professores do PPGCS, os quais diretamente ou indiretamente me deram a oportunidade de adquirir as ferramentas teóricas e metodológicas necessárias à conclusão desse trabalho, ministrando disciplinas ou demonstrando interesse pela temática, tais como Ramonildes Gomes, Mércia Batista, Roberto Veras, Marilda Menezes, Lemuel Guerra, Magnólia Gibson. Em especial, Ramonildes Gomes, Aldenor Gomes da Silva e Mércia Batista, por terem aceitado a avaliar meu trabalho em momentos diversos.

À professora Dalva Mota e ao professor Anieres da Silva, por aceitar participar da banca de defesa da tese.

As amigas Valesca Marques, Clarissa Marques e Virginia Palmeira agradeço particularmente, pelas conversas e ligações telefônicas na hora certa, que tanto me animaram.

Ao amigo Aldo Manuel, que compartilhou inquietações deste trabalho, sempre com incentivo regado a ótimas conversas. Com certeza o trabalho profissional fica melhor com pessoas como você.

Aos amigos agradeço, sobretudo aos que estiveram presente nessa caminhada, Jonatta, Valdênio, Kennedy, Roberto, Jakeline, Giancarlo, Laís, Francisca. Obrigada pela torcida, pelos incentivos, pelas trocas de bibliografias e pelas conversas em mesas de bares.

Na UFCG, aos meus amigos e colegas de doutorado também agradeço – pelos momentos de discussão e elaboração de trabalhos coletivamente, e pelas longas conversas sobre a vida e a sociologia –, em especial: Fábya Réis, Lidiane, Irivaldo e Francisca.

Aos funcionários do PPGCS e da biblioteca setorial, Rinaldo, Joãozinho, Seu Zezinho, Rosicler e Jussara, por todas as gentilezas e ajudas prestadas.

A CAPES pela concessão e bolsa de pesquisa, sem a qual não seria possível a realização desse trabalho.

LISTA DE SIGLAS

ABAG – Associação Brasileira Do Agronegócio
ABCZ – Associação Brasileira De Criadores de Zebu
ALASRU – Associação Latino-Americana De Sociologia Rural
BB – Banco do Brasil
BNB – Banco do Nordeste do Brasil
BNDS – Banco Nacional do Desenvolvimento
CPT – Comissão Pastoral da Terra
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMEPA – Empresa Estadual de Pesquisa Agropecuária da Paraíba
FETAG – Federação dos Trabalhadores na Agricultura
FINOR – Fundo de Investimento do Nordeste
FISP – Fundo de Investimento Sócio-Produtivo
FUNDAJ – Fundação Joaquim Nabuco
IAA – Instituto de Açúcar e do Alcool
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFOCS – Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas
IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
INTERPA – Instituto de Terras e Planejamento Agrícola
LTDA – Limitada
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MDA – Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS – Ministério Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra
OCB – Organização das Cooperativas Brasileiras
PAA – Programa de Aquisição de Alimentos
PA's – Programa de Assentamento
PCB – Partido Comunista Brasileiro
PENSA – Programa De Estudos E Negócios Do Sistema Agroindustrial
PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCf – Programa Nacional de Crédito Fundiário

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

PPGCS – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais

PPGG – Programa de Pós-Graduação em Geografia

PPM – Pesquisa Pecuária Municipal

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PRORURAL – Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural

SANBRA – Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro

SIDRA – Sistema IBGE de Recuperação Automática

SIF – Selo de Inspeção Federal

SIPRA – Setor de Implantação de Projetos de Assentamentos

SNA – Sociedade Nacional da Agricultura

SRB – Sociedade Rural Brasileira

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Microrregião de Catolé do Rocha e seus municípios	30
Figura 2 - Municípios onde predominam as médias e grandes propriedades.....	68
Figura 3 - Fazenda Curralinho, arquivo da Família Maia, por Pe. Américo Maia.....	75
Figura 4 - Fazenda Cachoeira, Arquivo da Família Maia, por Pe. Américo Maia.....	76
Figura 5 - Perfil do facebook do Sr. Zezito Maia.....	129
Figura 6 - Rótulos de alguns produtos do laticínio “Catolé”	134
Figura 7 - Rótulos do laticínio “Catolé” – queijo coalho, queijo manteiga e manteiga do sertão	135
Figura 8 - Folders da Vaquejada do Parque Cachoeira, duas últimas edições	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Área dos estabelecimentos agropecuários na Paraíba (percentual)	89
Gráfico 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários na Mesorregião do Sertão Paraibano (percentual).....	90
Gráfico 3 - Área dos estabelecimentos agropecuários na Microrregião de Catolé do Rocha (percentual).....	91
Gráfico 4 - Variação do rebanho bovino entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006 (%) nas mesorregiões da Paraíba.....	103
Gráfico 5 - Variação do rebanho bovino entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006 (%) nas microrregiões da Paraíba.....	104
Gráfico 6 - Número de bovinos – mesorregiões da Paraíba (porcentagem).....	105
Gráfico 7 - Número de bovinos – microrregiões da Paraíba (porcentagem).....	105

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Caracterização dos proprietários entrevistados na pesquisa de campo	69
Quadro 2 - Prefeitos eleitos no município de Catolé do Rocha (1948-1951)	84

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários em percentual e área dos estabelecimentos.....	87
Tabela 2 - Evolução do Índice de Gini nos estados do Nordeste (1985-2006).....	89
Tabela 3 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários classificados em agricultura familiar e agricultura não familiar (Censo Agropecuário de 2006).....	92
Tabela 4 - População dos municípios da microrregião de Catolé do Rocha (2010)	94
Tabela 5 - Projetos de Assentamento geridos pelo INCRA no Sertão Paraibano (1990-2011)	95
Tabela 6 - Variação percentual do número de bovinos entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006	102
Tabela 7 - Densidade populacional de bovinos nas mesorregiões e microrregiões da Paraíba - Censo Agropecuário 2006	106
Tabela 8 - Densidade populacional de bovinos nos municípios da microrregião do Sertão da Paraíba - Censo Agropecuário 2006.....	107
Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos e número de cabeças de bovinos na agricultura familiar e na agricultura patronal.....	109
Tabela 10 - Utilização das terras (hectares) – Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006.	111
Tabela 11 - Utilização das terras (ha) – Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006 nas mesorregiões da Paraíba e na mesorregião do Sertão Paraibano.....	112

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
CAPÍTULO I	
“Narrativas” da grande propriedade e dos grandes proprietários do sertão: território da pecuária, do latifúndio e das oligarquias	37
1.1 O grande proprietário como herói desbravador	38
1.2 O grande proprietário e o capital monopolista como bases econômico-sociais da oligarquia agrária.....	46
1.3 O grande proprietário representado pelo coronel e pelo chefe político - constituição de oligarquias familiares baseadas na propriedade da terra e monopolizadores do poder local	51
1.3.1 Origem, permanência e declínio das relações oligárquicas, coronelistas e clientelistas	55
1.4 Estudos mais recentes que enfatizam a grande propriedade rural e o avanço da pecuária	61
CAPÍTULO II	
Grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha: origem, evolução e mudanças recentes	66
2.1 Desenho da pesquisa.....	68
2.2 Caracterização territorial da Paraíba.....	71
2.3 As origens históricas da grande propriedade no sertão: das disputas pelas terras à conformação da propriedade	73
2.3.1 A organização regional do espaço agrário.....	77
2.3.2 A conformação da grande propriedade como negócio de família: os Maia e a formação do patrimônio fundiário e político	78
2.4 O Censo Agropecuário 2006 e a grande propriedade na Paraíba	85
2.5 A microrregião de Catolé do Rocha: grande propriedade versus agricultura familiar ...	92
2.6 A resistência à fragmentação	95
CAPÍTULO III	
Ressignificação da prática da pecuária no semiárido e transformações nas estratégias produtivas	96
3.1 Processo de (re)pecuarização no semiárido.....	99
3.2 Tendências da pecuária no semiárido nordestino	101
3.2.1 Presença da pecuária na agricultura familiar e patronal	107
3.2.2 O avanço das pastagens plantadas sobre áreas agrícolas.....	110
3.3 Pecuária versus agricultura: o que dizem os grandes proprietários.....	113
3.3.1 Falas que negam a agricultura	114
3.3.2 Por que a opção pela pecuária?.....	116
3.4 Pecuária e grande propriedade na microrregião de Catolé do Rocha: implicações técnicas e produtivas.....	121
3.5 Os arranjos produtivos adotados pelos grandes proprietários	125
3.5.1 A melhoria do rebanho e a venda de tourinhos reprodutores	127
3.5.2 A agroindústria de leite.....	129
3.5.3 A pecuária resignificada através da vaquejada: entretenimento como possibilidade de modernização	136
3.6 As propriedades absenteístas	141

CAPÍTULO IV

Discursos que classificam e demarcam: como os médios e grandes proprietários se percebem frente ao passado e o presente	144
4.1. Construção de identidades sociais: heranças familiares e motivação para a inovação	144
4.2 Como os médios e grandes proprietários narram o auge e a crise do antigo sistema de produção	152
4.2.1 Insatisfação com relação a disponibilidade de trabalhadores no campo	158
4.2.2 Acesso ao crédito e avaliação das políticas públicas.....	161

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Agronegócio sertanejo”	166
---------------------------------	-----

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS	174
----------------------------------	-----

ANEXOS	179
--------------	-----

INTRODUÇÃO

Nas áreas tradicionais [do Nordeste], que impõem certa resistência às mudanças e que se constituem como as mais abrangentes da Região, a rigidez das velhas estruturas sócio-econômicas e políticas vem se mantendo. A questão fundiária vem se agravando. (...) No Semi-árido (“Nordeste Sertanejo”), a seca e o crescimento da atividade pecuária, com relativa modernização, vêm agravando a concentração de terras, e constituindo, no sertão, os maiores latifúndios do País. Temos, na Região, em suas áreas mais abrangentes e características, a manutenção da tradicional oligarquia. Isso decorre do fato desta velha elite ter, na concentração de terras, base para a sustentação e preservação de seus interesses. O Nordeste (...) apresenta-se como heterogêneo, constituído por vários “nordestes”. E, dentro da pluralidade nordestina, as disparidades e distâncias encontram-se alargadas, convivem o novo e o tradicional, o moderno e o atrasado em condições contrastantes. Portanto, é limitado conceber o Nordeste a partir de estereótipos tradicionais de uma região problemática e homogênea. Estes estereótipos se constituem como generalizações impróprias e até mesmo ingênuas. (NEPOMUCENO e PINHEIRO, 2010, p.92).

O lugar social da grande propriedade no semiárido nordestino tem sido predominantemente descrito nos termos da tradição, do atraso, do abandono e do latifúndio, o que resulta na invisibilidade deste espaço social no debate recente sobre a expansão do agronegócio no Brasil. Com exceção dos perímetros irrigados, principalmente Juazeiro/Petrolina (na divisa entre Bahia e Pernambuco), de Mossoró/Açu (no Rio Grande do Norte) e do baixo do rio Jaguaribe (no Ceará) (GOMES, 2009; ELIAS e PEQUENO, 2007), a análise do crescimento do agronegócio no Nordeste tem priorizado o estudo da expansão da soja nos cerrados do Maranhão, Piauí e Bahia (ALVES, 2005). A obra da economista Tânia Bacelar de Araújo consagrou a visão dualista que opõe, no interior da região, subespaços dinâmicos e focos de resistência às mudanças, produzindo o que ela chama de “a heterogeneidade e a complexidade da dinâmica nordestina” (ARAÚJO, 2000, p.2).

De acordo com Araújo:

Ao mesmo tempo em que diversos subespaços do Nordeste desenvolvem atividades modernas, em outras áreas a resistência à mudança permanece sendo a marca principal do ambiente sócio-econômico: as zonas cacauceiras, canaveiras e o sertão semi-árido são as principais e históricas áreas desse tipo. Quando ocorre, a modernização é restrita, seletiva, o que ajuda a manter um padrão predominantemente tradicional (ARAÚJO, 2000, p.12).

Na década de 2000, a região cacauceira no Sul da Bahia experimentaria uma forte reorientação para o turismo como estratégia para retomar o seu desenvolvimento sócio econômico (MAGALHÃES, 2006), enquanto a região canaveira passa por um processo de desregulamentação setorial – estagnada ou falida com a privatização das exportações de

açúcar em 1988 e a extinção do Instituto do Açúcar e do Alcool em 1990 (LIMA, 2006) – vivenciaria, com a injeção de novos recursos públicos, forte expansão produtiva motivada pelo interesse renovado na produção de etanol. O atual cenário da expansão canavieira busca captação de recursos e linhas de crédito nos bancos privados (FAGNANI JUNIOR e BACCHI, 2005; SILVA e MARTINS, 2010; SHIKIDA, AZEVEDO e VIAN, 2011). Restaria, então, como o lugar da “resistência à mudança” o semiárido; o Sertão “marcado pelo latifúndio e pela pecuária”¹. Nos termos utilizados por Araújo (2000), explicita-se a oposição entre as atividades modernas e o padrão predominantemente tradicional. Essa visão sobre o “Nordeste sertanejo” (para utilizar a formulação de Nepomuceno e Pinheiro que abre esta introdução) remete tanto à cristalização de uma explicação da região que se vincula à produção clássica das ciências sociais brasileiras quanto às reelaborações mais recentes, que, na tentativa de apreender a complexidade das transformações vivenciadas, acabam por reforçar as imagens já cristalizadas.

Assim, se são denunciados os estereótipos e generalizações impróprias e ingênuas sobre o Nordeste, esta denúncia não se aplica aos espaços em que predominam o tradicional e o atrasado. Como alerta Silva (2003, p.361):

Muito tem sido dito e escrito sobre a realidade do semi-árido brasileiro e as possíveis alternativas para o seu desenvolvimento. Geralmente, os diagnósticos e as proposições têm como referência imagens historicamente construídas sobre um *espaço-problema, terra das secas, região de fome e da miséria*, explicação do atraso econômico e das disparidades regionais. Essas imagens são fruto de julgamentos superficiais sobre a realidade do semi-árido e dos interesses políticos das elites locais que explicavam a miséria, a fome e o atraso como produtos de condições naturais adversas, do clima, da terra e da formação de sua gente.

Neste trabalho de tese me debruço justamente sobre as transformações sociais, econômicas, técnicas e produtivas que têm sido vivenciadas nas médias e grandes propriedades rurais do semiárido nordestino, na tentativa de confrontar a ideia de que esse espaço social é o lugar da tradição e do atraso, sendo necessário apreender as novas formas sociais que têm sido engendradas por seus proprietários a partir da decadência do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada. Ao mesmo tempo, busca minimizar a invisibilidade deste espaço na literatura sócio-antropológica recente sobre as transformações da grande propriedade no Brasil, realizada como crítica à expansão do agronegócio. Não se quer defender que as dinâmicas vivenciadas nas áreas sertanejas do semiárido são idênticas às aquelas reveladas nas regiões de cerrado, marcadas pela modernização da produção de grãos, de biocombustíveis e da pecuária; pela internacionalização das lógicas produtivas e da

¹ <http://www.achetudoeregiao.com.br/ATR2/nordeste.htm>, acessado em 12/12/2012.

propriedade da terra; e pela grande concentração de capitais. Mas revelar que a referência à noção de agronegócio pode ajudar a compreender as transformações ocorridas nos últimos 20 ou 30 anos, demarcando as especificidades dos esforços recentes de modernização e de integração aos mercados de produtos agropecuários.

Propomos a utilização da noção de “agronegócio sertanejo” para a compreensão destas transformações. Por “agronegócio sertanejo” entendemos o modelo social e produtivo resultante dos esforços de modernização adotados nas propriedades rurais do semiárido nordestino – principalmente, mas não exclusivamente, na agricultura patronal – que expressa a reorganização do setor agropecuário regional após a crise do latifúndio a partir de finais da década de 1970. Esta definição expressa algumas das ambiguidades que definem suas características principais: diversidade de possibilidades produtivas; tendência à especialização produtiva, como efeito da experimentação entre diferentes alternativas econômicas; investimentos em novas tecnologias; relativo predomínio da informalidade nas relações de trabalho, com atualização do antigo sistema de moradia; direcionamento de rendas não agrícolas para investimento na modernização da atividade agropecuária, com menor dependência de financiamentos bancários; importância da herança familiar e do poder político como ativos utilizados nos processos de modernização produtiva das grandes propriedades.

Para a realização dos objetivos perseguidos nessa tese, decidiu-se pela realização de pesquisa de campo na microrregião de Catolé do Rocha, no Sertão da Paraíba. A cidade de Catolé do Rocha e os demais municípios desta microrregião estão historicamente ligados ao poder dos coronéis e à produção do algodão, dando fama nacional às oligarquias familiares, em especial à família Maia. O trabalho de pesquisa realizado buscou uma abordagem diacrônica, que enfatizou a tentativa de apreender as formas sociais que as médias e grandes propriedades assumem nos dias de hoje, considerando as conexões tanto com a decadência do sistema latifúndio/algodão/pecuária/moradia – de modo a enfatizar transformações ocorridas nos últimos 30 anos – quanto com o auge do poder político e econômico das oligarquias locais nas décadas de 1930-40.

Esta tese não tem, é claro, a intenção de “louvar” o caráter modernizador ou civilizatório dos grandes proprietários da região. A perspectiva adotada – no quadro do debate sobre o agronegócio – é crítica das formas sociais pelas quais o setor agropecuário tem se modernizado no Brasil. Recusa, porém, o dualismo tradicional *versus* moderno, tanto para o presente quanto em relação ao passado, e, principalmente, pretende atualizar a crítica à grande propriedade no semiárido para além do lugar comum do latifúndio, das oligarquias e do morador expropriado da terra e de seu trabalho, que sendo válido para o passado não é

suficiente para explicar as direções das mudanças ocorridas nas últimas décadas, em que as políticas públicas foram reorientadas; em que novas discursividades foram elaboradas (como a ideia de convivência com o semiárido) e em que as categorias de agricultura familiar e agronegócio polarizam o debate acadêmico, político e midiático.

Em artigo que defende a tese de que o projeto de transposição de águas do rio São Francisco atende aos interesses dos latifundiários, Prieto (2005) revela, de modo claro, as contradições das imagens cristalizadas sobre o semiárido nordestino:

Não é preciso se deter muito no projeto [de transposição] para perceber que os seus beneficiários serão os que sempre se beneficiaram de políticas públicas no campo: os latifundiários. Vendo-se ultrapassados pelo latifúndio de novo tipo, designado de agronegócio pela atual tecnocracia, os antigos coronéis do Nordeste vislumbram na transposição uma oportunidade única para valorizar suas terras especulativamente, intensificar a expropriação e a exploração da força de trabalho camponesa. Os latifúndios, pela força dos jagunços e das relações atrasadas de produção, sempre se localizaram nas margens dos rios e dos açudes, comportando-se como proprietários da água ali contida. Os camponeses pobres sempre tiveram que contar com a "benevolência" dos coronéis para ter acesso à água (PRIETO, 2005).

O autor afirma que o latifúndio é ainda a forma social da grande propriedade no sertão nordestino. Remete, para isso, aos símbolos que definem esse sistema social e de apropriação da terra. Considera que a noção de agronegócio é apenas a nova designação tecnocrática do latifúndio. Reforça, finalmente, coerente com os recursos discursivos utilizados, muito mais a permanência do que a mudança. A tese que aqui se apresenta, empírica e teoricamente informada, vai na direção contrária à percepção dominante da grande propriedade no semiárido exposta no texto de Prieto, percepção essa ancorada nos estudos realizados até a década de 1970.

Parte-se do pressuposto que é fundamental ressaltar as transformações, na busca de apreender as mudanças sociais engendradas nas últimas décadas para, assim, refletir sobre as novas formas de dominação. Acreditamos que as noções de atrasado e moderno convivem e se combinam contrariamente (BRUNO, 2002) sobre o processo de manutenção, transformação e atualização das médias e grandes propriedades, acompanhado por interesses históricos e tradicionais de classe que ora se beneficiam, ora sofrem limitações e adaptações.

Até finais da década de 1970 no semiárido nordestino, a maioria das políticas públicas eram disponibilizadas aos médios e grandes proprietários de terras. A partir de meados da década de 1990, e principalmente com a criação do PRONAF, houve uma reorganização da pauta do governo, disponibilizando crédito para os pequenos proprietários e agricultores familiares. Os grandes proprietários da região passam a conviver com limitações ou mesmo enfrentamentos, face à tensão que se gerou sobre a oferta e o acesso de políticas públicas e

créditos subsidiados. Os proprietários atribuem a essas estratégias de governo uma certa redução ou barreira na medida em que permitem o acesso ao crédito para os pequenos agricultores, limitando as operações e elevando os juros. Alegam que as novas políticas de crédito comprometem as forças produtivas da grande propriedade, como se os pequenos proprietários não fossem competitivamente integrados aos mercados, e com menos eficiência não seriam capazes de manter uma produção expressiva frente aos interesses nacionais.

A compreensão da constituição do “agronegócio sertanejo” é facilitada pela referência à noção de processo de (re)pecuarização, tendo em vista que a atividade da pecuária alicerça os novos projetos produtivos nas médias e grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha.

O debate sobre o agronegócio

O debate em torno da conceituação e dos impactos sociais, econômicos, políticos, ambientais e territoriais do chamado agronegócio intensificou-se nos últimos anos. Há inúmeras definições e indefinições sujeitas a controvérsias entre os estudiosos do tema. É possível encontrar na literatura sobre agronegócio desde textos que são marcadamente críticos (CANUTO, 2004; DELGADO, 2005; FABRINI, 2008; SOUZA E CONCEIÇÃO, 2008), passando por trabalhos de caráter mais ideológico ou que defendem o agronegócio a partir dos expressivos saldos da balança comercial (MENEZES e PINHEIRO, 2005), até artigos e livros que buscam adotar uma posição mais distanciada, em que são revelados benefícios e problemas do agronegócio no Brasil (SILVA, 2009; FERNANDES, 2007; ELIAS e PEQUENO, 2007; ALVES, 2005).

O conceito de *agribusiness* assumiu, ao longo do tempo, várias formulações desde sua formulação inicial pelos professores da Universidade de Harvard (EUA) Davis e Goldberg, em trabalho publicado em 1957. Inicialmente, eles propuseram o conceito numa tentativa de entender e explicar a conformação e importância da agropecuária e suas inter-relações, passando pelas cadeias de produção, *filière*, complexos rurais, complexos agroindustriais, sistemas agroindustriais, como forma de subsidiar as tomadas de decisão nos setores público e privado (MENEZES e PINHEIRO, 2005).

A noção de agronegócio, tradução do termo *agribusiness*, já é um desenvolvimento do debate acerca dos complexos agroindustriais. Chama a atenção as dissensões e semelhanças entre os usos do termo agronegócio. É comum encontrarmos na literatura sobre o tema termos

como sistema agroindustrial², complexo agroindustrial³, cadeia de produção agroindustrial⁴, agricultura moderna, além de agronegócio. Algumas dessas terminologias trazem elementos recorrentes, mas nem sempre representam a mesma situação. Todas as tipologias, porém, referem-se às atividades desenvolvidas preponderantemente de uma forma capitalista e integrada de produção agrícola.

Callado (2009) apresenta os três segmentos que compõem o agronegócio, são eles: antes da porteira, dentro da porteira e fora da porteira. Essa tipologia é a mesma apresentada pela Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)⁵.

O segmento “antes da porteira” representa a origem de um sistema agroindustrial e nele está incluso a produção de insumos e a prestação de serviços. Concomitantemente, fazem parte desse segmento a indústria de máquinas, fertilizantes, componentes químicos, vacinas, sementes, componentes orgânicos, melhoramento genético, fatores que viabilizam a exploração agroindustrial. Na prestação de serviços voltados ao agronegócio podem ser destacados os serviços vinculados à pesquisa agropecuária, extensão rural, créditos e financiamentos para o meio rural, capacitação de recursos humanos, análises laboratoriais, assessoria jurídica e auxílio à exportação. Instituições que sempre estão presentes nessa etapa são: EMBRAPA, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), as universidades e as secretarias estaduais e municipais de agricultura.

No segmento “dentro da porteira”, estão todas as atividades produtivas possíveis, representando diversas formas de exploração econômica dos fatores produtivos, como as atividades agrícolas, pecuárias, de transformação, serviços e atividades complementares.

No último segmento, nomeado de “depois da porteira”, encontram-se as atividades relacionadas à distribuição e comercialização dos produtos finalizados, até que eles cheguem à mesa dos consumidores (CALLADO, 2009).

² Sistema agroindustrial abrange um conjunto de atividades que concorrem para a produção de insumos até a obtenção do produto final, ou melhor, todos os fatores que atuam no contexto agroindustrial (CALLADO, 2009).

³ Complexo agroindustrial é um arranjo produtivo que surge a partir de uma matéria prima de base, e essa vai tomar várias formas e processos industriais até se transformar em produtos finalizados (CALLADO, 2009).

⁴ Cadeias de produção agroindustrial são diferentes de um complexo agroindustrial, pois possui um produto como referência base para identificar os encadeamentos que acontecem entre os agentes econômicos responsáveis pelas operações técnicas, comerciais e logísticas (CALLADO, 2009).

⁵ A ABAG é uma entidade que agrega vários setores ligados à produção agropecuária. Fazem parte dessa associação de produtores rurais: empresas responsáveis pela atividade produtiva, empresas que produzem insumos e também aquelas ligadas ao armazenamento, processamento, distribuição e financiamento de produtos agropecuários, além de empresas ligadas ao capital financeiro. As principais empresas que compõem a ABAG são: Sociedade Rural Brasileira (SRB), Sociedade Nacional da Agricultura (SNA), a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) além das federações e cooperativas estaduais de agricultura. Portanto o núcleo central dessa grande associação é composto por grupos empresariais como a Sadia, Agrocerec, Abrasem, Cargill agrícola S/A, Bunge alimentos S/A, entre outras empresas filiadas perfazendo um total 59 entidades (PINTO, 2010).

O boom desse conceito no Brasil se dá quando Ney Bittencourt de Araújo anunciou a criação da ABAG em 1993. A justificativa para essa nova entidade patronal foi a afirmação do *agribusiness* no país, legitimando a entidade como sendo porta-voz de uma nova agricultura, não mais limitada às atividades agrícolas, diferente daquela que até então, segundo os defensores do novo conceito, vigorava no país.

A noção de agronegócio organizou e desenvolveu uma miríade de operações de caráter comercial, financeiro e político. A ABAG sempre procurou meios para legitimar-se junto a classe dominante empresarial rural, pois fazendo isso ela estava fundamentando a inserção do agronegócio no mercado internacional e dando esse passo, facilmente se legitimaria junto a sociedade política e a sociedade civil em geral.

Mesmo sofrendo transformações desde sua criação, o conceito de agronegócio manteve uma base comum, qual seja, uma maior intensidade nas relações intersetoriais, ressaltando a acumulação de capital e o progresso tecnológico moderno aplicado às atividades agropecuárias. Segundo Gasques (2004):

... o agronegócio é visto como a cadeia produtiva que envolve desde a fabricação de insumos, passando pela produção nos estabelecimentos agropecuários e pela sua transformação, até o seu consumo. Essa cadeia incorpora todos os serviços de apoio: pesquisa e assistência técnica, processamento, transporte, comercialização, crédito, exportação, serviços portuários, distribuidores (*dealers*), bolsas, industrialização e o consumidor final. O valor agregado do complexo agroindustrial passa, obrigatoriamente, por cinco mercados: o de suprimentos; o da produção propriamente dita; o do processamento; o de distribuição; e o do consumidor final (GASQUES, 2004, p.08).

Menezes e Pinheiro (2005) associam o agronegócio ao sucesso das exportações e aos saldos expressivos da balança comercial. Confirmando-o como uma dinâmica competitiva, com base em avanços tecnológicos de grande repercussão na produtividade, aproveitando também as condições favoráveis em termos de política cambial e aumento da demanda externa para os produtos brasileiros. Também ficou comprovada uma redução dos valores dos produtos agrícolas e agroindustriais importados, colaborando com a melhora do saldo da balança comercial.

Elias, Muniz e Bezerra (2007), assim como Elias e Pequeno (2007), pensam o agronegócio globalizado como uma materialização das condições gerais de reprodução do capital, cujas principais características refletem a demanda de novos produtos e serviços mecanizados e especializados, promovendo o crescimento da agricultura moderna brasileira, onde se processa a chamada reestruturação produtiva.

Para chegar numa definição de agronegócio, Elias e Pequeno (2007) partem do

conceito de reestruturação produtiva⁶, o qual seria responsável pelo dinamismo do novo modelo econômico de produção capitalista. Por valorizar o processo de espacialização do setor, os geógrafos consideram que a reestruturação produtiva da agropecuária se apresenta como um dos vetores da reorganização do território brasileiro, e essa reestruturação do campo acontece a partir do desenvolvimento do agronegócio globalizado.

Há quem defina o agronegócio como “palavra política”, na medida em que os representantes do patronato rural estão preocupados em construir um discurso legitimador, a fim de fortalecer a representação e institucionalização dos próprios interesses. De acordo com Bruno (2010), “o agronegócio despontou como palavra política unificadora de interesses das classes e grupos dominantes no campo e expressão de um momento no processo de construção da hegemonia e de renovação dos espaços de poder e de dominação” (BRUNO, 2010, p. 2).

Para Campos (2009), o agronegócio deve ser compreendido como uma complexa articulação de capitais direta e indiretamente atrelados com os processos produtivos agropecuários, que se consolida no contexto neoliberal sob a hegemonia de grupos nacionais e multinacionais e que, em aliança com os grandes proprietários e o Estado, vem transformando o interior do Brasil em um espaço privilegiado de acumulação capitalista. Esse processo intensifica os conflitos sociais e econômicos e as desigualdades socioespaciais.

Segundo Heredia, Palmeira e Leite (2010, p. 160), para falar do agronegócio é preciso ter claro que esse processo extrapola o conhecimento agrícola, aumentando significativamente a produtividade e a competitividade: “o gerenciamento de um negócio que envolve muito mais que uma planta industrial ou um conjunto de unidades agrícolas é uma das tônicas da ideia de ‘agronegócio’”.

Para estes autores, não haveria agronegócio sem a intervenção do Estado e conseqüentemente das políticas públicas. Mesmo que na atualidade o papel do Estado esteja minimizado frente aos grandes investidores privados, ainda permanece atuante. Segundo os autores,

... a análise dos processos sociais rurais em curso, que informam o paradigma do “agronegócio”, não pode estar desvinculada das práticas de mecanismos e instrumentos de políticas – setoriais ou não – implementados pelo Estado brasileiro. Ainda que tal forma de intervenção tenha se alterado ao longo do tempo (por

⁶ “Quanto mais dinâmica a reestruturação produtiva da agropecuária, quanto mais globalizados os seus *circuitos espaciais da produção* e seus *círculos de cooperação* (Santos, 1986a, 1988; Elias, 2003), maiores e mais complexas se tornam as relações campo-cidade, resultando numa significativa remodelação do território e na organização de um novo sistema urbano, com a multiplicação de pequenas e médias cidades, que compõem lugares importantes para a realização do agronegócio globalizado” (ELIAS e PEQUENO, 2007, p.4).

exemplo, da política de crédito rural dos anos 1970 à renegociação de dívidas no final dos anos 1990 e início de 2000), um exame mais cuidadoso da atuação governamental é importante para identificar as bases que subsidiam a expansão das atividades, bem como aliviam os constrangimentos encontrados nessa trajetória que qualifica o que estamos denominando aqui por “sociedade do agronegócio” e suas implicações nas configurações sociais regionais, que efetivamente “dão carne” ao processo real de transformação operada nas chamadas novas fronteiras agrícolas, para o qual concorrem as políticas públicas ali implementadas (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010, p.166).

Também foi importante para a expansão do agronegócio a participação do capital internacional aplicado no setor agroindustrial de esmagamento de grãos e toda a iniciativa privada dos grandes grupos empresariais e dos fazendeiros tradicionais nas décadas de 1990 e anos 2000, sem deixar de lado os incentivos públicos (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010).

A ideia de agronegócio, assim, expressa tanto a articulação política de classe como também é operacionalizada por um conjunto diversificado de pesquisadores em diferentes campos do conhecimento, seja como conceito que articula processos de inovação sócio-técnica, seja como objeto de estudo de dinâmicas econômicas e sociais no mundo rural brasileiro. Para fazer uma análise sociológica das várias interpretações do agronegócio, optou-se por fazer uma associação desse conceito com a grande propriedade rural, o capital financeiro e o processo de modernização da agricultura, já que se mostram interligados.

Alguns autores se preocupam em demarcar a localização espacial do fenômeno do agronegócio, mesmo que essa localização seja ainda objeto de dissensos. O que sabemos sobre as médias e grandes propriedades hoje no Nordeste e mais especificamente no semiárido, é que as regiões de expansão da agricultura moderna se constituem a partir do desenvolvimento de atividades agropecuárias altamente lucrativas, produto do processo de transformação da estrutura produtiva com ênfase nos cultivos de soja nos cerrados nordestinos (ALVES, 2005) e nas áreas de fronteiras (FERNANDES, 2007) e na fruticultura irrigada nos vales úmidos do semiárido (ELIAS e PEQUENO, 2007).

A literatura produzida nos últimos 10 anos, no campo das ciências sociais e áreas afins, que refletem sobre a dinâmica recente do agronegócio priorizou, em suas pesquisas e análises as regiões de fronteiras e as áreas do cerrado, as quais foram incorporadas nessa dinâmica do agronegócio a partir da década de 1970 com as correntes migratórias vindas das regiões Sul e Sudeste em busca de terras livres e com baixos custos de aquisição no Centro-Oeste, posteriormente se alastrando por todo o cerrado brasileiro. Essa região engloba os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins, Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e Piauí e mais recentemente os estados do Pará e Rondônia (HEREDIA,

PALMEIRA e LEITE, 2010).

A partir da década de 1980, os estados que compunham os cerrados já observavam uma ocupação para a produção de grãos, tanto na região Centro-Oeste (Goiás, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso), como em Minas Gerais e Bahia, estendendo-se nas duas últimas décadas para áreas localizadas nos estados do Maranhão, Piauí e Tocantins (“Mapito”) e outras mais, na região Amazônica, como Pará e Roraima (ALVES, 2005; FERNANDES, 2007; SILVA, 2009; HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010). Outras áreas demarcadas como vetores do desenvolvimento econômico do agronegócio na literatura brasileira são os vales úmidos localizados no semiárido nordestino (São Francisco, Açu e Jaguaribe). A produção agrícola frutícola se desencadeou fortemente em Juazeiro - BA e Petrolina - PE, Açu e Mossoró – RN, Limoeiro do Norte e outros municípios do entorno, no baixo rio Jaguaribe – CE (ELIAS e PEQUENO, 2007; ELIAS, MUNIZ e BEZERRA, 2007; GOMES, 2009).

A soja e a cana-de-açúcar são culturas excessivamente reconhecidas como representativas do “agronegócio”. Segundo estudo do Banco Mundial, sua expansão está entre as oito *commodities* responsáveis pelo aumento da produção agrícola (SAUER e LEITE, 2012).

Levantamento realizado por Sérgio Leite e Sérgio Sauer alerta que o impacto da expansão do agronegócio está levando o mercado de terras brasileiro a vivenciar uma estrangeirização da propriedade fundiária. A aliança entre capital e terra vem sendo reforçada e ampliada devido a demanda crescente pela entrada de investimentos estrangeiros em busca de terras em algumas regiões brasileiras.

Otro aspecto que nos parece fundamental discutir aquí, es el impacto de ese movimiento de expansión del agronegócio y extranjerización de la propiedad agraria sobre el mercado de tierras y la fluctuación de sus precios. Según el diario *Valor Económico*, los proyectos azúcar-alcoholeros implantados entre 2008 y 2010 provocaron la valorización de las tierras en las regiones de expansión de los cultivos de caña de azúcar, especialmente en las nuevas fronteras, localizadas principalmente en los estados de Tocantins, Goiás, Mato Grosso do Sul y Minas Gerais (LEITE e SAUER, 2011, p.58).

O debate pode ser corroborado por tantos outros autores, mas nos bastam para entendermos as noções e conceitos em torno desse debate e perceber a insuficiência de estudos sobre a temática no Nordeste semiárido.

Assim, observa-se uma invisibilidade quase total do semiárido nordestino, com exceção dos cerrados nordestinos e dos perímetros irrigados, no debate recente sobre as transformações técnicas engendradas pela agropecuária moderna no Brasil. No entanto, nossa

pesquisa busca dar conta não apenas das práticas sociais normalmente associadas ao agronegócio, mas também chamar a atenção para as ausências, práticas sociais e territórios no semiárido brasileiro que mesmo estando conectados à dinâmica capitalista e produtiva, não tem sido analisados e associados ao agronegócio, por isso, são invisíveis aos pesquisadores que se dedicam à temática.

As transformações da média e grande propriedade no Nordeste, tendo como marco temporal o colapso do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada, não são explicadas unicamente na chave do desenvolvimento do agronegócio. Algumas grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha não podem ser associadas exclusivamente ao fenômeno do agronegócio, ainda que não se deva, também, analisá-las na chave do antigo latifúndio. As formas sociais e produtivas predominantes nestas propriedades, muitas vezes descritas como “abandonadas”, precisam ser melhor apreendidas, tarefa que faz parte do escopo desta tese. Mas há também grandes e médias propriedades que passam por mudanças que se aproximam dos setores normalmente considerados modernos da agricultura patronal, ou melhor, do agronegócio.

Em que pese a centralidade da grande propriedade no Nordeste e mesmo no semiárido para se pensar a constituição histórica do mundo rural (e mesmo da sociedade abrangente) brasileiro, com trabalhos sobre o latifúndio, o poder local, o coronelismo, o clientelismo, entre outros, esse interesse pela grande propriedade da região não tem sido renovado nas últimas décadas.

Percebe-se que há um conjunto complexo de formas de ocupação do território no semiárido nordestino, gerando grande diferenciação nos empreendimentos agrícolas da região. Convivem, nos mesmos espaços, proprietários absenteístas, empresas tradicionais pouco tecnificadas, empresas agropecuárias modernizadas, agricultores familiares modernizados e aqueles com características próximas ao campesinato tradicional.

Para refletir sobre a forma particular de expansão do agronegócio no semiárido nordestino, combinada a outras formas sociais assumidas pela grande propriedade na região, está tese se norteia por algumas questões:

1. Em que medida podemos compreender os processos de reestruturação produtiva engendrados nas últimas décadas nas médias e grandes propriedades do Sertão Paraibano a partir da noção de “agronegócio sertanejo”?
2. Qual o lugar da pecuária nesse processo e como os médios e grandes proprietários ressignificam a prática da pecuária?

A (re)pecuarização do Semiárido

Com o intuito de estudar a realidade socioeconômica e cultural das médias e grandes propriedades rurais do semiárido nordestino onde a pecuária esteve e está sempre presente, optamos por trabalhar com elementos que mostram a ressignificação dessa atividade na estrutura social num contexto de modernização produtiva. Reconhecemos que o processo de ressignificação e/ou reabilitação que a pecuária vem sofrendo nos últimos 30 anos (com a participação dos mais diversos atores sociais) “está associada tanto à “ambientalização” do debate sobre desenvolvimento quanto à desqualificação da atividade agrícola” (CUNHA e MARQUES, 2010; GOMES e MENESES, 2010 e NUNES, 2011).

O processo de transformação e mudança social nas médias e grandes propriedades do semiárido e mais especificamente na microrregião de Catolé do Rocha foi iniciado no final da década de 1970 e meados da década de 1980, após a desorganização do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada dando início a um novo projeto de modernização engendrado por novas dinâmicas de ocupação do solo, enfatizando a pecuária em detrimento da agricultura; novas relações de trabalho no campo e novos projetos políticos e territoriais.

É nesse quadro que a pecuária emerge como elemento capaz de integrar diferentes interesses e visões de mundo e fundamentar um novo projeto de modernização para o semiárido. A apreensão dos ‘processos de (re)pecuarização do semiárido’, portanto, parece-nos um meio privilegiado de compreender os significados materiais e simbólicos de processos sociais e ambientais vivenciados no semiárido nas duas últimas décadas (CUNHA e MARQUES, 2010).

Os estudos que abordam o processo de (re)pecuarização no semiárido são recentes. Os pesquisadores da temática ainda estão analisando e aperfeiçoando os registros encontrados em suas pesquisas de campo. De acordo com Nunes:

O entendimento do processo que estamos chamando de (re)pecuarização é fundamental para compreendermos um leque amplo de mudanças sociais em curso nas áreas rurais do semiárido nordestino, especialmente para segmentos sociais como pequenos produtores e agricultores familiares que têm sido, crescentemente, através de políticas públicas e dinâmicas econômicas, incluídos em contextos produtivos mais amplos (NUNES, 2011, p.71).

Mesmo que as ênfases destes trabalhos recaiam sobre os pequenos proprietários e agricultores familiares impulsionados pelas políticas de crédito e financiamentos através do PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), esse processo de reabilitação da pecuária também é visível nas médias e grandes propriedades do semiárido, em que a atividade da pecuária passa por importantes transformações.

Em trabalho recente, ao estudar a microrregião do Pajeú Pernambucano, situada na

mesorregião do Sertão de Pernambuco, Nunes (2011) enfatiza as principais características do processo de (re)pecuarização que se consolida naquela microrregião. São eles:

- a) Crescimento dos rebanhos de ruminantes, com proporcional diminuição das áreas destinadas a lavouras temporárias;
- b) Aumento das áreas destinadas às pastagens plantadas, e certa tendência de diminuição das pastagens naturais;
- c) Ampliação das políticas públicas e medidas de governo direcionadas ao incentivo da agricultura familiar através do PRONAF, PAA (que é executado pela articulação entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) com governos estaduais e municipais, sociedade civil), Programa leite de todos, PNAE, o FISP, o PRORURAL, Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF);

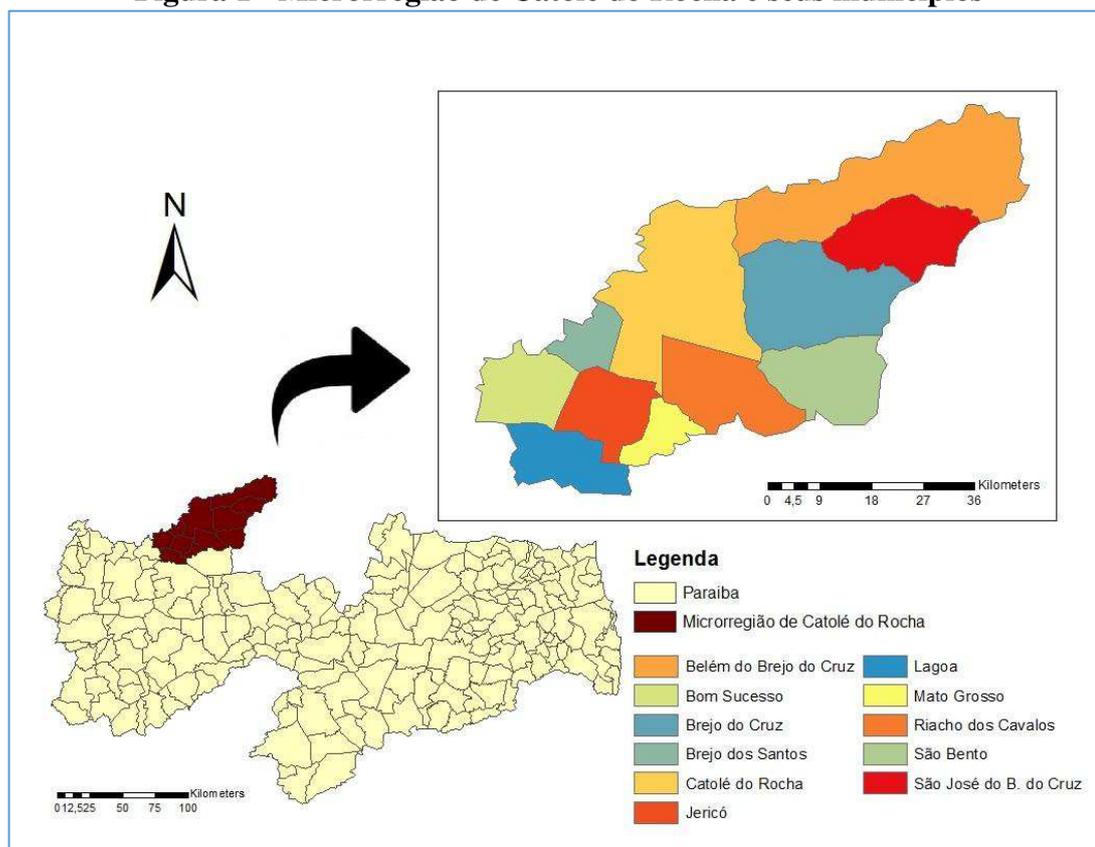
Pensando que o processo de (re)pecuarização no semiárido não está direcionado apenas para a agricultura familiar e que ele articula um conjunto diversificado de atores sociais no projeto de “transformações sociais” acompanhado de mudanças qualitativas na dinâmica produtiva, é que apresentamos a microrregião de Catolé do Rocha, sertão da Paraíba, como lugar onde se processa uma tendência ao processo de (re)pecuarização nas médias e grandes propriedades, deixando de lado a análise que associa essas propriedades ao antigo latifúndio e associado a novas estratégias produtivas com nichos do mercado nacional.

A microrregião de Catolé do Rocha

A microrregião de Catolé do Rocha é composta por 11 municípios: Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Jericó, São Bento, Belém do Brejo do Cruz, Riacho dos Cavalos, Lagoa, Bom Sucesso, Brejo dos Santos, São José do Brejo do Cruz e Mato Grosso. Faz parte da mesorregião do Sertão Paraibano e suas microrregiões limítrofes são: Médio Oeste (RN), Pau dos Ferros (RN), Sousa (PB), Seridó Ocidental (RN) e Vale do Açu (RN). Sua população, de acordo com o censo demográfico de 2010, é de 116.046 habitantes (Figura 1).

Considerando os dados do IBGE, observamos que permanece um número considerável de médias e grandes propriedades na microrregião de Catolé do Rocha, sobretudo nos municípios de Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, São José do Brejo do Cruz, desmembrada do município anterior no ano de 1994, Belém do Brejo do Cruz e Riacho dos Cavalos.

Figura 1 - Microrregião de Catolé do Rocha e seus municípios



Se pegarmos os dados do censo agropecuário 2006 do IBGE podemos conferir que na microrregião de Catolé do Rocha há 51 estabelecimentos agropecuários que medem de 500 a 1.000 ha, com 9.564 cabeças de bovinos (média de 187 cabeças por estabelecimento); 26 estabelecimentos que medem de 1.000 a 2.500 ha, com 7.509 cabeças de gado (média de 288 cabeças por estabelecimento) e ainda duas propriedades com mais de 2.500 ha.

Se conferirmos só os dados do município de Catolé do Rocha, vamos encontrar seis estabelecimentos agropecuários que medem de 500 a 1.000 ha, com 1.293 cabeças de bovinos (média de 215 cabeças por estabelecimento); e oito estabelecimentos que medem de 1.000 a 2.500 ha, com 4.651 cabeças de gado (média de 581 cabeças por estabelecimento), e ainda um estabelecimento com mais de 2.500 ha.

Partindo desses dados, reconhecemos que a estrutura fundiária da microrregião apresenta uma distribuição de terra altamente concentrada. Pensando particularmente no município de Catolé do Rocha, muitas dessas propriedades permanecem sob domínio da mesma família há mais de um século, informação conferida nos registros de imóveis rurais no cartório do município. Observa-se que mesmo com a fragmentação dessas propriedades por herança, há uma movimentação de compra e venda de terras entre os herdeiros, agregando e não deixando dispersar a propriedade. Esse processo de manter a grande propriedade confirma

a tendência em direção à concentração.

Na microrregião de Catolé do Rocha podemos também conferir que houve um aumento do efetivo de bovinos. De acordo com os dados da pesquisa pecuária municipal do IBGE, de 1990 a 2010 o rebanho bovino teve um aumento de 22%.

Outro dado que chama atenção na microrregião é a respeito do número de estabelecimentos agropecuários com bovinos e o número de cabeças de bovinos, classificados de acordo com a agricultura familiar e agricultura não familiar, categorias utilizadas pelo IBGE. De acordo com os dados do censo agropecuário de 2006, 22% dos estabelecimentos com bovinos são de agricultores não familiares e 78% está na agricultura familiar, porém 51% dos animais estão na agricultura não familiar. Mesmo possuindo menos estabelecimentos agropecuários, a agricultura não familiar detém o maior número de bovinos em suas propriedades. Em alguns dos municípios que compõem a microrregião – Catolé do Rocha, Belém do Brejo do Cruz e Brejo do Cruz – o percentual de estabelecimentos na agricultura não familiar é de 19%, 33% e 24%, respectivamente, e o percentual de cabeças de bovinos na agricultura não familiar é 57%, 73%, 51%. Na microrregião, predomina um maior número de bovinos na agricultura não familiar, ou seja, nas médias e grandes propriedades.

Além da análise mais geral dos municípios da microrregião, apresentaremos casos específicos de propriedades localizadas no município de Catolé do Rocha, Riacho dos Cavalos, Brejo do Cruz, Belém do Brejo do Cruz e São Jose do Brejo do Cruz, municípios onde ainda prevalece a média e grande propriedade rural.

Na microrregião de Catolé do Rocha, existe uma tendência forte que caracteriza um processo de (re)pecuarização, no sentido de uma retomada da prática da pecuária, de forma diferenciada da existente nas décadas de 1970 e 1980, nos sertões paraibanos. Com a introdução da pecuária semi-intensiva, acontecem processos diferenciados de modernização e pecuarização.

Foram identificados na microrregião de Catolé do Rocha, sertão da Paraíba, vários perfis de produtores engajados com a pecuária bovina, como a bovinocultura de leite, a bovinocultura mista (corte e leite) e ainda a pecuária como retomada do aspecto simbólico, representada através da vaquejada. Grandes proprietários investem nesse empreendimento festivo e econômico reafirmando e legitimando a escolha pela pecuária, mesmo na forma de entretenimento.

No município de Catolé do Rocha, o Sr. Francisco Serafim é detentor de duas grandes propriedades rurais, investindo hoje no ramo da pecuária, prevalece na propriedade a bovinocultura mista de leite e de corte. Nos últimos 10 anos, instalou um laticínio e hoje

produz vários produtos derivados do leite (queijo de manteiga, queijo de coalho, ricota, requeijão, mussarela, manteiga, doce-de-leite). Sua usina de beneficiamento de leite tem capacidade para trabalhar com 15.000 mil litros de leite ao dia. Produz aproximadamente 1.500 mil litros de leite ao dia e compra de outros agropecuaristas da microrregião um total de 10.000 a 12.000 mil litros para atender à demanda de produção diária. Seus produtos são vendidos nos estabelecimentos do município e de outros municípios circunvizinhos. Há também uma rede de comercialização estadual, pois seus produtos são comercializados em estados vizinhos como Rio Grande do Norte e também em locais mais distantes como o Distrito Federal.

O Sr. Zezito Maia é detentor de uma grande propriedade rural no município de Catolé do Rocha, recebida de herança do seu pai. Essa propriedade está na mesma família há mais de dois séculos e vem passando de pai para filho. Hoje o dono da fazenda é um grande pecuarista da região, investe na bovinocultura mista de cria e engorda de animais, vacas leiteiras e também na produção de touros reprodutores. Para esse proprietário e produtor rural, a prática da bovinocultura na sua fazenda consiste na utilização de animais melhorados geneticamente e também num plantel de matrizes de vacas produtoras de leite. Fez vários investimentos na fazenda nos últimos anos e hoje faz inseminação e reprodução de animais de raça guzerá e pardo suíço. O cruzamento entre as duas raças promove um animal rústico e bom produtor de leite e de carne. A venda do leite não gera muita renda, mas cobre a manutenção dos pagamentos semanais dos tratadores do rebanho. Possui touros reprodutores geneticamente selecionados em centrais de inseminação do Brasil. Com essa experiência com bovinos geneticamente melhorados, consegue uma maior produtividade em seu estabelecimento, tornando a atividade mais rentável economicamente. Planta forrageiras, como o capim e cana-de-açúcar para alimentação do rebanho.

Segundo o proprietário:

A criação de gado, no momento, é a única opção, a única alternativa que o proprietário sertanejo tem para produzir, para sobreviver, não existe outra. Mesmo no meio da crise, continuar investindo na pecuária como projeto, procurando novas tecnologias, melhoramentos da raça para tornar a atividade mais produtiva como a inseminação artificial, como o projeto que iniciamos de transferência de embrião, fecundação em vitro, (...), estamos buscando um caminho que seja viável economicamente e que torne as nossas propriedades viáveis como fora no passado [o proprietário se refere a produção de algodão]. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Quando o entrevistado fala da propriedade ser viável economicamente, ele se refere as novas técnicas que estão sendo introduzidas na sua propriedade. E quando fala que no passado

a propriedade era muito produtiva, se refere ao tripé algodão/pecuária/culturas alimentares. Com a crise desse sistema, o proprietário, para se manter no campo, precisaria fazer novos investimentos. Daí uma forte característica do processo de (re)pecuarização, em que para continuarem sendo economicamente produtivos, os proprietários optaram por investir na atividade da pecuária de forma diferenciada, incorporando novos projetos produtivos e novas técnicas de manejo para continuarem em suas terras.

Outro grande proprietário da região de Catolé do Rocha, o Sr. Lauro Maia, também opta pela pecuária, com investimentos na bovinocultura de leite e corte e de forma diferenciada dos dois casos anteriores, agrupou a esse investimento a prática da vaquejada como forma de entretenimento que reflete mudanças na atividade da pecuária. Foi instalado na fazenda nos últimos 20 anos um parque de vaquejada, onde são promovidas festas de derrubada do boi e shows com bandas de forró, sendo capaz de reunir público para dois eventos anuais, ambos realizados na propriedade.

Essas três experiências encontradas reafirmam o processo de (re)pecuarização associado ao processo de transformação social, técnica e produtiva na agropecuária, intimamente relacionado com a modernização que acontece nas médias e grandes propriedades do sertão paraibano, representando eficiência e produtividade. Sem falar da pecuária desenvolvida pelos pequenos proprietários da região, que vendem o leite para um laticínio existente em Catolé do Rocha e também para algumas queijeiras situadas nos municípios vizinhos. Houve o colapso do latifúndio, mas não dá grande propriedade, e é possível perceber a emergência de novas formas de apropriação da terra, de novos padrões de produção e de uso de tecnologia, de novas relações de trabalho, entre outros aspectos que caracterizam o momento atual.

Aspectos metodológicos da pesquisa

Sabe-se que os indivíduos e os grupos investem nas lutas de classificação todo o seu ser social, tudo que define a ideia que eles têm deles próprios, todo o impensado pelo qual eles se constituem como 'nós' por oposição a 'eles', aos 'outros' e ao qual estão ligados por uma adesão quase corporal. É isto que explica a força mobilizadora excepcional de tudo que toca à identidade (BOURDIEU, 2005 p. 124).

O grande desafio do cientista social é transformar temáticas em geral em questões sociológicas. Sabemos que a questão fundiária e produtiva relacionada a mudança social são temas que sempre estiveram em pauta nos debates acadêmicos, em virtude de sua importância na sociedade contemporânea. Para chegarmos a uma sociologia dessas questões, fomos provocados a entender as nuances relativas a grande propriedade rural e suas transformações a

partir da ressignificação da prática da pecuária para além daquilo que elas significam no censo comum, ou mesmo no que elas representam para os proprietários e agropecuaristas.

O estudo das transformações pelas quais vem passando as médias e grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha nos últimos 30 anos e sua relação com o processo de reconversão produtiva através das estratégias de (re)pecuarização e modernização que vem ocorrendo nas áreas semiáridas do Nordeste requer uma pesquisa qualitativa para melhor compreender os processos de mudança social, econômica, produtiva e cultural ocorridos no período.

Depois de escolhido o *locus* empírico da pesquisa, fomos delimitar os questionamentos que nos chamavam mais atenção e começamos a pensar nas elites agrárias e políticas que compunham a microrregião e logo veio as indagações a respeito das grandes propriedades rurais e suas respectivas transformações, como poderíamos explorá-las sociologicamente.

O interesse pela pesquisa surgiu do debate, no âmbito do PPGCS, sobre as mudanças sociais na agricultura familiar do semiárido nordestino. Neste processo, começamos a indagar questões relativas a transformações na grande propriedade rural. Inicialmente, procuramos averiguar como os grandes proprietários da região de Catolé do Rocha conseguiram manter e preservar a grande propriedade ao longo do tempo e decidimos analisar quais as transformações sociais, políticas, econômicas e produtivas pelas quais passavam as médias e grandes propriedades rurais da região estudada. Um dos questionamentos foi procurar analisar como se reordenaram alguns posicionamentos e arranjos econômicos e produtivos em função de uma legitimidade de ocupação, permanência e manutenção da propriedade nas mãos de uma mesma família a tantas gerações. Para isso, procuramos entender a representação social que esses proprietários construíram de si mesmo, a partir dos seus discursos e ressaltando as figuras emblemáticas (herança familiar) que também legitimaram um discurso como prática representativa no passado, a tradição representada a partir das falas dos proprietários. Apreendemos a percepção desses sujeitos sobre si mesmo, sobre o mundo que construíram para si e sobre os assuntos que queriam dar visibilidade, e a partir desses discursos identificamos os mecanismos acionados na construção das identidades pessoais, sociais e econômicas que estavam por trás de suas representações.

Para chegar a esses discursos dos proprietários, decidimos por metodologia de pesquisa oriundas da sociologia, antropologia e historiografia na construção do conhecimento sobre a realidade estudada. Tendo como instrumentos principais de pesquisa entrevistas abertas e semi-estruturadas, para obter respostas extensas que nos permitissem explorar

informações referentes à aspectos históricos de obtenção das propriedades, trajetória de vida dos proprietários, relações produtivas desenvolvidas no passado - auge do sistema algodão/pecuária/culturas de subsistência e morada -, sistemas produtivos vigentes na propriedade e por fim os discursos que os classificam e demarcam como proprietários e produtores rurais.

As entrevistas com os proprietários ocorreram entre os meses de dezembro de 2012 e março de 2013, geralmente nas sedes das fazendas ou em residências dos proprietários no município de Catolé do Rocha. Elaboradas a partir de roteiro semi-estruturado, as entrevistas tinham duração de aproximadamente duas a quatro horas, a depender do desenrolar da conversa e dos empreendimentos e investimentos que os proprietários tinham na propriedade, aumentando assim as falas e questões a respeito das relações de produção desenvolvidas na atualidade. As questões das entrevistas eram diferenciadas para cada proprietário, explorando as atividades produtivas desenvolvidas por cada um deles a partir de um conhecimento prévio obtido em conversas com os moradores da região.

Foi feito um levantamento bibliográfico a respeito dos temas de pesquisa que estavam sendo estudados e quais as principais transformações que se davam nas grandes propriedades rurais do Nordeste. Detectamos uma quantidade enorme de trabalhos a respeito da pequena propriedade e quase nada a respeito das recentes transformações ocorridas no antigo latifúndio do Nordeste, temática muito debatida até a década de 1980 e com pouco ou quase nenhum enfoque nos últimos anos. Essa revisão bibliográfica teve a intenção de confrontar a ideia de que esse espaço social é o lugar da tradição e do atraso, sendo necessário apreender as novas formas sociais que emergiram a partir da decadência do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada.

As transformações sociais, políticas e econômicas mais citadas nas referências sobre o semiárido se limitavam aos cerrados nordestino (Bahia, Maranhão e Piauí) e aos vales úmidos representados pela agricultura irrigada (Juazeiro/Petrolina, açu/Mossoró e Jaguaribe), identificando-se assim a quase inexistência de estudos nas áreas da caatinga sertaneja e nenhum estudo sobre a microrregião de Catolé do Rocha, que ainda preserva um alto grau de concentração fundiária.

As fontes históricas foram muito importantes para o entendimento das questões a respeito da permanência e manutenção das grandes propriedades na microrregião de Catolé do Rocha. Fizemos um levantamento de material histórico e geográfico no IHGB (Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba) a respeito das doações de terras no território sertanejo, para detectar ao longo dos últimos dois séculos o início da apropriação do território sertanejo,

especificamente da microrregião de Catolé do Rocha, através da distribuição das datas de terras em sesmarias. Também foi possível conferir a apropriação de terras a partir do primeiro censo agropecuário, em 1920.

Recolhemos dados junto aos cartórios de registros de imóveis rurais municipais para procurar analisar a compra e venda de terras nas últimas décadas. Nesse levantamento foi possível detectar os maiores compradores de terras. Percebemos que a grande propriedade na microrregião de Catolé do Rocha passou por momentos de estruturação, desestruturação e reestruturação de territórios e das práticas produtivas. Também foi de fundamental importância para o trabalho o recolhimento de dados junto ao IBGE, INTERPA e INCRA.

Também utilizamos para o levantamento de dados sobre as grandes propriedades rurais, os seguintes procedimentos: análise de fotos e documentos, publicações em jornais ou sites de internet, e material gráfico produzido pelos “perfis” de proprietários encontrados na microrregião de Catolé do Rocha (laticínios, vaquejadas), observando as transformações e maneiras de permanecer com a propriedade.

Portanto, compreendemos o processo de transformação produtiva voltada a rentabilidade das médias e grandes propriedades a partir das noções de (re)pecuarização, reconversões produtivas, agronegócio e reelaboração dos discursos dos proprietários em um conjunto de mudanças sociais, econômicas, produtivas e políticas vivenciados a partir da dinâmica de modernização incorporada pelos grandes proprietários do sertão paraibano.

CAPÍTULO I

“NARRATIVAS” DA GRANDE PROPRIEDADE E DOS GRANDES PROPRIETÁRIOS DO SERTÃO: TERRITÓRIO DA PECUÁRIA, DO LATIFÚNDIO E DAS OLIGARQUIAS

Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro. De couro era a porta das cabanas, o rude leito aplicado ao chão duro, e mais tarde a cama para os partos; de couro todas as cordas, a borracha para carregar água, o mocó ou alforge para levar comida, a maca para guardar roupa, a mochila para milhar o cavalo, a peia para prendê-lo em viagem, as bainhas da faca, as broacas e surrões, a roupa de entrar no mato, os banguês para curtume ou para apurar sal; para os açudes, o material de aterro era levado em couro puxado por juntas de bois que calcavam a terra com seu peso; em couro pisava-se tabaco para o nariz (ABREU, 1976, p. 127).

Esta vantagem viria a animar os grandes proprietários da região, sempre criadores de gado, uma vez que aumentariam seus lucros sem abandonar, ao contrário, melhorando ainda mais a sua atividade econômica tradicional. Ainda hoje, podemos observar como, no agreste e no sertão, a criação de gado é a atividade econômica mais ligada ao latifúndio, pois os grandes proprietários são sempre, principalmente, pecuaristas, e só subsidiariamente, agricultores (ANDRADE, 1986, p.126).

Enquanto o Nordeste “açucareiro” semiburguês tinha sua expansão cortada pela simbiose dialética da constituição de outra “região” com o capital internacional, um outro Nordeste emergia gradualmente, submetido e reiterado pelas mesmas leis de determinação de sua relação com o capital internacional: o Nordeste “algodoeiro-pecuário”. Sem penetrar na esfera da produção, o capital internacional apropriou-se da esfera da circulação, da comercialização, e por esse fato, a política econômica do Segundo Império e da República Velha, que centrava suas atenções na manutenção de uma taxa de câmbio que era simultaneamente condição da reprodução e forma da apropriação internacional de parte do produto social, compatibilizava os interesses da reprodução do capital na “região” do café e na “região” - no novo Nordeste - do algodão-pecuária. Não é sem razão que tanto o controle político da Nação começou a escapar das mãos da burguesia açucareira do “velho” Nordeste, quanto o controle político interno do “velho” e do “novo” Nordeste começou a passar às mãos da classe latifundiária que comandava o processo produtivo algodoeiro-pecuário, reiterado pela sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano. A imagem do Nordeste, que as crônicas dos viajantes de fins do Século XVIII e princípios do Século XIX descreveram em termos da opulência dos “barões” do açúcar, e que depois iria inspirar a nostálgica pseudosociologia de Gilberto Freyre, começou a ser substituída pela imagem do Nordeste dos latifundiários do sertão, dos “coronéis”; imagem rústica, pobre, contrastando com as dos salões e saraus do Nordeste “açucareiro”. Nesse rastro é que surge o Nordeste das secas. A fundamentação do Estado unitário que prevaleceu por todo o Segundo Império e continuou, República Velha adentro, sob a forma da coligação “café-com-leite” residia sobretudo na homogeneidade dos processos de reprodução do capital, na sua subordinação aos interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano: “coronéis” do algodão, pecuária e “barões” do café e Estado oligárquico são os agentes e a forma da estrutura do poder (OLIVEIRA, 1981, p.35).

A literatura sócio-antropológica e econômica produzida ao longo do Século XX contribuiu de maneira diferenciada para cristalizar as percepções atuais acerca da grande

propriedade e dos grandes proprietários do semiárido nordestino. Podemos identificar pelo menos três grandes “narrativas” nas obras que se dedicaram direta ou indiretamente ao estudo do tema e que continuam a influenciar as maneiras pelas quais se enxerga o sertão, constituindo-se assim em modos de dizer, de classificar, de ver (BOURDIEU, 2001) a região:

- a) As narrativas de ocupação dos sertões, em que os grandes proprietários são apresentados como “desbravadores” (ABREU, 1976, p.127; ANDRADE, 1986; FURTADO, 1967), protagonistas de um sistema social com forte resiliência: o latifúndio. É uma narrativa de constituição de um território, com ênfase histórica e geográfica.
- b) As narrativas de caráter mais economicista, que buscam apreender as formas particulares de inserção da região e do latifúndio ao processo de expansão capitalista, em que os grandes proprietários são a principal força das bases econômico-sociais da oligarquia agrária do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada (OLIVEIRA, 1981; FURTADO, 1967). Os grandes proprietários se apropriam dos benefícios do Estado oligárquico para se manterem no poder, fazendo avançar a divisão social do trabalho.
- c) As narrativas políticas, de influência sociológica e antropológica, que enfatizaram a constituição de oligarquias familiares baseadas na propriedade da terra e monopolizadores do poder local. A figura predominante dos grandes proprietários nesta literatura é a do coronel e chefe político (QUEIROZ, 1976; LEAL, 1975; FAORO, 1989; PANG, 1979; JANOTTI, 1987; CARONE, 1978; BURSZTYN, 1985; LEWIN, 1993).

Tanto a cristalização de uma explicação da região que se vincula à produção clássica das ciências sociais brasileiras quanto às reelaborações mais recentes, na tentativa de apreender a complexidade das transformações vivenciadas, acabam por reforçar as imagens já cristalizadas do semiárido como lugar do latifúndio, do atraso, da tradição. Neste capítulo, buscamos analisar essa literatura de modo a fazer emergir com mais clareza quais visões sobre a grande propriedade no sertão nordestino foram desenvolvidas pelas ciências sociais brasileiras e quais as ênfases destas interpretações, de modo a empreendermos ao longo da tese uma revisão destas visões, tendo como referência as transformações vivenciadas na grande propriedade do semiárido, tendo como lócus da pesquisa empírica a microrregião de Catolé do Rocha, no sertão paraibano.

1.1 O GRANDE PROPRIETÁRIO COMO HERÓI DESBRAVADOR

Autores que foram muito relevantes para compormos uma reflexão histórica a respeito do Nordeste e suas formas de organização produtiva e relações de trabalho foram Capistrano de Abreu (1976), Celso Furtado (1967) e Manuel Correia de Andrade (1986), numa perspectiva que representava os grandes proprietários de terras como desbravadores do sertão, chegada e povoamento, construção das primeiras fazendas para criação de gado, a sociedade do couro e o início da agricultura de subsistência.

No Nordeste, a Zona da Mata foi destinada à produção da cana-de-açúcar enquanto que no sertão consolidou-se a pecuária e mais especificamente o criatório de bovinos, associada à agricultura de subsistência, responsável pela expansão e povoamento dos sertões. Nas duas regiões, as dinâmicas agrárias foram marcadas pela instituição da grande propriedade, com importante repercussão na vida econômica, política e social da região.

Com teses um pouco diferenciadas Capistrano de Abreu, Celso Furtado e Manuel Correia de Andrade deixaram suas expressões sobre o Nordeste brasileiro. Segundo Furtado (2007), a propagação e expansão da pecuária extensiva ocorreu em todo o sertão nordestino, cujas ocupações perpassaram os séculos XVII e XVIII e foi provocada pelo apogeu da produção do açúcar. Com a inviabilidade da criação de gado próxima as áreas açucareiras, a pecuária interiorizou-se pelos sertões, facilitada devido às grandes extensões de terras ainda não exploradas. A ocupação ocorreu em diferentes datas, obedecendo alguns critérios como: a disponibilidade de recursos hídricos; as vias naturais de acesso; as características hostis do meio local entre outras características (FURTADO, 1967; CARON, e HUBERT, 2003). Ocorrendo principalmente nos sertões dos Estados de Pernambuco, Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte.

A procura dos espaços para instalação das fazendas criadoras de gado se deu obrigatoriamente no curso dos rios ou riachos, onde a água representava um fator importante para a permanência nas terras.

Adquirida a terra para uma fazenda, o trabalho primeiro era acostumar o gado ao novo pasto, o que exigia algum tempo e bastante gente; depois ficava tudo entregue ao vaqueiro. A este cabia amansar e ferrar os bezerros, curá-los das bicheiras, queimar os campos alternadamente na estação apropriada, extinguir onças, cobras e morcegos, conhecer as malhadas escolhidas pelo gado para ruminar gregariamente, abrir cacimbas e bebedouros. Para cumprir bem com seu ofício vaqueiral, escreve um observador, deixa poucas noites de dormir nos campos, ou a menos as madrugadas não o acham em casa, especialmente de inverno, sem atender às maiores trovoadas, porque nesta ocasião costuma nascer a maior parte de bezerros e pode nas malhadas observar o gado antes de espalhar-se ao romper do dia, como costumam, marcar as vacas que estão próximas a ser mães e trazê-las quase como à vista, para que parindo não escondam os filhos de forma que fiquem bravos ou morram de varejeiras (ABREU, 1976, p.128).

A visão de Abreu (1976) sobre a chegada e apropriação das áreas sertanejas realça a figura de homens com posses e privilégios que se apropriam de extensas áreas para exploração e constituição da atividade da pecuária, constituindo os maiores latifúndios que o Nordeste conheceu. Sem embargo, os verdadeiros desbravadores eram os vaqueiros que desempenhavam todo o trabalho pesado para implantação dessas fazendas. Sob o paradigma de conquistadores, inúmeros foram os benefícios encontrados por essa classe de grandes proprietários que dominaram o sertão até meados do XX.

De acordo com Furtado (2007), a pecuária era um reflexo da atividade açucareira, ou melhor, uma atividade subsidiária a atividade da cana-de-açúcar. Nos termos do autor, a pecuária supria apenas as necessidades da alimentação, a força motriz animal para dar continuidade a moenda da cana-de-açúcar e também como meio de transporte da população da Zona da Mata açucareira. Fenômeno econômico inicialmente de baixa rentabilidade. Falando em termos econômicos, a atividade da pecuária era insignificante frente à economia e desdobramento produzido pela economia açucareira, o que Furtado deixa claro em seu livro “Formação econômica do Brasil”.

Deve-se ter em conta, entretanto, que essa atividade, pelo menos em sua etapa inicial, era um fenômeno econômico induzido pela economia açucareira e de rentabilidade relativamente baixa (...) Ao contrário do que ocorria com a economia açucareira, a criação - não obstante nesta não predominasse o trabalho escravo - representava um mercado de ínfimas dimensões. A razão disso está em que a produtividade média da economia dependente era muitas vezes menor do que a da principal, sendo muito inferior seu grau de especialização e comercialização. Observada a economia criatória em conjunto; sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população. Para compreender esse fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência (FURTADO, 2007, p.67 - 68).

Em conformidade com a tese de Furtado, Guedes (2006), em estudos realizados na Paraíba junto aos registros de concessões das sesmarias, confirma a hipótese muitas vezes dita de que a criação de gado no sertão serviu para o provimento dos engenhos do litoral com o fornecimento de animais. Segundo Tavares (1982), num destes registros, de 19 de maio de 1704, o Conde de Alvor justificou mais um pedido de sesmaria, agora no sertão dos Piranhas, argumentando que se encontrava sem terras o bastante para criar seu gado destinado ao manuseio de dois engenhos que possuía nesta capitania (TAVARES, 1982, p.52). No mesmo ano, pede terras em outra área, nas nascentes do rio Jacu, próximo ao rio Ajude - RN, para o

mesmo fim. O conde de Alvor foi provido com várias sesmarias em diferentes áreas do sertão paraibano e rio-grandense (GUEDES, 2006).

O couro foi um dos protagonistas da atividade da pecuária. Era um bem precioso para todos os sertanejos, utilizado em várias situações do cotidiano como vestimenta, utensílios domésticos, equipamentos auxiliares na lida com o gado e várias outras serventias. E ainda era exportado. Em passagens anteriores, podemos conferir em Capistrano de Abreu (1976) a ilustrada cultura do couro vivenciada no sertão, sob domínio da pecuária. Furtado (1967) também enfatiza a utilização do couro pelos sertanejos.

Em comparação com a produção açucareira, “a economia criadora não dependia de gastos monetários no processo de reposição do capital e de expansão da capacidade produtiva” (FURTADO, 1986, p.60). Por essa razão, acabou sendo bem vista pelos grandes fazendeiros. As instalações das sedes das fazendas não possuíam casas luxuosas, mesmo quando residiam os proprietários. Geralmente, era uma casa grande com muitos quartos e um alpendre. A casa do vaqueiro ficava vizinha a casa grande, geralmente aos fundos, porém bem humilde, em muitos lugares eram casas de taipa⁷ coberta por palhas e raramente coberta com telha.

Inicialmente, a fazenda e o gado eram quase sempre administrados pelos vaqueiros⁸, os donos das terras ainda tinham receio de morar na caatinga sertaneja. Posteriormente,

Desvanecidos os terrores da viagem ao sertão, alguns homens mais resolutos levaram família para as fazendas, temporária ou definitivamente e as condições de vida melhoraram; casas solidas, espaçosas, de alpendre hospitaleiro, currais de morões por cima dos quais se podia passear, bolandeiras para o preparo da farinha, teares modestos para o fabrico de redes ou pano grosseiro, açudes, engenhocas para preparar a rapadura, capelas e até capelães, cavalos de estimação, negros africanos, não como fator econômico, mas como elemento de magnificência e fausto, apresentaram-se, gradualmente como sinais de abundância (ABREU, 1976, p.129).

Observando a economia criatória em conjunto, os principais fatores que desencadearam o criatório no sertão foram: em primeiro lugar penetração, ocupação e povoamento dos sertões nordestinos; o caráter extensivo e a necessidade de grandes extensões

⁷ Também chamada de pau-a-pique, taipa de sopano ou barro armado, é uma técnica em que as paredes são armadas com varas ou madeira e preenchidas com barro amassado com água e depois coberta com palhas.

⁸ O vaqueiro era o principal encarregado da fazenda, responsável pela administração e manutenção da fazenda e do gado, o vaqueiro possuía alguns auxiliares que lhe ajudavam a manter as devidas responsabilidades. Predominava como remuneração do vaqueiro o sistema de quarteação, ou seja, um quarto da produção da fazenda, a cada quatro bezerros nascidos, um pertencia ao vaqueiro. Embora o vaqueiro só recebesse pelo pagamento depois de quatro anos de trabalho na fazenda. Também trabalhava nas fazendas alguns mestiços forros que faziam serviços auxiliares e recebiam a remuneração em espécie e tinham moradia garantida. Ser vaqueiro e após alguns anos de trabalho receber como forma de pagamento algumas reses podia significar começar sua própria fazenda, algo extraordinário para uma sociedade altamente limitativa em oportunidades como a colonial. Essa forma de remuneração consentia aos vaqueiros uma certa acumulação de capital e consequentemente ascensão social (ANDRADE, 1986).

de terras devido o deslocamento dos animais em períodos secos, o baixo nível de investimento exigido para implantação das fazendas; a capacidade de auto-reprodução da força de trabalho (ABREU, 1976; e FURTADO, 1967). Essas características comprovam a tese do grande proprietário como precursor da ocupação do sertão nordestino.

Celso Furtado (2007) identificou em seus trabalhos, e isso perpassa por outros autores a questão da concentração fundiária e o problemático sistema produtivo em torno das atividades do latifúndio/algodão/pecuária/morada como sendo os responsáveis por alavancar todos os problemas desencadeado no Nordeste. Segundo o autor,

A dispersão de parte da população, num sistema de pecuária extensiva, provocou uma involução nas formas de divisão do trabalho e especialização, acarretando um retrocesso mesmo nas técnicas artesanais de produção. A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência - elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores - estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos (FURTADO, 2007, p. 106).

Outro aspecto enfatizado por Furtado que corrobora a atividade da pecuária com o latifúndio enfocando a tradição, o atraso econômico e as disparidades regionais está presente nas seguintes passagens do autor:

A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência - elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores - estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos (FURTADO, 2007 p.72).

O setor de subsistência, que se estendia do norte ao extremo sul do país, caracterizava-se por uma grande dispersão. Baseando-se na pecuária e numa agricultura de técnica rudimentar, era mínima sua densidade econômica. Embora a terra fosse o fator mais abundante, sua propriedade estava altamente concentrada. O sistema de sesmarias concorrera para que a propriedade da terra, antes monopólio real, passasse às mãos do número limitado de indivíduos que tinham acesso aos favores reais. Contudo, não era este o aspecto fundamental do problema, pois sendo a terra abundante não se pagava propriamente renda pela mesma. Na economia de subsistência cada indivíduo ou unidade familiar deveria encarregar-se de produzir alimentos para si mesmo. A “roça” era e é a base da economia de subsistência. Entretanto, não se limita a viver de sua roça o homem da economia de subsistência. Ele está ligado a um grupo econômico maior, quase sempre pecuário, cujo chefe é o proprietário da terra onde tem a sua roça. Dentro desse grupo desempenha funções de vários tipos, de natureza econômica ou não, e recebe uma pequena remuneração que lhe permite cobrir gastos monetários mínimos. No âmbito da roça o sistema é exclusivamente de subsistência; no âmbito da unidade maior é misto, variando a importância da faixa monetária de região para região, e de ano para ano numa região (FURTADO, 2007, p.122).

Dessa forma, os grandes proprietários de terras utilizaram do seu poder econômico e social coibindo as pessoas que lhe deviam favores, dispondo e explorando a mão-de-obra de que necessitasse. Em consequência, o roceiro da economia de subsistência devia fidelidade ao

proprietário.

Segundo Andrade (1986), a pecuária sertaneja necessitava de grandes áreas porque, nos períodos secos, o gado tinha que ser retirado para as serras onde a pastagem é mais abundante; migração essencial para salvar a boiada nos períodos de estiagem. “Assim, em quase toda a área sertaneja a migração sazonal é um hábito que se repete todos os anos” (ANDRADE, 1986, p.164). Embora relate que nem sempre os grandes proprietários faziam a migração sazonal com os seus rebanhos, a não ser nos anos de extrema seca. Nesse caso, o vaqueiro tinha que arraoçar⁹ o gado com cactáceas, restolho de culturas e posteriormente com o caroço do algodão.

A criação extensiva do gado não requeria muitos cuidados, no entanto os grandes proprietários tinham vaqueiros que cuidavam do gado e concomitante tinham alguns auxiliares. Pôde-se observar por muito tempo que, no sertão, a pecuária é a atividade econômica mais ligada ao latifúndio, na maioria das vezes os grandes proprietários são pecuaristas e subsidiariamente agricultores.

Segundo Andrade a atividade agrícola foi posterior à criação de gado,

Apenas a agricultura não foi a atividade principal; desenvolveu-se mediocrementemente à sombra dos currais, devido a grande distância que separava aquela zona do litoral e ao elevado preço que os gêneros atingiam após o transporte por dezenas de léguas. Era feita, porém, de forma penosa, sendo os pequenos campos cultivados limitados por cercas ou valadas que vedavam não só a passagem de bovinos e equinos, como também das miúças (ANDRADE, 1986, p.155).

A agricultura visava apenas o abastecimento da população de cada comunidade, pois as distâncias dos centros e do litoral eram grandes e daí elevava o preço dos gêneros de primeira necessidade (ANDRADE, 1986). Os alimentos cultivados restringia-se a mandioca, milho, feijão e algodão, as vezes abóbora e melão. Andrade (1986) já identificava essas pequenas áreas de agricultura como manchas isoladas na caatinga sertaneja.

O surto algodoeiro do sertão toma visibilidade em finais do século XVIII e início do século XIX. Nos sertões Paraibano, Pernambuco, Cearense e Norte Rio-grandense passou a se destacar o algodão arbóreo, mais conhecido como algodão mocó (CARON e HUBERT, 2003). A cultura algodoeira se desenvolveu nos espaços onde antes reinava a atividade da pecuária, instaurando-se o tripé algodão/pecuária/culturas de subsistência. O algodão passou a ser cultivado com a agricultura de subsistência e com a pecuária, geralmente associado com as culturas do milho, feijão ou fava. Os fazendeiros aproveitavam o restolho das culturas como alimentação complementar para o gado e também utilizavam como alimentação o caroço do

⁹ Providenciar ração para alimentação do rebanho em épocas que faltavam a pastagem natural.

algodão, o qual ainda não possuía valor econômico, pois não existiam usinas de beneficiamento. Esse eixo constituiu a formação social dos sertões até a década de 1960 (ANDRADE, 1986).

O Nordeste semiárido é propício à produção do algodão mocó ou seridó, sendo essa última tipologia uma denominação própria das populações de uma zona vasta que se estende desde o Rio Grande do Norte até a zona central do Estado da Paraíba. Esse tipo de algodão cultivado no sertão tinha a fibra longa e podia ser melhor aproveitado na indústria têxtil devido as suas características físicas (ANDRADE, 1986).

O algodão foi uma das principais culturas agrícolas do Nordeste e a única a enfrentar a cana-de-açúcar com algum êxito. Estudiosos afirmam que o algodão era uma cultura mais democrática, pois podia ser cultivada por grandes e pequenos proprietários. Os proprietários começaram o beneficiamento do algodão com suas bolandeiras em suas próprias fazendas, depois faziam o transporte em lombos de burros para a comercialização nos maiores centros (ANDRADE, 1986).

A cultura do algodão facilmente poderia ser consorciada com culturas de subsistência, como o milho, o feijão e a mandioca. Começou competindo um pouco com a pecuária, depois ganhou visibilidade e melhoramentos, afetando o desempenho da pecuária. A grande vantagem do algodão era que ao final das colheitas, a palha do milho e a rama do algodão serviam de alimento para o gado, por isso que o advento do algodão não sentenciou a extinção da pecuária, essa continuou em destaque. O trio composto por pecuária/algodão/culturas de subsistência favorecia os grandes latifundiários, representado muitas vezes por um homem de posses e chefe político.

A partir do momento em que a agricultura começou a competir com a criação de gado pela utilização dos pastos, aumentaram-se os conflitos sobre o uso da terra, os proprietários rurais investiram no melhoramento do algodão e novos incentivos econômicos fizeram com que aumentasse o valor das terras.

O período áureo do algodão nas zonas sertanejas abarcou parte do império e todo o período da República Velha. O sertão paraibano se adaptou bem à produção do algodão arbóreo¹⁰, fazendo do alto sertão o maior produtor de algodão de fibras longas durante a República Velha. O sertão da Paraíba teve o privilégio de produzir o melhor algodão de fibras

¹⁰ A classificação do IBGE quanto ao algodão arbóreo abrange as variedades consideradas permanentes. Existem dois tipos de algodão arbóreo: 1. mocó – algodão introduzido no sertão com duração de 7/8 anos, sua fibra mede de 35 a 40mm. É mais adaptado a região semiárida, porém tem rendimento inferior ao herbáceo; 2. verdão ou rasga-letra – é uma variedade híbrida que se originou do cruzamento natural entre o mocó e o algodão herbáceo. Sua duração é de 3 anos e seu comprimento varia entre 26 e 40mm. Seu cruzamento não foi fruto de pesquisa, mas feito na prática de cultivo (MENEZES, 1985).

longas disponível no mercado mundial. Por volta de 1880, apenas cinco cidades paraibanas produziram algodão para exportação (São João do Cariri, Cabaceiras, Piancó, Sousa e Catolé do Rocha) (LEWIN, 1993). Mesmo enfrentando todas as dificuldades por falta de rodovias e meios de transporte para ecoar a produção do algodão. A comercialização do algodão até 1928 era feita por Mossoró, Rio Grande no Norte e/ou Recife, Pernambuco, posteriormente é que Campina Grande, Paraíba, lidera a comercialização de algodão com o sertão Paraibano (TAVARES, 1982). Vale salientar que o sertão paraibano tinha mais fácil acesso e maior comunicação com Recife do que com a capital do Estado. O beneficiamento do algodão só veio iniciar-se em Campina Grande a partir de 1920. Daí por diante, a cidade passou a ser o centro supridor e líder do mercado intermediário do algodão.

No sertão da Paraíba o algodão teve seu auge nos finais de 1880 e início do século XIX.

A pecuária vai perdendo cada vez maiores áreas, entretanto vai tornando-se uma atividade econômica altamente compensadora, pois vai passando dos padrões culturais mais extensivos para os intensivos, vai especializando-se na produção de leite e carne, intensificando a engorda de animais. A proporção que perde áreas de criação, aumenta, graças a técnicas mais avançadas, a sua capacidade de lotação (ANDRADE, 1986, p.132).

Com a construção de cercados pelos proprietários, havia a preocupação com a seleção do rebanho. O gado recebia um tratamento diferenciado, o cruzamento era feito com reprodutores de melhor qualidade (zebus, nelore, guzerá, gir entre outras raças), melhorando as características raciais como tamanho, peso, maciez da carne, procriação (LIRA, 1983).

Esse complexo de atividades configura o antigo sistema do Nordeste, conhecido como latifúndio/pecuária/algodão/morada, responsável pelas transformações econômicas e sociais, mas também pela concentração fundiária e o problemático sistema produtivo em torno dessas atividades que se desenvolviam nas áreas semiáridas, agravando as desigualdades econômicas e sociais no interior do Nordeste.

O trabalho de Manuel Correia de Andrade levantou questões a respeito do processo de ocupação do território nordestino, como os homens organizaram as complexas relações de produção e de trabalho no sertão; a questão da mão-de-obra e os ciclos econômicos que se passaram na região Nordeste. Pensando especificamente o sertão, o autor enfatizou a ocupação e o povoamento do território a partir dos grandes latifúndios, associados ao desenvolvimento da atividade da pecuária, o surgimento e a consolidação da produção de algodão e a agricultura de subsistência. As relações de trabalho que predominavam nesse sistema latifúndio/pecuária/algodão/morada faziam com que os grandes proprietários

expandissem seus currais por intermédio dos vaqueiros e/ou agregados. Acrescente-se os moradores, os quais compõem a base para o aparecimento e consolidação de relações permeadas pela posse da terra por meio da qual esses trabalhadores sem propriedade da terra teriam que fazer concessões aos proprietários que se apropriariam de parcela da produção.

Enfim, Andrade (1986) adotou um enfoque territorialista, orientou seu estudo pensando basicamente a questão agrária, enfocando a formação e desenvolvimento das produções agrárias específicas em cada região do Nordeste. Ressaltou o papel da cultura da cana-de-açúcar fundamentada no trabalho escravo e da criação de gado baseada no trabalho livre. E ainda observou a emergência das culturas de subsistência nas franjas desses sistemas econômicos, sendo mais executado na zona agrestina. Essas formas de produção caracterizariam tipos humanos diferenciados, o senhor de engenho e seus escravos na zona da mata, o coronel e seus vaqueiros no sertão e os pequenos produtores no agreste. Típicos heróis que compuseram e desenvolveram o Nordeste. Assim, toda a obra de Andrade discorreu sobre a problemática do subdesenvolvimento. Refletindo a posse concentrada da terra; a cultura extensiva de baixa produtividade; o sustento e benefício de uma estrutura social de classes de caráter oligárquico; o uso extensivo da mão-de-obra nas atividades principais.

Segundo Furtado (1967), a tríade pecuária/algodão/culturas de subsistência foi responsável por grandes transformações no Nordeste. Para o autor, o Nordeste foi se transformando progressivamente em uma economia onde grande parte de sua população produzia apenas o necessário para a subsistência.

1.2 O GRANDE PROPRIETÁRIO E O CAPITAL MONOPOLISTA COMO BASES ECONÔMICO-SOCIAIS DA OLIGARQUIA AGRÁRIA

Oliveira (1981) tornou-se um crítico das teses dualistas de Furtado que, seguindo a tradição do pensamento cepalino, via a questão regional sob o enfoque dos desequilíbrios regionais e a intervenção planificadora do Estado em termos da realocação dos fatores de produção, com vistas ao desenvolvimento econômico regional. A obra de Oliveira torna-se reveladora por trazer para a discussão a questão da expansão do capitalismo no Brasil, reproduzindo novas formas de exploração do trabalho. Como afirma Oliveira (1981), emerge o Brasil oligárquico sob a determinação férrea da subordinação e circulação internacional de mercadorias, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, tomando formas distintas em cada região. Surge como agentes internos desse sistema os barões paulistas na região do café e os coronéis latifundiários do algodão/pecuária no sertão nordestino.

Numa perspectiva diferenciada, a principal preocupação de Oliveira era com os processos de mudança e dinâmica econômica e social. Para o autor, “o trabalho pretende ser um *processo do social*, enquanto síntese de todas as determinações” (OLIVEIRA, 1981 p.15). Oliveira deu prioridade, em seu estudo, a análise da divisão inter-regional do trabalho no Brasil. Recusando o enfoque dos desequilíbrios regionais, representado pela emergência do planejamento regional do Nordeste.

Pensando na divisão regional do trabalho no Brasil, o conceito de região¹¹ de Francisco de Oliveira fundamenta-se

Na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes peculiar a essas formas e, portanto, também nas formas de luta de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista, podem e existem regiões em determinado espaço nacional, tanto mais determinadas quanto sejam diferenciados os processos assinalados (...) existe uma tendência para a completa homogeneização da reprodução do capital e das suas formas, sob a égide do processo de concentração e centralização do capital, que acabaria por fazer desaparecer as *regiões*, no sentido proposto por essa investigação (OLIVEIRA, 1981, p.27).

A partir dessa formulação, Oliveira torna-se um crítico da tese dualista de Celso Furtado, que defende a questão regional a partir do approach nos “desequilíbrios regionais” e na ação planejada do Estado em termos da realocação dos fatores de produção como visão para o desenvolvimento econômico regional.

O próprio Francisco de Oliveira reconhece que sempre existiram vários Nordeste, e que a região Nordeste só veio a ser realmente reconhecida em meados do século XIX e sobretudo no século XX. No tempo do Brasil colônia reconhecia-se “regiões” dentro do que hoje é conhecido pelo Nordeste. Por exemplo, o que corresponde hoje aos Estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Alagoas, era marcadamente conhecido como o lugar da produção açucareira. Outras regiões se formaram na nação brasileira, como por exemplo a “região” do café, constituída preliminarmente pela mesma determinação externa, isto é, a subordinação aos interesses do capital financeiro inglês e, vez por outra, francês.

Na economia colonial, a pecuária nunca foi representada, uma vez que não estava fundamentada nos padrões de execução da economia escravocrata, representada no Nordeste através da economia açucareira. Partido dessa assertiva, Oliveira (1981) alega que a economia pecuária era um desdobramento marginal da atividade econômica principal do Nordeste, que

¹¹ Sobre o conceito de região, “O que preside o processo de constituição das ‘regiões’ é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as ‘regiões’ são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a ‘região’ exatamente pela sua predominância e pela consequente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são pessoas do capital e de sua contradição básica” (OLIVEIRA, 1981, p.30).

era a produção açucareira.

“O Nordeste agrário não-açucareiro começará a ser redefinido completamente pela entrada em cena de outro ator: o algodão” (OLIVEIRA, 1981, p.46). Onde antes predominava a pecuária extensiva, impera nos vastos campos do sertão nordestino a cultura do algodão, em consórcio com a pecuária e as culturas de subsistência. Nasce nesse momento o grande sistema produtivo do Nordeste, latifúndio/algodão/pecuária/morada e nas suas franjas as culturas de subsistência.

Em decorrência da revolução industrial e do avanço da indústria têxtil na economia inglesa, cresce a demanda mundial pela procura do algodão.

O Nordeste semiárido é ecologicamente propício à produção do algodão de fibra longa, conhecido ali como algodão mocó ou seridó, sendo esta última denominação o próprio nome de batismo de uma vasta zona que se estende desde o Rio Grande do Norte até a zona central do Estado da Paraíba (OLIVEIRA, 1981, p.47).

Oliveira (1981) aponta que aparece nesse momento, no sertão algodoeiro-pecuário, uma estrutura fundiária típica do latifúndio. Para o autor,

O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a “plantation”, porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros, posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas “culturas de subsistência” do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força-de-trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas. Deve-se fazer aqui a inversão entre o discorrer do discurso e o andamento da constituição da relação real: *não é* a estrutura típica do latifúndio-minifúndio o que determina o baixo valor do algodão, pois apenas o reproduz. O baixo valor é determinado, em última instância, pelas modificações que estão ocorrendo na composição orgânica do capital nas indústrias têxteis da Inglaterra e dos Estados Unidos (OLIVEIRA, 1981, p.47).

O lugar social da grande propriedade descrito por Francisco de Oliveira demonstra que as transformações que se operavam na região Nordeste refletia apenas uma submissão da burguesia industrial aos interesses da oligarquia agrária algodoeira pecuária e ao capital internacional.

Oliveira (1981) chama atenção para a reprodução e expansão da estrutura fundiária do Nordeste, assegurando que foram essas mesmas relações que predominaram na economia açucareira aqui no Nordeste, depois comandaram a esfera financeira de circulação do café na região Sul. E dessa vez, foi responsável por subordinar ao capital internacional financeiro a

estrutura da produção algodoeira/pecuária no Nordeste, representada pelas três irmãs que se fixam nessa região, a SANBRA, ANDERSON CLAYTON e MACHINE COTTON. Nesse momento, aparecem as empresas internacionais que controlam a circulação do algodão.

Quem veio mesmo concorrer com a cana-de-açúcar foi a produção de algodão no interior sertanejo. O Nordeste açucareiro começou a demonstrar uma tímida economia, frente a produção do algodão. Outro Nordeste emergia, porém submetido as mesmas leis de determinação do capital internacional, assim como já acontecera com a produção do açúcar. Nesse momento de euforia da produção algodoeira, o controle político do Nordeste se firma nas mãos dos grandes latifundiários, enfatizando o Nordeste algodoeiro-pecuário. Segundo Oliveira, (1981, p. 35) “**coronéis** do algodão, pecuária e **barões** do café e Estado oligárquico são os agentes e a forma da estrutura do poder”.

Na segunda metade do século XX, a produção de algodão entra em crise, os proprietários não conseguiram mais produzir a preços viáveis no mercado mundial. Nesse momento, entrou em crise também o sistema de moradia e em decorrência desse processo de falência ocorre uma intensificação das migrações para o centro Sul, região que estava em pleno desenvolvimento industrial (OLIVEIRA, 1981).

Oliveira (1981) relata que o Estado passou a intervir através da ação do DNOCS para que transformasse a estrutura econômica e social do Nordeste. Porém, as ações do DNOCS¹² “significaram simplesmente um reforço das condições da própria estrutura produtiva, tanto na esfera da produção quanto na esfera da circulação e da apropriação” (OLIVEIRA, 1981, p.52). A crítica do autor em relação à forma de planejamento empregada pelo Estado afirma que as ações desenvolvidas pelo IFOCS e depois DNOCS manteve, mais do que transformou, as condições de reprodução da estrutura econômica e social, conduzindo-o a uma forma de Estado oligárquico, o Estado foi literalmente capturado pelos oligarcas que detinham os maiores poderes políticos e econômicos.

Os investimentos realizados pelo DNOCS reforçava a “estrutura arcaica” do Nordeste, pois expandia as estratégias produtivas dos grandes proprietários, contribuindo para reforçar a “existência do fundo de acumulação próprio dessa estrutura” (OLIVEIRA, 1981, p.54).

Tal acumulação primitiva utilizava os recursos do Estado para implantação de benfeitorias nas grandes propriedades, e sua forma de financiamento chegou a constituir-se em outro pilar da força e do poder político dos coronéis, oligarquia

¹² O DNOCS fora criado principalmente para combater os efeitos das secas no Nordeste, o órgão ficou responsável pela construção de barragens e açudes para retenção de águas a serem utilizadas nos períodos secos; perfuração de poços; construção de estradas de rodagem. Contudo, seu maior problema foi construí-los em fazendas particulares privilegiando os grandes e médios proprietários, esses tinham acesso direto com o Estado devido as relações recíprocas que ainda permeavam entre ambos.

algodoeira-pecuária. Chegando quase sempre atrasados os recursos fiscais que a União devia fornecer para as *emergências*, o DNOCS utilizava os créditos junto aos grandes fazendeiros e comerciantes do Nordeste semi-árido, quase sempre as duas formas do capital reunidas numa só pessoa, *personae* dessa forma de reprodução, para adiantamentos” (OLIVEIRA, 1981, p.55).

Oliveira (1981) afirma que até estradas privadas o DNOCS foi capaz de fazer no interior dos grandes latifúndios para beneficiar os coronéis. Isso tudo se dava porque o controle político do DNOCS permaneceu durante décadas nas mãos dos políticos oligárquicos. Outro benefício do DNOCS para os coronéis acontecia nas frentes de emergência. Os coronéis usavam do seu poder e do assistencialismo para alistar nas frentes de trabalho e no benefício de alimentos, os seus eleitores/trabalhadores, além disso, alguns dos seus eleitores eram fantasmas e mesmo assim tinham prioridade nos benefícios do governo. Esses casos eram recorrentes, facilitados pela falta de fiscalização.

Quando a região do café passa a ser a região da indústria, há uma divisão regional do trabalho no território Brasileiro. As migrações do Nordeste para o Sudeste aumentam e as duas principais regiões do país se conflituam, uma em pleno crescimento e a outra em estagnação. É nesse contexto e tentando cessar com as migrações, controlar o êxodo rural e corrigir alguns desequilíbrios regionais que se iniciam os primeiros estudos de planejamento regional para o Nordeste.

Segundo Oliveira (1981)

Não é a estagnação que força ao planejamento, nem apenas a situação de miséria das massas camponesas e trabalhadoras do Nordeste algodoeiro/pecuário. Essa estagnação era, na maioria dos casos apenas a aparência das transformações que se operavam na hierarquia de poder entre as classes dominantes: no Nordeste como um todo, esta estagnação refletia sobretudo a submissão da burguesia industrial aos interesses da oligarquia agrária algodoeira-pecuária e portanto a dinâmica dessa oligarquia, sua expansão (OLIVEIRA, 1981, p.52).

Na verdade, o trabalho desenvolvido por Oliveira reflete uma forte decepção do autor com o planejamento regional no Brasil e com a consolidação do órgão de planificação, a SUDENE.

Nesse caldeirão de instabilidades ocorrendo no Nordeste, Celso Furtado e outros estudiosos propõem, via planejamento regional, a criação da SUDENE como sendo um esforço modernizador para as transformações no Nordeste.

A SUDENE foi criada em 1959 e traz escrita a marca da intervenção planejada, na tentativa de superação do conflito de classes intra-regional. Porém, segundo Oliveira (1981), o planejamento não representava a ação do estado como mediador,

Mas a presença de um Estado capturado ou não pelas formas mais adiantadas de reprodução do capital para forçar a passagem no rumo de uma homogeneização, ou conforme é comumente descrito pela literatura sobre planejamento regional (OLIVEIRA, 1981, p.30).

Segundo Oliveira (1981, p.120)

A SUDENE levou longe demais sua própria ideologia e seus argumentos ideológicos, vestidos em linguagem técnica neutra e apolítica, na exacerbação do fantasma da região problema, a área mais pobre do hemisfério ocidental, a ameaça à unidade nacional, a área de onde emergiram os conflitos que poderiam por em risco essa unidade – no fundo uma unidade da nação burguesa.

Como crítico, Oliveira (1981) recusa a intervenção planejada por achar que essa forma de ação projetada revelaria apenas aspectos do capitalismo monopolista. Toda a discussão capitaneada por Oliveira foi de grande importância para entender e analisar os problemas desencadeados no Nordeste até a década de 1970, porém nosso ensaio de tese procura atualizar a crítica à grande propriedade rural no semiárido para além dos conceitos e estereótipos que se desenharam no Nordeste, ressaltado como sendo apenas o lugar do latifúndio e das oligarquias, queremos analisar as transformações ocorridas nas últimas décadas e quais as mudanças econômicas e sociais que prevalecem hoje depois da crise do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada, em que se executaram diferentes políticas públicas para o desenvolvimento rural e em que novas orientações a respeito das categorias de agricultura familiar e agricultura patronal dominam o debate acadêmico e político contemporâneo.

1.3 O GRANDE PROPRIETÁRIO REPRESENTADO PELO CORONEL E PELO CHEFE POLÍTICO - CONSTITUIÇÃO DE OLIGARQUIAS FAMILIARES BASEADAS NA PROPRIEDADE DA TERRA E MONOPOLIZADORES DO PODER LOCAL

Outro debate que nos dá suporte para refletir sobre a grande propriedade no Nordeste é a discussão a respeito do poder local. A reflexão sobre a estrutura e os atores que compõem o poder local orientou vários estudos, mais especificamente na segunda metade do século XX. Neste período, encontramos um maior número de obras que têm como principal objetivo compreender a política nacional a partir das relações estabelecidas com o poder local. Maria Isaura Pereira de Queiroz (1976), Nunes Leal (1975), Raimundo Faoro (1989), para citar alguns destes estudiosos, pesquisaram as peculiaridades do poder local e suas mais variadas formas, como o coronelismo, mandonismo e clientelismo, registradas nas experiências de poder e dominação dos proprietários de terras e também ressaltaram, em seus trabalhos, os

conflitos e compromissos entre o poder local e as esferas municipais, estaduais e federais. Também se debruçaram sobre esses fenômenos, pesquisadores como Eu-soo-Pang (1979), Janotti (1987), Carone (1978), Bursztyn (1985), Lewin (1993) e Gurjão (1994), analisando especificidades de algumas regiões.

Em pesquisa detalhada na Paraíba, Linda Lewin (1993) procurou examinar a relação histórica entre parentesco e organização política. O enfoque utilizado pela autora está na família extensa de elite ou parentela (adotada no estudo como sinônimos), tendo como pano de fundo a patronagem rural, poder político e as transformações econômicas em expansão na Paraíba. As conclusões do trabalho enfatizam as estratégias de organização familiar que tinham em vista a estrutura de poder da sociedade, e sua conformação devido às novas condições ocorridas no final do século XIX.

A manutenção da propriedade era garantida pelo casamento consanguíneo. Nesses casos, a herança tendia a ser fragmentada apenas entre os primos - o casamento entre eles consolidava e mantinha as teias do poder econômico e político, assim como a coesão social do grupo familiar.

Contudo, o modo com as famílias mantiveram sua solidariedade através da referência à terra – e em face das longas distâncias – foi ainda mais impressionante. Os casamentos endogâmicos tornaram-se elementos quase indispensáveis, pois as alianças matrimoniais entre primos alimentavam a solidariedade familiar no longo prazo. A detenção de propriedades ancestrais nas zonas rurais, conseqüentemente, fixava a identidade seja de uma parentela, seja de um de seus ramos, tanto no espaço como no tempo geracional (LEWIN, 1993, p.125).

As famílias de proprietários de terras que detinham mais poder econômico e político na Paraíba não eram simples agricultores, mas representavam uma burguesia agrária, arquitetavam a oligarquia agrária do Estado. Essa classe era composta por fazendeiros pecuaristas e plantadores de algodão que vinham investindo em equipamentos de beneficiamento da fibra. Os engenhos foram trocando a besta pela força motriz a vapor. Era o início do advento industrial, embora no campo, a enxada ainda mantinha o seu domínio (MARIZ, 1939, p.79).

Segundo Celso Mariz (1939), durante os anos da primeira república aconteceram algumas transformações no interior da Paraíba, a construção das estradas de rodagem; construção de açudes e represas; implantação do sistema de irrigação e paralelo a esse processo, inovações tecnológicas propiciando o aumento das exportações de algodão. Na verdade, todo o Nordeste foi afetado pelo plano de obras contra as secas no governo de Epitácio Pessoa. Os grandes reservatórios, as vias de comunicação de ferro e rodagem, o

reflorestamento do solo sertanejo, foram planejados e tiveram um largo começo de execução durante o seu governo (MARIZ, 1939).

Nesse contexto, e pensando os grandes proprietários de terras do Nordeste, Gurjão (1994) acrescenta que

Os coronéis auferiam lucros sobre a produção na intermediação comercial e nas empreitadas das obras contra as secas, aumentando, conseqüentemente, a concentração da riqueza e permitindo a emergência de novas frações de classe dominante ligadas ao capital comercial e usuário (GURJÃO, 1994 p.31).

A Paraíba estava vivenciando momentos de euforia, a economia caminhava em ritmo de expansão e a classe fundiária estava satisfeita com os altos rendimentos proporcionados. Por sua vez, entende-se que esse processo de mudanças preservou a velha estrutura agrária, admitindo a ampliação do coronelismo e do poder oligárquico.

Ao longo de toda a República Velha, havia um controle vertical exercido pelo patronato rural sobre os moradores, ou os que trabalhavam sobre sujeição. “Para manter sua posição de superior na hierarquia do poder, os membros da oligarquia baseavam-se também em vínculos horizontais recíprocos” (LEWIN, 1993, p. 68). Aconteciam fortes ligações de clientelismo, reforçados por laços quase familiares, permitindo que as oligarquias resistissem às ameaças vindas de baixo em muitas áreas rurais. Dessa forma, a extrema dependência econômica em relação aos proprietários, e os laços recíprocos entre patrão-cliente, tudo isso, reforçava o controle do campo pela classe latifundiária.

Como os trabalhadores não dispunham de terras, tinham de se subordinar as imposições dos grandes proprietários. As relações entre os donos de terras e os trabalhadores rurais, corroborava uma verdadeira exploração, através do compadrio e do favoritismo, produzidas pelas relações pessoais de produção. “Assim, o *morador*, o *meeiro*, e demais agregados eram reduzidos ao curral eleitoral do *coronel* e, portanto, garantidores do poder das oligarquias” (GURJÃO, 1994 p. 45).

O crescimento da economia Paraibana em meados do século XX motivou várias transformações nas relações de produção, embora tenha estimulado a reprodução da velha estrutura agrária, ampliado os latifúndios e incrementando as relações não capitalistas de produção, vigorando as práticas coronelistas e oligárquicas (GURJÃO, 1994).

Enfim, uma das principais contribuições do trabalho de Lewin (1993) sobre a parentela e sua relação com a política e a patronagem rural na Paraíba foi analisar as mudanças ocorridas na base familiar extensa. A autora mostra bem mais do que um declínio linear, breve e abrupto, mas a sobrevivência desse sistema durante séculos. “A organização do

parentesco reflete uma evolução que encontra expressão na permanência da família ao longo das gerações de acordo com características organizacionais notavelmente habituais” (LEWIN, 1993, p. 372). Teria ocorrido apenas um desgaste do papel da família extensa de elite. Em outros termos, como aponta a autora,

O poder de base familiar, em sua forma mais conhecida, o coronelismo, ainda sobrevive ao nível local na Paraíba e no Nordeste do Brasil. Esta não é uma revelação surpreendente, se considerarmos a sobrevivência paralela dos latifúndios, das relações de exploração do trabalho nas zonas rurais, da pobreza, do analfabetismo (...). Embora numa escala bastante reduzida, também sobrevive um dos traços distintivos do coronelismo, as lutas familiares lembrando aos estudiosos do comportamento político e social que ainda é possível estudar a política de família onde o meio que historicamente lhe deu condições de existência tenha permanecido em grande parte inalterado (LEWIN, 1993, p.367).

Numa sociedade carente de um Estado forte e classes sociais definidas, a parentela continuou a ser a principal fonte de segurança individual.

Os indicadores de crescimento econômico na Paraíba estavam intimamente ligados com o sistema oligárquico de base familiar. Em cada uma das cinco zonas geoeconômicas da Paraíba, a oligarquia¹³ agrária estava acoplada diretamente a economia exportadora para a reprodução da família e para o controle sobre a vida política.

Partindo desse pressuposto, podemos conferir que a vida cotidiana no sertão se misturava com a vida política, e as famílias da elite usavam desse artifício para monopolizar os cargos municipais e a representação na assembleia.

Segundo Lewin (1993), no final de 1880 surgira no sertão do cariri e no alto sertão da Paraíba um novo gênero de proprietário rural, os quais acumulavam capital e depois investiam na compra de mais terras, em novas variedades de algodão arbóreo e em tecnologias ligadas a energia a vapor. Outra característica desse patronato rural é que os membros da família ocupavam cargos municipais, estaduais e até federais, sempre protegendo seus interesses econômicos. Sem deixar de falar que os filhos ou mesmo a parentela desses senhores de terra também ocupavam cargos de juízes e tabelião dos municípios que comandavam.

Enquanto o Estado permaneceu fracamente desenvolvido, a família de elite ofereceu os meios organizacionais mais garantidos para a proteção individual e a segurança material. O empreguismo, conseqüentemente, reforçou aquela identidade quase corporativa do grupo através da outorga coletiva de recursos por ele conferido na base do privilégio. Além disso, o grau de bacharel em direito ou medicina funcionou como um símbolo denotando a afiliação a um grupo de *status*, símbolo que também denotou o papel desempenhado pelo estado na caracterização da afiliação a uma

¹³ Entende-se por oligarquia aqui os grupos que controlam alguns setores economia e exercem o comando da política local. Representam grupos de parentes consanguíneos ou unidos por laços matrimoniais ou de compadrio, ou ainda por interesses econômicos ou políticos. Cf. Eul-soo-Pang (1979) e Linda Lewin (1993).

família de elite como afiliação quase corporativa. O bacharelismo - uma variante específica de empreguismo - desenvolveu-se assim como o termo para descrever a intensa manipulação do estado, em busca de recursos de emprego e patronagem, por parte das famílias de elite à procura de colocação para seus membros no alto funcionalismo público ou nos cargos eletivos (LEWIN, 1993, p.108).

O chefe de uma família elitizada financiava o estudo dos filhos nos maiores centros, como a cidade de Recife PE e Rio de Janeiro RJ, e quando formados serviam como ligação crucial entre o município e o sistema político a nível estadual e nacional. Essa medida reforçava a luta da família pela dominação do município. Com os filhos bacharéis, médicos e padres, a família projetava as redes políticas de base familiar em cada camada de detenção de cargos políticos e burocráticos.

1.3.1 Origem, permanência e declínio das relações oligárquicas, coronelistas e clientelistas

Para discutir a temática da grande propriedade rural é fundamental problematizar abordagens a respeito do poder local, coronelismo, mandonismo e clientelismo.

Interessa-nos refletir como esses estudiosos interpretaram as diferentes práticas políticas encontradas no Brasil, desde a colônia, passando pelo império, república e construção do estado nação, denominadas como formas de exercício do poder local. Como essas formas de poder manifestam diferentes práticas políticas a depender da localidade regional analisada. Tomando como base a grande propriedade rural, e a questão do poder local, autores como Leal (1975), Faoro (1989), Queiroz (1976), Janotti (1987), Carone (1978), Eu-soo-Pang (1979) e Bursztyn (1985), entre outros, analisaram as formas de poder local e suas repercussões sobre o domínio em localidades e tempos específicos e chegam a diferentes conclusões. Procurei fazer uma análise crítica a respeito do surgimento, desenvolvimento e expansão e declínio do coronelismo na literatura sociológica.

Segundo Nunes Leal (1975), o sistema coronelista é o protagonista da grande propriedade rural. Para o autor, o coronelismo se firma, na Primeira República, enquanto um compromisso entre o decadente poder privado dos coronéis e o poder público fortalecido, e que esse regime só foi possível a partir da superposição do regime representativo de base ampla a uma estrutura econômica e social pautada numa estrutura agrária monocultora e exportadora advinda da colonização.

Para o autor, a conjuntura econômica da época enfraqueceu o poder político dos donos de terras, e para angariar forças para manter esse poder, os coronéis exigiam a presença do Estado, que expandia sua influência, a medida que decaía o poder político dos coronéis.

Leal (1975) caracteriza o coronelismo como interdependente entre as três esferas de poder, local, estadual e federal, uma organização de relações que vai do coronel ao presidente da república, envolvendo compromissos recíprocos. A posição de quem ocupa o poder local deve estar sempre ligada a quem domina nas duas outras esferas. O governo do Estado garantia aos coronéis o controle dos cargos públicos, enquanto que os coronéis lhe garantiam o total apoio, inclusive os votos da região ou município que ele liderava.

Tratando do declínio do sistema coronelista, Leal (1975) considera que morre o coronelismo como sistema político em meados de 1930, mas o coronel e o mandonismo sobrevivem. As principais causas desse declínio para o autor são: o desenvolvimento e a produção industrial do país, a crise do café, aumento da população e do eleitorado urbano, expansão dos meios de comunicação e de transporte.

Faoro (1989) e Queiroz (1976) afirmam que a emergência do coronelismo se deu no Império, mas só foi legitimar-se na república, quando surge o coronel tradicional, chefe político e também senhor dos meios.

Faoro (1989) acredita que o poder se localiza no Estado gerando efeitos centralizadores, responsável pelo fortalecimento dos coronéis. Só com a institucionalização das relações sociais seria possível dissipar a personificação do poder do coronel.

Para Queiroz (1976), o mando político do coronel descende do carisma, embora também proceda de sua posição econômica que lhe possibilita fazer favores e exercer o poder. A autora entende o coronelismo como um mandonismo local, uma estrutura de clientela política, os elementos que dão notoriedade a esse fenômeno é o poder de barganha, o carisma e a parentela e não apenas a propriedade fundiária como argumentam outros autores. De acordo com Queiroz (1976), a base do coronelismo é o poder político do coronel que advém das relações de dependência recíproca vertical e horizontal no seio da parentela. É a partir das relações entre a parentela que podemos conferir a interligação entre os aspectos econômicos, políticos, jurídicos e familiar.

Carone (1978) alega em seus estudos que as práticas coronelistas vêm desde o Império. O coronelismo se firma a partir do desenvolvimento e autonomia de grupos sociais e políticos locais, resultando na fragilidade dos poderes centrais advindos dos estados e da federação. Os chefes políticos municipais comandavam os municípios e muitas vezes as zonas ou microrregião em que se localizavam.

Para Janotti (1987), o coronelismo também se constitui desde o Império, a partir do autoritarismo local e da força eleitoral que os coronéis possuíam devido à fraca presença do Estado. Com a República, a autora considera que houve uma ampliação do papel do coronel

na estrutura que se iniciava. Janotti (1987) concorda com Raimundo Faoro defendendo a tese de que o poder privado do coronel continuou sendo exercido excessivamente, porque o Estado em busca da centralização viu-se obrigado a ceder mais uma vez ao poder local.

Bursztyn (1985) considera que a origem do coronelismo remete ao período colonial. Segundo o autor, ainda no Brasil colônia, o governo central seguiu uma política de coexistência pacífica que se concretizava pela omissão do poder público ao nível local. Em troca, o poder central teria créditos para contar com o poder local quando desse precisasse. Para o autor, o que legitimava os poderosos locais era o paternalismo engravado na sociedade patriarcal rural. No nível político, “os poderosos locais sempre lograram impor sua vontade, desde a época colonial, passando pelo império, até o período republicano” (BURSZTYN, 1985, p.21).

Ao longo da história do Brasil, o paternalismo sempre deu conta de explicar as relações recíprocas entre Estado e poder local. Passando por todo um processo de evolução, no período colonial, o Estado transferia ao poder local quase todas as suas prerrogativas, em troca de prestígio; no período imperial, o Estado transferia ao coronel poderes militares; continuou a se impor até o período republicano, quando o trabalho passa a ser subordinado ao capital, o paternalismo se manifestava através da omissão do poder central em relação à primazia dos coronéis (BURSZTYN, 1985).

A partir do governo Vargas, a intervenção estatal é intensificada, ou seja, “o Estado começa a transformar seu caráter autoritário por omissão em autoritário ativo” (BURSZTYN, 1985, p.21), embora se dê através da intermediação da figura do coronel.

Bursztyn (1985) entende o coronel como um mediador entre o Estado e o povo. Para o autor, “apesar da crescente importância da centralização, onde alguns poucos se tornaram realmente, donos do poder, ainda persiste o peso político representado localmente pelo poder dos donos” (BURSZTYN, 1985, p.20).

Embora Bursztyn não descarte a importância da estrutura fundiária como base do coronelismo, a explicação do coronelismo explanada por ele se situa no âmbito da ação do Estado, posto que o fortalecimento estatal é considerado por este autor como um mecanismo ideológico e social (BURSZTYN, 1985).

Bursztyn (1985) enfatiza a continuidade das relações coronelistas durante toda a história do Brasil, pois segundo ele, “a modernização conservadora” viabilizada pelo Estado não é incompatível com o fortalecimento do poder local. “Trata-se de um processo simultâneo em que o Estado inviabiliza parcialmente o coronelismo, ao mesmo tempo que boa parcela dos coronéis sobrevivem, graças e apesar do Estado” (BURSZTYN, 1985, p.30). O autor

detêm-se no processo de legitimação recíproca, desenvolvido entre o poder central e o poder local. Partindo desse pressuposto, o povo é considerado vítima impotente das maquinações estatais ou de grupos dominantes.

Bursztyn (1885) explica em “o poder do donos” que a morte lenta do coronelismo tradicional se deu quando o Estado anunciou via processo de desenvolvimento, uma modernização urbano-industrial planejada. Nesse sentido, ocorre um período de transição para uma situação de coronéis sem coronelismo.

Bursztyn associa o coronelismo a grande propriedade quando atesta que o Estado, no passado ou na fase de sua pesquisa (década de 1980), sempre beneficiou os coronéis com diversas formas de subsídios. Segundo o autor, nas décadas de 1970 e 1980, os instrumentos que asseguram a interdependência entre o Estado e o poder local, na fase da intensificação da ação planejada, não são muito diferentes dos que foram empregados historicamente,

O nível econômico continua sendo fundamental nessa relação. Assim como no passado, o Estado preserva seu caráter centralizador no que diz respeito ao sistema fiscal. E através dos mecanismos de redistribuição dos fundos públicos o sistema político local pode ser *controlado* pelo governo central, que se assegura, desta forma, da fidelidade e da obediência dos coronéis a quem interessa sempre estar do lado da situação (BURSZTYN, 1985, p.31).

Todavia, o que caracteriza a fase estudada por Bursztyn é que o Estado age de forma planejada a nível nacional. “Esse mecanismo tradicional de cooptação política ao nível regional e local é reforçado ainda mais pela disseminação do crédito oficial, pelas agências de desenvolvimento e pelos programas e projetos regionais” (BURSZTYN, 1985, p.31). Assim sendo, a dependência econômica foi responsabilizada por todo o poder autoritário existente entre o poder central e o poder local.

Pang (1979) acredita que o coronelismo emergiu na colônia, embora só venha a ser realmente instituído entre os anos de 1850 e 1950, tendo como seu ápice a Primeira República. De acordo com Pang (1979), o coronelismo vem de uma base patriarcal, desde a estrutura econômica implantada no Nordeste nos engenhos de açúcar e nas fazendas de gado do século XVI. Para esse autor, o coronelismo exercido na República teve aparições bem antes, quando os grandes proprietários de terras, detentores de poder econômico e status social, detinham a supremacia política de um lugar.

A principal função do coronelismo era a hábil utilização do poder privado acumulado pelo patriarca de um clã ou uma família mais extensa.

Com o tempo, a distinção entre interesse privado da classe latifundiária e as preocupações do município chegaram a confundir-se e em muitas cidades do interior

tornaram-se sinônimos. Durante a monarquia e a república, o município continuou a servir de reduto do coronel fazendeiro que usava e abusava da região como se fosse seu domínio privado (PANG, 1979, p.21).

Segundo o autor, o coronelismo no Nordeste foi beneficiado, porque no momento que decorreu de 1850 a 1930, houve a ausência de um Estado forte e centralizado, daí ser o coronelismo a única instituição viável de poder.

Pang (1979) e Lewin (1993) ressaltam os conflitos que se passavam entre as famílias da oligarquia, em busca do domínio político e do exercício de cargos públicos. Essas desavenças eram comuns no Nordeste, na Paraíba¹⁴ e em Catolé do Rocha¹⁵.

No Brasil e principalmente no Nordeste, entre 1850 e 1950, algumas mudanças começaram a alterar “a pouco funcional e altamente estratificada estrutura de classe de uma sociedade predominantemente agrária” (PANG, 1979, p.46). O sucesso do coronel era garantido simplesmente através de sua habilidade em trocar favores sociais, políticos e econômicos por votos.

É importante salientar que Pang (1979) fala em modificação e não em declínio do coronelismo; os coronéis tornaram-se intermediários do poder dos diversos partidos, nas décadas de 1960 e 1970, ressurgindo assim como uma nova elite partidária modificada.

Como resultado de uma industrialização e urbanização desiguais, algumas regiões mais atrasadas permaneceram a margem do domínio do Estado centralizado, nos quais os coronéis a moda antiga dominavam. No conjunto, porém, o coronelismo brasileiro começou a declinar na década de 1970, a medida que a política baseada na família está sendo substituída por classes sócio econômicas e grupos voltados para interesses comuns, competindo pelo poder (PANG, 1979, p.63).

É interessante salientar que a grande propriedade da terra não era a causa suficiente para explicar o coronelismo, como defendem Pang, Faoro e Queiroz. Para os dois primeiros, o Estado patrimonialista respondia esse ensejo e para Queiroz o que determinava esse poderio era o carisma desses poderosos senhores de terra. Todavia é necessário, além das especificidades de cada autor, que estivesse associado a essas características um sistema eleitoral e um complexo fluxo de trocas e favores entre as três esferas do poder para que predominem relações coronelistas.

Pang (1979), por sua vez, assinala que o coronelismo chegou ao ocaso, mas não

¹⁴ Na Paraíba, a família “Pessoa” dominou o Estado na primeira república, foram desafiados pela família “Pereira” de Princesa Isabel. Cf. José Américo de Almeida, memórias de José Américo (o ano do Nego). Cf. José Octavio de Arruda Mello em Histórias da Paraíba: lutas e resistências (1994). Também resalta os conflitos Linda Lewin (1993).

¹⁵ Em Catolé do Rocha, a família “Maia” se conflitava com a família “Suassuna” pelo domínio do município. Cf. Lewin (1993) e Teruya (1995).

desapareceu totalmente. As transformações econômicas e sociais das décadas de 1930 e 1940 acrescentaram uma nova dimensão ao coronelismo, passou a existir o voto secreto; o desenvolvimento econômico com a industrialização e a urbanização; proliferação dos partidos políticos com diversas ideologias e lealdades regionais. “O faccionismo se multiplicou e nesse processo a regra sagrada de poder de um só homem não conseguiu sobreviver, a não ser em pontos remotos do sertão. A medida que isso acontecia, cada município passou a ter mais de um coronel partidário” (PANG, 1979, p. 234). Enfim, Pang confirmou que com esses acontecimentos, o Estado e o partido não dependem mais do coronel para serem bem sucedidos. Segundo Pang, o processo de transformação ainda estaria acontecendo e a medida que o processo de modernização se consolidasse, uma nova elite social emergiria ou se transformaria.

Para Queiroz (1976), as transformações do coronelismo sempre se fizeram através de acomodações que incorporavam as novidades. O coronelismo foi ficando obnubilado progressivamente e de forma irregular, desaparecendo de acordo com as conjunturas ocorridas em certos municípios, Estados e regiões, decorrente dos processos de urbanização e industrialização.

Faoro defendia que o Brasil ainda não conseguiu superar o patrimonialismo. Diferentemente da opinião de Leal, Faoro define o coronelismo como “hipertrofia do poder privado”, como uma força de poder dos coronéis que se sobrepõe em decorrência da fraqueza do poder público, e de uma clientela política na qual o mando advém do carisma e de sua posição de liderança. Segundo Faoro

O coronel não manda porque tem riqueza, mas manda porque se lhe reconhece esse poder, num pacto não escrito. Ele recebe – recebe ou conquista – uma fluida delegação, de origem central, no império, de fonte Estadual na República, graças à qual, sua atividade ficará sobranceira ao vizinho, guloso das suas dragonas simbólicas, e das armas mais poderosas que o governador lhe confia. O vínculo que lhe outorga poderes públicos virá essencialmente do aliciamento e do progresso das eleições, notando-se que o coronel se avigora com o sistema de ampla eletividade dos cargos, por semântica e vazia que seja essa operação (FAORO, 1989, p.622).

Faoro acreditava que no seio desse Estado patrimonialista, o poder do coronel deriva do seu prestígio e da sua honra social tradicionalmente reconhecidos. Na compreensão patrimonialista de Faoro, o coronelismo é entendido como elemento de uma cooptação política baseado na manipulação de bens públicos, tratados como patrimônio privado dos detentores ou donos do poder.

Entendemos que ao problematizarmos o debate sobre o coronelismo, encontramos teses bem distintas. Autores como Faoro, Queiroz e Pang apresentam o coronelismo como a

hipertrofia do poder privado, como uma força de poder local num Estado patrimonialista e também numa sociedade patriarcal. Essa perspectiva defende a ausência de um Estado fortalecido, por isso o mando dos coronéis. O coronelismo seria o sustentáculo das oligarquias municipais e estaduais. Numa perspectiva contrária, Leal e Bursztyn identificam o coronelismo como compromisso entre um poder privado em crise e o crescente poder de um Estado capitalista em desenvolvimento que pode atingir o âmbito federal. Nesse caso, o poder do coronel é delegado pelas instâncias superiores que representam o Estado, daí o coronel ser submisso aos governadores.

As especificidades do coronelismo podem ser vislumbradas de acordo com o desenvolvimento regional ou Estadual. Pang (1979) avalia o fenômeno do coronelismo dividido em dois blocos. O primeiro formado por Estados mais desenvolvidos como São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, onde houve um maior equilíbrio entre as oligarquias e o governo estadual e um maior fortalecimento dos partidos políticos, situação em que os coronéis se submetiam aos desígnios do partido. Já o segundo bloco, formado pelos estados mais atrasados, ou politicamente e economicamente mais débeis em relação à modernidade, o qual percebia uma contraposição entre oligarquia versus partido, pois o poder era exercido através das ações da oligarquia, que na maioria das vezes, era familiar (PANG, 1979).

Com o advento da República, não se desenvolveram partidos organizados nos Estados do Norte e Nordeste, isso se deveu a ausência de atividades econômicas capazes de impulsionar o fluxo de capital e trabalho na região. Permitindo a continuidade do coronelismo, que reflete esse anacronismo na política nordestina.

1.4 ESTUDOS MAIS RECENTES QUE ENFATIZAM A GRANDE PROPRIEDADE RURAL E O AVANÇO DA PECUÁRIA

Vários trabalhos desenvolvidos na Paraíba a partir da década de 1980 também contemplam a problemática da transformação produtiva e seus ciclos de ascensão e queda. Enfatizam o avanço da pecuária de diferentes formas em propriedades de tamanhos variados e distintos municípios, cada um com suas especificidades (LIRA, 1983; MENEZES, 1985; BARBOZA, 1998).

Em estudos realizados na Paraíba na década de 1980, Gitana Lira (1983) afirma que, com a decadência do algodão e sua substituição por fibras sintéticas, a pecuária volta a predominar sobre a agricultura. Inclusive retomando áreas que haviam sido perdidas para a agricultura (diga-se cultura do algodão) no século XIX, e início do século XX, quando o

algodão ganhou força e incentivos, melhorando as condições técnicas, aumento da densidade demográfica, construção de estradas e mercado para exportação (LIRA, 1983).

Segundo a autora, havia uma grande heterogeneidade de sistemas de criação na Paraíba num mesmo período, coexistindo no mesmo espaço vários tipos de tecnologia, recursos modernos e tradicionais e uma variedade de produtores. Conviviam o novo com o velho, o moderno com o tradicional, “resultante da força diferenciada de um capitalismo que se expande através de diversas formas de entrelaçamento e convivências que permitiram até hoje a sua sobrevivência e seu peculiar desenvolvimento” (LIRA, 1983, p.55).

Mesmo priorizando estudar a propriedade fundiária, a grande descoberta de Lira (1983) foi a criação de bovinos na pequena propriedade, representada pelo “boi amarrado na corda”. Nesse caso identificado, o boi é alimentado do que está a sua volta, para não prejudicar as culturas agrícolas. Nesse caso específico, a escolha pela pecuária corresponde a complementaridade da agricultura, é a reserva do proprietário, a possibilidade de fazer frente as despesas inesperadas, e a agricultura contribui como o suporte econômico alimentar da vida diária. A autora constatou, no início da década de 1980 que a pecuária nas pequenas propriedades quando observada em casos isolados pode ser irrisória, porém esta ideia é superada quando fazemos o somatório em um contexto global.

Em linhas gerais, Lira (1983) averiguou que a pequena e a grande propriedade, ao mesmo tempo que se opõem, também se aproximam. Nesse processo de avanço da pecuária, ambas agiam de maneira a se complementar em alguns aspectos. Essa oposição reflete a concorrência desigual, entre os níveis econômicos, sociais e políticos.

A estrutura da propriedade da terra no sertão da Paraíba não havia sido profundamente transformada, atravessando as diversas fases com níveis de concentração constante. Segundo Lira, “a propriedade fundiária exerce um papel de reserva de valor, constituindo um emprego de capital, um patrimônio, independente de sua exploração econômica” (LIRA, 1983, p. 82).

As principais características elencadas por Lira que explicam a escolha dos grandes proprietários pela pecuária e também a flexibilidade dos pequenos e médios em escolher a pecuária, são eles: uma maior elasticidade no mercado comprador; uma atividade menos trabalhosa se comparada a agricultura; atividade que melhor se adapta a utilização da terra como reserva de valor; fácil convertimento tanto do rebanho, quanto das terras a qualquer momento em dinheiro; possibilidade de manter ao mesmo tempo uma relação de lucratividade e de lazer; tendência a acumulação de capital - o caráter capitalista da utilização das modernas técnicas e um maior nível de investimento em instalações para a manutenção da propriedade (máquinas, compra de reprodutores, veículos etc.); prioridade, na pecuária extensiva, de um

modo geral, a concentração fundiária, em áreas que não apresentam alternativas de uso da terra; penetração de programas de assistência técnica e programas de créditos; facilidade e mais apoio no sistema credenciário para as médias e grandes propriedades¹⁶; tendência ao predomínio do trabalho assalariado na pecuária empresarial. “Apesar de produzir menores lucros e de ser um investimento a longo prazo, não se perde dinheiro com o gado, com a renda da terra, a valorização está sempre presente” (LIRA, 1983, p.89).

Enfim, haveria uma tendência, por parte dos empresários rurais, a obter um comportamento mais racional e, portanto, mais característico da estrutura agrária capitalista, na preservação e ampliação da estrutura fundiária, uma maior capitalização dos grandes proprietários na mecanização e na tendência a substituição das áreas de lavoura pelas áreas de pastagens, ou melhor, pela pecuária (LIRA, 1983).

Outro estudo dessa natureza foi o trabalho de Aldemir Barboza, relevante para o campo das ciências sociais e da geografia porque demonstrou e analisou detalhadamente os processos de pecuarização, lavourização, crescimento das áreas de pastagens e modernização da agricultura em toda a região do agreste paraibano entre a década de 1960 e 1980, através de uma análise minuciosa dos dados disponíveis na plataforma do IBGE.

A autora identificou também um crescimento vertical da pecuária e da agricultura, via processos de modernização, como melhoria da agricultura através de técnicas mais modernas, a intensificação das pastagens plantadas e um maior cultivo de forrageiras, a presença de cercas e a possibilidade de seleção dos rebanhos. Um dos fatores importantes para o dinamismo desses processos foram os projetos de governo implantados em nível nacional e regional detectados pela autora. Barboza (1998) também identificou problemas sociais e econômicos graves, como: êxodo rural; desemprego gerado pela redução de mão-de-obra rural e intensificação da migração.

O mais interessante na pesquisa da autora foi reconhecer que o processo de expansão das atividades pecuárias tem uma tendência a ocorrer em todo o território nacional, embora essa expansão não ocorra de forma semelhante e com a mesma intensidade e forma em todas as regiões brasileiras, ou municípios de uma mesma microrregião. Pode acontecer que, diferentes áreas do país assumam posições diferenciadas quanto ao aumento absoluto do rebanho bovino e da área de pastagem (BARBOZA, 1998).

Barboza (1998) identificou, ao final da pesquisa, que a maior concentração de grandes

¹⁶ Quando no Nordeste dentre os projetos agropecuários, aprovados pela SUDENE, os destinados a pecuária correspondem a mais de 90% do número de projetos e a mais de 90% do valor dos mesmos, percentagens demonstrativas de que a pecuária de corte, atividade ligada a grande propriedade, vem recebendo estímulos os mais elevados por parte dos incentivos governamentais (LIRA apud ANDRADE, 1981 p. 29).

propriedades no agreste se encontra nos municípios de Pilar e Pedras de Fogo, decorrente respectivamente do processo de pecuarização e monocultura da cana-de-açúcar. Como também identificou os municípios que não possuíam latifúndios e que possuíam o maior número de minifúndios.

Barboza cometeu um deslize quando optou em trabalhar apenas com os dados oficiais do IBGE e não valorizou a perspectiva micro, visão dos indivíduos para analisar o processo de pecuarização no agreste paraibano.

Menezes (1985) realizou sua pesquisa com migrantes da Paraíba para São Paulo e de São Paulo para a Paraíba, levando em consideração os dois espaços socioeconômicos, ou melhor, a área de origem e a de destino. O foco central da análise está presente no processo de migração e suas relações socioeconômicas em ambos os lugares e não apenas no trajeto da viagem.

A autora não trata especificamente da grande propriedade, nem do processo de pecuarização existente na Paraíba, embora essas temáticas estejam presentes em vários momentos do texto. Como o objetivo da pesquisa era enfatizar o processo de migração dos trabalhadores do campo em busca de estratégias de sobrevivência na cidade grande, a autora faz opção de pesquisar os pequenos proprietários, moradores, rendeiros e suas respectivas famílias, não deixando de fora os grandes proprietários¹⁷ rurais, que também eram responsabilizados pelo processo de migração.

Segundo a autora,

O desenvolvimento do capitalismo, no campo, pauperiza os pequenos proprietários, moradores e rendeiros, obrigando-os a diversas atividades complementares, sendo uma das mais importantes o assalariamento temporário nas grandes propriedades (...) daí a migração ser uma estratégia regularmente utilizada pelos trabalhadores do campo (MENEZES, 1985, p.6).

Em outros termos, quando esgota os postos de trabalho nessas fazendas, a única opção de sobrevivência encontrada por esses trabalhadores é a migração.

A análise feita sob a perspectiva da migração, essencial, segundo a autora, para diagnosticar porque o pequeno proprietário, o morador e o rendeiro optaram, ou não tiveram condições de se tornar pecuaristas, pois não detinham capital para tal investimento. Por outro lado, o grande proprietário tinha como permanecer nas terras, investindo primeiro na pecuária, depois no cultivo do algodão e muitas vezes numa terceira atividade voltada para o comércio, a indústria e/ou política.

¹⁷Os grandes proprietários se diferenciam entre si, alguns mantém a atividade agropecuária com o mínimo de investimento de capital, outros estão num processo intensivo de capitalização (MENEZES, 1985, p. 16)

Partindo desse pressuposto, a autora demonstra que a opção pela pecuária não estava ao alcance desses pequenos proprietários, moradores e rendeiros, como uma estratégia de sobrevivência da família e de permanência no lugar de nascimento. Nem antes da migração, nem no processo de volta ao seu local de origem. O progresso da pecuarização pelos grandes era entendido como um processo de desagregação da pequena produção.

Segundo Menezes (1985), o sistema produtivo da pecuária faz parte do sistema tradicional, composto pelo consórcio do algodão com gado e cultura de subsistência. Nesse sistema, a agricultura estava voltada para viabilizar a pecuária. Em síntese, a capitalização da pecuária é demonstrada através da substituição da agricultura, em especial o cultivo do algodão, pela prática da pecuária; aumento das pastagens plantadas; implantação de máquinas, tratores, defensivos e fertilizantes e benefício e incentivos fiscais subsidiados pelo Estado para os grandes proprietários.

Os grandes proprietários, apesar da não homogeneidade da condução de seus negócios, baseiam sua atividade produtiva, ainda, na terra, como meio de produção essencial. É a compra de novas terras prioritariamente a capitalização que comanda o processo de acumulação (MENEZES, 1985, p.38).

Enfim, cada vez mais os trabalhadores do campo tem sua reprodução social determinada pela prioridade da reprodução da pecuária em detrimento da agricultura.

CAPÍTULO II

GRANDE PROPRIEDADE RURAL NA MICRORREGIÃO DE CATOLÉ DO ROCHA: ORIGEM, EVOLUÇÃO E MUDANÇAS RECENTES

Enquanto na Paraíba, de acordo com o Censo Agropecuário de 2006, a pequena propriedade responde por 51,70% da área total dos estabelecimentos agropecuários, na mesorregião do Sertão Paraibano esse percentual chega a 60,3%. Se compararmos os dados do Sertão com as informações disponibilizadas para a mesorregião da Mata Paraibana, onde a pequena propriedade responde por apenas 31,95% da área total dos estabelecimentos agropecuários, percebemos que na região semiárida do estado a grande propriedade tem menor peso do que na área litorânea, em que predomina o plantio da cana-de-açúcar. Em todo o estado, de um total de 33 propriedades com mais de 100 módulos fiscais¹⁸, apenas 1 se encontra na Mesorregião do Sertão Paraibano, situada na microrregião de Piancó, enquanto as demais estão localizadas nas mesorregiões da Mata paraibana (19 propriedades, correspondendo a 26,2% da área total), Agreste (11 propriedades, ou 5,38% do território) e Borborema (2 propriedades, correspondendo a 0,96 da área total).

Mas se considerarmos apenas o Sertão paraibano, podemos encontrar diferentes situações quanto à participação de grandes e médias propriedades em relação ao conjunto da área dos estabelecimentos agropecuários. Enquanto na microrregião de Cajazeiras, as pequenas propriedades já respondem por 77,55% da área total dos estabelecimentos agrícolas, seguida das microrregiões de Serra de Teixeira (77,15%) e Itaporanga (77,45%), nas microrregiões de Patos e Catolé do Rocha, ao contrário, são as médias e grandes propriedades que respondem por mais da metade da área total dos estabelecimentos agropecuários, com percentuais de 61,34% e 51,5%, respectivamente, ainda de acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006.

Essa variação ocorre também entre municípios de uma mesma microrregião. Na microrregião de Catolé do Rocha, por exemplo, não há registro de propriedades com mais do

¹⁸ Módulo fiscal é uma unidade de medida agrária usada no Brasil, instituída pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979. É expressa em hectares e é variável, sendo fixada para cada município, levando-se em consideração: a) tipo de exploração predominante no município; b) a renda obtida com a exploração predominante; c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; d) conceito de propriedade familiar. O módulo fiscal corresponde à área mínima necessária a uma propriedade rural para que sua exploração seja economicamente viável. A depender do município, um módulo fiscal varia de 5 a 110 hectares. Nas regiões metropolitanas, a extensão do módulo rural é geralmente bem menor do que nas regiões mais afastadas dos grandes centros urbanos.

que 15 módulos fiscais nos municípios de Bom Sucesso, Brejo dos Santos, Jericó, Mato Grosso e Lagoa, segundo os dados do Censo Agropecuário 2006¹⁹. Portanto, se calcularmos a participação de grandes e médias propriedades nos demais municípios (Catolé do Rocha, Belém do Brejo do Cruz, Brejo do Cruz, São José do Brejo do Cruz, São Bento e Riacho dos Cavalos), verificamos que elas representam 59,42% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Em São José do Brejo do Cruz, segundo dados do Censo Agropecuário 2006, há 46 propriedades com até quatro módulos fiscais (pequenas propriedades), que respondem por apenas 16,52% da área total dos estabelecimentos agropecuários do município, enquanto as demais 24 propriedades, médias e grandes, respondem por 83,48%. Só as seis propriedades com mais de 15 módulos fiscais (consideradas grandes) deste município ocupam mais de 46% da área total dos estabelecimentos agropecuários.

Os dados acima problematizam, portanto, a ideia de que no semiárido nordestino a imutabilidade de sua estrutura fundiária permite que continuemos a pensar esse espaço como lugar do latifúndio e da tradição. Mas se a grande propriedade não parece ser mais o elemento estruturante fundamental que organiza as relações sociais nesta região, é importante reconhecer também que ela não desapareceu e que, em certas áreas, como em alguns municípios da microrregião de Catolé do Rocha, resistem como elementos definidores de sua paisagem fundiária, mesmo passados mais de 30 anos dos desdobramentos finais da crise do sistema latifúndio/algodão/pecuária/culturas alimentares. Neste capítulo temos como objetivo acessar essa problemática a partir de duas direções. De um lado, recuperando a trajetória familiar associada às origens da grande propriedade na região estudada e, de outro, através da análise intensiva de dados quantitativos disponibilizados por fontes secundárias, como IBGE e INCRA.

Uma das hipóteses para a maior resiliência da grande propriedade em mais da metade dos municípios que integram a microrregião de Catolé do Rocha remete à relação entre poder político e patrimônio fundiário. Outra hipótese é a forte ligação que existe entre esses proprietários e a terra, não a qualquer terra, mas sim à propriedade que traz recordações de um tempo pretérito, e que naturaliza suas reivindicações de serem “donos do lugar”. Finalmente, é preciso destacar que a resistência da grande propriedade nesta região à desagregação do patrimônio fundiário passa por transformações na direção do que chamamos de “agronegócio sertanejo”. Estas hipóteses serão analisadas com mais profundidade ao longo dos próximos capítulos. Na região de Catolé do Rocha, a trajetória da família Maia articula estas três

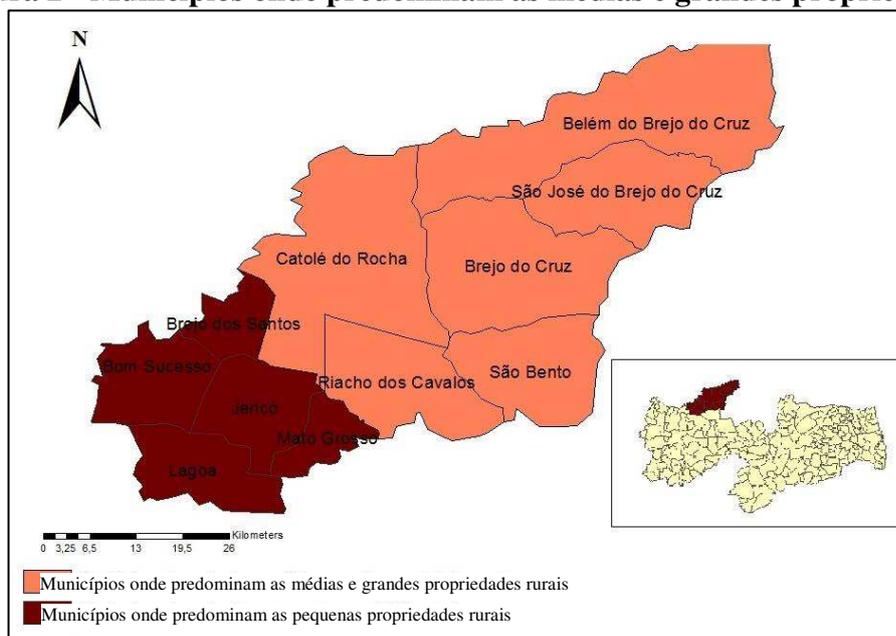
¹⁹ De acordo com os dados do INCRA, que são diferentes daqueles levantados no Censo Agropecuário, há uma propriedade com mais de 15 módulos fiscais no município de Lagoa.

hipóteses. Os membros da família Maia foram (e continuam a ser) os maiores proprietários de toda a região e os que acumularam maior poder político. E oferecem, atualmente, os mais vistosos exemplos dos esforços de modernização do antigo latifúndio.

2.1 DESENHO DA PESQUISA

Como afirmamos no início deste capítulo, 51,5% da área dos estabelecimentos agropecuários da microrregião de Catolé do Rocha, segundo os dados do Censo Agropecuário 2006, correspondem a médias e grandes propriedades rurais. Em alguns municípios, porém, a participação de médias e grandes propriedades na área total dos estabelecimentos agropecuários é ainda maior, como é o caso em São José do Brejo do Cruz (83.48%), Belém do Brejo do Cruz (75.91%), São Bento (63.97%) e Catolé do Rocha (58.16%). Concentramos nossa pesquisa de campo nestes municípios e ainda nos municípios de Brejo do Cruz (49,94%) e Riacho dos Cavalos (25.13%) (Figura 2).

Figura 2 - Municípios onde predominam as médias e grandes propriedades



Realizamos 13 entrevistas com grandes proprietários ou administradores de grandes propriedades nestes municípios (Quadro 1 - Caracterização dos proprietários entrevistados na pesquisa de campo). Destes, apenas um (01), o Sr. Antônio Brilhante Suassuna, obteve a propriedade através de compra, ainda na década de 1980. Nos anos seguintes adquiriu outras propriedades, registradas em nome dos filhos.

Quadro 1 - Caracterização dos proprietários entrevistados na pesquisa de campo

Proprietário	Idade	Propriedade	Tamanho da propriedade	Município
José Otávio (Zezito) Maia de Vasconcelos	61	Olho d'Água	1.130 há	Catolé do Rocha
Lauro Adolfo (Laurinho) Maia	44	Jatobá	700 há	Catolé do Rocha
		São Domingos e Jenipapeiro	1.100 ha	
Tarcísio Ferreira Maia	59	Barro Branco	140 há	Catolé do Rocha
		Palha passagem da onça	725 há	Belém do Brejo do Cruz e São José do Brejo do Cruz
		Mundo Novo	554 há	Belém do Brejo do Cruz
		Malhada da Pedra	70 há	Riacho dos Cavalos e Paulista
Hamlet Targino	75	Santana	480 há	Riacho dos Cavalos
		Riacho Escuro	250 há	Brejo do Cruz
		Camará	100 há	Brejo do Cruz
Lauro Maia de Vasconcelos	53	Cachoeira	759 há	Brejo do Cruz
Ubirajara da Silveira	58	Pilões	1.046 ha	Brejo do Cruz
Odilon Maia	42	Pau d'arco	298 há	Brejo do Cruz
Boanerges Maia	74	Logradouro	2.196 ha	Riacho dos Cavalos
Juraci de Aquino	54	Pé da Serra	380 há	Riacho dos Cavalos
Antônio Brilhante Suassuna	76	João Fernandes (compra década de 1980)	350 há	Riacho dos Cavalos
Gustavo Suassuna Neto (Espolio de Américo Suassuna Filho)	30	Curtume	1.890 ha	Riacho dos Cavalos
José Saraiva	74	Canada	1.600 ha	São José do brejo do Cruz
Antônio Formiga Neto	36	Barreiros	435 há	Catolé do Rocha

Todos os demais entrevistados são herdeiros. Alguns complementaram as heranças recebidas através da aquisição de partes da propriedade que pertencia a irmãos também herdeiros. O Sr. Zezito Maia, por exemplo, recebeu parte da propriedade Olho d'Água deixada pelo pai (coronel Zé Sérgio) para dois de seus filhos. Pouco tempo depois, ele comprou o direito de herança de seu irmão, tornando-se o único dono da propriedade. Outro caso que pode ser destacado é o do Sr. Tarcísio Maia, que herdou parte de duas propriedades do seu pai (Zezé Ferreira), uma no município de Catolé do Rocha e outra no município de Belém do Brejo do Cruz. Logo depois, fez carreira como veterinário e funcionário do Ministério da Agricultura e comprou outras duas propriedades, em outras localidades, aumentando assim o seu patrimônio fundiário, mas não se desfazendo das terras que pertenciam a família há mais de quatro gerações.

Optamos por fazer entrevistas abertas e semiestruturadas por pensar que, sendo entrevistas mais livres, poderíamos obter respostas mais extensas que nos permitissem explorar por diferentes entradas os depoimentos coletados. As entrevistas foram realizadas entre os meses de dezembro de 2012 e março de 2013. A entrevista com o Sr. Zezito Maia foi dividida em duas sessões, uma realizada em janeiro de 2013 e outra em março de 2013. Observei que no segundo encontro, o entrevistado estava se sentindo mais a vontade pra falar, dando respostas mais longas e contando casos de família, como a obtenção e manutenção das propriedades e histórias políticas vivenciadas pela família Maia em Catolé do Rocha.

O fato de ser natural de Catolé do Rocha e de ser filha de um pequeno proprietário da região facilitou o acesso a alguns dos entrevistados. Em alguns casos, só consegui agendar a entrevista depois de me identificar não apenas como pesquisadora, mas também como filha de “Zezone”. Algumas entrevistas foram realizadas na presença do meu pai, que dessa forma foi um participante involuntário do trabalho de pesquisa realizado para esta tese. Por outro lado, alguns dos proprietários estavam acompanhados de um ou mais filhos quando do momento de realização da entrevista.

As entrevistas abordaram tanto a trajetória do proprietário e da propriedade quanto as estratégias produtivas adotadas em diferentes momentos, com ênfase para transformações ocorridas nas últimas décadas. Foi possível observar através dos depoimentos, o momento de ascensão e crise do antigo sistema de produção algodão/pecuária que se observava na microrregião e as novas estratégias produtivas, a partir da década de 1990, que marcaram a opção por um novo projeto pecuário, enfatizando a bovinocultura como melhor alternativa a ser desenvolvida nas médias e grandes propriedades da microrregião. Interessava-nos não apenas dados objetivos, mas também apreender como estes proprietários representavam no presente suas trajetórias e justificavam suas escolhas econômicas e produtivas. Neste sentido, buscamos incluir nas entrevistas questões que permitissem saber o que estes sujeitos pensam sobre si mesmos e sobre o mundo que os rodeiam, identificando os mecanismos acionados na construção das identidades sociais e simbólicas decorrentes de sua perspectiva.

Além das entrevistas, levantamos dados junto ao IBGE e ao INCRA, procurando sistematizar informações que nos permitissem observar a estrutura fundiária do semiárido nordestino e principalmente da microrregião de Catolé do Rocha; presença da agricultura familiar e da agricultura não familiar com relação aos números e áreas dos estabelecimentos agropecuários, o efetivo dos rebanhos, densidade populacional dos rebanhos e utilização das terras. Nossa intenção era identificar quais mudanças estavam acontecendo na dinâmica produtiva da microrregião estudada.

2.2 CARACTERIZAÇÃO TERRITORIAL DA PARAÍBA

O estado da Paraíba possui quatro mesorregiões com características específicas. A Mata Paraibana conta com uma área de 5.232,396 km², equivalente a 9,3% do território paraibano e é formada por quatro microrregiões (Litoral Norte, Sapé, João Pessoa e Litoral Sul), num total de 30 municípios. Na zona costeira predomina a cultura canavieira e, em menor grau, a produção de bambu para indústria de celulose. Os canaviais marcam fortemente o território litorâneo desde o período colonial (séc. XVI/XVIII) até os dias atuais. A Mata Paraibana concentrava na década de 1980, 79% da produção de cana-de-açúcar do estado, considerando-se que a produção se encontra basicamente nas grandes e médias propriedades, em virtude dos altos custos de produção (SOUSA e TARGINO, 2009). Com a crise nos anos 1990, o estado passou a produzir menos da metade do que até então produzia.

Entre 1990 e 2000 a quantidade de cana-de-açúcar produzida no estado reduziu-se em 51,7% caindo de 8,2 milhões para 3,9 milhões de toneladas e a área plantada apresentou uma retração equivalente a 49,1% caindo de 160,3 mil hectares para 93,0 mil hectares no período (MOREIRA, TARGINO, SILVA, BORGES e MEDEIROS, 2003 p.50).

Verifica-se que a persistência da crise na década de 1990 e as conquistas de terras pela agricultura familiar reformada não foram suficientes para pôr fim ao domínio da cana-de-açúcar sobre o sistema de uso de recursos da região. Todavia, a instalação dos Projetos de Assentamento contribuiu para quebrar o monopólio secular da cana sobre a paisagem da Zona da Mata. Destaca-se, no entanto, que apesar do esforço para se introduzir novas culturas (em particular a fruticultura), ainda prevalecem nas áreas de assentamento as lavouras alimentares tradicionais. Embora tenha ocorrido uma intensificação de políticas fundiárias, ainda não foi suficiente para reverter o alto grau de concentração da propriedade fundiária na Zona da Mata Paraibana, onde o índice de Gini é superior a 0,8 (MOREIRA, TARGINO, SILVA, BORGES e MEDEIROS, 2003 p.55).

O Agreste Paraibano possui uma área de 12.914,069 km², o que equivale a 23,1% do território do estado, correspondendo à região situada entre o litoral úmido e as mesorregiões semiáridas da Borborema. É composto por oito microrregiões (Curimataú Ocidental, Curimataú Oriental, Esperança, Brejo Paraibano, Guarabira, Campina Grande, Itabaiana e Umbuzeiro). É uma área muito diversificada, tanto no que se refere aos aspectos naturais quanto ao uso da terra e ao potencial econômico. Segundo Moreira e Targino (1996), essa mesorregião compreende duas grandes áreas: a) o Agreste baixo e b) o Agreste alto, que

compreende o Brejo²⁰ Paraibano. O Brejo se distingue como uma mancha úmida que se particulariza no interior do Agreste. A agricultura de subsistência e o criatório animal completam a organização do espaço agrário agrestino. É uma região por excelência da policultura, além do algodão, o café, o sisal, a cana, o fumo, entre outras culturas. É uma região caracterizada economicamente por ciclos. É importante ressaltar que entre as quatro mesorregiões do estado, é no agreste onde a pequena propriedade possui maior importância relativa, tanto econômica como social. Com efeito, era nesta região onde se encontram os mais baixos índices de concentração fundiária do Estado na década de 1990 (MOREIRA e TARGINO, 1996).

O Sertão Paraibano possui uma área de 22.720,482 Km², equivalente a 40,01% do território estadual. É formado por sete microrregiões (Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos Piancó, Itaporanga e Serra de Teixeira) e 83 municípios agrupados. A motivação econômica da ocupação do Sertão foi a pecuária bovina. Logo depois veio a cultura do algodão. Com a consolidação da cotonicultura no Sertão, estabelece-se a combinação pecuária/algodão/culturas alimentares, tripé que marcou a organização do espaço agrário sertanejo paraibano até a segunda metade do século XX. Em outras, esse processo acontece com menos intensidade, mantendo-se ainda uma forte presença da grande propriedade.

A Borborema compreende uma área de 15.572,891 km², ocupando 27,5% do território paraibano. É formada por 44 municípios agrupados em quatro microrregiões (Cariri Ocidental, Cariri oriental, Seridó Ocidental e Seridó Oriental). Nesta área, teve destaque a exploração de culturas industriais como o sisal e o algodão arbóreo, hoje em declínio. À medida que ocorria a falência desses sistemas produtivos, expandia-se a atividade da pecuária e culturas de suporte forrageiro como sendo as atividades de maior potencial regional. No Planalto da Borborema, a Região do Cariri é conhecida como área de pecuária (caprinos e ovinos) de médio porte e policultura diversificada de média a baixa produtividade. Tem-se, assim, o incentivo à caprino-ovinocultura, defendida por muitas instituições como a atividade de maior potencial para a região. A caprino-ovinocultura é considerada hoje como uma atividade econômica estratégica para o desenvolvimento sustentável dessa mesorregião, principalmente da microrregião do Cariri Paraibano, em particular para o desenvolvimento rural de base familiar. É importante ressaltar que a caprino-ovinocultura é uma atividade

²⁰ O Brejo é caracterizado economicamente por ciclos, todavia, depois da falência da produção econômica da cana-de-açúcar, e ao longo dos últimos 30 anos a organização espacial do Brejo paraibano passou por uma brusca mudança. Na atualidade a organização espacial da micro região imprimi o desenho da pequena propriedade e do agricultor familiar, que em certas áreas tornam-se pequenos empreendedores (RODRIGUES, NETO e FREIRE, 2009).

historicamente desenvolvida pelos pequenos produtores na região.

2.3 AS ORIGENS HISTÓRICAS DA GRANDE PROPRIEDADE NO SERTÃO: DAS DISPUTAS PELAS TERRAS À CONFORMAÇÃO DA PROPRIEDADE

Apesar desse estudo não abordar os séculos XVII e XVIII, objetiva-se detectar ao longo desses dois séculos o início da apropriação do território sertanejo, especificamente da microrregião de Catolé do Rocha, através da distribuição das datas de terras em sesmarias²¹. Também foi possível conferir as propriedades da região de Catolé do Rocha e seus respectivos donos no primeiro censo agropecuário, em 1920²², quando na época só existiam os municípios de Catolé do Rocha e Brejo do Cruz.

Os primeiros esforços para ocupar os sertões nordestinos tiveram como objetivo as primeiras fazendas de gado. A rota que levava ao sertão orientou-se pelos cursos de água, desaguando na bacia do rio São Francisco e de outros rios temporários. A partir de 1690, os condutores de boiadas abriram as primeiras estradas na mata, que posteriormente vieram a ser as primeiras vias comerciais do sertão (LEWIN, 1993). O grupo que compunha este sistema social era formado pelos sesmeiros, fazendeiros, vaqueiros e agregados (ABREU, 1976).

Desde a época das sesmarias, a ocupação do sertão esteve muito ligada aos laços de parentesco, através dos quais esses primeiros desbravadores formaram seus núcleos de colonização. Algumas famílias conseguiram concessões de terras no vasto sertão que estava sem domínio algum. Em busca de terras e sem o consentimento da Coroa portuguesa, os chefes de entradas com seus grupos auto-suficientes de desbravadores, abriram por conta própria o interior do Nordeste. Só depois é que foram requerer suas concessões à Coroa. As sesmarias doadas tinham, na maioria das vezes, três léguas de comprimento por uma de largura, contendo uma extensão superior a 10.000 mil hectares de terras.

O parentesco entre os pais, filhos, tios e sobrinhos definiu a conquista, a ocupação e o domínio político militar de algumas famílias até o século XVIII.

Era a posse da terra, combinada com uma linhagem de prestígio, o que conferia o direito ao domínio local. Os direitos legais da terra assentavam numa tradição oral informal que ligavam os proprietários, legítimos ou putativos, as grandes concessões de terras, as sesmarias que as primeiras famílias do sertão tinham obtido da coroa (LEWIN, 1993, p.53).

Comumente, a Coroa portuguesa só concedia datas de terras a chefes de famílias e/ou conjunto de irmãos e irmãs. A conquista e prestígio militar, as patentes da guarda nacional e

²¹ Cf. TAVARES (1982).

²² Cf. Censo Agropecuário de 1920 (Anexo 1).

os cargos públicos a nível local deixaram famílias cheias de privilégios, dos quais seus chefes usufruíram tanto no Império como na República.

Segundo Lewin (1993), no final do Império, duas grandes mudanças marcaram a reorganização da economia política da Paraíba. Primeiro, um deslocamento de população para o interior, testemunhando as transformações econômicas em curso. E, segundo, com o advento da produção agrária, ocorreu um crescimento urbano no interior, vários povoados se transformaram em vilas e algumas vilas que já existiam tornaram-se cidades, ainda no século XIX. O surgimento de novos núcleos e a expansão dos já existentes testemunharam a revolução urbana que acontecia além do litoral e do brejo paraibanos.

No início do século XIX, a divisão entre o sertão e o litoral foi substituída pelo reconhecimento de cinco zonas geográficas, cada uma com suas especificidades econômicas: a Zona Litorânea; a Caatinga Agreste; o Brejo; Sertão do Cariri e Alto Sertão, que abrangia a bacia do rio Piranhas.

Não podemos dizer que o sertão nordestino sempre foi representado como uma zona de migração, de saída de pessoas. Lewin atestou, em pesquisa realizada na Paraíba, que houve um deslocamento da população para o interior sertanejo. Em 1890 houve uma forte entrada de pessoas no sertão, desafiando a permanência do brejo e da caatinga agreste, cuja população no Sertão do Cariri e no Alto Sertão aumentou para 41% dos residentes do Estado, enquanto o Litoral comportava 17%, o Brejo 16% e o Agreste 26% da população da Paraíba²³ (LEWIN, 1993 p.54). Esse aumento no fluxo de pessoas se deve tanto a pecuária como ao cultivo do algodão. Nesse período, muitas famílias que migraram para o interior paraibano se fixaram economicamente e permanecem até os dias atuais. Embora, no Nordeste como um todo, tenha ocorrido processos de emigração para a Amazônia e para o Centro-Sul.

Até meados de 1950, já não existia mais terras devolutas disponíveis no Sertão da Paraíba. Daí aconteceram várias mudanças na organização agrária da região. Havia pouco ou quase nenhum parcelamento. Segundo Lewin (1993), as famílias preservavam os casamentos endogâmicos para evitar o parcelamento através do sistema de heranças. Na microrregião de Catolé do Rocha, essa prática era muito comum. Teruya atesta em estudo realizado no município de Catolé do Rocha com a família Maia que os casamentos endogâmicos confirmavam uma tendência à construção, manutenção e preservação dos interesses econômicos e políticos do grupo familiar (TERUYA, 1995).

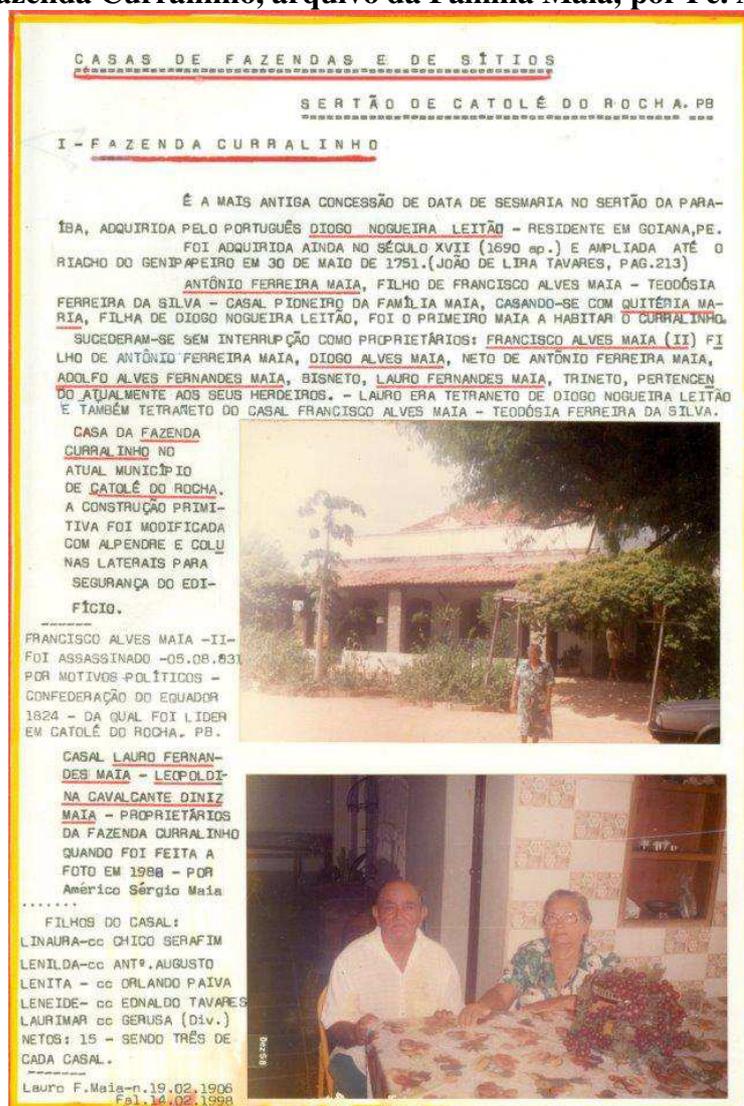
Para caracterizar a microrregião de Catolé do Rocha e entender a questão fundiária

²³ Cf Levin (1993).

dessa região é preciso voltar as suas origens. Diz-se que Catolé do Rocha fora habitada desde 1690. Pediram concessão de terras nessas datas o sesmeiro Diogo Nogueira Leitão, Bento de Araújo Barreto, Manuel da Cruz Oliveira²⁴, Clara Espínola de Vasconcelos e o naturalista Arruda Câmara.

Uma das mais antigas concessões de terra no sertão da Paraíba foi adquirida por Diogo Nogueira Leitão²⁵ e a data de terra se chamou Curralinho (Figura 3). Esta propriedade foi concedida por volta de 1690 e posteriormente ampliada até o riacho do Jenipapeiro, em maio de 1751 (TAVARES, 1982).

Figura 3 - Fazenda Curralinho, arquivo da Família Maia, por Pe. Américo Maia



²⁴ Esse era um dos descendentes dos Oliveira Ledo, Manuel era sobrinho de Teodósio de Oliveira Ledo.

²⁵ Uma das filhas de Diogo Nogueira Leitão, Dona Quiteria Maria Nogueira Leitão, casou-se com Antônio Ferreira Maia (filho do casal pioneiro da família Maia em Catolé do Rocha). Herdaram do pai da moça a propriedade Curralinho e até hoje essa propriedade pertence a membros da família Maia, mesmo com algumas divisões. Os herdeiros que se sucederam na propriedade Curralinho foram: Francisco Alves Maia II (filho), Diogo Alves Maia (neto), Adolfo Fernandes Maia (bisneto), Lauro Fernandes Maia (trineto) (BASTOS, 1954).

Outra concessão de terra nessa mesma região foi dada a Bento de Araújo Barreto²⁶. A sesmária foi datada de 30 de maio de 1706, a data de terra se chamava Bom Jesus da Cachoeira, posteriormente ficou sendo chamada de Cachoeira (Figura 4), constituindo a segunda propriedade mais antiga da região. Hoje a propriedade ainda é designada como grande propriedade segundo o módulo fiscal do município de Catolé do Rocha²⁷.

Figura 4 - Fazenda Cachoeira, Arquivo da Família Maia, por Pe. Américo Maia



A primeira sesmária que foi concedida a Manuel da Cruz Oliveira data de 1706, no sertão do Piranhas e riacho do Meio, onde instalou-se uma fazenda de gado chamada “Olho

²⁶ Uma das filhas de Bento de Araújo Barreto, Teodósia Ferreira da Silva, casou-se com Francisco Alves Maia, o primeiro Maia a chegar nessa região, herdando a data de terra do seu sogro, que até hoje pertence a herdeiros da família Maia. Hoje o atual proprietário é Lauro Maia de Vasconcelos. Continua sendo uma grande propriedade rural, observando o módulo rural da microrregião de Catolé do Rocha. A propriedade localiza-se no município de Brejo do Cruz e o seu atual proprietário foi um dos entrevistados nesta pesquisa.

²⁷ O módulo fiscal do município de Catolé do Rocha corresponde a 60 hectares.

d'Água do Meio”, na barra da serra do Brejo. Posteriormente, o capitão fez mais um pedido de terras em fevereiro de 1717, que também foi concedida, aumentando assim a sua propriedade. Em 1752, o capitão pede concessão de mais terras para poder criar seu gado e plantar suas lavouras. Foi feita mais uma concessão de três léguas de largura por uma de comprimento (TAVARES, 1982), dando origem ao povoado de Brejo do Cruz.

Como aconteceu em quase todas as cidades e vilas nordestinas, o povoamento nesta região se deu às margens de um rio ou riacho. Administrativamente, Catolé do Rocha só conquistou sua autonomia em 1835, quando o então governador Manoel Maria Carneiro, presidente da província da Paraíba, através da Lei Provincial nº. 5 de 26 de maio de 1835, cria a Vila Federal de Catolé do Rocha. Cem anos mais tarde, pelo Decreto de 21 de janeiro de 1935, é elevada à categoria de cidade.

Todos os municípios que hoje compõem a microrregião de Catolé do Rocha se desmembraram do então município de Catolé do Rocha e das cidades que se desmembraram desse município posteriormente. Brejo do Cruz desmembra-se de Catolé do Rocha e torna-se vila em 1881, embora só fosse elevada à categoria de cidade em 1938. Os outros municípios só foram criados a partir da década de 1950, desmembrando-se de Catolé do Rocha e/ou de Brejo do Cruz.

Em síntese, a origem do processo de concentração fundiária no sertão nordestino se deu a partir das doações de sesmarias nas mãos de poucas famílias e a partir do criatório de animais, em particular a pecuária bovina (GUIMARÃES, 1981). E posteriormente o investimento na agricultura, com a cotonicultura (LEWIN, 1993).

2.3.1 A organização regional do espaço agrário

O processo de ocupação das áreas sertanejas concentrou terras e capital em mãos de poucos proprietários, construindo as bases da desigualdade social na estrutura fundiária, transformando o sertão paraibano em um grande latifúndio comandado por pessoas de posses, em sua maioria coronéis.

Esses poucos possuidores de terras, a partir de meados do século XIX, se apossaram de mais terras, através de negociatas ilegais, posses ilegais, invasão de terras e falsificação de títulos de propriedade, envolvendo os coronéis e seus familiares. Em conversa com o Sr. Zezito Maia, ele conta que seu bisavô, o Sr. Francisco Hermenegildo Maia de Vasconcelos²⁸ se apossou da fazenda Cabeços. Segundo o seu relato, “naquela época não era delito se

²⁸ Mais conhecido como Coronel Maia. Quando falar de Francisco Hermenegildo Maia de Vasconcelos nesta tese, vou chamá-lo apenas de Coronel Maia.

apossar de terras. As terras, geralmente depois de grandes secas se tornavam devolutas, abandonadas e quem tinha alguma condição chegava e ocupava essas terras”. O coronel Maia, depois da seca de 1877, sabendo que a propriedade Cabeços não estava habitada, se apossou da terra e da casa de morada e se mudou com a família pra lá, marcando a posse da terra e impedindo a chegada de outro posseiro. Logo depois cercou a propriedade.

Era costume na região a não demarcação das terras. Os senhores possuidores de terras não mediam e nem demarcavam exatamente suas glebas, com a finalidade de expandir suas propriedades e continuar controlando os moradores e agregados.

Além das posses ilegais, a constituição da grande propriedade deu-se a partir da força e poder. Força para expulsar os pequenos proprietários que se situavam nas áreas fronteiriças à propriedade do grande fazendeiro. E o poder de registrar as terras através do prestígio e das relações de compadrio que mantinham com os tabeliões ou juízes municipais. Os grandes proprietários legalizavam a terra, ganhavam na justiça e expulsavam os vizinhos, instituindo a fronteira como resultado de compra, doação ou herança de terras. Em conversas com moradores mais antigos da região aparecem histórias sobre atos de violência que esses coronéis (proprietários) cometiam com pequenos proprietários que se avizinhavam.

O domínio local de uma determinada família era conferido pela posse da terra e pelos prestígios políticos que certos membros das famílias adquiriam, através das patentes da guarda nacional, dos poderes políticos e do exercício em cargos públicos, herdados de uma tradição oral que ligavam esses proprietários às grandes concessões de terras que as primeiras famílias que povoaram o sertão tinham obtido da Coroa portuguesa.

O que não era possível fazer legalmente ou por meio de estratégias de casamentos consanguíneo para evitar o parcelamento através do sistema de herança, podia ser alcançado através da tramoia jurídica e da expulsão pela força (LEWIN, 1993, p.61). De acordo com Lewin, o censo nacional de 1920 foi a primeira tentativa de realizar um levantamento sobre as propriedades. Na microrregião de Catolé do Rocha, quando na época existiam apenas 2 municípios, foram contabilizadas 675 propriedades em Catolé do Rocha e 374 em Brejo do Cruz, ficando de fora algumas outras propriedades que tomamos conhecimento através de depoimentos de membros da família Maia e algumas conversas informais com moradores mais antigos da região.

2.3.2 A conformação da grande propriedade como negócio de família: os Maia e a formação do patrimônio fundiário e político

Muito se escreveu sobre o fenômeno histórico, social e político que relaciona o

patrimônio fundiário e a família. No Brasil, Gilberto Freyre foi um dos pioneiros dessa discussão. Depois dele, muito foi problematizado a respeito da temática. Mais recentemente, uma das representantes dessa tendência é Maria Beatriz Nizza da Silva (1991). Para a autora, o conceito de família se baseia na propriedade e na herança.

Em seu texto “La noblesse d’état – grandes écoles et esprit de corps”, Bourdieu (1989) enfatiza estratégias que famílias de poderes utilizaram para conservar e aumentar o patrimônio, buscando ao mesmo tempo melhorar a posição nas relações de classe, são elas: estratégias econômicas; estratégias educativas; estratégias de investimento social; estratégias matrimoniais; estratégia de sucessão; estratégia de fecundidade e estratégias de sociodicéia. Seguindo este raciocínio, faço uma associação da classificação de Bourdieu para a realidade familiar dos Maia na região de Catolé do Rocha. Esse grupo familiar se utiliza dessas tantas estratégias para manter o poder econômico, social e político na região, sendo até hoje grandes proprietários de terras e exercendo cargos políticos.

As estratégias familiares estabelecem um patrimônio econômico e simbólico, buscando ampliar bens de família e em sua maioria evitar o parcelamento. O caso do Coronel Maia expressa bem o paradigma formulado por Bourdieu com relação às estratégias familiares. O coronel Maia operou intensas estratégias de formação econômica, especificamente do patrimônio fundiário. Primeiro, herdou a fazenda Jatobá quando da morte de sua primeira esposa, Hermina Maia de Vasconcelos, essa sendo sua primeira propriedade. Posteriormente se apossou de outra propriedade que estava abandonada (Fazenda Cabeços), depois adquiriu outras fazendas por meio de compras e negociatas. Além da estratégia do patrimônio fundiário, o coronel Maia investiu em estratégias educacionais para os seus netos e agregados. Preocupado com a educação deles, convidou o Sr. Antônio Gomes de Arruda Barreto²⁹, vindo de Campina Grande, para educar os filhos, netos e agregados. O professor construiu uma escola e ensinou as primeiras letras até os rapazes terminarem os estudos e se deslocarem para o Recife, onde iniciaram curso superior. O coronel Maia foi, assim, um grande incentivador do ensino na região. Depois seus netos voltaram bacharéis e logo ocupavam cargos de juízes, promotores, médicos e agrônomos, além de introduzidos na carreira política. Na verdade, o coronel Maia estava pensando em formar e difundir agentes sociais capazes de receber a herança fundiária e política, tendo ainda a capacidade para aumentá-la, já que agrupavam ao seu status mais um capital. O investimento social estava bem próximo do investimento

²⁹ Antônio Gomes de Arruda Barreto foi levado de Campina Grande a Catolé do Rocha para educar os filhos do Coronel Maia. Casou-se três vezes, as duas primeiras com duas filhas do coronel Maia. Viúvo pela segunda vez, casou-se com uma moça da família Suassuna. Do primeiro casamento, teve uma filha e do segundo casamento teve um filho. No terceiro casamento teve oito filhos.

educacional, pois ao voltarem formados, os membros da família Maia exerciam cargos no município e “prestavam serviços” à sociedade, procurando sempre manter uma boa relação com a população em geral.

As estratégias matrimoniais se davam principalmente de duas maneiras: através dos casamentos endogâmicos e através dos casamentos entre famílias que eram detentoras de posses e prestígio políticos em municípios vizinhos.

O casamento endógamo consolidava propriedades, sobretudo terras, no contexto de um sistema de herança repartida dedicado, desde tempos medievais, a fragmentar em partes a propriedade entre os descendentes de linhagem direta. As práticas complementares de casamentos entre grupos de irmãos ou entre um indivíduo enviuvado e um irmão do cônjuge falecido (uma preferência entre os parentes afins que se aproximava do sororato ou levirato) também perpetuava a conservação do patrimônio do grupo familiar além das vantagens obtidas do mero casamento de primo (LEWIN, 1993, p. 19).

Para associar a fala de Lewin ao caso da família Maia, mais uma vez vou utilizar o Coronel Maia, que casou-se três vezes. O seu primeiro casamento foi com uma prima, Hermina Maia de Vasconcelos, com quem teve 12 filhos. Viúvo, casou-se mais duas vezes, com duas irmãs, primeiro com Guilhermina Maia e depois com Idalina Rodrigues Maia, também primas, porém com um parentesco mais longínquo. Vale salientar que o casamento com Idalina Rodrigues Maia foi o mais estratégico, pois foi capaz de aproximar politicamente dois ramos opostos da família Maia, já que ela era sobrinha do coronel Valdivino Lobo Ferreira Maia. Com a realização desse casamento, selaram-se desavenças familiares. Além do mais, Idalina Rodrigues Maia carregou o patrimônio econômico e político para essa união com o Coronel Maia, concretizando os poderes desse grupo familiar no município de Catolé do Rocha (TERUYA, 1995).

Em entrevista, o Sr. Zezito, bisneto do coronel Maia, comprova a atuação do coronel com relação as estratégias de sucessão, garantindo a transmissão do patrimônio entre as gerações ao longo do tempo. “Três filhas de Idalina casaram-se com três filhos do coronel Maia, depois eles se casaram”. Depois que Coronel Maia casa-se com Idalina Rodrigues Maia, o casal passa a ser detentor das fazendas Jatobá, Cabeços, Olho d’Água e Santa Idalina, todas propriedades contíguas. Em relação à fazenda Olho d’Água, afirma o Sr. Zezito Maia:

Quando Américo saiu do sobrado, Idalina mandou Sergio imediatamente ir morar lá, ir morar na casa do sobrado. Com pouco tempo que eles estavam lá, ela mandou ele construir uma casa, pra marcar a posse da terra, ele disse que não podia, não tinha condições, ela deu a ordem pra ele começar a casa que ela pagaria as despesas, então ele começou a construir a casa e toda semana ela mesma ia lá fazer o pagamento dos trabalhadores, a Idalina. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d’Água, Catolé do Rocha).

Segundo Lewin, “o mais comum era a prática de estabelecer os filhos casados em propriedades contíguas às propriedades onde residiam os pais de um dos cônjuges” (LEWIN, 1993, p.116). Essa estratégia confirma o paradigma de Bourdieu para o caso da família do Coronel Maia, em que o estabelecimento de uma sociodicéia objetiva legitimar a dominação e seus fundamentos.

A única estratégia que não se aplica ao caso de Catolé do Rocha se refere ao de fecundidade. Bourdieu ressaltou que na sociedade do Béarn, na França, a estratégia de fecundidade tinha por objetivo reduzir o número de filhos, reduzindo esse número ter-se-ia menos pretendentes ao patrimônio da família. No caso do Brasil, essa estratégia não se aplica, nem mesmo no caso do coronel Maia, onde o número de filhos representaria mais braços para trabalhar e administrar as terras, já que havia uma abundância de terras em seu poder.

As relações de poder e prestígio da família Maia foram tecidas através de várias estratégias sociais, econômicas e políticas. Na maioria dos casos, os membros da família Maia, das diferentes linhagens, que mais adquiriram terras, foram os mesmos que acumularam mais cargos políticos.

A família Maia se tornou a maior detentora de terras da região. Herdaram algumas propriedades desde o sistema sesmarial (como a fazenda Currealinho e a fazenda Bom Jesus da Cachoeira). Os primeiros ancestrais da família Maia não ganharam terras da Coroa portuguesa através das sesmarias, mas herdaram algumas propriedades devido os casamentos que realizaram com as filhas dos sesmeiros. De outras tantas propriedades se apossaram e as registraram em seus nomes (fazenda Conceição - José Lobo Maia, fazenda Dois Riachos - José Lobo Maia, fazenda Cabeços - Coronel Maia). E outras mais foram adquiridas por compras. Tornando-se, assim, os maiores possuidores de terras da região.

Na região de Catolé do Rocha, a família Maia foi a que somou o maior número de propriedades e as maiores extensões de terras. De acordo com Teruya (1995), em pesquisa realizada em Catolé do Rocha, outra prática comum entre os membros da família Maia era a venda de direitos de herança, ou seja, venda das terras que ainda não tinham sido divididas – uma das transações mais encontradas entre membros da família Maia nos cartórios de registro de imóvel do município de Catolé do Rocha. Essa prática, realizada entre herdeiros, mostra claramente a acumulação de terras por um dentre vários irmãos. Mais uma vez, percebemos que a finalidade de alguns membros da família Maia era reagrupar a propriedade, não cedendo espaços para futuras fragmentações, se ela continuasse nas mãos de muitos herdeiros. Dessa forma, a propriedade prosperava tanto no espaço quanto no tempo. Complementar a essa estratégia, eram realizados os casamentos endogâmicos.

A família Maia preservou a maior parte das propriedades usando a estratégia dos casamentos entre primos, sobrinhas e tios. Outra estratégia utilizada para manter o poder político e econômico era o casamento dos filhos com outras famílias que comandavam o poder político de outro município, para juntos pleitear cargos estaduais. Como é o caso em meados do século XX, o casamento de um membro da família Maia com uma filha da família Mariz³⁰, que comandava politicamente o município de Sousa. Construindo laços que posteriormente geraram outros casamentos entre as duas famílias.

A detenção de propriedades ancestrais na zona rural fixava a identidade da família naquele lugar. Como exemplo, a família Maia passou uma mesma propriedade a tantos outros descendentes, ainda hoje existem propriedades que estão nas mãos dos descendentes há oito gerações, como, por exemplo, a fazenda Cachoeira e a fazenda Olho d'Água, cujos atuais proprietários foram entrevistados nesta pesquisa.

A formação do patrimônio fundiário pela família Maia está vinculada a dois irmãos: Antônio Ferreira Maia e Francisco Alves Maia, que vieram de Portugal, atraídos por um tio padre, em missão no Nordeste. Esses dois irmãos, chegando à região, casaram-se com as filhas dos sesmeiros Bento de Araújo Barreto e Diogo Nogueira Leitão. A partir desses dois casamentos, herdando as propriedades, começaram a construir o patrimônio fundiário, econômico e político na região.

Em levantamento no cartório de imóveis do município e em documentos disponibilizados em uma página do facebook³¹, verificamos algumas propriedades que pertenceram e ainda pertencem a membros advindos dessa linhagem. Constatamos que membros da família dificilmente se desfaziam das propriedades, e quando o faziam procuravam compradores da mesma família como irmãos, tios, sobrinhos e primos.

A história política de Catolé do Rocha não tinha apenas um representante da família Maia, já que de um lado se posicionava o coronel Valdivino Lobo Ferreira Maia e do outro o Coronel Maia (primos). Eram opositores políticos, não se sabe ao certo o motivo da rixa, mas conta-se que foi uma discussão entre João Agripino Maia de Vasconcelos (I)³² e o coronel Valdivino Lobo Ferreira Maia.

³⁰ João Agripino Maia de Vasconcelos (II), filho de João Agripino (I) e Idalina Rodrigues Maia, casou-se com Maria Angelina Mariz Maia, filha do Dr. Antonio Marques da Silva Mariz, natural de Sousa – PB, e político na região, dando início ao segmento familiar Mariz Maia.

³¹ Conferir arquivos das propriedades da família Maia em Anexo 3.

³² João Agripino Maia de Vasconcelos (I) era filho de Francisco Severiano Maia de Vasconcelos e sua prima Antônia Olímpia Maia de Vasconcelos. Era sobrinho do Coronel Maia, casou-se com Idalina Rodrigues Maia, sobrinha do coronel Valdivino Lobo Maia. O filho desse casal, João Agripino Maia (II) herdou boa parte das propriedades que o tio tinha deixado de herança para a sobrinha e também o prestígio político, já que ficara como dono das propriedades.

João Agripino I, com a ajuda do Coronel Maia, assume o poder político da região. Iniciando outros membros da família na carreira política municipal. O filho de João Agripino I e Idalina Rodrigues Maia, João Agripino II, torna-se um político reconhecido na região, exercendo mandatos de deputado estadual em várias legislaturas. Todavia João Agripino II ficou sendo o herdeiro político dos seus dois tios (avô), herdando algumas propriedades, ainda carregou consigo o apoio de todos os familiares e pessoas importantes da região que mantinham relações com os dois coronéis.

A partir da segunda metade do século XX, em 1951, Jose Sergio Maia³³, neto do Coronel Maia, foi convocado pela família para se candidatar à prefeitura de Catolé do Rocha. Esta convocação surgiu como possibilidade de reaglutinar as forças familiares que estavam em crise. O prefeito anterior, Francisco Rosado Maia, sobrinho do coronel Zé Sergio, queria se desligar do então chefe político da época, o Sr. Américo Maia de Vasconcelos e isso ocasionou uma rivalidade interna entre membros da família Maia. O Coronel Zé Sergio sempre se limitou politicamente ao município de Catolé do Rocha, todavia garantiu votos para si e para outros membros da família que concorriam a candidaturas estaduais e federais. Para dar continuidade ao poder local exercido pelo grupo familiar, o coronel Zé Sergio iniciou dois de seus filhos na política local, José Otavio Maia de Vasconcelos³⁴ e Lauro Maia de Vasconcelos³⁵.

A trajetória política da família Maia é ressaltada para mostrar que o controle político dessa família se dava entre os membros que possuíam as maiores propriedades. O poder político sempre esteve representado pelo status em ser pecuarista ou produtor de algodão, mesmo entre aqueles que somavam a essas características o grau de bacharel.

Os prefeitos eleitos quando não eram membros da família Maia, eram apoiados por eles (Quadro 1). Membros da família Maia também exerceram cargos Estaduais e Federais. João Agripino Maia (III) foi deputado federal, senador e governador do Estado da Paraíba. O prestígio da família por muito tempo era independente de partido político.

³³ José Sergio Maia (1913-1992), ou coronel Zé Sergio como vou chamar de agora em diante, era neto do coronel Maia. Casou-se em 1938 com sua prima Evangelina Mariz Maia, com quem teve 10 filhos. Foi prefeito de Catolé do Rocha por quatro legislaturas: 1952-1955, 1960-1963, 1973-1976 e 1989-1992, atuando em consonância com os demais chefes familiares, Américo Maia de Vasconcelos e João Agripino III, que atuavam a nível estadual e federal. Também exerceu quatro mandatos como vereador do município de Catolé do Rocha, nos períodos de 1956-1959, 1963-1969, 1970-1973 e 1983-1987.

³⁴ José Otávio Maia de Vasconcelos, mais conhecido como Zezito Maia, como vou chama-lo daqui pra frente, é agropecuarista, atual proprietário da fazenda Olho d'Água. Exerceu cargos de prefeito do município de Catolé do Rocha e foi deputado estadual. Um dos entrevistados nesta pesquisa.

³⁵ Lauro Maia de Vasconcelos é agropecuarista, proprietário da fazenda Cachoeira, no município de Brejo do Cruz, foi prefeito do município de Catolé do Rocha. Um dos entrevistados nesta pesquisa.

Quadro 2 - Prefeitos eleitos no município de Catolé do Rocha (1948-1951)

Período	Prefeito	Grupo ou partido
1948-1951	Francisco Rosado Maia	Eleito/UDN
1952-1955	José Sergio Maia	Eleito/UDN
1956-1959	Osório Olímpio de Queiroga	Eleito/UDN
1960-1963	José Sergio Maia	Eleito/UDN
1964-1965	Isauro Rosado Maia, renunciou e o vice assumiu	Eleito/ARENA
1965-1968	Arione Maia	Eleito/ARENA
1969-1972	Benedito Alves Fernandes	Eleito/ARENA
1973-1976	José Sergio Maia	Eleito/ARENA
1977-1982	Manoel Abrantes	PMDB
1983-1985	José Otávio (Zezito) Maia de Vasconcelos (saiu para ser deputado Estadual, o vice assume).	PMDB
1986-1988	Lauro Maia de Vasconcelos	PMDB
1989-1992	José Sergio Maia	PMDB
1993-1996	Leomar Benício Maia	PMDB
1997-2000	José Otávio (Zezito) Maia de Vasconcelos	PMDB
2001-2004	Leomar Benício Maia	PTB
2005-2008	Leomar Benício Maia	PTB
2009-2012	Edvaldo Caetano	PTB, apoiado por Leomar Maia
2013-2017	Leomar Benício Maia	PTB

Fonte: Elaborado pela autora.

Em fins da década de 1950 começa um período de desmembramento de municípios na Paraíba. Do município de Catolé do Rocha desmembra-se Jericó, em 1959; Riacho dos Cavalos, em 1961; e Belém do Brejo do Cruz, em 1961. Do município de Jericó, desmembra-se Bom Sucesso, em 1963. Assim como ocorreram os desmembramentos de municípios, houve uma redistribuição de poderes políticos nesses municípios. Os Maia continuaram a exercer o poder onde eles detinham a maior parte das propriedades (Catolé do Rocha, Brejo do Cruz, Belém do Brejo do Cruz). É interessante notar que a propriedade está intimamente ligada ao poder político nessa região.

Esses municípios do sertão paraibano são casos típicos de dominação familiar. Catolé do Rocha simboliza essa dominação desde o tempo do Coronel Valdivino Lobo Ferreira Maia³⁶, passando por outros membros da família Maia, caracterizando o cenário político e fundiário da região. Reunidos ou politicamente rompidos, os integrantes dessa família souberam transpor épocas, as mais diversas e se manterem no poder há mais de um século.

³⁶ O Coronel Valdivino Lobo Ferreira Maia era filho do Major José Lobo dos Santos e de Felícia Joaquina Fernandes Maia. Foi chefe político do sertão entre 1870 e 1915, a frente do Partido Liberal. Foi um dos maiores proprietários de terras na região de Catolé do Rocha à época, herdou algumas propriedades de seu pai e comprou outras.

2.4 O CENSO AGROPECUÁRIO 2006 E A GRANDE PROPRIEDADE NA PARAÍBA

Nota-se uma distribuição da posse da terra altamente concentrada desde a formação da propriedade no Nordeste. Uma das características da estrutura fundiária brasileira, que perpassa por vários séculos, é a sua alta desigualdade. Este traço percorre todo o período colonial, passando pelo momento da modernização conservadora até os dias atuais.

Desde a colonização portuguesa no Brasil, com a constituição das capitanias hereditárias e concessões de sesmarias, dá-se início ao processo de formação da propriedade privada no país. O período sesmarial vai de 1530 a 1822, caracterizando a concessão de grandes extensões de terras. O regime sesmarial foi extinto em 1822, até que fosse regulamentada uma lei de legitimação de terras no Brasil. Só em 1850 surge a chamada Lei de Terras³⁷. Esses quase trinta anos entre a ruína do regime sesmarial e a instituição de uma nova legislação ficaram conhecidos como “império de posses” ou “fase áurea do posseiro”, ou seja, nesse período não havia nenhum tipo de normatização e regulamentação, a posse tornou-se a única forma de aquisição de terras. Nesse período, aumenta-se paulatinamente o número de posseiros, de grandes propriedades e também marca a formação das oligarquias rurais no Brasil e principalmente no Nordeste. Na segunda metade do século XX, a propriedade latifundiária vai perdendo sua hegemonia.

Pensando o debate da questão fundiária numa configuração mais contemporânea, podemos conferir as teses dos principais intelectuais agrários do PCB – Caio Prado Jr. e Alberto Passos Guimarães – os quais protagonizaram teórica e politicamente o debate da questão agrária nos anos 1960 no campo marxista.

O cerne das teses de Caio Prado é o ataque às relações sociais fundiárias e de trabalho no meio rural brasileiro. Estas relações impõem condições subhumanas de vida à maior parte da população rural do país. Estas mesmas relações são vistas na obra de Alberto Passos Guimarães – “Quatro Séculos de Latifúndio” (1964) – como corroboração de sua tese de “restos feudais” na agricultura brasileira. Esses autores divergem em suas teses sobre a “questão agrária” e ainda preveem distintos enfoques da reforma agrária. Caio Prado acredita na tendência ao assalariamento crescente da força de trabalho rural e por isso destaca a tese de defesa da legislação social-trabalhista, tendo a reforma agrária um papel secundário. Por sua vez, Alberto Passos observa o latifúndio brasileiro como uma espécie de feudalismo agrário, cuja transformação o capitalismo não realiza, mas que a reforma agrária deveria fazer (DELGADO, 2005).

De fato, nos últimos anos, a concentração fundiária apresenta dois perfis, que são a

³⁷ A Lei de Terras (Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850) foi uma das primeiras leis brasileiras, após a independência do Brasil, a dispor sobre normas do direito agrário brasileiro. Trata-se de legislação específica para a questão fundiária. Esta lei estabelecia a compra como a única forma de acesso à terra e abolia o regime de sesmarias.

desigualdade, apesar do novo ordenamento de direito agrário que prescreve o princípio da função social da propriedade fundiária; e os procedimentos e omissões da política fundiária do Poder Executivo e dos demais poderes de Estado que arbitram contraditoriamente a reprodução dessa desigualdade (DELGADO, 2005).

Para analisarmos a estrutura fundiária do Brasil hoje, utilizamos a base de dados do IBGE e os respectivos censos agropecuários. Os dados dos censos agropecuários mostram a desigualdade na distribuição da posse da terra no Brasil, Nordeste e na Paraíba com uma menor intensidade.

Utilizando a denominação de módulos fiscais, podemos conferir de acordo com os dados censitários, que a estrutura fundiária do Brasil é altamente desigual. No Brasil, o número de estabelecimentos agropecuários que medem até um módulo fiscal constituem exatos 73,68% do total de estabelecimentos agropecuários no país e ocupam apenas 12,2% da área total, ao passo que aqueles com áreas superior a 100 módulos fiscais representam menos de 1% do número de estabelecimentos, porém sozinhos, ocupam 19% da área total de estabelecimentos agropecuários.

Numa classificação onde de 0 a 4 módulos fiscais os estabelecimentos são considerados pequena propriedade, os estabelecimentos que medem acima de 4 até 15 módulos fiscais são considerados médias propriedades e acima de 15 até mais de 100 módulos fiscais são considerados grandes propriedades rurais, utilizamos essa classificação do INCRA para analisarmos os dados referentes ao tamanho das propriedades e fazer algumas ponderações.

No Brasil, os pequenos estabelecimentos agropecuários somam 28,25% da área total, os médios somam 20,08% e os que medem de 15 a mais de 100 módulos fiscais somam 51,67%, ou seja, mais da metade da área dos estabelecimentos agropecuários do país estão nas mãos de poucos proprietários, correspondendo a menos de 2% do número de estabelecimentos (Tabela 1).

Os dados não deixam dúvidas de que a estrutura fundiária brasileira é altamente concentrada, existindo um alto índice de concentração da posse da terra (IBGE, 2009). Segundo Hoffmann e Ney (2010), uma comparação entre os dados do Censo Agropecuário de 2006 com os de 1995/1996 mostra uma estabilidade da desigualdade fundiária medida pelo índice de Gini³⁸ em cerca de 0,856.

³⁸ Índice de Gini é um indicador de desigualdade muito utilizado para averiguar o grau de concentração da terra e da renda. Varia no intervalo de zero a 1, significando que quanto mais próximo de 1, maior é a desigualdade na

Tabela 1 - Número de estabelecimentos agropecuários em percentual e área dos estabelecimentos

Número de estabelecimentos agropecuários em unidades e em percentual e Área dos estabelecimentos agropecuários em percentual – censo agropecuário 2006				
Unidades territoriais	Classificação por módulo fiscal	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos agropecuários (Percentual)	Área dos estabelecimentos agropecuários (Percentual)
Brasil	Total	5.175.636	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	3.813.196	73,68	12,2
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	504.458	9,75	7,83
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	272.794	5,27	8,22
	De 4 a menos de 10 (médio)	190.569	3,68	13,41
	De 10 a menos de 15 (médio)	47.856	0,92	6,67
	De 15 a menos de 20 (grande)	25.728	0,5	5,12
	De 20 a menos de 50 (grande)	46.932	0,91	16,51
	De 50 a 100 (grande)	12.372	0,24	10,88
Mais de 100 (grande)	6.712	0,13	19,16	
Nordeste	Total	2.454.060	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	2.041.650	83,19	22,78
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	111.475	4,54	10,42
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	58.616	2,39	10,66
	De 4 a menos de 10 (médio)	39.140	1,59	15,17
	De 10 a menos de 15 (médio)	8.782	0,36	6,46
	De 15 a menos de 20 (grande)	4.326	0,18	4,43
	De 20 a menos de 50 (grande)	6.503	0,26	11,32
	De 50 a 100 (grande)	1.592	0,06	6,49
Mais de 100 (grande)	872	0,04	12,28	
Paraíba	Total	167.286	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	144.402	86,32	27,25
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	7.448	4,45	11,77
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	4.024	2,41	12,68
	De 4 a menos de 10 (médio)	2.764	1,65	18,57
	De 10 a menos de 15 (médio)	594	0,36	7,46
	De 15 a menos de 20 (grande)	293	0,18	5,11
	De 20 a menos de 50 (grande)	409	0,24	10,24
	De 50 a 100 (grande)	85	0,05	3,40
Mais de 100 (grande)	33	0,02	3,52	
Sertão Paraibano – PB	Total	49.413	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	42.379	85,76	30,07
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	3.026	6,12	14,85
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	1.551	3,14	15,38
	De 4 a menos de 10 (médio)	891	1,8	19,12
	De 10 a menos de 15 (médio)	170	0,34	7,25
	De 15 a menos de 20 (grande)	71	0,14	4,41
	De 20 a menos de 50 (grande)	68	0,14	7,22
	De 50 a 100 (grande)	5	0,01	1,2
Mais de 100 (grande)	1	0	0,5	
Microrregião de Catolé do Rocha – PB	Total	4.388	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	3.513	80,06	21,93
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	370	8,43	13,33
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	192	4,38	13,24
	De 4 a menos de 10 (médio)	142	3,24	21,86
	De 10 a menos de 15 (médio)	35	0,8	10,27
	De 15 a menos de 20 (grande)	17	0,39	7,47
	De 20 a menos de 50 (grande)	14	0,32	10,06
	De 50 a 100 (grande)	1	0,02	1,84
Mais de 100 (grande)	-	-	-	

Fonte: IBGE - censo agropecuário 2006.

Pensando o Nordeste, 43,86% da área dos estabelecimentos corresponde a pequenas propriedades, enquanto 22,16% e 34,52% da área de estabelecimentos são médias e grandes propriedades, respectivamente. Podemos conferir que a posse da terra no Nordeste, se

distribuição, e, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Os valores extremos, zero e 1, indicam perfeita igualdade e máxima desigualdade.

comparada aos dados do Brasil, é menos concentrada, mas ainda mantém um alto grau de concentração. Se somarmos os dados desses dois estratos, os médios e grandes estabelecimentos agropecuários ocupam uma área de 56,68% do total, embora o número desses estabelecimentos sejam muito inferiores aos pequenos estabelecimentos agropecuários.

Se a comparação temporal confirma a pouca alteração observada na participação dos diferentes estratos fundiários, na área e no número total de estabelecimentos agropecuários no país entre os Censos Agropecuários de 1985 e de 2006, a análise do Índice de Gini por grandes regiões permite aprofundar esta análise no que diz respeito às diferenças regionais ocorridas neste período quanto à distribuição da posse da terra.

Ao se analisar o Índice de Gini, percebe-se que no período intercensitário 1995-1996 a 2006 o Brasil ainda apresenta alto grau de concentração, expresso por 0,856, em 1995, e por 0,854, em 2006 (IBGE, 2009). A distribuição de terras é mais concentrada quanto mais próximo este índice estiver da unidade, ou seja, poucos estabelecimentos agropecuários concentram um alto percentual de terras.

Quando se analisa a evolução do Índice de Gini segundo os Estados, observa-se que a estrutura agrária reflete, em grande parte, os processos e formas que presidiram a ocupação diferenciada do território nacional (Tabela 2).

Examinando a evolução dos valores dos índices de Gini para os estados do Nordeste (Tabela 2), verifica-se que a estrutura fundiária do Nordeste se caracteriza por uma rígida concentração ao longo das últimas três décadas. Em 1985, o estado com maior grau de concentração era o Maranhão, situação que perdurou até 1995, porém no último censo ficou na segunda posição, perdendo para Alagoas, o qual teve uma tendência de elevação da concentração da posse da terra nos últimos 10 anos, passando a ser o Estado com maior concentração fundiária do Nordeste. O Ceará apresentava-se com a menor concentração no início do período, todavia, revelou uma tendência de elevação da concentração da posse da terra, estando na quarta posição de maior concentração na região. Por sua vez, o Estado de Sergipe apresentou a maior baixa no índice de concentração, da sétima posição no censo de 1985 para a última em 2006. O Estado da Paraíba diminuiu o grau de concentração fundiária de 0,842 em 1985 passa para 0,822 em 2006, representando o segundo menor patamar de concentração fundiária no Nordeste, mesmo que este índice ainda permaneça alto³⁹. A Paraíba apresentou, no período analisado, uma tendência de diminuição da concentração da posse da

³⁹ Segundo a proposta de Câmara (apud Silva, 1981), quando o Índice de Gini é até 0,100 a concentração é nula; de 0,101 a 0,250 a concentração é fraca; de 0,251 a 0,500 a concentração é média; de 0,501 a 0,700 a concentração é forte; de 0,701 a 0,900 a concentração é muito forte; acima de 0,900 a concentração tem uma tendência de ser absoluta.

terra. A distribuição da posse da terra, conquanto menos concentrada que a média do país, apresenta-se ainda muito distante do que caracterizaria uma distribuição igualitária.

Tabela 2 - Evolução do Índice de Gini nos estados do Nordeste (1985-2006)

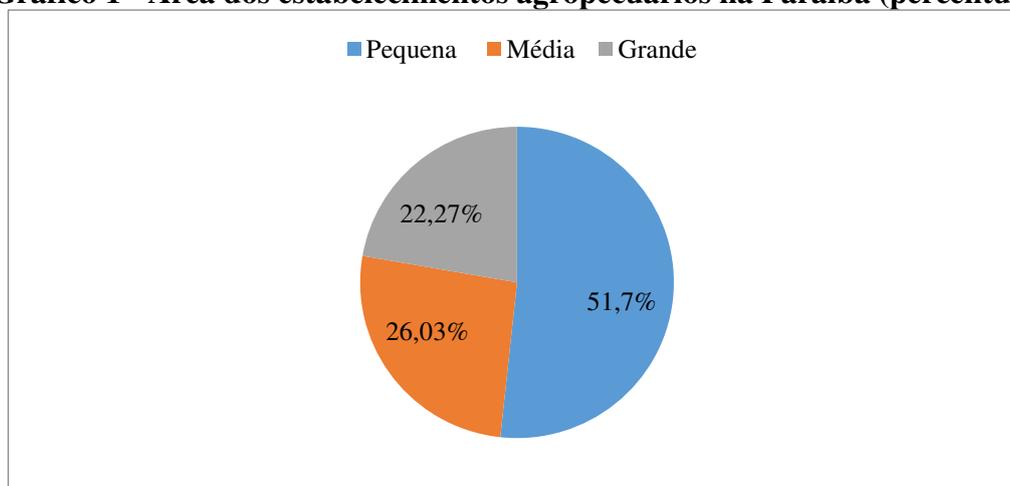
Estados Nordestinos	Evolução do índice de Gini		
	1985	1995	2006
Maranhão	0,923	0,903	0,864
Piauí	0,896	0,873	0,861
Ceará	0,815	0,845	0,861
Rio Grande do Norte	0,853	0,852	0,824
Paraíba	0,842	0,834	0,822
Pernambuco	0,829	0,821	0,825
Alagoas	0,858	0,846	0,871
Sergipe	0,858	0,846	0,821
Bahia	0,840	0,834	0,840

Fonte: Censo Agropecuário 1985/1995-1996/2006 – IBGE.

Em se tratando do Nordeste como um todo, revelou-se uma tendência de acréscimo de sua concentração fundiária, permanecendo elevada e quase inalterada. O Nordeste continua com o mesmo perfil concentrador do passado.

Refletindo sobre a estrutura agrária da Paraíba de acordo com o censo agropecuário de 2006 (Gráfico 1), contrariando os dados do Brasil e do Nordeste, 51,7% da área dos estabelecimentos agropecuários estão distribuídos em pequenas propriedades, também foi registrado o maior número de estabelecimentos, somando-se 155.874 mil estabelecimentos o que corresponde a 93,18%. A área dos estabelecimentos que correspondem às médias propriedades somam-se 26,03% e 22,27% contentam a área das grandes propriedades, com apenas 0,49%, ou seja, 820 estabelecimentos agropecuários de grande dimensão na Paraíba. Na Paraíba, a estrutura fundiária tem sofrido algumas mudanças ao longo do tempo.

Gráfico 1 - Área dos estabelecimentos agropecuários na Paraíba (percentual)

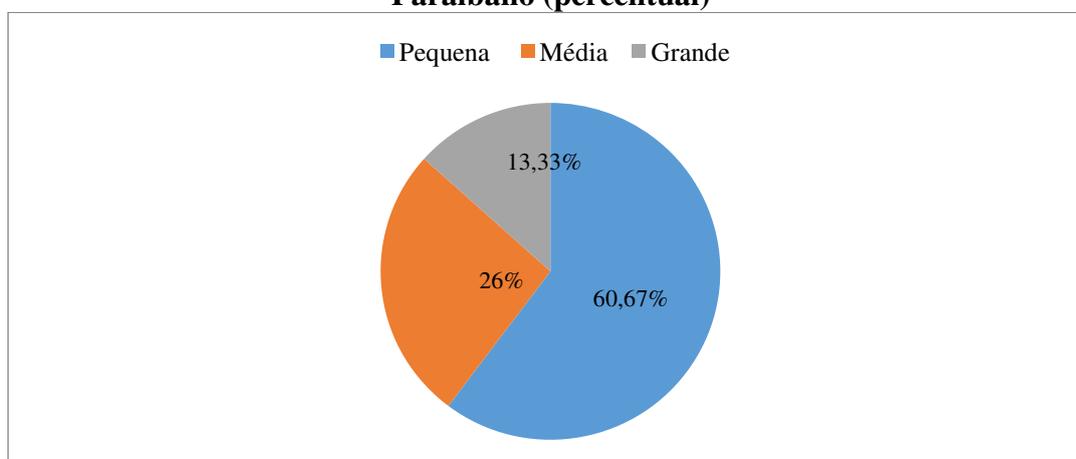


Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Observando as mesorregiões, a Mata Paraibana é a que ainda concentra mais terras nas mãos de uma minoria de proprietários, com 53,57% da área total dos estabelecimentos agropecuários nas propriedades com mais de 15 módulos fiscais, tendência que se evidencia devido as grandes extensões de terras com os canaviais. O Sertão Paraibano é o que menos concentra grandes propriedades, já que a maior parte das terras está nas mãos dos pequenos proprietários.

Para a mesorregião do Sertão Paraibano (Gráfico 2), os dados revelam que há uma menor concentração na estrutura fundiária, em que 60% da área total dos estabelecimentos agropecuários é formada por pequenas propriedades. Os médios estabelecimentos somam-se 26% da área total da mesorregião e as grandes propriedades juntas somam 14% da área total dos estabelecimentos. O Sertão da Paraíba é dividido em sete microrregiões (Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra de Teixeira), cada uma delas com suas especificidades na organização fundiária e produtiva, embora todas elas pratiquem a pecuária, com algumas diferenciações entre os produtores.

Gráfico 2 - Área dos estabelecimentos agropecuários na Mesorregião do Sertão Paraibano (percentual)



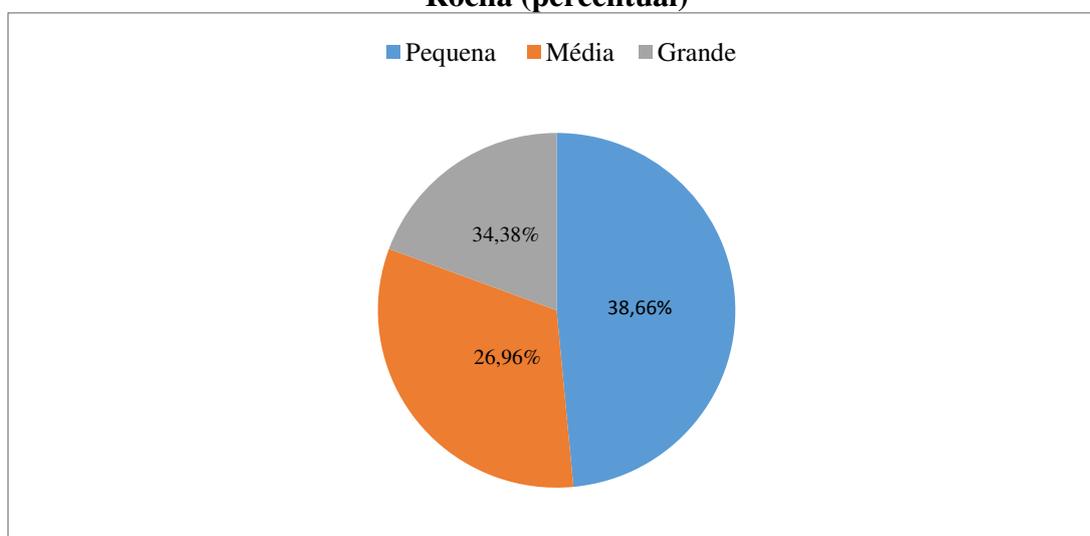
Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Os dados sobre a repartição espacial da área dos estabelecimentos rurais da microrregião de Catolé do Rocha indicam uma maior concentração fundiária se comparada aos dados da mesorregião do Sertão Paraibano e da Paraíba em geral. A microrregião de Catolé do Rocha é a segunda em maior concentração de terras da mesorregião do sertão, com 48,50% da área dos estabelecimentos rurais na pequena propriedade, correspondendo a 92,87% do número de estabelecimentos; 32,13% de área distribuídos na média propriedade e 19,37% na grande propriedade, correspondendo respectivamente a 4,04% e 0,73% do número de estabelecimentos. Em termos de concentração fundiária no Sertão Paraibano, a

microrregião de Catolé do Rocha perde apenas para a microrregião de Patos que possui 38,66% da área dos estabelecimentos na pequena propriedade e 34,38% e 26,96% da área dos estabelecimentos nas médias e grandes propriedades, juntando as duas últimas somam-se 61,34% da área total dos estabelecimentos rurais (GRÁFICO 3).

Os dados revelam que ainda que a concentração fundiária seja uma realidade no semiárido nordestino, como o é em todo o Brasil, em muitos espaços mais da metade da área agrícola total já é ocupada por estabelecimentos considerados pequena propriedade. Nas microrregiões do Sertão Paraibano, temos como exemplos desta tendência, com mais de 70% da área ocupada por pequenas propriedades, as microrregiões de Cajazeiras (com 77,55%), da Serra de Teixeira (com 77,15%) e de Itaporanga (com 72,45%). Também obedecem essa mesma lógica as microrregiões de Esperança (74,84%) e Umbuzeiro (74,52%), ambas situadas na mesorregião do Agreste paraibano. Esses indicadores parecem apontar para uma estabilização ou melhoria no padrão da posse da terra no estado. Pode-se atribuir o aumento da participação dos pequenos estabelecimentos na área total da Paraíba ao grande número registrado pelo censo de estabelecimentos que medem entre 0 e 1 módulo fiscal (TABELA 1). O crescimento da pequena propriedade também pode ser fruto da subdivisão por herança; a cada geração, o tamanho das propriedades tende a diminuir de maneira mais acentuada para as pequenas propriedades, como também da política nacional de crédito fundiário que disponibiliza para pequenos agricultores e associações de agricultores a compra de terra pela política nacional de crédito fundiário, bem como as lutas sociais que resultaram na criação, pelo INCRA, de assentamentos de reforma agrária.

Gráfico 3 - Área dos estabelecimentos agropecuários na Microrregião de Catolé do Rocha (percentual)



Fonte: Censo Agropecuário 2006.

Na microrregião de Catolé do Rocha, o processo de fragmentação das propriedades tem sido menos acentuado e um dos objetivos desta tese é justamente compreender quais os elementos que permitem a manutenção da grande propriedade e como tem se transformado ao longo das últimas décadas.

2.5 A MICRORREGIÃO DE CATOLÉ DO ROCHA: GRANDE PROPRIEDADE VERSUS AGRICULTURA FAMILIAR

Como já temos destacado, um elemento importante para a compreensão das dinâmicas agrárias no semiárido nordestino que emergiram após a crise do sistema latifúndio/algodão/pecuária/morada é a crescente participação da pequena propriedade e da agricultura familiar nesta região. Na microrregião de Catolé do Rocha, porém, convivem duas dinâmicas diferenciadas. Em parte dos municípios, a agricultura familiar é predominante em termos de área ocupada pelos estabelecimentos agropecuários, enquanto em outros municípios, as médias e grandes propriedades ou a agricultura patronal (não familiar) permanece dominando a paisagem rural.

Dos 11 municípios que compõem esta microrregião, a agricultura familiar (segundo dados do Censo Agropecuário 2006) predomina em cinco: Bom sucesso (62,13% da área ocupada pela agricultura familiar), Brejo dos Santos (59,18%), Jericó (62,87%), Lagoa (57,75%) e Mato Grosso (75,6%). Nos demais municípios, é a agricultura patronal que predomina: Belém do Brejo do Cruz (83,26% da área ocupada pela agricultura não familiar), Brejo do Cruz (64,17%), Catolé do Rocha (68,19%), Riacho dos Cavalos (52,44%), São Bento (74,13%) e São José do Brejo do Cruz (88,65%) (Tabela 3).

Tabela 3 - Número e área dos estabelecimentos agropecuários classificados em agricultura familiar e agricultura não familiar (Censo Agropecuário de 2006)

Município	Número de estabelecimentos %			Área dos estabelecimentos %		
	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar	Total	Agricultura familiar	Agricultura não familiar
Belém do Brejo do Cruz	234	68,8	31,2	37.531	16,74	83,26
Bom Sucesso	397	86,65	13,35	13.434	62,13	37,87
Brejo do Cruz	329	76,6	23,4	30.506	35,83	64,17
Brejo dos Santos	316	77,85	22,15	10.325	59,18	40,82
Católé do Rocha	803	85,43	14,57	42.607	31,81	68,19
Jericó	541	84,29	15,71	15.545	62,87	37,13
Lagoa	382	89,01	10,99	12.294	57,75	42,25
Mato Grosso	205	91,71	8,29	4.208	75,6	24,4
Riacho dos Cavalos	890	66,74	33,26	20.558	47,56	52,44
São Bento	212	68,4	31,6	17.419	25,87	74,13
São José do Brejo do Cruz	79	55,7	44,3	23.103	11,35	88,65

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Com exceção de São Bento, em virtude de suas particularidades fundiárias e econômicas no contexto regional, a pesquisa de campo concentrou-se justamente nos municípios em que a agricultura patronal permanece dominante na paisagem rural, na tentativa de compreender os motivos desta permanência e as novas formas sociais da grande propriedade no sertão da Paraíba.

Todos os municípios da microrregião de Catolé do Rocha apresentaram crescimento da população urbana a partir da década de 1980 e consequente diminuição da população rural. E ainda que não se possa fazer uma associação direta entre estrutura fundiária e dinâmicas de urbanização, é importante anotar que dos cinco municípios em que predomina a agricultura familiar, apenas Jericó tinha uma população urbana maior que a população rural segundo os dados do Censo Demográfico de 2010. Por outro lado, dos seis municípios em que predomina a agricultura patronal, apenas Riacho dos Cavalos tinha, no mesmo período, população rural maior que a população urbana. O caso de Riacho dos Cavalos é, porém, particular, pois de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 o município registra ao mesmo tempo predomínio da agricultura patronal e da pequena propriedade. Se compararmos municípios na mesma faixa populacional, podemos perceber uma possível associação entre o percentual da população rural e predomínio da agricultura familiar ou patronal. Em Bom Sucesso e Lagoa, com população total de 5.035 habitantes e 4.681 habitantes, respectivamente, a população rural representa 59,68% e 50,78%, respectivamente, da população total. Já em Brejo dos Santos, onde há predomínio da agricultura familiar, 74,77% da população de 6.198 habitantes reside na zona urbana. Em Mato Grosso, com 2.702 habitantes e predomínio da agricultura familiar, 55,55% da população ainda reside no meio rural. Já em São José do Brejo do Cruz, com 1.684 habitantes e predomínio da agricultura patronal, 56,89% da população reside no meio urbano (Tabela 4).

Outro aspecto a ser problematizado acerca das diferenças registradas tanto entre os municípios da região de Catolé do Rocha quanto entre esta microrregião e as demais microrregiões do Sertão Paraibano refere-se ao papel das políticas fundiárias na conformação do espaço agrário regional. A grande maioria dos assentamentos instituídos pelo INCRA no sertão da Paraíba foi criada a partir da segunda metade dos anos 1990. Segundo Moreira e Targino (2007), uma série de fatores explica essa dinâmica: presença mais atuante da CPT na região do semiárido paraibano, possibilitando a organização dos trabalhadores em torno da luta pela terra; crise na economia decorrente da derrocada do sistema algodão/pecuária/cultura de subsistência e relações de moradia; e a atuação da FETAG que, de forma burocrática, encaminhou alguns pedidos de desapropriação para o escritório do INCRA. É também apenas

em finais da década de 1990 que o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) passa a atuar mais sistematicamente nesta região.

Tabela 4 - População dos municípios da microrregião de Catolé do Rocha (2010)

Municípios	População (2010)		
	Total	Urbana	Rural
Belém do Brejo do Cruz	7.143	73,64%	26,36%
Bom Sucesso	5.035	40,32%	59,68%
Brejo do Cruz	13.123	75,42%	24,58%
Brejo dos Santos	6.198	74,77%	25,23%
Católé do Rocha	28.759	74,14%	25,86%
Jericó	7.538	62,74%	37,26%
Lagoa	4.681	49,22%	50,78%
Mato Grosso	2.702	44,45%	55,55%
Riacho dos Cavalos	8.314	48,41%	51,59%
São Bento	30.879	81,09%	18,91%
São José do Brejo do Cruz	1.684	56,89%	43,11%

Fonte: Elaborado pela autora.

Entre 1990 e 2011, foram criados, na mesorregião do Sertão Paraibano, 58 projetos de assentamento (PA's). Na década de 1990 foram realizadas 36% das desapropriações para fins de reforma agrária nesta região e na década de 2000 registrou-se a implantação dos 64% restantes dos assentamentos geridos pelo INCRA neste território.

O impacto da criação de assentamentos na mesorregião do Sertão Paraibano, porém, não foi homogêneo. Em termos gerais, os 58 assentamentos criados, totalizando uma área de 70.485,84 hectares (e 2.356 famílias assentadas) representam 4,5% da área total dos estabelecimentos agropecuários nesta região. Como era de se esperar, o impacto foi maior justamente na microrregião em que há um maior percentual da terra ocupada pela agricultura patronal: na microrregião de Patos a área reformada representou 11,3% da área total dos estabelecimentos agropecuários, ainda que de acordo com o Censo Agropecuário de 2006 apenas 28,26% das terras eram ocupadas pela agricultura familiar, indicando que há ainda espaço para novas desapropriações. Na microrregião de Catolé do Rocha, porém, mesmo considerando-se a predominância da agricultura patronal (a agricultura familiar neste território ocupa apenas 36,12% da área total dos estabelecimentos agropecuários), o impacto da criação de assentamentos sobre a área total dos estabelecimentos agropecuários foi o segundo menor na mesorregião, de apenas 2,6% (Tabela 5).

Na microrregião de Catolé do Rocha foram instalados cinco projetos de assentamentos (totalizando 6.011,64 e 220 famílias assentadas), todos nos municípios de Jericó e Lagoa, onde os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelaram predomínio da agricultura familiar.

Nos municípios onde predomina a agricultura patronal (Catolé do Rocha, Belém do Brejo do Cruz, Brejo do Cruz, São José do Brejo do Cruz, Riacho dos Cavalos e São Bento), não foram registradas desapropriações pelo INCRA para fins de reforma agrária.

Tabela 5 - Projetos de Assentamento geridos pelo INCRA no Sertão Paraibano (1990-2011)

Microrregiões do Sertão Paraibano	Projetos de Assentamento	Famílias assentadas	Área total reformada (hectares)	Área reformada em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários	Área da AF em relação à área total dos estabelecimentos agropecuários
Cajazeiras	10	299	10.333,51	5,0%	61,55%
Catolé do Rocha	05	220	6.011,64	2,6%	36,12%
Itaporanga	05	180	3.462,78	1,4%	60,58%
Patos	12	533	20.847,08	11,3%	28,26%
Piancó	05	203	8.308,75	3,9%	40,48%
Serra de Teixeira	03	81	1.550,63	0,9%	68,75%
Sousa	18	840	19.971,45	6,2%	43,37%
TOTAL	58	2356	70.485, 84	4,5%	47,97%

Fonte: MDA/INCRA - Sistema SIPRA, 2012.

2.6 A RESISTÊNCIA À FRAGMENTAÇÃO

A análise da história fundiária e dos dados quantitativos mais recentes disponibilizados pelo IBGE e pelo INCRA para a microrregião de Catolé Rocha permitiu delinear melhor os contornos da predominância/permanência da grande propriedade nos municípios deste território. A trajetória da grande propriedade nesta região está fortemente associada à trajetória da família Maia, detentora de terras e de poder político.

Os mecanismos adotados por membros da família Maia e outros grandes proprietários para evitar a fragmentação de suas propriedades nas últimas décadas e as transformações pelas quais passaram estas propriedades no período serão objetivo de investigação no próximo capítulo. A compreensão das estratégias adotadas pelos proprietários na conformação do que temos chamado de “agronegócio sertanejo” passa necessariamente pela ressignificação da atividade pecuária e pela emergência de novas formas sociais que levaram à superação do antigo latifúndio, atualizando a dominação política dos grandes proprietários em meio a processos de modernização da atividade agropecuária.

CAPÍTULO III

RESSIGNIFICAÇÃO DA PRÁTICA DA PECUÁRIA NO SEMIÁRIDO E TRANSFORMAÇÕES NAS ESTRATÉGIAS PRODUTIVAS

Nos dias 21 e 22 de setembro de 2013 foi realizada a XX edição da vaquejada do Parque Cachoeira, construído às margens da rodovia PB-323, que liga Catolé do Rocha a Brejo do Cruz. A vaquejada inclui a disputa entre os vaqueiros na derrubada do boi e shows com bandas de forró. Os vaqueiros, divididos nas categorias profissional e amador, disputaram um prêmio de 20 mil reais. Prêmios que eram mais elevados em anos anteriores, mas as edições da vaquejada do Parque Cachoeira dos anos de 2012 e 2013 foram afetadas pela longa estiagem que atingiu o semiárido nordestino nos últimos anos.

Lauro Maia, proprietário do Parque Cachoeira, 53 anos, define-se como agropecuarista. Foi prefeito de Catolé do Rocha entre 1986 e 1988. É filho de José Sérgio Maia, conhecido como Coronel Zé Sérgio, provavelmente a mais importante liderança política de Catolé do Rocha na segunda metade do Século XX. O Coronel Zé Sérgio foi prefeito por quatro mandatos, e quando morreu em 1992 possuía quatro propriedades na região (Cachoeira, em Brejo do Cruz; Olho D'Água, em Catolé do Rocha; e Belém Velho e Panorama, em Belém do Brejo do Cruz), que totalizavam mais do que 3.700 hectares, deixadas como herança para seus filhos.

O Parque Cachoeira está localizado numa destas propriedades, herdada por Lauro Maia. A Fazenda Cachoeira tem 759 hectares e nela Lauro Maia desenvolve a bovinocultura de corte e a criação de garrotes da raça Pardo Suíço (para comercialização de “tourinhos reprodutores”) e mantém o Parque de Vaquejada. A crise do sistema pecuária/algodão/culturas de subsistência se aprofundou em meados da década de 1990 e os herdeiros do antigo latifúndio foram instados a encontrar alternativas para manter a propriedade. Lauro Maia afirma que a estratégia para manter a propriedade ativa foi investir na pecuária, todavia para isso precisou fazer investimentos, melhorar o rebanho deixado pelo seu pai e investir na venda de garrotes melhorados. Para complementar a renda da propriedade, em 1993 teve a ideia de investir em um parque de vaquejada. Lauro Maia, em entrevista a autora, conta que:

A ideia surgiu assim, com as dificuldades que eu tive, eu vi que havia e eu tinha condições de fazer uma vaquejada e comecei a montar um parque. Comecei a montar um parque, fiz a primeira vaquejada, sem entender muito, errei em algumas

coisas e depois fui corrigindo. A verdade é que minha vaquejada tornou-se uma grande vaquejada, porque a gente toda vida procurou aprimorar cada vez mais, sabe. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

A realização da festa, segundo Lauro Maia, possibilitava ainda o contato com outros proprietários da região e assim ele aproveitava para divulgar o seu rebanho, além de garantir uma maior rentabilidade para a fazenda, mesmo que a vaquejada acontecesse apenas uma vez ao ano. O proprietário conta que com a realização da vaquejada muitas memórias vinham a tona, pois quando mais jovem gostava de andar a cavalo e correr pequenos torneios de vaquejadas que aconteciam nas propriedades da vizinhança.

Segundo ele:

Só com a pecuária dá pra viver, e digo mais, quem melhorou minha vida, minha rentabilidade mensal foram essas festas, a vaquejada. Pecuária pra mim é tudo. Pecuária faz parte da minha renda, da minha sobrevivência, da minha cultura, eu sou pecuarista por natureza, vem no meu sangue. É o que representa a pecuária pra mim. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

Na fala do entrevistado, dois tempos são mobilizados para dar significado a suas escolhas: o passado, instaurado em sua “natureza”, em seu “sangue”, e o presente como empresário rural. Mas estes dois tempos são mediados por uma ruptura e por uma continuidade. A ruptura está relacionada com a crise do sistema latifúndio/pecuária/algodão/morada; enquanto a continuidade vincula-se à permanência pessoal (e familiar) como grande proprietário rural com forte presença na vida política local. A atualização do passado e a construção de um projeto produtivo presente e futuro são conjugados através da ressignificação da atividade da pecuária.

Assim como Lauro Maia, muitos outros proprietários entrevistados durante a pesquisa de campo apresentam a pecuária como única alternativa para produzir no semiárido nordestino ou na caatinga sertaneja.

A opção pela pecuária, como já dissemos e como sugere a festa de vaquejada do Parque Cachoeira, não é uma simples continuidade do passado. As entrevistas demonstram que os proprietários enfatizam as escolhas que tiveram que fazer entre finais da década de 1980 e início de 1990 e que implicam em rupturas em relação à pecuária praticada por seus antepassados. Em muitas falas, é clara essa negação das práticas da pecuária “tradicional”, como por exemplo quando o Sr. Zezito Maia afirma que:

Eu nunca aceitei criar gado comum como todos os outros faziam, eu sempre defendi a tese e o tempo tem me dado razão, de que a forma de se encontrar uma maior produtividade, era criando raça pura, especializada para o fim que você está criando. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Este capítulo procura conectar a opção pela pecuária feita por boa parte dos grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha e o que se tem chamado de processo de (re)pecuarização.

A referência a noção de processo de (re)pecuarização (CUNHA e MARQUES, 2010; GOMES e MENESES, 2010; NUNES, 2011) envolve múltiplas formas sociais e produtivas e refere-se à ressignificação da pecuária no semiárido nordestino e à constituição de um novo projeto produtivo e modernizador que articula um conjunto diversificado de atores sociais, de modo a permitir a análise das “transformações sociais” que implicam tanto mudanças qualitativas quanto quantitativas nas dinâmicas produtivas de parcela importante do semiárido nordestino. Vamos utilizar a chave da (re)pecuarização para problematizar as mudanças sociais, econômicas, simbólicas e produtivas que estão ocorrendo nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha, no sertão da Paraíba. Essa tarefa faz parte do esforço de problematizar a opção dos grandes proprietários (na região estudada) em investirem na prática da pecuária numa chave analítica que evite os lugares comuns do latifúndio e do atraso e que enfatize processos de transformação social.

Levantamos alguns questionamentos: Porque a opção da pecuária em detrimento da agricultura? Quais as transformações pelas quais vem passando a média e grande propriedade rural na microrregião de Catolé do Rocha depois da crise do sistema latifúndio/pecuária/algodão/morada? Em que estabelecimentos agropecuários da microrregião de Catolé do Rocha tem se registrado um maior desenvolvimento da atividade da pecuária?

A hipótese que orienta esse capítulo é a de que as novas dinâmicas sociais, técnico-produtivas, econômicas e simbólicas que emergem nas médias e grandes propriedades rurais se articulam ao novo projeto pecuário em curso, que estamos chamando de processo de (re)pecuarização.

Vale salientar que essa dinâmica não acontece de forma igualitária em todos os estados e regiões do semiárido nordestino. Cada microrregião e até município segue uma lógica diferenciada, a partir da conjuntura histórico-social e econômica vivenciada em cada lugar.

Entender o processo de (re)pecuarização que está ocorrendo no semiárido hoje – e especificamente na microrregião de Catolé do Rocha – é essencial para compreendermos as mudanças sociais nos vários segmentos rurais, como pequenos, médios e grandes estabelecimentos agropecuários, ressaltando as novas dinâmicas alcançadas pela agricultura familiar e sua inclusão na pauta das políticas públicas e a manutenção e ressignificação da

pecuária nas grandes propriedades.

A combinação de dados fornecidos pelo Censo Agropecuário 2006 e pela Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) realizada anualmente pelo IBGE, juntamente com a pesquisa de campo possibilita-nos apreender como a pecuária é um meio de viabilizar a média e a grande propriedade após o declínio do sistema algodão/pecuária/culturas de subsistência e sistema de morada, protagonizados no antigo latifúndio, mas também por quais estratégias produtivas a pecuária tem passado e que diferentes opções estão a elas conectadas.

3.1 PROCESSO DE (RE)PECUARIZAÇÃO NO SEMIÁRIDO

Para analisar, a partir dos dados quantitativos disponíveis do Censo Agropecuário e da Pesquisa Pecuária Municipal, elementos do processo de (re)pecuarização no semiárido nordestino, é importante problematizar os dados disponíveis para a microrregião de Catolé do Rocha em comparação com as tendências reveladas para a Paraíba e para o território nacional. O tratamento dos dados se dará com as seguintes variáveis: tamanho das propriedades; efetivo dos rebanhos; utilização das terras; densidade populacional de bovinos e efetivo de bovinos nos estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar e da agricultura não familiar. A análise desses dados nos permite demarcar as especificidades da pecuária e sua relação com a estrutura agrária, enfatizando as dinâmicas sociais que podem ser apreendidas através destas variáveis.

Os dados do Censo Agropecuário e da Pesquisa Pecuária Municipal demonstram que houve um crescimento do número de ruminantes no Brasil. Nunes (2011) confirma a tendência do crescimento de ruminantes a partir da comparação dos dados da PPM entre os anos de 1995 e 2008. No Brasil, este crescimento ficou em torno de 20% e no Nordeste, 16%, no período analisado. Considerando os dados do Censo Agropecuário entre 1975 e 2006, houve um aumento nos rebanhos brasileiros em torno de 54% e no Nordeste de 34%.

Nossa incumbência nesse capítulo é utilizar a chave da (re)pecuarização para compreender algumas das mudanças sociais que vem ocorrendo nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha que fazem uso da prática da pecuária, não com referência ao sistema de criação do tipo tradicional, já que o Sertão Paraibano é por excelência o lugar da pecuária, mas como um novo projeto de modernização, fazendo uso de práticas que ressaltam um novo projeto produtivo, econômico e simbólico para o semiárido, com o estímulo de políticas públicas, fortalecimento das cadeias produtivas, transformações qualitativas na atividade da pecuária (melhoramento dos rebanhos, exigências com o manejo e a sanidade dos animais, aumento das áreas destinadas ao plantio de forrageiras), bem como a

emergência de novas relações de trabalho, com o fim do sistema de morada e a crise do sistema pecuária/algodão/culturas de subsistência.

Ainda que a pecuária tenha sido, desde sempre, uma das mais importantes atividades econômicas desenvolvidas no semiárido nordestino, é preciso desvendar, através da análise das transformações pelas quais vêm passando as propriedades rurais do semiárido, quais as novas estratégias produtivas utilizadas pelos proprietários rurais, analisando os investimentos feitos na pecuária nas duas últimas décadas.

Utilizaremos como embasamento teórico a noção de (re)pecuarização desenvolvidas por Cunha e Marques (2010), Gomes e Meneses (2010) e Nunes (2011), os quais estudaram novos projetos de desenvolvimento da prática da pecuária no semiárido, com ênfase na análise dos incentivos e constrangimentos impostos a grupos de agricultores familiares em regiões diferenciadas. Nesta tese, porém, utilizaremos a referência à noção de processo de (re)pecuarização para investigar a resignificação da prática da pecuária em médias e grandes propriedades rurais, pensando as mudanças pelas quais estas práticas têm passado, em seus aspectos econômicos, sociais, culturais e simbólicos.

Segundo Cunha e Marques (2010), para perceber o significado das transformações discursivas e as mudanças nas estratégias produtivas dos proprietários e produtores rurais do semiárido é preciso trabalhar com a chave do processo de (re)pecuarização, o qual se refere a:

- a) um novo projeto de modernização para o semiárido, que articula um conjunto muito diversificado de atores sociais, priorizando os agricultores familiares, mas também com investimentos na agropecuária patronal;
- b) transformações qualitativas na atividade pecuária em diferentes setores do mundo rural da região.

Para esses autores, o processo de (re)pecuarização dialoga com dois eixos de mudança social. De um lado, com o declínio do modelo baseado no latifúndio/pecuária/algodão e o fracasso das políticas de modernização da agropecuária regional. De outro lado, a partir da década de 1990, a emergência de novos projetos políticos e territoriais e a inserção a partir da criação do PRONAF em 1995 de agricultores familiares na agenda política do país e sujeitos beneficiários de políticas públicas, influenciando as dinâmicas regionais desde então. Grupos sociais até então pouco lembrados pelas políticas públicas passam a integrar o quadro dos protagonistas da ação política (CUNHA E MARQUES, 2010). E os grandes proprietários continuam a se beneficiar dos programas de crédito e políticas públicas, não com toda facilidade que existiu na década de 1970 e meados de 1980.

3.2 TENDÊNCIAS DA PECUÁRIA NO SEMIÁRIDO NORDESTINO

Pensando as propriedades de diferentes tamanhos, a prática da pecuária é mais uma vez a protagonista no semiárido nordestino. Acessada por muitos proprietários sertanejos, ela é capaz de integrar diferentes interesses e visões de mundo e fundamentar um novo projeto de modernização para o semiárido. É fundamental ressaltar que tanto nos discursos de técnicos e agências de fomento à atividade agrícola quanto nas falas de grandes, médios e pequenos proprietários, a atividade da pecuária tem sido apresentada como a única alternativa viável para os produtores rurais da região. Esse discurso expressa tanto uma ambientalização do debate sobre desenvolvimento rural na região (em que a pecuária aparece como atividade adaptada às condições climáticas e como parte dos saberes acumulados pelas populações locais de convivência com o semiárido) como à estigmatização da atividade agrícola, sejam as tradicionais culturas de sequeiro, sejam as culturas introduzidas nas tentativas de modernização agrícola via implantação de projetos de irrigação.

Segundo Cunha e Marques (2010), políticas e projetos se voltam a apoiar o estímulo à atividade da pecuária no semiárido, “na forma de fortalecimento de cadeias produtivas; financiamentos aos agricultores familiares, médios e grandes produtores; projetos de pesquisa destinados a racionalizar a atividade ou definir formas sustentáveis de criação de animais, entre outras” (CUNHA E MARQUES, 2010 p.3).

Nossa intenção é problematizar alguns dados para explicar o processo de (re)pecuarização em curso no semiárido nordestino e especificamente no Sertão Paraibano. A (Tabela 6) apresenta a variação percentual dos rebanhos bovinos entre os Censos Agropecuários de 1995/1996 e o de 2006, permitindo-nos dimensionar o aumento do rebanho bovino em diferentes territórios, dando mais ênfase ao estado da Paraíba e as suas mesorregiões e microrregiões.

No que se refere a variação do efetivo do rebanho bovino, houve um incremento no Brasil, Nordeste e alguns estados do Nordeste, como Maranhão, Bahia e Paraíba, entre 1995/1996 e 2006 (Tabela 6). O aumento registrado na Paraíba, porém, foi pequeno se comparado à variação encontrada no país como um todo. Pode-se explicar esse pequeno incremento pelas estiagens que ocorreram nos estados nordestinos nos anos de 1998 e 1999, 2002 e 2003, afetando negativamente os rebanhos, representando queda dos efetivos de animais na maioria dos estados do Nordeste. É importante ressaltar, porém, que o que chamamos de processo de (re)pecuarização não se define primordialmente pelo aumento ou retomada da atividade pecuária, mas pelos novos significados e práticas produtivas a ela

associados.

Tabela 6 - Variação percentual do número de bovinos entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006

Unidades da federação		Censo 1995/1996	Censo 2006	Variação percentual
Brasil		153.058.275	176.147.501	15%
Nordeste		22.841.728	25.833.159	13%
Maranhão		954.347	5.812.164	49%
Piauí		954.347	1.667.456	-2%
Ceará		954.347	2.162.843	-9%
Rio Grande do Norte		954.347	907.185	-5%
Paraíba		1.327.826	1.354.457	2%
Pernambuco		1.930.672	1.880.432	-3%
Alagoas		968.462	919.865	-5%
Sergipe		940.996	899.298	-4%
Bahia		8.729.953	10.229.459	17%
Mesorregiões da Paraíba	Sertão Paraibano	533.096	571.246	7%
	Borborema	244.512	251.170	3%
	Agreste	463.588	436.722	-6%
	Mata Paraibana	86.630	95.319	10%
Microrregiões do Sertão Paraibano	Catolé do Rocha	94.642	93.276	-1%
	Cajazeiras	83.246	98.582	18%
	Sousa	132.155	139.371	5%
	Patos	50.934	52.418	3%
	Piancó	63.175	71.135	13%
	Itaporanga	61.370	60.021	-2%
	Serra do Teixeira	47.574	56.443	19%

Fonte: Censos agropecuários 1995/1996 e 2006.

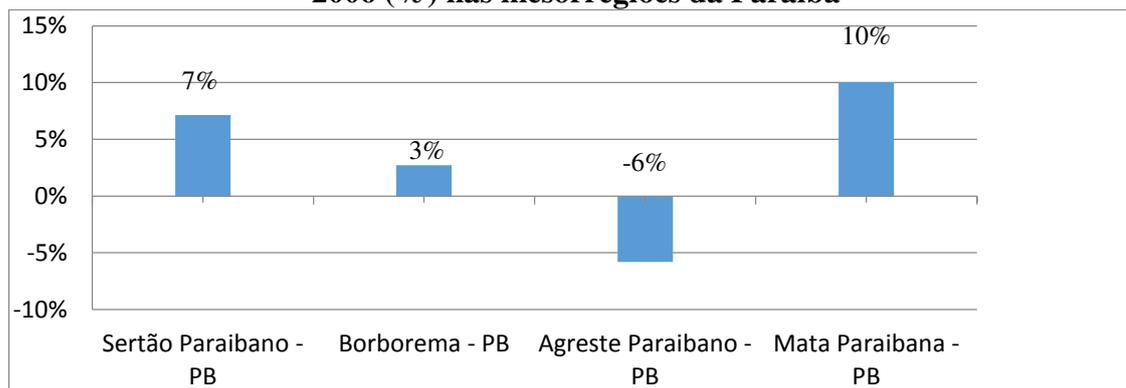
Nos estados do Nordeste, o único que teve um aumento significativo no número do rebanho bovino foi o Maranhão, com quase 50% de crescimento, comparando os censos de 1995/1996 e o de 2006. O Maranhão, porém, apresenta condições ambientais e dinâmicas econômicas muito diferenciadas das vivenciadas na porção semiárida da região. O aumento do efetivo de bovinos na Paraíba no período analisado não expressa os investimentos feitos para incentivo da atividade, através de maior disponibilidade de políticas públicas para os criadores, crédito subsidiado com juros baixos e período de carência. Os principais agentes da política de crédito e financiamento da pecuária no estado foram os bancos do Nordeste e do Brasil.

Nas quatro mesorregiões que compõem o estado da Paraíba (Sertão, Borborema, Agreste e Mata), houve aumento no rebanho bovino do Sertão, Borborema e Mata Paraibana, com um crescimento de 7%, 3% e 10%, respectivamente. A mesorregião do Agreste Paraibano não registrou crescimento do número de bovinos (Gráfico 4).

O sertão Paraibano ficou em segundo lugar no crescimento do número de bovinos, região tipicamente conhecida pela prática da pecuária bovina e a detentora do maior rebanho na Paraíba. Das microrregiões que compõem a mesorregião do sertão, duas delas tiveram um

decréscimo no efetivo do rebanho bovino, a microrregião de Itaporanga e a microrregião de Catolé do Rocha, mas as perdas não passam de 2%, permanecendo quase inalterado o rebanho. Já nas outras microrregiões, observa-se aumento, com destaque para Serra de Teixeira, Cajazeiras e Piancó, com taxas de 19%, 18% e 13%, respectivamente, de incremento no efetivo de bovinos (Cf. Tabela 6).

Gráfico 4 - Variação do rebanho bovino entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006 (%) nas mesorregiões da Paraíba



Fonte: Censos agropecuários 1995/1996 e 2006.

Se podemos destacar que o crescimento do número de bovinos nas décadas de 1990 e 2000 é inferior ao crescimento registrado nas décadas de 1970 e 1980 (MOREIRA e TARGINO, 1996), é importante ressaltar, porém, que as microrregiões do Sertão Paraibano em que este crescimento foi maior (Serra do Teixeira e Cajazeiras) são aquelas em que predominam os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar. Já na microrregião de Catolé do Rocha, em que há o predomínio da agricultura patronal, os rebanhos diminuíram, mas estes dados podem refletir as dinâmicas próprias da pecuária neste segmento que, como veremos adiante, tem priorizado investimentos no melhoramento genético do rebanho, que resultaria em ganhos de produtividade, sem a necessidade de aumento do efetivo de animais⁴⁰. É preciso, porém, para se realizar uma análise mais precisa desse processo, esperar os dados do próximo censo agropecuário, já que muitas das dinâmicas analisadas nesta tese não podem ser captadas no intervalo censitário agora disponível.

Já a mesorregião da Mata Paraibana, região por excelência dedicada ao cultivo da cana-de-açúcar, apresentou um crescimento no número de bovinos em 10%. A microrregião do Litoral Norte foi a única que obteve um excepcional crescimento com a pecuária bovina, um aumento de 57% em 2006 se comparado ao censo de 1995/1996. As outras microrregiões

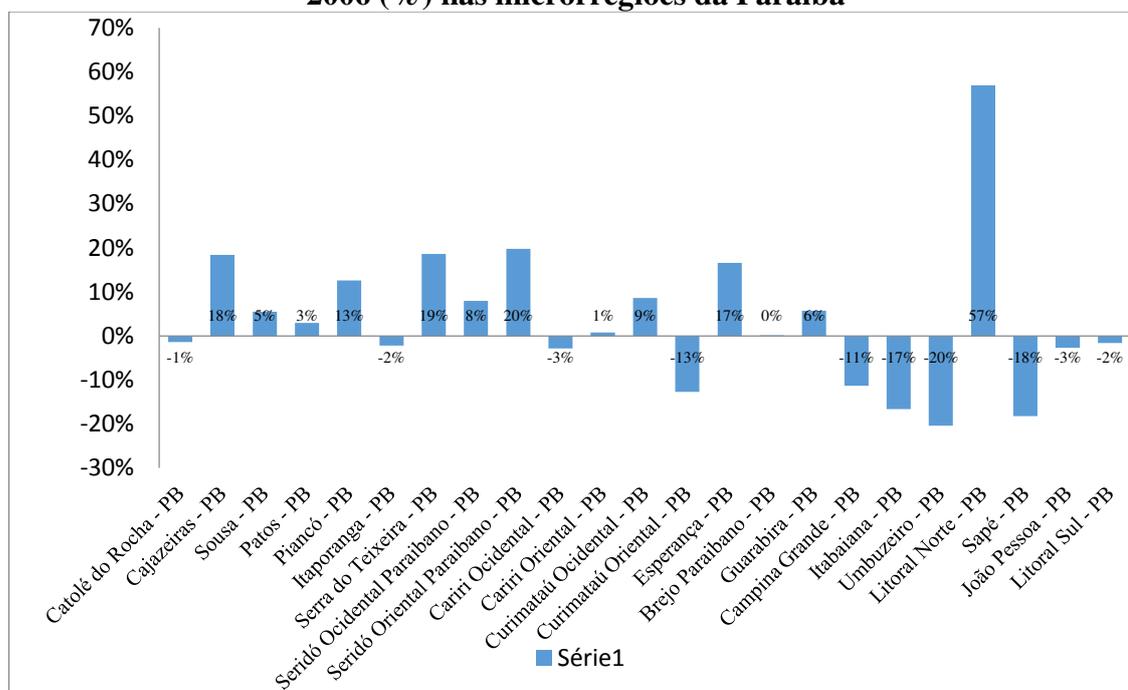
⁴⁰ Outro dado revelado pela pesquisa de campo que explica a redução dos rebanhos bovinos na microrregião de Catolé do Rocha refere-se às grandes propriedades que não se recuperaram da crise do sistema latifúndio/pecuária/algodão/morada, definidas nas falas dos próprios entrevistados como “em decadência”.

como Sapé, João Pessoa e Litoral Sul apontam declínio no número de bovinos. Os últimos registros censitários mostram que a pecuária está ganhando espaço nos trechos da Zona da Mata e nas áreas úmidas e semiúmidas do Litoral Norte (Gráfico 5).

Em se tratando das microrregiões paraibanas, podemos conferir um desenvolvimento variável no efetivo do rebanho bovino, ocorrendo crescimento em algumas delas e declínio no efetivo de bovinos em outras microrregiões (Gráfico 5).

Das microrregiões que compõem a mesorregião da Borborema (Cariri Oriental, Cariri Ocidental, Seridó Oriental e Seridó Ocidental), a única que não obteve crescimento no número de bovinos foi a microrregião do Cariri Ocidental. Segundo Gomes e Meneses (2010), houve uma evolução gradual da atividade da pecuária no Cariri nas últimas décadas, decorrente da disponibilidade de créditos, especialmente via PRONAF, em detrimento do volume de recursos destinados a outras estratégias produtivas dentro deste mesmo programa, com uma diferença dos programas anteriores, agora os grupos protagonistas são aqueles ligados a agricultura familiar e não mais os grandes proprietários. Dados que reafirmam o crescimento da caprinocultura e ovinocultura em detrimento da bovinocultura no Cariri Paraibano, cadeia produtiva implantada desde a década de 1970 e fortemente incentivada na década de 2000.

Gráfico 5 - Variação do rebanho bovino entre os censos agropecuários de 1995/1996 e 2006 (%) nas microrregiões da Paraíba

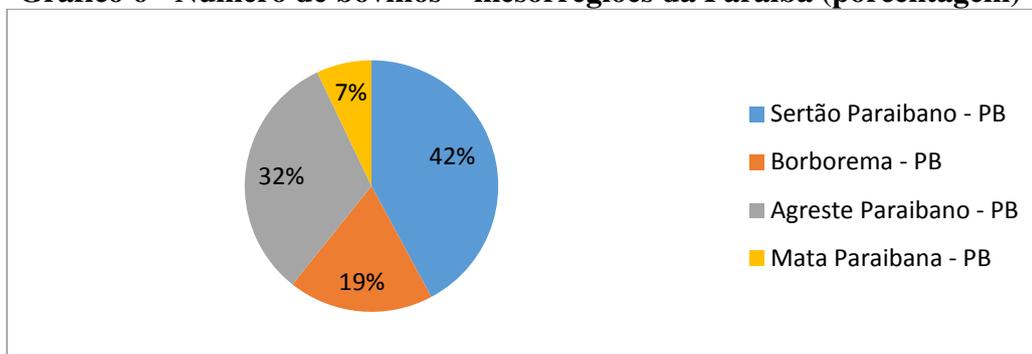


Fonte: Censos agropecuários de 1995/1996 e 2006.

De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, o maior rebanho bovino da Paraíba se

encontra na mesorregião do Sertão paraibano, com 571.246 cabeças de gado, correspondendo a 42% do total de cabeças de bovinos da Paraíba (Gráfico 6), o que demonstra a manutenção e importância da pecuária nas áreas sertanejas.

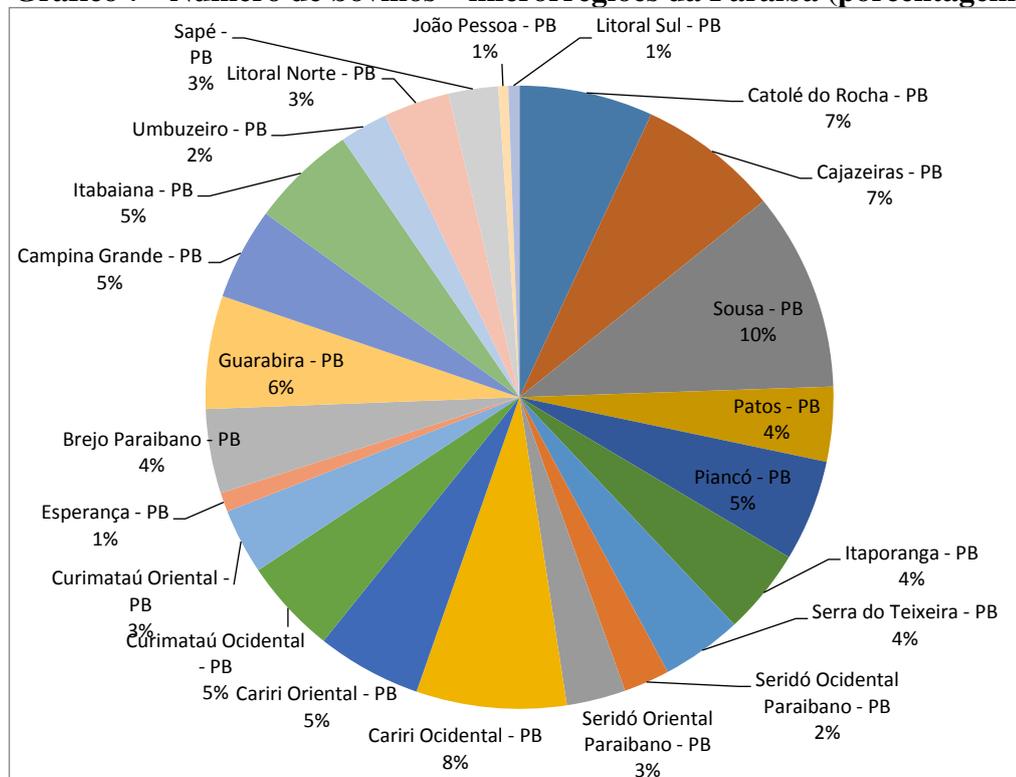
Gráfico 6 - Número de bovinos – mesorregiões da Paraíba (porcentagem)



Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Para as microrregiões da Paraíba (Gráfico 7), Sousa, Cariri Ocidental, Cajazeiras e Catolé do Rocha possuem o maior número de efetivos de bovinos, com respectivamente 139.371, 104.759, 98.582 e 93.276 cabeças de gado.

Gráfico 7 - Número de bovinos – microrregiões da Paraíba (porcentagem)



Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

Observando-se apenas as microrregiões do Sertão Paraibano, Catolé do Rocha é a que

possui a maior densidade de bovinos por km², com um total de 30 cab/km² de gado, seguida das microrregiões de cajazeiras (28 cab/km²) e Sousa (21 cab/km²) (Tabela 7). É importante destacar que o adensamento dos bovinos na microrregião de Catolé do Rocha é elevado seja em municípios onde predomina a agricultura familiar, seja em municípios em que predomina patronal.

Tabela 7 - Densidade populacional de bovinos nas mesorregiões e microrregiões da Paraíba - Censo Agropecuário 2006

Unidade territorial		Área km ²	Número de bovinos – Censo 2006	Densidade populacional de bovinos
Paraíba		56.439,84	1.354.457	23,99
Mesorregiões	Sertão Paraibano	22.720,48	571.246	25,14
	Borborema	15.572,89	251.170	16,13
	Agreste Paraibano	12.914,07	436.722	33,82
	Mata Paraibana	5.232,40	95.319	18,22
Microrregiões	Catolé do Rocha	3.037,98	93.276	30,70
	Cajazeiras	3.423,13	98.582	28,80
	Sousa	4.784,73	139.371	29,13
	Patos	2.483,97	52.418	21,10
	Piancó	3.285,71	71.135	21,65
	Itaporanga	3.053,92	60.021	19,65
	Serra de Teixeira	2.651,84	56.443	21,28
	Seridó Ocidental	1.738,436	32.058	18,44
	Seridó Oriental	3.777,267	41.220	10,91
	Cariri Ocidental	6.983,601	104.759	15,00
	Cariri Oriental	4.242,135	73.133	17,23
	Curimataú Ocidental	3.962,000	66.600	16,80
	Curimataú Oriental	1.307,400	45.961	35,15
	Esperança	336,600	13.438	39,92
	Brejo Paraibano	1.202,100	59.266	49,30
	Guarabira	1.319,200	79.447	60,22
	Campina Grande	2.124,800	64.639	30,42
	Itabaiana	1.532,800	73.900	48,21
	Umbuzeiro	1.293,900	33.471	25,86
	Litoral Norte	1.960,503	46.089	23,50
Sapé	1.139,588	34.596	30,35	
João Pessoa	1.262,316	6.942	5,49	
Litoral Sul	1.042,989	7.692	7,37	

Fonte: Censo Agropecuário de 2006, com elaboração da autora.

Nos municípios que estão inseridos na microrregião de Catolé do Rocha, destacam-se com a maior densidade de bovinos os municípios de Riacho dos Cavalos (42,47 cab/km²), São Bento (42,17 cab/km²) e Jericó (40,82 cab/km²), com densidades superiores a 40 cab/km² (Tabela 8), mostrando um índice mais elevado de adensamento de bovinos se comparado com

os dados da Paraíba (23,99 cab/km²), em geral e da mesorregião do Sertão Paraibano (25,14 cab/km²), em particular. Mesmo que a maioria dos municípios desta microrregião apresentem densidades mais elevadas que a média do Sertão Paraibano, é importante destacar que onde o adensamento é mais elevado predominam os estabelecimentos agropecuários da agricultura familiar.

Tabela 8 - Densidade populacional de bovinos nos municípios da microrregião do Sertão da Paraíba - Censo Agropecuário 2006

Municípios da microrregião de Catolé do Rocha	Área km ²	Número de bovinos – Censo 2006	Densidade populacional de bovinos
Belém do Brejo do Cruz	603,044	13.312	22,07
Bom Sucesso	184,102	5.392	29,29
Brejo do Cruz	398,921	13.469	33,76
Brejo dos Santos	93,846	3.104	33,08
Católé do Rocha	552,112	16.444	29,78
Jericó	179,311	7.561	42,17
Lagoa	177,902	4.630	26,03
Mato Grosso	83,522	2.298	27,51
Riacho dos Cavalos	264,025	11.214	42,47
São Bento	248,2	10.132	40,82
São José do Brejo do Cruz	253,019	5.720	22,61

Fonte: censo agropecuário 2006.

Isolados, os dados referentes ao aumento no efetivo de rebanhos não significam um retorno ou ressignificação da prática da pecuária no semiárido. É necessário apreender outros processos que articulados possam permitir a apreensão da emergência de um novo projeto pecuário.

3.2.1 Presença da pecuária na agricultura familiar e patronal

Os dados do Censo Agropecuário de 2006 revelaram que existem 2.678.392 estabelecimentos com bovinos no Brasil. Desse total, 80% pertencem à agricultura familiar e apenas 20% à agricultura não familiar ou patronal. Todavia, ao considerarmos a quantidade de bovinos, das 176.147.501 cabeças de bovinos, apenas 30% estão na agricultura familiar. Vale salientar que a área ocupada pela agricultura familiar totaliza apenas 24% da área total dos estabelecimentos agropecuários no país. A pecuária bovina no Brasil e no Nordeste está mais concentrada nos estabelecimentos pertencentes à agricultura patronal: 70% e 53% do número de bovinos, respectivamente (Tabela 9).

Contrariando essa tendência geral, porém, nos estados do Piauí, Ceará, Paraíba,

Pernambuco e Sergipe, em que predominam as regiões semiáridas, o número de cabeças de bovinos concentra-se na agricultura familiar, com respectivos 60%, 55%, 55%, 62% e 52% dos efetivos totais dos rebanhos. De acordo com o Censo Agropecuário de 2006, (Tabela 9) existem na Paraíba 92.024 estabelecimentos com bovinos. Desse total, 70.061 se classificam como estabelecimentos familiares, ou seja, 86% dos estabelecimentos com bovinos se encontram na agricultura familiar. Além do maior número de estabelecimentos, também o maior número de cabeças de bovinos estão inseridos na agricultura familiar, com 55% do total de bovinos da Paraíba.

Das mesorregiões que compõem o Estado da Paraíba, três delas, Sertão (59%), Borborema (57%) e Agreste (51%) também seguem a tendência encontrada para o estado de maior concentração de rebanhos na agricultura familiar. Assim, nos níveis territoriais onde predomina uma menor concentração fundiária verifica-se uma concentração maior da bovinocultura na agricultura familiar, enquanto nos níveis territoriais em que há maior concentração fundiária, o número de bovinos é mais concentrado na agricultura não familiar.

Podemos compreender essa afirmativa quando passamos a analisar as microrregiões do estado da Paraíba. Em todas as microrregiões da Mata Paraibana, o rebanho de bovinos se concentra principalmente nos estabelecimentos não familiares. Vale salientar que a mesorregião da Mata concentra mais de 50% da área em grandes propriedades rurais.

Na mesorregião da Borborema, apenas a microrregião do Seridó Ocidental não segue a tendência regional. Já na mesorregião do Agreste, onde convivem perfis muito diversificados em relação aos ciclos produtivos e à estrutura agrária, é possível encontrar microrregiões com forte policultura e pecuária familiar: a microrregião de Esperança, onde 72% do número de bovinos se encontram em estabelecimentos familiares, como também regiões com tendência contrária, como a microrregião de Itabaiana, onde encontramos apenas 32% do número de bovinos nos estabelecimentos familiares e os outros 68% na agricultura não familiar.

A mesorregião do Sertão também apresenta em cinco das sete microrregiões uma maior concentração do número de bovinos nos estabelecimentos familiares. As exceções são justamente as microrregiões de Patos e Catolé do Rocha, que registram, como já visto, maior número de grandes propriedades.

A escolha para a realização da pesquisa na microrregião de Catolé do Rocha deveu-se justamente à combinação destas duas “exceções” no contexto regional: permanência mais acentuada da grande propriedade e predominância de rebanhos na agricultura patronal. Daí a curiosidade sociológica em saber como se dá o processo de permanência das grandes propriedades e quais dinâmicas relativas à prática da pecuária estão ocorrendo.

Tabela 9 - Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos e número de cabeças de bovinos na agricultura familiar e na agricultura patronal

Nível territorial		Número de estabelecimentos agropecuários com bovinos				Número de cabeças de bovinos					
		Total	Agricultura familiar – lei 11.326	Agricultura não familiar		Total	Agricultura familiar – lei 11.326	Agricultura não familiar			
Brasil		2.678.392	2.150.467	80%	527.925	20%	176.147.501	52.374.292	30%	123.773.209	70%
Nordeste		972.959	831.847	85%	141.112	15%	25.833.159	12.194.637	47%	13.638.522	53%
Estados do Nordeste	Maranhão	93.263	78.388	84%	14.875	16%	5.812.164	2.382.137	41%	3.430.027	59%
	Piauí	75.469	65.102	86%	10.367	14%	1.667.456	1.000.814	60%	666.642	40%
	Ceará	124.456	107.000	86%	17.456	14%	2.162.843	1.184.658	55%	978.185	45%
	Rio Grande do Norte	47.480	39.374	83%	8.106	17%	907.185	427.942	47%	479.243	53%
	Paraíba	92.024	79.061	86%	12.963	14%	1.354.457	739.556	55%	614.901	45%
	Pernambuco	140.226	124.644	89%	15.582	11%	1.880.432	1.158.239	62%	722.193	38%
	Alagoas	45.135	39.410	87%	5.725	13%	919.865	411.600	45%	508.265	55%
	Sergipe	40.663	35.161	86%	5.502	14%	899.298	467.766	52%	431.532	48%
Bahia	314.243	263.707	84%	50.536	16%	10.229.459	4.421.925	43%	5.807.534	57%	
Mesorregiões da Paraíba	Sertão Paraibano	32.013	27.070	85%	4.943	15%	571.246	335.819	59%	235.427	41%
	Borborema	18.510	15.805	85%	2.705	15%	251.170	143.365	57%	107.805	43%
	Agreste Paraibano	35.531	31.038	87%	4.493	13%	436.722	223.760	51%	212.962	49%
	Mata Paraibana	5.970	5.148	86%	822	14%	95.319	36.612	38%	58.707	62%
Microrregiões da Paraíba	Catolé do Rocha	3.496	2.713	78%	783	22%	93.276	44.375	48%	48.901	52%
	Cajazeiras	6.032	5.265	87%	767	13%	98.582	67.489	68%	31.093	32%
	Sousa	5.674	4.634	82%	1.040	18%	139.371	78.316	56%	61.055	44%
	Patos	2.123	1.639	77%	484	23%	52.418	20.702	39%	31.716	61%
	Piancó	3.877	3.262	84%	615	16%	71.135	39.201	55%	31.934	45%
	Itaporanga	4.174	3.598	86%	576	14%	60.021	42.390	71%	17.631	29%
	Serra do Teixeira	6.637	5.959	90%	678	10%	56.443	43.346	77%	13.097	23%
	Seridó Ocidental	1.559	1.187	76%	372	24%	32.058	15.517	48%	16.541	52%
	Seridó Oriental	4.420	3.778	85%	642	15%	41.220	24.667	60%	16.553	40%
	Cariri Ocidental	7.992	6.951	87%	1.041	13%	104.759	61.261	58%	43.498	42%
	Cariri Oriental	4.539	3.889	86%	650	14%	73.133	41.920	57%	31.213	43%
	Curimataú Ocidental	6.014	5.073	84%	941	16%	66.600	36.653	55%	29.947	45%
	Curimataú Oriental	4.269	3.826	90%	443	10%	45.961	27.630	60%	18.331	40%
	Esperança	2.173	1.970	91%	203	9%	13.438	9.634	72%	3.804	28%
	Brejo Paraibano	5.671	4.992	88%	679	12%	59.266	29.527	50%	29.739	50%
	Guarabira	5.361	4.767	89%	594	11%	79.447	40.486	51%	38.961	49%
	Campina Grande	5.967	5.017	84%	950	16%	64.639	30.792	48%	33.847	52%
	Itabaiana	2.911	2.506	86%	405	14%	73.900	23.831	32%	50.069	68%
	Umbuzeiro	3.165	2.887	91%	278	9%	33.471	25.207	75%	8.264	25%
	Litoral Norte	2.286	1.952	85%	334	15%	46.089	15.763	34%	30.326	66%
Sapé	2.617	2.357	90%	260	10%	34.596	14.983	43%	19.613	57%	
João Pessoa	377	268	71%	109	29%	6.942	2.603	37%	4.339	63%	
Litoral Sul	690	571	83%	119	17%	7.692	3.263	42%	4.429	58%	

Fonte: Censo Agropecuário de 2006.

A microrregião de Catolé do Rocha possui 78% dos estabelecimentos agropecuários com bovinos na agricultura familiar, porém a maior concentração do número de bovinos está na agricultura não familiar, com 48.901 cabeças, correspondendo a 52% do total (Tabela 9) as sessões seguintes deste capítulo, com os dados da pesquisa empírica realizada na região, iremos problematizar melhor essa afirmação, mostrando as formas da pecuária desenvolvidas pelos proprietários rurais e os diferentes perfis de produtor. A estrutura fundiária dos municípios que compõem essa microrregião pode dizer muito sobre esses dados, já que a estrutura agrária é um importante fator relacionado à produção agropecuária, bem como à sua distribuição.

3.2.2 O avanço das pastagens plantadas sobre áreas agrícolas

Para a análise da utilização das terras e a variação entre o censo de 1995/1996 e 2006 foram utilizadas as categorias de lavouras temporárias⁴¹, pastagens naturais e pastagens plantadas⁴². Conforme se pode observar, a ampliação das áreas de pastagem em detrimento das áreas de lavouras temporárias em quase todos os estados do Nordeste desperta para o que estamos chamando do processo de (re)pecuarização.

Todos os estados do Nordeste, com exceção do Maranhão, apresentam uma diminuição das áreas de lavouras temporárias. Os estados do Ceará (-31%), Rio Grande do Norte (-44%) e Paraíba (-44%) foram os que mais diminuíram as áreas dedicadas às lavouras temporárias, aumentando significativamente a área de pastagens plantadas com respectivos 163%, 151% e 75% (Tabela 10). Esses estados lideram o ranking dos que mais plantaram pastagem, observando a variação dos últimos dois censos. Registrou-se também diminuição das áreas com pastagens naturais. Isso significa que mais áreas estão sendo dedicadas a cultivos para alimentação animal, diminuindo as áreas para agricultura.

Os estados do Piauí e Alagoas foram os únicos que apresentaram aumento das áreas destinadas a pastagens naturais. Em todos os outros estados houve diminuição das áreas destinadas as pastagens naturais, com mais ênfase para os estados de Sergipe e Bahia, com uma redução de -38% e -35%, respectivamente.

⁴¹ Na categoria lavouras temporárias incluímos para o Censo de 1995/1996 as categorias de lavouras temporárias e lavouras temporárias em descanso e para o Censo de 2006 a categoria lavouras temporárias.

⁴² Na categoria pastagens plantadas incluímos para o Censo de 2006 as categorias de área de pastagem plantada em boas condições, áreas de pastagens plantadas degradadas e áreas plantadas com forrageiras para corte (destinadas à alimentação animal).

Tabela 10 - Utilização das terras (hectares) – Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006

Nível territorial	Lavouras temporárias*			Pastagens plantadas*			Pastagens naturais		
	1995	2006	variação	1995	2006	variação	1995	2006	variação
Brasil	42.562.857	44.019.726	+3%	99.652.008	105.551.966	+6%	78.048.463	57.316.457	-27%
Nordeste	11.786.109	10.072.922	-15%	12.099.639	16.092.029	+33%	19.976.700	16.010.989	-20%
Maranhão	1.758.772	1.999.290	+14%	2.906.809	4.151.193	+43%	2.403.743	1.710.787	-29%
Piauí	1.047.214	1.016.058	-3%	459.437	711.625	+55%	1.939.008	2.064.410	+6%
Ceará	1.653.269	1.132.619	-31%	197.447	519.755	+163%	2.434.672	2.297.319	-6%
Rio grande do Norte	645.895	359.464	-44%	87.916	220.748	+151%	1.158.302	1.115.302	-4%
Paraíba	790.894	444.981	-44%	192.838	336.900	+75%	1.659.096	1.471.069	-11%
Pernambuco	1.342.060	1.272.978	-5%	700.316	870.156	+24%	1.430.686	1.315.139	-8%
Alagoas	866.198	739.671	-15%	372.569	429.289	+15%	489.863	521.621	+6%
Sergipe	192.798	143.406	-26%	529.349	615.267	+16%	624.513	388.555	-38%
Bahia	3.489.004	2.964.453	-15%	6.652.954	8.237.098	+24%	7.836.813	5.126.787	-35%

Fonte: Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006.

Considerando as mesorregiões da Paraíba e sua variação segundo os Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006, observamos que em todas elas houve uma redução das áreas de lavouras temporárias e crescimento das áreas de pastagens plantadas. Mesmo a mesorregião da Mata Paraibana, conhecida pela produção de lavouras temporárias como a cana-de-açúcar, reduziu a área plantada em 12%. Chama atenção os dados relativos à mesorregião do Sertão Paraibano. Esta mesorregião foi a que mais diminuiu a área de lavouras temporárias (em 56%) e estendeu a área destinada às pastagens plantadas em 132%, perdendo área também as pastagens naturais (-8%), (TABELA 11). Esses dados corroboram a tese de que o Sertão Paraibano é o que mais avança para um processo de (re)pecuarização, levando-se em consideração a densidade de bovinos por km², novas formas de manejo e sanidade com o rebanho entre outras mudanças analisadas neste trabalho. A Borborema, ao mesmo tempo em que apresentou uma alta taxa de crescimento das pastagens plantadas (126%) contra uma forte redução das lavouras temporárias (-54%), também diminuiu as áreas de pastagens naturais. No Agreste, mesorregião conhecida pela prática da policultura em consórcio com a pecuária, também destacaram-se a redução da área destinada a lavouras permanentes (-7%) e o aumento de 35% das áreas destinadas a pastagens plantadas, porém numa proporção menor se comparada aos dados do Sertão. A Mata Paraibana registrou uma taxa de crescimento das pastagens plantadas de 23% e a diminuição das áreas de pastagens naturais em 6%, significando que a produção pecuária lentamente está invadindo áreas antes dedicadas à agricultura (Tabela 11).

Considerando a variação da utilização das terras nos Censos Agropecuários de 1995/1996 e 2006, todas as microrregiões do Sertão Paraibano (Catolé do Rocha, Cajazeiras, Sousa, Patos, Piancó, Itaporanga e Serra de Teixeira) apresentaram um crescimento nas áreas

de pastagens plantadas, ainda que com incrementos variados. As microrregiões de Patos e Catolé do Rocha, onde se concentra o maior número de grandes propriedades e o maior número de bovinos, foram as que registraram uma maior redução das áreas de lavouras temporárias, com respectivos -76% e -66%. E um aumento expressivo para as áreas de pastagens plantadas. Catolé do Rocha foi a microrregião que mais desprende terras para o cultivo de alimentação animal (380%), e ainda diminuiu em 2% a área de pastagens naturais. Sousa também foi uma microrregião de destaque em perda de lavouras temporárias com -60% e aumento de pastagens plantadas (380%) e ainda uma redução das pastagens naturais de 9%. Observa-se, portanto, uma maior expansão dos pastos cultivados, anunciando um processo de modernização da atividade pecuária (Tabela 11).

Tabela 11 - Utilização das terras (ha) – Censos Agropecuários de 1995-1996 e 2006 nas mesorregiões da Paraíba e na mesorregião do Sertão Paraibano

Nível territorial		Lavouras temporárias			Pastagens naturais			Pastagens plantadas		
		(1995)	(2006)	Variação	(1995)	(2006)	Variação	(1995)	(2006)	Variação
Mesorregião da Paraíba	Sertão Paraibano	295468,507	129426	-56%	671352,89	618282	-8%	51997,766	120614	132%
	Borborema	153103,068	70748	-54%	545698,82	454545	-17%	30784,812	69509	126%
	Agreste Paraibano	209602,61	132307	-37%	393907,89	353092	-10%	84993,688	114919	35%
	Mata Paraibana	132720,488	116983	-12%	48136,553	45149	-6%	25062,201	30821	23%
Mesorregiões do Sertão Paraibano	Católé do Rocha	40215,939	13661	-66%	137287,98	133919	-2%	1804,527	8658	380%
	Cajazeiras	43655,302	20318	-53%	88137,07	81599	-7%	7116,641	22924	222%
	Sousa	52851,769	21172	-60%	177744,32	161637	-9%	2483,516	11927	380%
	Patos	23339,706	5669	-76%	90396,769	96339	7%	4247,511	7920	86%
	Piancó	27275,941	14140	-48%	87874,61	73453	-16%	4399,513	14027	219%
	Itaporanga	58824,589	24950	-58%	59116,804	39405	-33%	19098,825	31852	67%
	Serra do Teixeira	49305,261	29516	-40%	30795,339	31931	4%	12847,233	23308	81%

Fonte: Censo Agropecuário 1995/1996 – 2006.

A expansão da atividade criatória a partir da década de 1990 relacionada ao aumento das áreas de pastagens plantadas e diminuição das áreas de lavouras temporárias orientam para um forte processo de (re)pecuarização no sertão semiárido, mesmo sabendo que nas regiões sertanejas sempre existiu a pecuária, agora podemos sinalizar para uma predominância da prática da pecuária de uma forma diferenciada da que existiu anteriormente nos sertões, como iremos confirmar mais a frente, a partir dos dados empíricos colhidos em entrevistas com os proprietários da microrregião de Catolé do Rocha.

3.3 PECUÁRIA VERSUS AGRICULTURA: O QUE DIZEM OS GRANDES PROPRIETÁRIOS

Eu não diria que a criação de gado é uma das alternativas ou uma das opções, eu digo que a criação de gado é a única opção, a única alternativa que o proprietário sertanejo tem para produzir, para sobreviver, não existe outra. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

A escolha da pecuária pelos médios e grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha passa pela negação da agricultura como alternativa econômica adaptada ao semiárido. Com a crise da cultura do algodão, os proprietários dessa região começaram, em meados da década de 1980 e, principalmente, na década de 1990, a investir na criação de raças melhoradas. Segundo o depoimento do Sr. Zezito Maia, quando retornou à fazenda depois de ter cursado agronomia em Recife, seu pai já tinha começado a investir no melhoramento dos animais, mas foi com o seu retorno que essa estratégia foi fortalecida. Seu relato dessa mudança é o seguinte:

Na produção de gado, quando eu cheguei, o meu pai já tinha melhorado o gado, já havia uma diferença muito grande do plantel dele para os outros proprietários da região. Ele tinha usado um touro schwyz [é o mesmo pardo suíço] que tinha comprado na estação experimental de Riacho dos Cavalos, viu as vantagens e começou a utilizar touros schwyz, na época se chamava de schwyz, na vacada azebuada. E continuamos a criar não apenas as matrizes P.O. mas fazendo retrocruzamento para manter a mestiçagem considerada por nós como um tipo de animal ideal, pela rusticidade e produtividade. Essa diferença foi que contribuiu para transformar o Olho d'Água numa fazenda modelo. (Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

O movimento revelado pelo entrevistado é de reconcentração da atividade da pecuária ainda na década de 1980, além do investimento em novas raças e o melhoramento genético do rebanho através de cruzamentos com raças que se adaptem ao sertão. Também foram feitos investimentos em forrageiras para os animais, ou seja, investimentos em pastagens plantadas como o capim buffel e braquiária e também a cana-de-açúcar, que já fazia parte das culturas desenvolvidas pela maior parte dos proprietários da microrregião. Para melhorar o rendimento do leite, nos períodos mais secos, o gado era alimentado nas cocheiras com capins de corte produzidos na fazenda e alguns produtos industrializados como o farelo de trigo e a torta.

Ainda na década de 1980, Moreira e Targino (1996) identificaram processos semelhantes em outras microrregiões do estado da Paraíba, denominando esse movimento de “fenômenos de pecuarização”, abalando a convivência tradicional entre agricultura e pecuária.

Na microrregião de Catolé do Rocha, deflagrada a crise do algodão, os proprietários optaram pela atividade da pecuária como forma de preservar o patrimônio. Nas últimas décadas, mudanças importantes remodelaram a realidade econômica nordestina, inclusive

questionando visões tradicionalmente consagradas da região. Como por exemplo, que o sertão agropecuário semiárido é resistente a transformações. Nossa análise de agora em diante vai problematizar essa questão, na tentativa de demonstrar que o processo de modernização também se processou na caatinga sertaneja, embora isso tenha ocorrido de maneira mais seletiva e em momentos distintos, com características particulares que referimos aqui como “agronegócio sertanejo” quando estas transformações ocorreram em médias e grandes propriedades rurais.

A atividade da pecuária não homogeneizou as estruturas produtivas dos diferentes produtores da microrregião estudada; permaneceram diferenciações importantes. E é justamente em função das particularidades das atividades produtivas de diferentes perfis de proprietário que iremos ressaltar o processo de (re)pecuarização vivenciado na microrregião de Catolé do Rocha na atualidade.

3.3.1 Falas que negam a agricultura

De forma diferenciada, cada proprietário entrevistado revelou sua insatisfação para com a atividade agrícola. Mas a percepção negativa em relação à atividade agrícola parece generalizada entre os produtores rurais do semiárido. Mesmo que nossa pesquisa tenha se concentrado na microrregião de Catolé do Rocha, percebemos, a partir dos dados do último Censo Agropecuário (2006) que o processo de desagriculturação vem ocorrendo em várias regiões, tornando a agricultura uma prática negada por muitos proprietários do Nordeste, sejam eles grandes, médios ou pequenos produtores rurais.

Uma das tendências mais fortes que observamos nas últimas décadas nas médias e grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha é uma drástica diminuição das áreas destinadas à agricultura e a opção que os proprietários fazem pela atividade da pecuária bovina. Na maioria dos casos, os proprietários relatam que a agricultura tornou-se inviável no sertão:

Agricultura não dá nenhum retorno, se você faz um açude no primeiro ano ele vai encher, no segundo ano é que você vai plantar e só no terceiro ano é que você pode ter algum retorno, mas com as incertezas de invernos não dá pra investir na agricultura. O que dá dinheiro ainda é a criação, o gado dá um dinheirinho, dá um retorno. Nordestino não pode pagar juro, agora a gente precisa se capitalizar. (Sr. Boanerges Maia, proprietário da fazenda Logradouro, Riacho dos Cavalos).

Aqui, só pecuária. Agricultura não existe em lugar nenhum. (...) É assim, é muito fácil, se for irrigado com energia, com canhão, que é bonito que é danado aquele canhão, só compensa se for maconha. Ou o governo libera pra gente plantar maconha ou você tem que dar subsídio agrícola. Mas se você plantar milho não dá nem pra pagar energia. Milho você não planta, porque você compra um saco a 21.00 reais e o milho sai a 30.00 reais. Se você for plantar, o feijão é mais caro ainda, arroz

nem pense em plantar (...). Agora só tem a pecuária. Agora a pecuária sustenta, porque o que sustenta mesmo o médio ou o grande é o gado. Acabou o gado, pronto, ou vende a terra ou então não tem o que fazer. Se você abandonar, se eu abandonar aqui, eu vendo meu gado, eu faço um milhão, um milhão e pouco, bem tranquilo, mas eu perco a propriedade porque tem que desapropriar, porque não tem finalidade nenhuma. Ai o gado dá, até num ano seco tendo estrutura ainda dá, mas só a criação, a agricultura mínima, a agricultura só dará retorno se for irrigada, desde que não pagasse energia. (Sr. Boanerges Maia, proprietário da fazenda Logradouro, Riacho dos Cavalos).

Podemos compreender a partir da fala do Sr. Boanerges Maia que investir na agricultura representaria uma das maiores incertezas para o sertanejo, seja ele grande ou pequeno proprietário. As justificativas envolvem imprecisões com relação aos invernos, insegurança em relação à safra, aos preços e a comercialização. Segundo o entrevistado, não haveria como ter lucros. Para o proprietário, investir na agricultura irrigada, seja ela a cultura do milho, feijão, maracujá, não é atrativo, quando se calcula os gastos com sementes, preparo da terra, defensivos agrícolas, mão de obra e energia, depois da colheita não há rentabilidade para pagar todos os gastos empregados, tornando assim a agricultura inviável.

Segundo outro entrevistado, agricultura só compensaria se fosse em grande escala, como acontece no Sul, Sudeste e Centro Oeste, e com fortes investimentos do governo, como por exemplo, subsídios agrícolas, diminuição dos juros e renegociação das dívidas:

A agricultura hoje só se faz em grande escala com utilização de métodos, de tecnologias avançadas, utilizando-se o mínimo de mão de obra para a produção. Além das dificuldades da própria natureza, nós encontramos a dificuldade do preço da mão de obra que se utiliza na zona rural do sertão, que inviabiliza qualquer atividade agrícola e daí tive que focar toda a minha atenção para a pecuária. Em escala, só compensa se for feito em escala. O custo Brasil não permite que um agricultor do sertão tenha o mesmo custo pra produzir, que seja igual ao custo pago por uma multinacional. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Uma das principais justificativas acenada pelos proprietários em negar a agricultura e priorizar a atividade da pecuária na microrregião de Catolé do Rocha se deve as dificuldades encontradas com relação à mão de obra, temática recorrente entre todos os proprietários entrevistados na pesquisa de campo e que será melhor discutida posteriormente.

Produção agrícola não existe mais, depois que se acabou o algodão, não tivemos nenhum incentivo dos órgãos competentes e não sabemos plantar outra coisa, não é só não saber, como também não temos onde comercializar, onde fazer o comércio. Então não existe uma produção agrícola. Assim, quem tem terra, tem que criar gado. Se não criar gado, pode fechar as porteiras que não tem nada aqui na região que eu estou falando. Se não criar gado pode fechar as porteiras. (Hamlet Targino, proprietário das fazendas Santana - Riacho dos Cavalos, Riacho Escuro e Camará - Brejo do Cruz).

O discurso em defesa da propriedade aparece em algumas falas, como na fala do Sr.

Boanerges Maia e também na fala do Sr. Hamlet Targino. Se o proprietário não investir em técnicas modernas e tornar a propriedade produtiva com o que a terra lhe proporciona, que no caso é a pecuária bovina, a propriedade corre o risco de ser desapropriada para fins de reforma agrária. Naturalmente aparece nos depoimentos a defesa de tornar a propriedade ativamente produtiva, temendo reações de desapropriação por parte do governo. Uma questão que aterroriza os grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha é a desapropriação da terra, pois a propriedade da terra ainda lhe proporciona certo status e reserva de valor.

Além da defesa da propriedade, as falas estão carregadas de significados que em sua maioria qualificam a atividade da pecuária em detrimento da agricultura. Chamou-nos atenção, na fala do Sr. Boanerges Maia, o momento em que afirma que os proprietários precisam se capitalizar para fazer os devidos investimentos na propriedade, embora não queiram e não possam pagar juros aos bancos. Apreendemos que os proprietários valorizam os aspectos modernizantes e intenciona mudanças produtivas no semiárido nordestino, embora motivados unicamente pela atividade da pecuária, prática que segundo eles é a mais adequada para a região.

3.3.2 Por que a opção pela pecuária?

Há uma menção frequente nos depoimentos colhidos durante a pesquisa à opção pela pecuária como resposta à crise do sistema algodão/pecuária/culturas de subsistência. Para manter a propriedade, investiram no melhoramento das instalações das fazendas, fazendo barragens e recuperando açudes, investiram no melhoramento do rebanho (compra de matrizes e reprodutores) e no tratamento sanitário e alimentação dos rebanhos, e introduzindo novas pastagens para alimentação animal.

Reitera-se aqui, que todos os proprietários que contribuíram com a pesquisa de tese, optaram pela atividade da pecuária em detrimento da agricultura. Segundo os proprietários, depois da “sentença de morte do algodão”, não tinha como continuar investindo na agricultura de forma rentável, não compensava cultivar nem as culturas que comumente eram cultivadas na região. As falas dos entrevistados revelam que para eles a pecuária era a única opção disponível, em alguns casos a pecuária leiteira, noutros a pecuária mista, leite e corte.

Com a saída do algodão né, o pessoal todo se destinou a pecuária, foi aquilo que eu te disse, alguns partiram para a pecuária de leite que é a maioria, outros para as duas coisas, leite e corte. E quem não se modernizou, não procurou melhorar o rebanho, genética, saiu do ramo. Ficou só com a propriedade, mas sem trabalhar porque não tem viabilidade econômica, aí todo mundo está abandonando as propriedades. A maioria dos proprietários rurais maiores e até mesmo os médios estão abandonando, porque outra atividade não tem viabilidade econômica. (Sr. Laurinho Maia,

proprietário das fazendas Jatobá, São Domingos e Jenipapeiro, Catolé do Rocha).

Consideramos que essas atitudes evidenciadas pelos proprietários referem-se à reestruturação do sistema das estratégias de reprodução social, em que podemos perceber transformações nas formas pelas quais os grupos sociais se reproduzem ao longo do tempo. Nesse caso, os médios e grandes proprietários rurais, devido às dificuldades enfrentadas com a crise do sistema algodão/pecuária/culturas de subsistência, apostaram em um novo projeto pecuário, caracterizado por transformações nas esferas econômicas, sociais, técnicas e produtivas.

Para se dedicarem à atividade da pecuária, tiveram que fazer investimentos em suas propriedades, os mais variados tipos, a depender do sistema de produção que queriam instalar, mas sempre privilegiando a pecuária em detrimento da agricultura.

Na fala do Sr. Zezito Maia, podemos perceber a valorização que o proprietário dá a pecuária, procurando se especializar cada vez mais, introduzindo novas raças, fazendo experimentos dentro da fazenda e se especializando no comércio de tourinhos reprodutores, vendendo para os criadores da região e até outros estados brasileiros. Percebe-se que a prática da pecuária para esse criador é mais que uma aptidão, é a única alternativa de tornar a terra viável economicamente.

Eu nunca aceitei criar gado comum como todos os outros faziam. E como tinha sido eu o idealizador para criar o pardo suíço puro eu me senti à vontade para substituir e a partir dos estudos que eu acompanhei, escolhi a raça guzerá, me senti à vontade para me desfazer de parte do plantel de gado pardo suíço e adquirir um plantel puro guzerá. O guzerá é uma raça zebuína. Eu escolhi o guzerá por alguns aspectos. Primeiro porque é uma raça de dupla aptidão, tanto dá leite, um leite que não é em grande quantidade, mas uma quantidade razoável que se torna barato a produção, como também é um gado que serve pra corte e que cruzado com qualquer outra raça dá o animal ideal para o sertão. Nós, apesar de criar um plantel de guzerá p.o., continuamos a fazer o cruzamento com o pardo suíço. Ora, e aí depende da nossa experiência, ora utilizando touro guzerá no plantel das fêmeas, ou fazendo retrocruzamento com pardo suíço, vai depender do grau de sangue em que as fêmeas estejam. Com isso nós conseguimos manter rentável a criação, porque criamos um animal rústico e produtivo e conseguimos entrar num nicho de mercado de tourinhos reprodutores da raça guzerá que não havia na região. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Quando perguntamos ao mesmo criador se a pecuária era vantajosa, ele responde claramente que se for aos moldes do passado não teria nenhuma vantagem, mas se acompanhar as mudanças, aderir a novas estratégias produtivas e realizar investimentos e melhoramentos relacionados à manutenção da atividade, aí sim ela torna-se muito vantajosa. Compreende-se, assim, que a motivação empresarial extrapola a vocação e a tradição.

Se utilizados os mesmos métodos do passado, ela é inviável, mas se utilizar métodos mais evoluídos como eu faço, raças mais produtivas, menos exigentes que sobrevivem no meio adverso que a gente está, com constantes anos de escassez de chuva, com essas dificuldades de mão de obra, é possível sim, como única forma de manter as propriedades. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Mais uma vez, aparece como traço forte entre os entrevistados, a defesa da propriedade da terra, para manter o patrimônio fundiário é preciso, mais do que nunca, ressignificar, criar novas alternativas produtivas e investir em técnicas modernas, em melhoramentos genéticos para tornar a propriedade ativa economicamente. No caso desse criador, a pecuária deve se orientar para objetivos específicos, como por exemplo, nichos de mercados para a venda de reprodutores e reconhecimento do seu produto nacionalmente.

As falas dos proprietários quanto à preferência pela pecuária, porém de forma diferenciada da pecuária que era executada na época de seu pai e avô, regida sob a lógica do sistema latifundiário, mostra que foi possível, na caatinga sertaneja, absorver transformações, remodelar certos padrões de comportamentos e relações sociais. Que agora regidos por um novo projeto pecuário conseguiram inserir novas dinâmicas produtivas.

A opção pela atividade da pecuária, além de viável economicamente, é ressaltada pelos entrevistados como vocação e aptidão com a terra e com os animais. Quando perguntado sobre a opção em escolher a prática da pecuária, a resposta de um deles foi que:

Primeiro porque a gente gosta, né. A gente ama isso ai. Às vezes nem dá esse retorno, mas nasci naquilo, eu nasci vendo meu avô criando boi, criando vaca, o meu pai, aí a gente gosta. E segundo porque hoje em propriedades é o que está dando, é a pecuária e alguma agroindústria, que é o caso da indústria que a gente tem aqui. Quem não faz isso aqui, principalmente no sertão, não tem de que sobreviver. (Sr. Laurinho Maia, proprietário das fazendas São Domingos, Jatobá e Jenipapeiro, Catolé do Rocha).

A prática da pecuária é enfatizada pelos proprietários como uma tradição familiar, apego, vocação, ao mesmo tempo confrontada com ideais de transformação e ressignificação para as novas estratégias de produção. Apreendemos no depoimento de Laurinho Maia três características marcantes que o fizeram investir na atividade da pecuária: a aptidão e o gostar, adquiridos através de aprendizados passados; a rentabilidade, aliada a melhor atividade a ser desenvolvida nas propriedades sertanejas; e a iniciativa em investir em novos projetos produtivos que reforçam a tendência a transformação, através da criação de uma agroindústria, reforçando o negócio da pecuária.

Nos dois próximos depoimentos, podemos demarcar a presença da herança familiar que se projeta na atividade da pecuária, acompanhada da rentabilidade. Traço comum nas

falas dos entrevistados é fazer menção a: “herdei”, “nasci nisso”, “cresci vendo meu pai”, “aprendi com ele”, “nasci e me criei dentro de fazenda”. Além do gostar do gado e do aprender a gostar com os pais, os depoimentos mostram que o discurso da rentabilidade também vem como herança, como demonstra o Sr. Tarcísio Maia, porém agora, travestido para o momento atual está fortemente presente na identidade dos grandes e médios proprietários da microrregião de Catolé do Rocha. Identidade, esta, que segue a tendência histórica da necessidade de ter lucratividade com a atividade da pecuária. Percebe-se que a pecuária está intensamente marcada pela rentabilidade econômica, ou mesmo lucratividade como alguns denominam, para tornar a terra mais uma vez produtiva:

Olha, veja só, meu pai era um grande criador, eu aprendi com ele; quando tinha só essa propriedade aqui ele já tinha mil cabeças de gado. Ele dizia: qual é o melhor negócio? Ele dizia: ‘é criar gado em pastos bons’. E o segundo melhor negócio? ‘criar gado em pasto alugado’. E o terceiro melhor negócio? ‘é criar gado...’ entendeu? E daí, criar gado sempre era o trunfo de quem prosperava aqui, era essa a forma de ter um trabalho com mais rentabilidade, com mais lucro mesmo, e é isso que eu gosto de fazer. (Tarcísio Maia, proprietário das fazendas Barro Branco - Catolé do Rocha, Palha Passagem da Onça e Mundo Novo - Belém do Brejo do Cruz).

Porque eu já herdei, porque eu já nasci, criei os dentes, vendo pecuária. E gosto de pecuária, muito. Eu gosto muito de gado; eu zelo meu gado e eu tenho lucratividade com a pecuária. Tenho prazer e junto com prazer tenho a lucratividade. O gado foi quem me deu tudo que eu tenho. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

Chama atenção na fala de Lauro Maia, além do prazer e dos ensinamentos apreendidos da herança familiar, a questão da pecuária ter lhe proporcionado a manutenção do patrimônio fundiário e as conquistas de novos empreendimentos, como por exemplo, a aquisição do parque de vaquejada e a realização da festa na propriedade.

A opção pela pecuária é relacionada comparativamente a outras atividades exercidas, como por exemplo, no depoimento do Sr. Boanerges Maia, juiz aposentado, todavia considera-se que a propriedade e a pecuária garantem a reserva, é onde se aplica o que sobra. Mais uma vez, aparece a questão de investir em um gado melhorado geneticamente para se ter uma melhor rentabilidade. Também é ressaltado nesse depoimento o retorno proporcionado pela pecuária, como sendo mais rápido e vantajoso do que a agricultura:

Nasci nisso, desde pequeno, era gado, era cavalo e nunca gostei de ser juiz, ficava no birô, atendendo aquele povo. Eu prefiro ficar aqui. Aí é vocação; tudo que você fizer, até trabalho, se você não tiver vocação, forçado você não se dá bem não. Tem que ter vocação (...). Você veja, um proprietário aqui da região, meu vizinho, teve uma despesa danada aqui, ai você veja, está com a mesma despesa com um gado que não vale nada, em comparação com a minha despesa com um gado bom. Então é melhor um gado melhor, do que aquele gado ‘veio’ antigo de sete arrobas, de oito arrobas, aquilo é inviável, como o bode (caprino), se você não tiver seca não, ai você

cria e vende um bicho 'veio' daquele, mas pra você pegar uma seca pra escapar um gado ruim, aí o prejuízo é muito grande, se você escapa uma rés boa vale por 10 ruim. A pecuária dá muito lucro, pra o pequeno e pra o grande proprietário (...). A pecuária tem um retorno mais rápido aqui no sertão do que a agricultura. (Sr. Boanerges Maia, proprietário da fazenda Logradouro, Riacho dos Cavalos).

Temos também que incluir os depoimentos que relatam o amor à atividade da pecuária, relacionada com o prazer de estar no campo. Nesse caso, o proprietário faz uma apologia à vida no campo, enfatizando os aromas do gado e do campo:

É uma coisa boa pra mim, eu me sinto feliz, porque chego lá, vou alisar aqueles bois, aqueles touros mais bonitos que eu tenho de raça, aqueles touros eu tenho como uma coisa bem bonita que eu tenho; gosto demais do meu gado. Chamo gado por nome, elas vêm. É o amor que eu tenho aos bichos. Pra você ver o que é gostar dos animais, sentir aquele cheiro de fezes verdes dos animais, aquilo ali é perfume, não tem prazer melhor, é prazeroso, isso aí não tem preço. (Antônio Brilhante Suassuna, proprietário da fazenda João Fernandes, Riacho dos Cavalos).

A pecuária também é evidenciada como atividade menos trabalhosa e que precisa de um número menor de trabalhadores. Os proprietários reclamam, mais uma vez, da falta de mão de obra no campo. Por isso, o não investimento na agricultura que precisaria de mais homens trabalhando e não daria o retorno esperado.

Menos trabalho né, com o gado. O pessoal não quer mais trabalhar. O pessoal que morava nas propriedades estão todos indo pra rua, só está ficando os donos mesmo. (Antônio Brilhante Suassuna, proprietário da fazenda João Fernandes, Riacho dos Cavalos).

Na nossa região hoje é preferível a pecuária, porque a agricultura pra se ter lucro, tem que trabalhar com agricultura de grande porte, e aqui na nossa região não tem condições de trabalhar não. Também não tem mão de obra disponível para trabalhar não. E daí o meu investimento na pecuária é porque é uma das mão de obra mais baratas que existe, assim em termos de trabalho. E precisa de pouco pessoal para trabalhar na lida diária com o gado. (Ubirajara da Silveira, proprietário da fazenda Pilões, Brejo do Cruz).

Como ficou evidenciado nas falas dos entrevistados, a agricultura no sertão paraibano não é mais acessada pelos grandes e médios proprietários por não dar rentabilidade para o produtor devido as seguintes ausências: escassez de chuvas e falta de reservatórios para suprir a plantação o ano inteiro; falta de mão de obra satisfatória para o desempenho da atividade; e falta de crédito subsidiado. E a pecuária se torna viável por: viabilidade econômica; aptidão; apego à propriedade e à tradição familiar; por ser uma atividade menos trabalhosa e menos penosa; demandar o mínimo de mão de obra; rendimento durante o ano todo; prazer; ser relacionada com outras atividades não agrícolas; lucratividade; e motivação para a pecuária empresarial.

Os grandes proprietários não perderam as terras e nem se desfizeram do seu

patrimônio, mantendo a não fragmentação da propriedade ao longo do tempo, porém tiveram que assumir novas estratégias de reprodução social para tornar a propriedade rentável novamente. Isso significa dizer que o latifúndio acabou, mas as grandes propriedades não deixaram de existir, passaram por um processo de reordenamento e voltaram a ser produtivas, assim como no auge do algodão no sertão, embora agora, essa rentabilidade esteja marcada a partir da prática da pecuária, o que estamos chamando de processo de (re)pecuarização na caatinga sertaneja.

O movimento é de ressignificação, com ênfase na pecuária em detrimento da agricultura, com utilização de novas técnicas de produção, melhoramento do rebanho, aquisição de máquinas e tratores, cultivo de pastagens, os médios e grandes proprietários do sertão transformaram suas propriedades em um negócio que acreditam rentável no semiárido.

3.4 PECUÁRIA E GRANDE PROPRIEDADE NA MICRORREGIÃO DE CATOLÉ DO ROCHA: IMPLICAÇÕES TÉCNICAS E PRODUTIVAS

Os proprietários da microrregião de Catolé do Rocha destacaram nas entrevistas a aquisição de novas raças de animais como o gado pardo suíço, o holandês, o zebu e o guzerá, na busca por uma raça melhorada que se adapte ao clima da região. Os médios e grandes proprietários da região vêm investindo em práticas mais modernas de reprodução animal, tais como o confinamento do touro com a vaca em período de cio e a inseminação artificial. Também se tem investido no estado sanitário do rebanho, fazendo uso de vacinas anuais e vermífugos para obter a melhor sanidade do rebanho. Além disso, observa-se entre os proprietários da região a ampliação das áreas com pastagens plantadas, com forrageiras de corte como a cana-de-açúcar, o capim braquiária, o capim elefante e o sorgo, que caracterizam um nível de aproveitamento que consideram superior às pastagens nativas. Todas essas modificações tem contribuído para o que estamos chamando de processo de (re)pecuarização entre os médios e grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha.

No atual contexto de reafirmação de um novo projeto pecuário na região, os médios e grandes proprietários falam dos seus investimentos, carregando na sua conformação a luta pelo novo, tendo em vista obter uma maior produtividade e manter a propriedade viável economicamente.

Aqueles que não investiram em técnicas, que não investiram em mecanização agrícola, começaram a cair. E aqui, o que foi que aconteceu que a gente vem se mantendo em relação aos outros proprietários, porque a gente tem se sobressaído. Porque eu terminei o curso de agronomia, e quando eu vim pra cá eu comecei a viajar e observar as coisas, aí o que eu via de bom em outras fazendas, eu comecei a trazer pra cá, como ordenha mecânica, hoje mais da metade do nosso rebanho é

tirado o leite mecanicamente. (...) Comecei a investir no laticínio, eu e meu pai, porque a gente tinha que agregar valor ao leite. Então hoje a gente produz 1.800 litros de leite a 2.000 litros dia. Se a gente tivesse tudo na mão de obra, não tinha saído nada [ele quis dizer se não fosse mecanizado, não tinha dado certo o projeto]. (Sr. Laurinho Maia, proprietário das fazendas São Domingos, Jatobá e Jenipapeiro, Catolé do Rocha).

A pecuária tornando-se, como eu já disse, a única alternativa, atividade econômica da propriedade, a forma de preservar o patrimônio, de manter a propriedade, de conservar as cercas, de conservar as instalações e procurar até melhorar, avançar no meio da crise, como fizemos, procurando buscar novas tecnologias, cada vez mais melhoramentos para tornar a atividade mais produtiva (...). São essas coisas que fazem a diferença. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Meu pai tinha deixado um gado pardo suíço, um gado bom, de raça, eu fui ao Paraná e comprei umas matrizes e uns reprodutores para melhorar ainda mais o rebanho e até hoje tenho esse gado. Melhorei o gado, vivo de vender reprodutor e matrizes pardo suíço P.O. Fazemos a inseminação artificial e temos monta natural também. A inseminação artificial é preciso um controle muito grande de cio, precisa você prender o animal para controlar o cio, entendeu. Então tanto a gente trabalha com inseminação artificial e monta natural. E depois disso, nós construímos um parque de vaquejada. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

No bojo dessas narrativas, percebemos o quanto são valorizados pelos proprietários os investimentos realizados nas fazendas para manter a propriedade rentável economicamente, confirmando a reestruturação dos aspectos técnicos e conseqüentemente o processo de ressignificação na atividade da pecuária. Como podemos ver a partir das três falas dos entrevistados, além do melhoramento na genética racial do gado, os proprietários também modificaram as instalações das fazendas, reformando os antigos estábulos e currais, construindo laboratórios para implantação de inseminação artificial e instalação de agroindústria de leite para transformação do leite em subprodutos como o queijo, requeijão, doce de leite, bebida láctea entre outros produtos. Cada um desses proprietários que foram mencionados anteriormente melhoraram suas estratégias produtivas valorizando a pecuária em suas propriedades.

No que se refere ao melhoramento do rebanho, as investigações de campo nos permitiram observar a introdução de processos e técnicas melhoradas nas propriedades, como relatam os proprietários que investiram na criação de raças que se adaptam à bovinocultura de leite e corte.

No sertão tudo é diferente; no sertão nós não podemos criar apenas gado de corte, como é impraticável criar apenas gado de leite, nós temos que criar um gado misto, que dê um pouco de leite e que seja produtivo na hora de vender para o corte, da mesma forma que no sertão tudo depende da época do ano. Nós criamos os animais e vendemos o descarte das vacas. As vacas descartáveis são vendidas, dependendo do período do ano quando elas estão gordas, depende das chuvas, ou da necessidade de se colocar ou da condição de se colocar no cocho para engordar. Quais são as vacas descartáveis? Ou as que não produzem leite, ou as que não produzem bezerros. Na fazenda cada vaca tem a obrigação de produzir um bezerro por ano.

Vaca seca que não tem um bezerro na barriga é considerada boi, nós vendemos, é improdutivo criar vaca sem parir. Os animais machos, uma parte é destinada para reprodução, venda como reprodutores, são os machos P.O. os puros de origem e os mestiços, dependendo da necessidade e das condições, ou são destinados para a venda, como os jovens, ou ficam na fazenda para serem vendidos como boi, já gordos para o abate. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Aqui nós não temos um rebanho determinado para tal coisa, porque precisa vender o boi para abate e precisa de um pouco de leite para poder suprir as despesas corriqueiras da propriedade, como o leite tem renda diária, então a gente precisa do leite para ter essa renda diária e o boi de abate, que aqui é pouco, e esse aí é por períodos: no período pós inverno, ou então, em seca, porque você vai tratar desse boi e então só vai vendê-lo quando engordar. Mas aproveitamos mais o 'pós-inverno', quando termina o inverno e que ele engordou com a pastagem natural. Então é um rebanho mestiço, com alguns touros de raça para fazer a mestiçagem que se adapte para as duas coisas. (Hamlet Targino, proprietário das fazendas Santana - Riacho dos Cavalos, Riacho Escuro e Camará - Brejo do Cruz).

É meio termo, eu invisto na pecuária de leite, tenho uma boa vacaria e também invisto no gado solteiro, mais para corte. Então eu digo que é uma pecuária mista, leite e corte, procuro manter as duas coisas. (Ubirajara da Silveira, proprietário da fazenda Pilões, Brejo do Cruz).

Há uma heterogeneidade de formas de criação no sertão nordestino, como demonstram os criadores. Alguns investem na bovinocultura voltada mais para a venda do leite, outros priorizam a bovinocultura de corte, todavia mantêm na mesma propriedade um sistema duplo que se adapte as duas possibilidades de negócios relacionadas à pecuária.

Além do melhoramento do gado para desenvolver ora a pecuária leiteira, ora a pecuária mista – corte e leite, os proprietários investem em desmatamentos para obtenção de pastos para o gado. Para realização desde empreendimento, é preciso adquirir maquinários modernos como tratores, colheitadeiras e máquina forrageira para realização do trabalho, diminuindo assim a contratação de mão de obra.

Comprei esses tratores. Com eles eu vou sempre fazendo mais um açude, vou sempre fazendo mais canais, vou desmatando, vou aumentando a parte de capim, de capineira. Você vê que eu fiz 220 hectares de pastagem, capim, com cana, com tudo, vou perder mais de 100 hectares, mas fica mais fácil de fazer de novo quando os açudes encherem. Então, fiz esse investimento com os tratores, tem um grande, com tração. Você tem que mecanizar tudo. Tem o capim irrigado, com porta d'água. Eu tenho colheitadeira que ela corta o capim no campo, joga dentro do carroção, já vem triturado, é só botar para o gado. (...) capim bom é a gente que faz, experiência, eu saí mudando, mudando e cheguei no braquiária; é o melhor pra minha terra. Fui plantando um e outro, aí a gente precisa o que? Ser resistente à água e à seca, porque tem alguns capins que se você aguar demais ele morre. Ai braquiária não (...). Tenho cinco silos, mas hoje não tem mais nada para o gado comer nos silos, tudo já foi dado. (Sr. Boanerges Maia, proprietário da fazenda Logradouro, Riacho dos Cavalos).

A gente utiliza a cana-de-açúcar para transformar em ração animal. Além disso, nós aproveitamos os mananciais de água, principalmente os subterrâneos, para irrigação de capineiras e de sorgo forrageiro. Capim elefante e capim de pisoteio como algumas variedades de panicum, como o colonião e Mombaça, entre outros. Construí o brete, o tronco, acompanhado da balança. Além do laboratório que

diferencia a fazenda das outras pela busca e implantação de novas tecnologias. Nós também conservamos sete silos trincheiras, isso também requer muito trabalho e despesa. E procuramos manter os campos desmatados para pastagens. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

A propriedade está mais estruturada, tem esse açude que eu fiz, eu fiz um estábulo grande que acomoda 103 vacas produzindo, tudo na cocheira coberta. Eu comprei tratores, comprei máquinas, pra alimentar esse gado, plantar o capim, colher e moer o capim sem precisar de mão de obra, entendeu, melhorou a propriedade. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

Plantei muito, eu plantei uma área em torno de 200 hectares entre milho e sorgo, mas não cheguei a colher tudo, mas sempre, todos os anos eu faço 300, 400 toneladas de silo, de silagem, pra demanda do nosso rebanho. Por ser o nosso rebanho, vamos dizer assim, botado em duas fases distintas no ano, uma fase de chuva e outra fase de seca e ser um gado melhorado, ele sempre está dependente do arraçoamento, então a gente sempre está trazendo pra o calço da fazenda e fazendo esse arraçoamento. (Tarcísio Maia, proprietário das fazendas Barro Branco - Catolé do Rocha, Palha Passagem da Onça e Mundo Novo - Belém do Brejo do Cruz).

No que se refere à introdução de pastagens, a maioria dos entrevistados investe na aquisição de capineiras. Alguns dizem ter feito mais investimentos, plantando uma área maior, como por exemplo o Sr. Boanerges Maia, que afirma em seu depoimento a utilização de 220 hectares de sua propriedade com pastagens plantadas para utilização de forrageiras para o gado. Outros se dizem mais moderados, mantendo uma área menor de capineiras. Geralmente os proprietários fazem um cálculo entre o tamanho total da propriedade e o que pode ser disponibilizado para o plantio de forrageiras, conservando uma parte de mata ou pastagens naturais. A tendência observada nos dados do Censo Agropecuário de 2006 com relação à utilização das terras, o qual mostrou um aumento das áreas de pastagens plantadas na microrregião de Catolé do Rocha em 380% em relação aos dados do censo de 1995/1996, se confirma através dos depoimentos colhidos entre os médios e grandes proprietários de terras da microrregião, quando na sua maioria fazem usos de pastagens plantadas.

Chamou atenção um dos nossos entrevistados, o Sr. Tarcísio Maia, que hoje possui quatro propriedades, somando uma quantidade de aproximadamente 1.500 hectares de terras. Uma propriedade está localizada no município de Catolé do Rocha, obtida por herança, com aproximadamente 140 há; outras duas ficam no município de Belém do Brejo do Cruz, uma com 725 ha e a outra com 554 ha, obtidas parte por herança e parte por compra; e uma quarta propriedade localizada no município de Riacho dos Cavalos, divisa com Paulista PB com 70 ha (essa propriedade fica às margens do rio piranhas), obtida por compra. Todas as propriedades se encontram na microrregião de Catolé do Rocha. É interessante observar o grau de investimento que esse criador realizou em todas as propriedades, melhorou as instalações, investiu em maquinário, investiu em barragens e no melhoramento do rebanho misto (leite e corte). Hoje aproveita o potencial que cada propriedade lhe oferece. Nas propriedades que tem mais reservatórios de água, realiza o manejo com o gado de leite; e nas

propriedades com um menor potencial hídrico, mantém o rebanho para corte e um gado mais mestiço. Além dos investimentos na pecuária, o Sr. Tarcísio Maia investiu na compra dessa última propriedade pensando em desenvolver outras atividades como o criatório de peixes, uma área de capim e cana-de-açúcar irrigada, uma área de fruticultura irrigada, já que essa propriedade fica localizada as margens do rio Piranhas:

Acredita ou persiste nela [na propriedade] aqueles que dão ainda valor a sua aptidão e dão valor aos seus costumes. Esses são ainda que persistem, mas tem regiões, tem localidades e fazendas que já se demonstrou que com a aplicação de certas tecnologias, com a aquisição de certos meios, de certos animais, de genética e de modificações, tem plena aptidão nessa região, que faz ainda se acreditar cada vez mais. Lá [Belém do Brejo do Cruz] eu tenho um potencial enorme se valorizando a terra molhada, são grandes extensões de terras de baixios e de tabuleiros, porém esse potencial ele foi advento da construção do açude do Baião, tá certo, e nossa propriedade pegou mesmo no meio do açude, dividindo ela em três, as duas extremidades e uma área no meio, então eu tenho uma área de perímetro de água em torno de 10km, em torno do açude. Hoje eu estou, nessa seca que a gente está se passando aqui, eu estou escapando o meu gado com recursos que vem de lá, mas tem um potencial muito maior, que se eu tivesse, vamos dizer assim, uma orientação e um subsídio melhor das autoridades, por ver que era uma região que teria condição de ter uma produtividade. (...) E na propriedade da beira do rio, era uma propriedade que eu, com minhas aptidões, eu tinha muito interesse de fazer um ambiente da minha aposentadoria, então lá, eu fiz uma área de irrigação com cana e capim, eu implementei uma área de fruticultura com manga pra exportação, uma pequena área de 4 hectares, aproveitando as águas do rio e as modalidades das terras que ficam fora do rio, que são terras com certas ondulações, então eu aproveitei e fiz um pequeno projeto de piscicultura. Hoje eu tenho um projetozinho de 13 viveiros com capacidade para produzir 80 toneladas de peixes ano, tá certo? Lá eu tenho isso. Nas outras, tudo nessa atividade de pecuária, sempre dou preferência à pecuária. (Tarcísio Maia, proprietário das fazendas Barro Branco - Catolé do Rocha, Palha Passagem da Onça e Mundo Novo - Belém do Brejo do Cruz).

O caso do Sr. Tarcísio Maia é um pouco diferente dos outros, diferente no sentido de procurar investir em projetos além da pecuária, mesmo que ele reforce em seu depoimento que dá preferência à atividade da pecuária. Como duas de suas propriedades têm um potencial muito alto em disponibilidade de água, investiu em uma pequena área de fruticultura irrigada e um projeto de piscicultura, procurando aumentar a renda agrícola das propriedades. Além de aumentar a área de pastagens plantadas, investindo na aquisição de maquinários como tratores, arados e colheitadeiras.

3.5 OS ARRANJOS PRODUTIVOS ADOTADOS PELOS GRANDES PROPRIETÁRIOS

O sertão conhecido de longas datas pela atividade da pecuária, associado ao latifúndio e as atividades tradicionais, vem passando por um processo de transformação social, econômico e político associado a um reordenamento da esfera produtiva, onde a pecuária mais uma vez se consolida frente à crise do sistema baseado no algodão/pecuária/culturas de

subsistência/morada.

Nosso intuito nesse trabalho de tese é desmistificar as representações em torno do semiárido como espaço do latifúndio e da tradição, ao demonstrar, primeiro, que há uma crescente presença da agricultura familiar na região e, segundo, que nas grandes propriedades vivencia-se uma nova modalidade de pecuária, com novas estratégias produtivas, com apoio de tecnologias para melhorar a produção e a produtividade, o que estamos chamando de processo de (re)pecuarização entre os médios e grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha no sertão paraibano, mudando as formas de tratamento com rebanho e implantando novos investimentos para a pecuária de leite, corte e entretenimento na região. Além de serem motivados por heranças culturais e familiares, os investimentos na pecuária como melhor estratégia de rentabilidade para manter a propriedade, inovando com a produção de laticínios, melhoramento genético para um maior desempenho na venda da carne e ressignificação da pecuária como forma de entretenimento através dos parques de vaquejada.

Escolhemos três casos de grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha que investem na atividade da pecuária de uma forma diferenciada. O objetivo dos subtítulos a seguir é apresentar o caso do Sr. Zezito Maia que melhorou o rebanho e entrou no mercado de venda de tourinhos reprodutores; o caso do Sr. Laurinho Maia que investiu no mercado leiteiro, construindo um laticínio e por fim o caso do Sr. Lauro Maia que decidido pela atividade da pecuária investiu em um rebanho melhorado para a venda de bezerros de raça pura e ao mesmo tempo instalou um parque de vaquejada, pensando a pecuária como entretenimento. Com a exposição desses três casos procuramos contribuir para o reconhecimento do processo de expansão da pecuária no semiárido, mais especificamente na microrregião de Catolé do Rocha, associado a transformações produtivas da agropecuária, buscando compreender as dinâmicas econômicas, técnicas, sociais e simbólicas que se processam nessa região, as novas relações de trabalho, as redes de comercialização e a revalorização das vaquejadas.

As transformações da média e grande propriedade no Nordeste, tendo como marco temporal o colapso do sistema latifúndio/algodão/pecuária/relações de morada, não são explicadas unicamente na chave do desenvolvimento do agronegócio. Algumas grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha não podem ser associadas ao fenômeno do agronegócio, ainda que não se deva, também, analisá-las na chave do antigo latifúndio. As formas sociais que dominam nestas propriedades, muitas vezes descritas como “abandonadas”, precisam ser melhor apreendidas, tarefa que faz parte do escopo deste capítulo. Mas há também grandes e médias propriedades que passam por mudanças que se

aproximam dos setores normalmente considerados modernos da agricultura patronal, ou melhor, do agronegócio.

3.5.1 A melhoria do rebanho e a venda de tourinhos reprodutores

Os esforços no sentido de melhoria genética do rebanho ocorreram em praticamente todas as propriedades incluídas em nossa pesquisa de campo, embora alguns proprietários sejam mais rígidos com relação a composição de seu rebanho que outros. O Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, já tinha melhorado o seu rebanho desde a década de 1980, optado pela raça pardo suíço. Já vendia reprodutores da raça para os criadores da região e estados vizinhos. Percebendo que o mercado local estava ficando saturado com a raça, e que muitos criadores já eram detentores do rebanho pardo suíço, e as redes de comercialização estavam ficando mais escassas devido a competitividade de outros criadores, resolveu, em 2004, depois de enfrentar problemas de comercialização e dificuldades técnicas com o rebanho, investir em outra raça de bovinos. Realizou algumas pesquisas, preocupado em encontrar uma raça que se adaptasse à região e que tivesse uma dupla aptidão (leite e corte), observando características relacionadas ao manejo, adaptabilidade, rusticidade, produção e mercado. Decidiu investir em um plantel puro da raça guzerá, com a disposição de criar um mercado para a venda de tourinhos reprodutores.

A ideia surgiu da visão de mercado que eu tive. Eu estava encontrando dificuldades, dificuldades técnicas e comerciais para manter o plantel pardo suíço. O custo de produção tinha subido porque é um gado mais exigente em forrageira, pra se manter as forrageiras necessárias precisava-se de investir cada vez mais, tinha um custo altíssimo de irrigação, de mão de obra necessária para manter essas forrageiras irrigadas, de fornecer esses alimentos no cocho a esses animais, tudo tinha um custo que inviabilizava economicamente e comercialmente a criação do pardo suíço e isso me fez voltar os olhos a necessidade de buscar uma saída e o caminho que eu encontrei foi esse, fazendo uma substituição da raça. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Para começar esse novo empreendimento, o proprietário comprou um total de 20 matrizes e um touro, sangue puro guzerá, e começou a multiplicar esse gado. Depois de dois anos, fez mais investimentos, comprando matrizes e reprodutores advindos da EMEPA, com uma maior qualificação para o gado de leite. Foi produzindo, aumentando seu rebanho e logo entrou no mercado de vendas de reprodutores da raça guzerá. Posteriormente, comprou um reprodutor ainda melhor, esse touro estava em segundo lugar no ranking entre 200 touros, em qualidade de carga genética.

Hoje a maior receita vem da venda de garrotes reprodutores, para isso eu tive que fazer investimentos na aquisição de matrizes e reprodutores. Eu comprei um

reprodutor que no ranking da EMBRAPA de 2010, dos melhores touros guzerá do Brasil, entre 200 touros selecionados para produção de leite, ele está em segundo lugar. Isso foi um investimento altíssimo, mas que já estão chegando os resultados. Inicialmente investi em inseminação artificial, não apenas em equipamentos, mas com aquisição de sêmens de qualidade dos melhores reprodutores disponíveis no mercado, comecei a implantar um projeto de transferência de embrião que consiste em se escolher as melhores matrizes, para que elas produzam não apenas um bezerro por ano, mas até 50, 60 ou 100 bezerras por ano de uma mesma vaca, porque nós dispomos, não apenas das matrizes de altíssima qualidade, nós dispomos também de reprodutores de altíssima qualidade, mas podemos utilizar sêmen de outros reprodutores, comprando em centrais de inseminação e o que é importante, dispomos das receptoras ideais para esse projeto de transferência de embriões. Foi montado o laboratório, as instalações e um centro de manejo foi instalado. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Hoje o seu rebanho puro guzerá tem aproximadamente 150 vacas matrizes e 20 reprodutores. Todos registrados pela associação brasileira de criadores de zebu (ABCZ). Todo o gado é marcado e nomeado. A cada nova cria é feita a comunicação a ABCZ e eles mandam um técnico da associação conferir a autenticidade do animal.

Todos são anotados e comunicados a associação brasileira de criadores de Zebu, que fica em Uberaba, eu sou sócio da ABCZ, e desde a cobertura, quando a fêmea é coberta, eu comunico a cobertura, via internet, eles ficam sabendo a vaca e o touro que foi usado, quando o produto nasce, ou seja, o bezerro, eu comunico também e depois de alguns meses aquele animal é inspecionado e recebe um carimbo da ABCZ por um técnico. Eu sou cadastrado no escritório da ABCZ em Natal e todo ano vem esse técnico de Natal fazer a inspeção e o registro dos animais. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Além desse plantel puro da raça guzerá, o Sr. Zezito Maia ainda mantém um plantel de vacas mestiças, mistura de pardo suíço com guzerá, de aproximadamente 300 cabeças, totalizando um rebanho de aproximadamente 500 cabeças de gado em sua propriedade.

Mais recentemente, novos investimentos foram feitos na propriedade, com a aquisição de laboratório, balança, tronco, além de reformar os currais e estábulos e construir novas cocheiras para facilitar o manuseio com o rebanho e aumentar a produtividade.

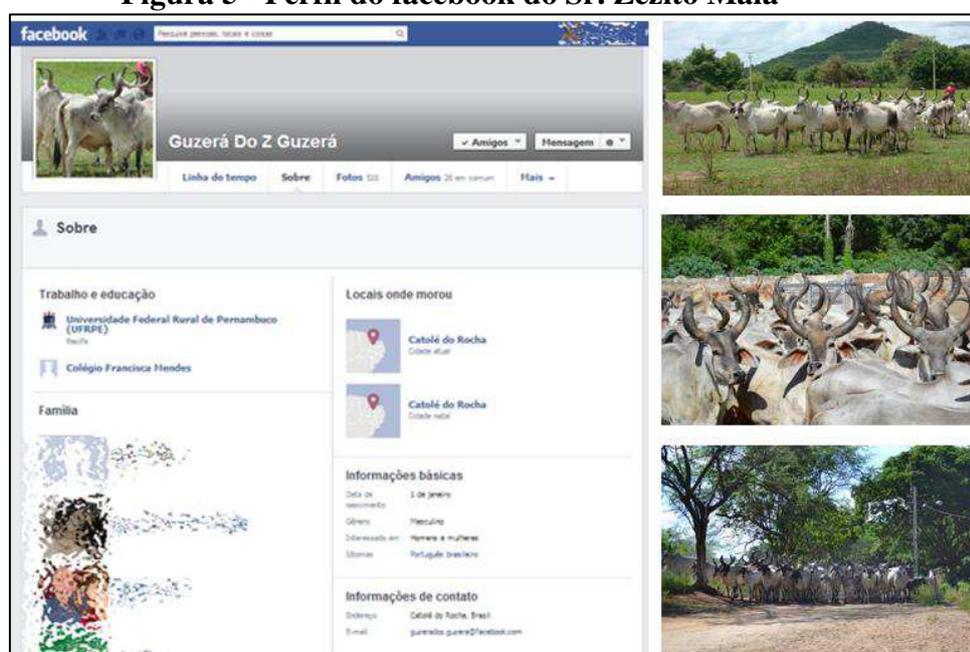
Em 2010, investi em inseminação artificial, com o projeto que iniciamos de transferência de embrião, de fecundação *in vitro*, com instalação de laboratório na fazenda, melhoramento das instalações, com instalação de um tronco e de balança para acompanhar o desenvolvimento dos animais a cada mês de forma periódica. Nós estamos buscando uma saída, um caminho que seja viável economicamente e que torne as nossas propriedades economicamente viáveis como fora no passado. A pecuária é cada vez mais melhorada, nós achamos que criar gado como se criava antigamente é inviável e nós consideramos que criar gado no sertão, ou se cria de forma moderna utilizando essas novas tecnologias, como eu já falei, ou se acaba. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Destacamos ainda outro elemento fortemente ligado aos mecanismos modernos de criação, as redes de comercialização incorporados pelo proprietário, dá uma maior expansão dos negócios, para além das feiras de gado, exposições e a própria exposição na fazenda. A

vitrine desse proprietário é a internet e as redes sociais, como por exemplo um perfil público no facebook (Figura 5) onde ele se identifica como “Guzerá do Z Guzerá”, fazendo referência a raça bovina que comercializa e a inicial do seu nome, dessa maneira o proprietário evidencia traços do “agronegócio sertanejo”.

Vendo em exposições de gado que eu participo e vendo na fazenda, pra criadores, desde de vizinhos, até criadores como eu já disse, que produzem no Pará. Pra toda parte. Utilizo os meios de comunicação dos criadores, dos fazendeiros de boca a boca, e hoje, há algum tempo, as redes sociais. O meu face, que muitos estranham é no nome do guzerá que eu crio. Eu me comunico com criadores de todo o Brasil, do Paquistão, da Índia, da Colômbia, do México, dos Estados Unidos, todos no mundo acompanham e sabem da criação do guzerá na fazenda Olho d’Água. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d’Água, Catolé do Rocha).

Figura 5 - Perfil do facebook do Sr. Zezito Maia



Além da venda de tourinhos reprodutores, ele opera com a venda de boi de engorda para corte. Segundo o proprietário, todo ano tem venda de animais para o corte, os machos antes de serem desmamados, são ferrados, castrados e levados para engorda. Depois de dois anos, já bois, são vendidos para o abate. As vacas ficam na fazenda para a procriação e só são descartadas as vacas que não produzem leite ou as vacas que não procriam. E o leite é vendido para o laticínio de Catolé do Rocha.

3.5.2 A agroindústria de leite

No início dos anos 2000, tem-se a implantação de um laticínio privado no município de Catolé do Rocha, pertencente a um dos grandes proprietários rurais da microrregião. Os

proprietários são o Sr. Laurinho Maia e seu pai Francisco Serafim, detentores de três propriedades rurais (Fazenda Jatobá, Fazenda São Domingos e Jenipapeiro), totalizando quase 1.800 ha de terras. Prevalece nas propriedades a bovinocultura mista de leite e corte. E também a suinocultura. Nos últimos 10 anos, instalou um laticínio e hoje produz vários produtos derivados do leite (queijo de manteiga, queijo coalho, ricota, queijo minas frescal, requeijão, mussarela, manteiga, doce de leite, creme de leite e bebida láctea de morango e ameixa). Sua usina de beneficiamento de leite tem capacidade para trabalhar com 15.000 mil litros de leite ao dia. Tem produção própria de 1.800 a 2.000 mil litros de leite ao dia e compra de outros pecuaristas das cidades circunvizinhas um total de 12.000 a 13.000 mil litros para atender à demanda de produção diária. Seus produtos são vendidos nos estabelecimentos do município e de outros municípios do entorno. Há também uma rede de comercialização estadual, pois seus produtos são comercializados em estados vizinhos como Rio Grande do Norte e também em estados mais distantes como o Distrito Federal. A empresa é chamada pelos sobrenomes familiares, “Usina de beneficiamento Maia e Serafim LMTA – ME” e a marca da empresa é “Laticínios Catolé”, localizado na Fazenda São Domingos, na zona rural do município de Catolé do Rocha.

Membros da mesma família possuem um restaurante de comidas típicas sertanejas em três capitais: João Pessoa, Natal e Brasília. Os subprodutos do leite produzidos na fazenda são enviados para a composição das receitas do restaurante, além disso, há uma loja de conveniência em cada um dos restaurantes com os produtos para que os clientes possam levar pra casa os produtos da marca “Catolé”.

Em entrevista a autora, Laurinho Maia conta que no passado, na época de seu avô, por volta da década de 1970 e 1980, tinha muita disponibilidade de mão de obra na propriedade. O avô foi um dos grandes proprietários da região, plantava muito algodão, criava muito gado, mas todos mestiços e ainda possuía um engenho para o fabrico da rapadura. Possuía mais de 50 moradores nas fazendas, que trocavam o trabalho pela moradia e plantavam o algodão de meia com o patrão. Podiam ter algumas reses, no máximo quatro animais por morador. Laurinho Maia consegue ilustrar bem o antigo sistema que predominava na propriedade, combinando latifúndio/pecuária/algodão/culturas de subsistência e sistema de morada.

Depois da crise do sistema que predominava na região, grande parte dos moradores foram dispensados, pois não atendiam mais a necessidade dos proprietários, nesse caso muitas famílias de agricultores que não possuíam terras foram em busca de melhores condições de vida na cidade e nos grandes centros. Hoje, nas 3 fazendas, eles contam com 12 moradores fixos. Essas famílias permanecem na propriedade e prestam serviços aos donos e recebem

como pagamento diárias pelos serviços prestados (cuidados diários com o rebanho, alimentação, manuseio em pastos diferenciados, separação em estábulos diferenciados, separação dos bezerros das vacas, entre outras atividades). Esse pagamento é feito semanalmente. Não possuem carteira assinada. Apenas um dos moradores, o que manuseia a ordenha mecânica, tem carteira assinada. Recebem em média 800,00 reais e ainda 5 litros de leite ao dia. Segundo Laurinho Maia, em entrevista a autora:

O pagamento é feito semanalmente. Recebe mais de um salário mínimo, recebe praticamente 1.000 reais por mês, quando bota o leite. É 800,00 reais e 5 litros de leite por dia. Recebe 200,00 reais por semana e 5 litros de leite dia, um litro de leite é 1,10, então da 5,50 por dia. Vamos dizer que dá 5 reais, aí 5 vezes 30 dias da 150,00 por mês, aí da 950,00 ao mês. Aí não paga luz, a energia da casa quem paga é a gente, a água é encanada e recebe uma bezerra por ano. Então eu acho que é melhor do que morar na rua. A gente deixa a pessoa criar até 5 cabeças de gado, mas tem deles que não chega nem até isso, tem um vaqueiro meu por exemplo, que todo ano eu dou um bezerro, só que antes dela chegar a ser vaca, ele já vendia e comprava uma moto, bebia, farrava, gastava com besteira. Agora não, ele tem duas vacas no curral, o que a minha come a dele também come, não tem despesa nenhuma. (Sr. Laurinho Maia, proprietário das fazendas Jatobá, São Domingos e Jenipapeiro, Catolé do Rocha).

O sistema de moradia, portanto, permanece nestes espaços, mesmo com a implantação de processos de modernização e a criação do laticínio, encontramos no mesmo espaço, agricultores que recebem por dias de trabalho prestados e assalariados. Podemos perceber através da fala do Sr. Laurinho Maia que nem as relações de moradia nem o discurso do bom patrão foi totalmente abandonado, ainda permanece nas relações sociais que se articulam entre o patrão e os seus empregados/moradores.

No que se refere às formas de trabalho e mão de obra desenvolvidas no laticínio, encontramos apenas trabalhadores assalariados. Segundo o proprietário, o laticínio funciona hoje com 16 empregados, todos formalizados com carteira assinada. Dentre os funcionários há os que trabalham nas receitas e manipulação do leite, fazendo os subprodutos, há ainda um químico que fica no laboratório fazendo as análises e testes físico-químicos⁴³ e microbiológico do leite. Com relação aos salários são variados, a depender da função ocupada dentro da agroindústria, mas segundo o proprietário os salários variam entre 1 salário mínimo e 2.000 reais para os que tem funções específicas, como o químico do laboratório da agroindústria, “a maioria é mais que um salário mínimo. A carteira é assinada com um salário, sabe. Mas aí eu pago mais, pago mil reais, tem uns que ganham 1.800 e outros 2.000 reais, vai depender do trabalho que ele executa”.

⁴³ Análise físico-química consiste em examinar: acidez, densidade, gordura, extrato seco total, extrato seco desengordurado, teste de fosfatase e peroxidase do leite, esses testes são feitos para o leite oriundo da fazenda e principalmente para o leite comprado a outros proprietários, fora da fazenda.

Devido ao processo de implantação de um sistema produtivo mais modernizado percebe-se a composição de forma diferenciada de assalariamentos dentro de um mesmo sistema de produção. Um processo que aponta uma complexificação das relações de trabalho, visto que a reprodução de capital nas propriedades com tendência para sistemas técnicos científicos, o que estamos chamando de “agronegócio sertanejo” traz a tona a existência de contradições das relações de trabalho, mantendo de um lado a persistência de relações menos capitalizadas de trabalho, evocadas como trocas, que figuram no sistema tradicional, e outro como evidenciamos através da criação da agroindústria de leite, a utilização da mão de obra formal, onde o assalariamento formal é mais evidente.

A compreensão do processo de transformação das relações de produção no campo é tensa devido a existência de quadros distintos e contraditórios no mesmo espaço, ou melhor, na mesma atividade produtiva. Convivem no mesmo ambiente agropecuário, evidenciando a prática da pecuária, relações de trabalho tradicionais e relações de assalariamento formal, mas que se torna palco, lócus da reprodução do “agronegócio sertanejo”.

Segundo o proprietário, a opção pela pecuária e o investimento no laticínio foi a alternativa para manter a propriedade produzindo. Para ele, estava ao mesmo tempo investindo em uma atividade altamente lucrativa e prazerosa, pois continuava na propriedade e investido no que mais gostava, que era cuidar do gado.

O conjunto de propriedades da família Maia e Serafim conta com aproximadamente 500 cabeças de gado bovino, entre vacas, touros e garrotes. Possui entre 180 e 200 vacas em lactação e produzem cerca de 2.000 litros de leite ao dia. Além da produção bovina, o proprietário instalou na propriedade uma pocilga e hoje conta com cerca de 300 porcos. A produção de porcos é dependente do laticínio, pois a alimentação dos animais vem do soro que era desperdiçado da produção dos queijos.

A ideia do laticínio veio da mãe de Laurinho Maia, a Sra. Linaura Maia. Antes eles possuíam uma queijeira artesanal, a produção foi crescendo e eles começaram a adotar um caráter mais empresarial. Abriram firma e investiram no laticínio há aproximadamente 10 anos. Para iniciar o laticínio, usaram recursos próprios e também fizeram um financiamento junto ao Banco do Nordeste para médios proprietários rurais.

O caráter empresarial do laticínio orientado para o lucro facilita a tomada de decisões quanto à diferenciação de produtos e atividades, objetivando alcançar maiores parcelas do mercado consumidor local e regional.

Analisando o ambiente da empresa e seu objetivo de atender à microrregião de Catolé do Rocha e algumas capitais do Nordeste, percebem-se situações típicas enfrentadas por uma

agroindústria de leite e laticínios. Primeiro a aquisição das matérias-primas, primordialmente o leite, em que os custos decorrentes geram preocupações, sobretudo em uma região onde a produção é bastante sazonal, encarecendo o leite entregue à empresa em épocas de estiagens; preocupações com os cuidados quanto à qualidade físico-químico e microbiológica do leite recepcionado, o processamento e o armazenamento.

Outro fator preocupante para o proprietário do laticínio é a concorrência com o mercado informal, ou seja, com os produtos advindos das queijeiras artesanais. Segundo os proprietários, é uma concorrência desleal, porque:

É muito grande pra gente, é muito grande e desleal, porque a gente aqui paga imposto e eles não pagam, então se eles não pagam impostos o custo de produção deles é menor.

A gente paga imposto, a gente paga material de limpeza que eles nem usam. O valor gasto de material de limpeza é de uns 5.000 mil, só de material. Os produtos que se usam aqui na limpeza tudo é específico, então tudo aqui gasta demais em comparação com a queijeira. Aí o que acontece, a queijeira tem um custo de produção bem baixinho, aí chega e vende o queijo no preço igual ao da gente, porque se a gente vender mais caro, pode até comprar alguns clientes, mas a maioria vai para as queijeiras. Quem compra da gente é porque sabe da higiene e da qualidade, mas quem não tem um certo conhecimento, compra do outro que é mais barato 0,50 centavos, 1 real, porque ele tem um custo de produção menor, aí ele consegue fazer isso, baixar o preço. Aí nessa época de verão, a gente está numa boa, está concorrendo filé com eles, mas aí quando chega na época do inverno que tem uma oferta de leite tamanho do mundo, aí ele vai baixa o produto dele, porque ele tem um custo de produção menor, e a gente não pode baixar, porque tem as despesas fixas. Aí se baixar, como é que mantém a empresa. (Seu Francisco Serafim, pai de Laurinho Maia, proprietário das fazendas Jatobá, São Domingos e Jenipapeiro, Catolé do Rocha).

Todo o leite que chega ao laticínio passa por análise físico-química e microbiológica em laboratório próprio no laticínio, estimulando os proprietários primários à manutenção dos cuidados na manipulação do leite, desde a ordenha até a chegada ao laticínio. Já que muitos proprietários não possuem ordenha mecânica. Procura-se evitar problemas de acidez no leite, uma vez que poucos possuem tanques de expansão em suas propriedades. Esse quadro é complementado com a formalização dos produtos através dos Selos de Inspeção Federal – SIF.

Inicialmente, o laticínio produzia o queijo coalho, queijo de manteiga e o doce de leite. Com o crescimento do mercado, são produzidos 14 derivados do leite (Figura 6) (queijo de manteiga, queijo coalho, ricota, queijo minas frescal, requeijão, mussarela, manteiga, doce de leite, creme de leite e bebida láctea de morango e ameixa, entre outros). Um dos desafios enfrentados pelo laticínio constitui-se em manter uma linha sempre diversificada e mesmo com o lançamento de novos produtos e/ou sabores como a variação de sabores nos queijos, acrescentando condimentos como orégano, manjeriço e tomate seco, também variam nos

sabores do doce de leite, acrescentando ameixa, maracujá e goiaba. Também foram lançadas versões desnatadas e light de alguns produtos. No laticínio Catolé, há uma integração de todas as etapas produtivas, centralizando as decisões estratégicas sobre a produção primária, processamento, distribuição e comercialização, sob o controle do mesmo grupo.

Figura 6 - Rótulos de alguns produtos do laticínio “Catolé”



Para analisar a composição do mercado atendido pelo laticínio, é necessário observar a entrega dos produtos oferecidos, sua comercialização demanda cuidados que se iniciam no processo de fabricação, estendendo-se ao transporte e conservação pelos consumidores e estabelecimentos varejistas. Os produtos do laticínio Catolé têm um manejo diferenciado. A empresa possui dois caminhões refrigerados que levam os produtos até os pontos de venda, seja no município de Catolé do Rocha, João Pessoa (PB) e Natal (RN). O produto que é transportado para Brasília é levado até João Pessoa e de lá contratam uma empresa terceirizada para levar os produtos até Brasília. Nesse contexto, a logística de distribuição (destacando-se o transporte), assume posição especialmente importante. Segundo o proprietário todos os produtos tem uma boa aceitação no mercado atacadista e consumidor, embora tenha alguns produtos como o queijo de coalho, o queijo de manteiga e a manteiga do sertão que são os mais vendidos e respectivamente os que mais levam a credibilidade da marca “Catolé” (Figura 7).

O produto é distribuído em alguns supermercados de Catolé do Rocha e da região. A família também possui uma loja especializada em produtos do sertão no centro da cidade de

Catolé do Rocha, que vende todos os produtos do laticínio, com direito a degustação se o cliente não conhecer a marca. Além de outros produtos como carnes, rapadura e mel de engenho. O laticínio também comercializa seus produtos em supermercados da capital da Paraíba. O maior consumidor dos produtos do laticínio é o restaurante “Mangai”, cuja proprietária também é da família e divulga os produtos da marca tanto nos preparativos dos pratos do restaurante, como numa loja de conveniência que tem em todos os restaurantes da empresaria.

Figura 7 - Rótulos do laticínio “Catolé” – queijo coalho, queijo manteiga e manteiga do sertão



As estratégias de marketing envolvem a publicidade da marca através de anúncios em rádios, uma página na rede social Facebook, degustação no restaurante Mangai e degustação dos produtos vendidos na loja em Catolé do Rocha. No atual contexto de reafirmação de um novo projeto pecuário na região, os proprietários da agroindústria e do conjunto de propriedades ressaltam a pecuária como uma forma empreendedora voltada para o mercado local e regional, e destacam em suas falas os novos investimentos realizados, tendo como maior objetivo a manutenção da propriedade e da produtividade, tornando-a viável economicamente.

Podemos identificar com a criação do laticínio toda uma cadeia de produção que acontece na fazenda, desde a criação e manutenção do criatório bovino, passando pela transformação em produtos derivados do leite, as redes de comercialização até chegar ao consumidor final, configurando o que estamos chamando de “agronegócio sertanejo”. Para realização desse processo essa dinâmica produtiva incorpora outros serviços de apoio como pesquisa e assistência técnica, crédito, transporte e comercialização.

3.5.3 A pecuária ressignificada através da vaquejada: entretenimento como possibilidade de modernização

Além dos aspectos econômicos que ressaltamos anteriormente com relação a pratica da pecuária, mais ligados a produção e comercialização de produtos e subprodutos da pecuária nas médias e grandes propriedades, vamos apresentar também a festa da vaquejada, como revalorização das representações simbólicas da cultura sertaneja, embora atualmente apresente poucas características das práticas tradicionais relativas à atividade. A vaquejada passou por um processo de ressignificação, assim como toda a atividade da pecuária nos sertões nordestinos. Todavia a realização dessas festas legitima a atividade da pecuária.

A gênese dessa antiga festa sertaneja, cuja originalidade desvirtuou-se nos dias atuais, está nos rituais de apartação, provavelmente, entre os séculos XVII e XVIII. Segundo Cascudo (1956, p. 29),

Outrora, nenhuma festa tinha as finalidades práticas da apartação. Criado em comum nos campos indivisos, o gado, em junho, sendo o inverno cedo, era tocado para os grandes currais, escolhendo-se a fazenda maior e de mais espaçoso pátio. Dezenas e dezenas de vaqueiros passavam semanas reunindo a gadaria esparsa pelas serras e capoeirões, com episódios empolgantes de correrias vertiginosas. Era também a hora dos negócios. Vendia-se e trocava-se. Guardadas as reses, separava-se um bom número para a vaquejada. Puxar gado, correr o boi, eram sinônimos. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

A partir da década de 1970, os encontros de vaqueiros ganharam status de uma festa de entretenimento e para muitos é encarada como esporte, guardando pouco das suas características originais. A vaquejada passa por um processo de ressignificação, passa a ser um espetáculo festivo através da criação de parques de vaquejadas construídos com essa finalidade, onde além da festa propriamente da derrubada do boi, há shows de bandas de forró, barracas, lanchonetes, mas não deixa de evidenciar uma cultura associada à pecuária, se transformando e se adequando aos novos tempos.

A vaquejada constitui-se em uma representação cultural arraigada do sertanejo. Nos lugares sertanejos onde são mantidas estas festas a identidade cultural está construída por

meio de símbolos de uma memória coletiva, alicerçada por histórias de bravura, coragem e sagacidade dos vaqueiros de outrora. Giddens (2000, p.56-57) salienta esta funcionalidade afirmando que “a festa é considerada uma tradição na medida em que o passado estrutura o presente através de crenças e sentimentos coletivos e compartilhados”.

O Sr. Lauro Maia herdou a propriedade do pai e optou em investir em novas raças da pecuária bovina. Foi ao Paraná e comprou matrizes e reprodutores da raça pardo suíço, trocando seu rebanho mestiço por um gado de raça melhorada. Economicamente, vivia da venda de tourinhos reprodutores e matrizes da raça pardo suíço. Insatisfeito com a rentabilidade do seu negócio, em 1993 resolveu investir no ramo da vaquejada, pensando em continuar investindo na propriedade e obter maior lucratividade com a pecuária. Comprou um parque de vaquejada e montou sua primeira vaquejada. Em 2013 foi realizada a vigésima edição da vaquejada que organiza, conhecida em toda a microrregião de Catolé do Rocha. Lauro Maia, proprietário do parque Cachoeira e da Fazenda Cachoeira, aproveita as festas de vaquejada para fazer exposição do seu gado e divulgar a venda de reprodutores da raça pardo suíço.

Segundo o depoimento de Lauro Maia, a ideia de iniciar o parque partiu quando estava com algumas dificuldades financeiras, porém queria investir em algo que lhe fizesse continuar na propriedade. Sua preocupação era manter a propriedade da terra e continuar gerando renda e sobrevivendo dela, daí promoveu a primeira vaquejada. No ano seguinte, a festa foi ainda maior, ganhou visibilidade em toda a microrregião.

A verdade é que minha vaquejada tornou-se uma grande vaquejada, porque a gente toda vida procurou aprimorar cada vez mais, sabe. Tem um ponto muito positivo nas festas que eu faço, que é o recebimento das pessoas que eu tenho na minha casa. Eu recebo todo mundo na minha casa. Todo proprietário de parque de vaquejada tranca a casa pra não ter movimento na casa, na minha é diferente. Eu dou café, almoço e jantar, mato gado e fazem refeições 500 pessoas, são 3 refeições, então 1.500 refeições por dia na minha casa. Tudo absolutamente grátis. Então quem foi a primeira vez, sempre ficou indo por conta da recepção, entendeu. Então minha vaquejada cresceu, eu procurei umas atrações boas, fiz uma parceria com as bandas que confiaram em mim. Essas bandas de forró do Ceará, essas bandas grandes. E aí tornou-se uma vaquejada enorme lá no Parque Cachoeira. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

O diferencial das vaquejadas realizadas no parque Cachoeira é a acomodação dos vaqueiros. O proprietário do parque disponibiliza refeições para os vaqueiros inscritos e ainda a acomodação dos seus cavalos e caminhões com os apetrechos carregados pelos respectivos corredores. O que mais chamou atenção no depoimento de Lauro Maia foi a recepção dos vaqueiros e sua acolhida, carregando traços que enfatizam uma identidade com a cultura tradicional sertaneja e o acolhimento das pessoas que chegassem.

Na vaquejada contemporânea há dois tipos de corredores, os profissionais e os amadores. Comumente, os vaqueiros profissionais são aqueles contratados pelos parques de vaquejada ou por algum proprietário de fazenda de gado ou haras. Todavia existem vaqueiros profissionais independentes que possuem um bom cavalo e bancam todas as suas despesas com as corridas. Já os vaqueiros amadores são os que praticam “por esporte ou *hobby*”, podendo se tornar profissional quando ganham torneios de vaquejadas de amadores. Os vaqueiros profissionais como aponta Maia (2003, p. 173) “trabalham diariamente tratando dos cavalos e treinando-os para as corridas [...], residem nas propriedades e recebem salário mensal”.

Atualmente, as vaquejadas são realizadas em instalações mais sofisticadas e compõem todo um aparato midiático com propaganda dos bolões e prêmios distribuídos para os ganhadores, além de toda uma infraestrutura dos parques com sistema de som e autofalantes, arquibancadas, camarotes, bilheterias para a venda de ingressos e pistas de shows para bandas de forró que se apresentam depois da derrubada do boi.

No planejamento de cada edição da vaquejada do Parque Cachoeira, o proprietário elenca todas as atividades comerciais que farão parte da edição, incluindo negociações com os patrocinadores do evento. Também é organizada uma planilha discriminando os gastos com o pagamento dos funcionários, com os serviços terceirizados, com a contratação dos shows, com a manutenção do posto médico e policial, além de preparar toda a infraestrutura do parque, como por exemplo, organizar a pista de corrida, conferir os bretes, reservar o local para estacionar os caminhões das companhias de vaquejadas, organizar o estacionamento dos carros dos espectadores da festa e os lugares de quiosques e bares.

Com relação aos animais selecionados para a corrida, Lauro Maia afirma que toda a vaquejada é feita com o próprio gado e que não costuma alugar gado para as competições. Quando não dispõe de muitas reses, pede animais emprestados a familiares e amigos que também são criadores. Quando lhe perguntei sobre o gado que participa dos torneios, ele afirma que são reses de ambos os sexos, desde que tenham entre 15 e 18 arrobas. Os animais de menor porte são utilizados para as corridas nos dois primeiros dias e no último dia, correm os animais de maior porte, aumentando assim o grau de dificuldade de derrubada do boi.

Com relação à rentabilidade da vaquejada, o proprietário afirma que todos os gastos com a organização da vaquejada, inclusive a premiação, são pagos com as inscrições dos vaqueiros. Já as bandas de forró são pagas com o ingresso cobrado para entrada na festa forrozeira e com a colaboração dos patrocinadores. O restante é lucro. O proprietário afirma que todo o complexo da vaquejada, incluindo os dois momentos da festa, apesar de todos os

gastos, propicia um bom retorno financeiro a cada edição. O dinheiro arrecadado na vaquejada volta em forma de benfeitorias para a fazenda, como aquisição de novos animais, melhoria nas instalações da fazenda.

O proprietário afirma que só com a propriedade e seus investimentos na pecuária, venda de reprodutores da raça pardo suíço, daria pra sobreviver, embora sua rentabilidade com a pecuária ficou melhor quando introduziu as festas, tornando-se, além de agropecuarista, empresário. Com o sucesso como empresário de entretenimento, resolveu fazer novos investimentos na propriedade e organizou uma festa de carnaval diurno. Em entrevista à autora afirmou: “só com a pecuária dá pra viver, mas você teria que fazer um orçamento bem planejado, pra ficar tudo no seu cantinho, porque quem melhorou minha vida, minha rentabilidade mensal foram essas festas”. Percebe-se nessa fala a preocupação do proprietário em manter a propriedade, ora produtiva, ora como status e reserva de valor. Ele utiliza a propriedade para melhorar sua rentabilidade, seja através de investimentos técnicos, seja através do entretenimento e momentos de lazer.

A vaquejada do Parque Cachoeira geralmente acontece entre os meses de outubro e novembro de cada ano. Devido aos problemas com as estiagens que assolaram os rebanhos, nos últimos dois anos o número de bois para os corredores foi reduzido.

Segundo Lauro Maia, um dos atrativos para a participação na festa da derrubada do boi é o pagamento dos prêmios oferecidos aos ganhadores do torneio. Na última vaquejada realizada no Parque Cachoeira, a premiação oferecida foi de R\$ 20 mil, distribuídos entre as categorias de vaqueiros profissionais e vaqueiros amadores.

Ao analisar o material iconográfico, percebemos que nos cartazes de divulgação das edições da vaquejada do Parque Cachoeira aparece tanto o anuncio das inscrições e os respectivos prêmios, assim como a programação festiva dos shows com bandas de forró nos dias da vaquejada. As propagandas deixam clara a intenção do proprietário em destacar os dois eventos paralelos que acontecem no momento da vaquejada, convidando os mais variados públicos (Figura 8).

O público que frequenta as vaquejadas é bem variado, desde os amadores da festa propriamente dita, para ver as corridas e derrubadas de boi, até aqueles mais interessado nos shows das bandas de forró. O proprietário do parque dispõe de instalações para atender aos mais variados públicos, argumentando que consegue realizar uma festa popular que atenda as expectativas dos telespectadores.

Eu consegui unir as duas coisas, a festa da derrubada do boi e a festa social. A derrubada do boi faz parte da cultura nordestina e ao lado a festa social, que é o

forró. Então eu consegui abranger um público mais diurno que gosta de ver a derrubada do boi e um público que não gosta em si da festa da derrubada do boi, mas que vai para a festa social, que são as barracas, as bebidas, tira-gostos e o forro em si. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

Figura 8 - Folders da Vaquejada do Parque Cachoeira, duas últimas edições

18ª Vaquejada
Brejo do Cruz - PB

18, 19 e 20 de Novembro

Sábado **19**

Sacode

40 Mil em prêmios

Premiação Profissional R\$ 30.000
1º lugar: R\$10.000
Senhas:
1º R\$ 200,00
2º R\$ 200,00
3º R\$ 150,00

Premiação Amador R\$ 10.000
1º lugar: R\$2.000,00
Senhas:
1º R\$ 150,00
2º R\$ 100,00
3º R\$ 100,00

Obs: QUEM CORRE NA SEXTA CORRE EM BOI A MENOS
Obs: QUEM PAGAR EM DINHEIRO NÃO CORRE O PRIMEIRO BOI DA DISPUTA

21 e 22 de Setembro
Brejo do Cruz - PB

R\$ 20.000,00 em prêmios

Sab. **21**

20ª Vaquejada

Cavalo de Pau

ESPORA de OURO

Senhas:
1ª R\$ 300,00
2ª R\$ 200,00

QUEM PAGAR EM DINHEIRO NÃO CORRE O 1º BOI DA DISPUTA

Realização: Lauro Maia

Quanto aos empregados que trabalham no período da vaquejada, o proprietário do parque informou que: “todo pessoal que trabalha comigo na vaquejada é da fazenda, a mão de obra é de lá, tudo treinado. Tudo lá é da fazenda, limpeza dos lugares, bares, quem cuida dos bichos, tudo”. Estes trabalhadores desempenham distintas funções, tais como tratador de bois no curral, ou seja, pessoas que são responsáveis por alimentar as reses que estão participando do evento, alimentar e dar banho nos cavalos, limpar os currais e preparar as faixas para cada início de corrida. Há também os funcionários que cuidam da limpeza do parque, higienização dos banheiros, recolhimento do lixo, entre outros serviços de manutenção do parque.

Além disso, o proprietário do parque contrata um locutor para narrar a vaquejada, um veterinário para cuidar da saúde dos animais e uma equipe de segurança. O entrevistado não entrou em detalhes com relação ao valor pago a cada um desses trabalhadores, seja os seus

próprios funcionários da fazenda ou o trabalho contratado apenas para os dias da realização da vaquejada.

Ao lhe perguntarmos qual a importância das festas de vaquejada, ele respondeu que aprecia muito a criação de gado e que desde muito jovem, desde que começou a trabalhar com seu pai na fazenda, tinha vontade de realizar essas festas, frequentava eventos e feiras de gado para expor seus animais e sempre participava de vaquejadas em outros parques, que sempre teve uma relação muito forte com o rural e com a pecuária bovina.

Atualmente, na fazenda Cachoeira, além da bovinocultura, o proprietário Lauro Maia tem um pequeno plantel de cavalos e éguas da raça quarto de milha. Depois da criação do parque de vaquejada, começou a investir no ramo da equideocultura. Quando pergunto da criação de cavalos, o Sr. Lauro Maia diz que sempre gostou de cavalos e tinha muita vontade de levar uma raça melhorada para a região e obter rentabilidade com esse negócio. Em entrevista a autora ele afirmou:

Investi, comprei umas potras, umas éguas, uns potros e hoje eu tenho um plantel. Bem menor do que o do gado, porque é bem mais trabalhoso, a alimentação é diferenciada e não é um mercado comum, é um mercado diferenciado também, entendeu. Porque é caro pra você comprar e é caro pra você manter. E o retorno é muito pequeno, pra quem está comprando assim pra esporte. Pra mim não, meu retorno é garantido. Eu vendo um potrinho desses por 10.000 mil com seis meses a sete meses. Eu vendo um reprodutor da raça pardo suíço por 3.000 mil, pra você ver a diferença. E tanto tenha, como eu vendo. Eu tenho hoje 15 éguas e tenho 2 reprodutores. Elas produzem anualmente, a gestação é de 11 meses, aqui acolá, uma perde o filhote, principalmente num ano como esse (seco). Faz o toque pra ver se ela realmente pegou a gestação. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

3.6 AS PROPRIEDADES ABSENTEÍSTAS

As propriedades absenteístas foram retratadas na literatura dos anos de 1980 e 1990, capazes de dificultar o acesso à terra a vários trabalhadores rurais que não a possuem. Depois da crise do sistema algodão/pecuária/agricultura de subsistência, os proprietários absenteístas não souberam investir ou não tiveram recursos para investir, deixando a propriedade parada economicamente, tornando-as realmente terras improdutivas. Todavia essa não foi uma prática comum entre os grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha. Das 13 entrevistas que realizamos para nossa pesquisa de tese, encontramos apenas um proprietário absenteísta.

O Sr. Jose Saraiva, dono da propriedade Canadá, com 1.600 hectares, situada no município de São José do Brejo do Cruz, foi um grande pecuarista e produtor de algodão na região. Chegou a produzir 150 toneladas da fibra anualmente. Com a crise do sistema

algodão/pecuária/agricultura de subsistência e relações de morada, não foi capaz de criar novas estratégias de produção para sair da crise que afligiu o Sertão Paraibano, além do mais, não foi capaz de quitar as dívidas contraídas nos bancos que financiavam a produção da fibra. Com o não pagamento dos financiamentos, o banco hipotecou o único bem que lhe restava, que era a propriedade.

Hoje se encontra em decadência econômica e sobrevive de uma aposentadoria rural. Segundo José Saraiva, ser grande proprietário na região em que vive hoje é sinônimo de pobreza e decadência, pois “não possui crédito nas casas creditícias para comprar nem uma galinha”. Daí, não pode fazer nenhum investimento na propriedade. Situação contrária a que viveu em sua propriedade no auge da produção de algodão.

Hoje na propriedade não desenvolve nenhuma atividade econômica. Tem a terra apenas como reserva de valor e especulação fundiária. Também arrenda a propriedade todo ano para outros proprietários de terra da região, e com o recurso adquirido desse aluguel procura quitar os débitos no banco.

Segundo o depoimento de José Saraiva, quem não seguiu os processos de modernização, como ele, se encontra falido. Na sua fala, registra-se a desilusão com relação a continuar na propriedade: “aqui na propriedade as casas estão em ruínas, as cercas no chão e o mato tomando conta dos pastos”. No momento da entrevista, ele me perguntou se existe outra palavra para representar a situação de decadência e falência econômica que se encontra.

Outro fato interessante que percebemos no depoimento de José Saraiva é a defesa da propriedade, o apego à terra, a propriedade em que vive e que passou a vida inteira. Quando pergunto qual a sua pretensão com relação à propriedade, se vai vender, ele rapidamente responde: “não, não posso, herdei isso daqui do meu pai e vou continuar com a propriedade até a minha morte, esse é o meu propósito”.

Ele reclama do sistema creditício e da falta de mão de obra no campo, explicando a escassez de trabalhadores em virtude dos programas sociais de distribuição de renda do governo federal, como o bolsa família. Insatisfeito com a situação individual reclama do êxodo rural e se diz abandonado, não percebendo que a prática absenteísta provoca uma situação despovoadora e predatória do meio rural. Justifica também que sua propriedade se encontra naquela situação por ser muito distante da área urbana do município.

Esse foi um caso individual encontrado na microrregião de Catolé do Rocha, podem existir outros, mas que não comprovam as versões de um semiárido estagnado sob o poder do latifúndio. A pesquisa de campo revelou que há uma heterogeneidade de situações nas grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha, umas em pleno processo de

transformação, incorporação de práticas produtivas que priorizam um novo projeto pecuário, outras em estágio mediano onde prevalecem traços do passado e estratégias renovadas e outras ainda que se encontram em plena decadência econômica.

CAPÍTULO IV

DISCURSOS QUE CLASSIFICAM E DEMARCAM: COMO OS MÉDIOS E GRANDES PROPRIETÁRIOS SE PERCEBEM FRENTE AO PASSADO E O PRESENTE

Para entender o processo de permanência, mas também as transformações pelas quais vêm passando as grandes e médias propriedades da microrregião de Catolé do Rocha, é importante apreender as percepções que os donos destas propriedades têm sobre si mesmos e sobre o mundo que os rodeia; como eles classificam e demarcam suas relações sociais e sua ligação com a terra; suas relações de pertencimento a determinada família e sua posição na sociedade contemporânea. Neste capítulo procuramos analisar, também, as maneiras pelas quais estes proprietários representam o passado (particularmente o auge e a crise do latifúndio e seu sistema produtivo) e elaboram uma visão sobre o futuro (na forma de um novo projeto produtivo), através da ressignificação da prática da pecuária. E, ainda, como avaliam as políticas públicas disponibilizadas no país para o setor agropecuário.

Podemos dizer que esse novo sistema, que estamos chamando de “agronegócio sertanejo”, constitui-se a partir de atitudes costumeiras e valores adquiridos, que sobrevivem ao desaparecimento ou mesmo à desagregação do antigo sistema produtivo e econômico do Nordeste semiárido baseado no tripé algodão/pecuária/culturas de subsistência, mas também pela incorporação de novas estratégias sociais, econômicas e produtivas. Todavia, essa adaptação, ou mesmo ressignificação dos traços tradicionais tiveram que se ajustar às exigências da nova situação, ao custo de uma transformação criadora. Encontramos, no nosso universo de pesquisa, proprietários que criaram estratégias produtivas e organizaram suas propriedades em diálogo com as formulações do agronegócio; mobilizados pelo desejo de manter a propriedade produtiva. Por outro lado, também encontramos um proprietário absenteísta, que não foram capazes de incorporar mudanças produtivas na propriedade, mantendo-as como reserva de valor e status social.

4.1. CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES SOCIAIS: HERANÇAS FAMILIARES E MOTIVAÇÃO PARA A INOVAÇÃO

A observação e o estudo aprofundado das estratégias produtivas dos médios e grandes proprietários rurais da microrregião de Catolé do Rocha, dos seus êxitos e fracassos, da tendência para o conservadorismo ou para a inovação, constituem um interessante ponto de

partida na análise das vivências e percepções desses proprietários. Encontramos, com efeito, proprietários que se adaptaram e incorporaram novas técnicas produtivas, mas também a desvalorização ou não capacidade de outros para se converter aos novos padrões de modernização. A compreensão dessa dinâmica será feita em referência às falas e depoimentos dos proprietários rurais, como eles se classificam e se posicionam frente ao processo de ressignificação produtiva da propriedade. Quando perguntei a um dos entrevistados se ele se identificava mais com o passado, a herança dos seus pais, ou com o moderno, representado pela inovação e ressignificação da propriedade, ele respondeu:

As duas coisas. Às vezes eu digo que eu nasci no tempo errado. Em algumas coisas eu sou conservador; eu tenho profunda admiração pelos valores cultuados no passado, pelas maneiras, pela vida que era vivida no passado. Por isso, as vezes, eu digo que nasci na época errada. No entanto, tenho a capacidade de enxergar o futuro e foi essa capacidade que me fez evoluir, forçado até pelo instinto de sobrevivência, eu diria, pelo nível de informação que tenho. Considero-me diferente da grande maioria, exatamente pelo nível de informação que tenho. A informação é que me possibilita enxergar, e as vezes me tornar um visionário, esse exemplo eu procuro transferir para os meus filhos, procurando manter intactos alguns valores, mas admitindo as mudanças no seio da própria família, como um processo natural da evolução, das mudanças dos tempos. E essa forma maleável de procurar viver que tem me mantido até hoje. Tenho um princípio que não abro mão, que é um dos princípios básicos que sempre nortearam o homem do sertão. Que é a questão da palavra dada. A palavra dada é uma questão de honra; isso se tornou uma marca minha em todos os lugares em que frequento e essa diferença que me faz se destacar nos lugares que chego. Mesmo sem ocupar, sem desejar e sem lutar por nenhum cargo que se chegue ao poder, mesmo assim, em todos os lugares que chego, até mesmo os adversários, fazem referência a minha chegada, exatamente pelo respeito que tenho. Eu faço questão de conservar essa marca, que está ficando rara e escassa, de manter a palavra, de manter sempre a palavra, de cumprir e de honrar os compromissos assumidos. Sem dúvida meu pai já era um visionário, (...) O trabalho dele, a capacidade dele era muito superior àqueles seus contemporâneos. Ele era uma figura especial, tinha um poder de domínio impressionante, tinha uma capacidade de tirocínio administrativa que supera todos e tinha um dom de conquistar o coração das pessoas insuperáveis, que se chama de carisma. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'água, Catolé do Rocha).

Na fala do Sr. Zezito Maia, identificamos certa tensão que se estabelece entre o passado e o futuro. Ao mesmo tempo em que se identifica com os valores cultuados no passado, valores adquiridos de uma herança familiar, também se reconhece como um “visionário”, adepto de posturas liberais no âmbito de atividades modernas.

Iniciemos com a questão sobre o tempo. “Nasci no tempo errado”, ele afirma. Enxerga o passado como sendo mais conservador do que o presente e, às vezes, se considera conservador, portador de valores e ensinamentos adquiridos com os pais. De tal forma, percebe que sua família sempre foi conservadora, porque mantinha certos padrões de conservadorismo que predominavam na estrutura familiar tradicional, valores religiosos, valores paternalistas, honra aos compromissos e ao modo de agir socialmente. E essa moral

adquirida e representada na sua postura é resultado da obediência a certos padrões familiares tradicionais. Ele enxerga o passado como um lugar tradicional, mas mesmo assim se identifica com esse passado, realçando características que incorporou em sua vida a partir desses valores do passado, como, por exemplo, “a questão da palavra dada”. Expressão popular no sertão nordestino, que expressa um contrato oral entre duas ou mais pessoas, ressaltando um compromisso firmado e também um código de honra, para realçar as normas de conduta. Todavia, também se considera um visionário, homem moderno, atento às mudanças e aos processos de transformação como uma característica natural, instintiva. Com a disposição para enxergar o futuro aliada aos níveis de informação e aos conhecimentos técnicos adquiridos, consegue se identificar com valores contemporâneos, novas estratégias de modernização, permitindo-lhe também se identificar com o presente e o futuro. E esse futuro não é representado pela tradição, mas pela inovação, informação, capacidade própria, sagacidade, impulso de sobrevivência. Percebemos um processo de metamorfose e hibridismo, resultante do encontro entre a tradição e modernidade, tensão entre a palavra dada e a inserção em um futuro de oportunidade.

No entanto, esta aparente contradição nos demonstra uma tensão na construção da identidade desse proprietário, movida por algumas características valorativas, em que a lógica conservadora é uma estratégia com certa finalidade, e ao mesmo tempo, utiliza-se das estratégias de modernização, e sua adaptação a esse novo modelo institucional para realçar essa mesma finalidade, qual seja, a permanência e manutenção da propriedade ativa economicamente.

O Sr. Zezito se apresenta como um híbrido, alguém que está em dois lugares e ao mesmo tempo em lugar nenhum. Isso porque ele incorporou na sua identidade marcas do passado e ao mesmo tempo do futuro, uma maneira pela qual se apresenta para si e para os outros. Quando ele diz: “considero-me diferente da maioria, pelo nível de informação que eu tenho”, classifica e ao mesmo tempo demarca sua identidade, imaginando que se os outros proprietários não conseguiram se modernizar foi devido a não incorporação de elementos estratégicos como a informação, a visão de mercado e não adequação em suas propriedades de novas tecnologias que visassem a transformação.

O modelo de agronegócio que identificamos na microrregião de Catolé do Rocha entre os médios e grandes proprietários de terra caracteriza um novo sistema produtivo diferente do antigo sistema produtivo que se fazia presente no sertão semiárido, todavia também diferenciado do modelo da “sociedade do agronegócio”, dominante na agropecuária do Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

O “agronegócio sertanejo” incorpora um forte elemento de defesa da propriedade da terra. Para o Sr. Zezito Maia, defender a propriedade é proteger aquele lugar como intimamente seu, embora ele tenha se classificado como agropecuarista voltado a novas estratégias de produção, ele faz questão de trabalhar e produzir naquela terra específica, naquela propriedade que veio de herança do seu pai, avô, bisavô. Então, manter a produção econômica é uma prerrogativa para manter a propriedade, ressaltando valores, condições sociais e políticas que sempre estiveram arraigadas naquele lugar.

Quando diz que seu pai também foi um visionário, que já apresentava características que comprovavam sua maior capacidade de trabalho, quando comparado a seus contemporâneos, mais uma vez passado e futuro se conectam, em torno da propriedade fundiária. No depoimento do entrevistado, o passado representa a tradição, mas no passado também estava o momento de modernização e de transformação, porque o pai dele também era um visionário.

Em outro momento da entrevista, o Sr. Zezito Maia também define o seu bisavô como um homem que tinha visão de futuro, quando ele diz:

O coronel Maia [bisavô do entrevistado] teve uma visão de futuro. Ele não tinha condições de patrocinar o estudo dos filhos, mas quando os netos chegaram à adolescência, embora ele tenha se preocupado com a educação dos filhos, ele levou na época o professor Antônio Gomes de Arruda Barreto pra ser professor dos filhos, nos Cabeços [propriedade]. (...) Quando os netos foram surgindo, ele já tinha condições financeiras e mandou os netos estudarem fora. Mandou um neto fazer agronomia em Piracicaba. Mandou outro neto fazer medicina no Rio de Janeiro. Mandou o enteado João Agripino [II] fazer direito no Recife. Na época, Antônio Gomes já era casado com uma Suassuna e ele mandou João Suassuna como agregado da família Maia fazer direito, custeando os estudos dele na faculdade do Recife. O João Agripino II e João Suassuna são da mesma turma de direito no Recife. Eu tenho uma fotografia de formatura deles, se você quiser eu lhe mostro. Lavoisier Maia em medicina no Rio de Janeiro; Américo Maia em medicina no Rio de Janeiro; Manuel Maia na faculdade de direito do Recife e por aí vai. Formou os netos, já preparando a família para o futuro. Havia necessidade de se preservar o patrimônio político e econômico. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d’água, Catolé do Rocha).

Ao contarem a trajetória individual e familiar, os grandes proprietários da região de Catolé do Rocha, principalmente os descendentes da família Maia, misturam a história política, social e econômica ao desenvolvimento regional e constroem suas identidades justificando e legitimando as porções de terras concentradas nas mãos de alguns grupos familiares locais como instrumento do desenvolvimento econômico que foram capazes de realizar na região.

É significativa no depoimento do Sr. Zezito Maia a forte presença de defesa da posse da terra. Ele está encarregado de manter essa propriedade e entregar a gerações futuras, assim

como o seu pai, avô e bisavô o fizeram. Nesse sentido, permanece a ideia de herança que se transmite aos proprietários de geração a geração e é resgatada pelo entrevistado como elemento de naturalização.

É importante perceber, entre os membros da família Maia, que as estratégias para manter a propriedade também podem ser definidas pelo capital social e simbólico (Bourdieu) que eram possuidores, ou seja, pertencer a uma grande família e manter relações políticas e sociais com outros grupos, pelo nome da família a que pertencem e pela ligação com a propriedade.

A propriedade Olho d'Água, recebido pelo Sr. Zezito como herança do pai (José Sergio Maia), avô (Sergio Hermenegildo Maia de Vasconcelos) e bisavô (Coronel Maia) pertencia a ele e outro irmão, e antes da morte do pai, ficou escrito em testamento que um dos irmãos só podia se desfazer da propriedade se vendesse para o outro herdeiro, forma de manter a propriedade indivisível. No caso, o Sr. Zezito Maia compra a outra parte da propriedade e torna-se único dono. Dá assim continuidade a alguns planos do pai e realiza mudanças produtivas na propriedade a partir da década de 1980. A opção pela pecuária em detrimento do sistema que predominava anteriormente (algodão/pecuária/cultura de subsistência) reordena fatores decisivos na constituição não apenas da vocação pela terra e pela prática da pecuária, mas também na conformação das estruturas sociais, econômicas e produtivas vigentes e desta forma legitimada pelo proprietário.

Na maioria dos casos, encontramos proprietários de terras que recordam a obtenção da propriedade por membros da família, sendo passada de geração em geração. Evocam o pioneirismo na obtenção das terras sertanejas, reportando o pertencimento de suas propriedades há mais de quatro gerações em uma mesma estirpe familiar. Ao mesmo tempo em que se convertem em empresários rurais, atualizando assim o monopólio da propriedade e a concentração fundiária, de agora em diante, sob o registro da produtividade da pecuária e não mais sob o antigo sistema que predominava na propriedade quando pertencia a seus pais, avós e bisavós. A tradição é evocada para mostrar que os grandes proprietários e produtores rurais que estão inseridos em um novo projeto de modernização, usam essa referência para expressar certa tradição familiar e manter a hegemonia de dominação, confirmando uma vocação para a propriedade da terra.

A maioria dos médios e grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha carrega em seus discursos a lida e a luta pelo novo, porém tendo em vista a manutenção e o peso da tradição e da vocação relacionada à propriedade da terra. Esses proprietários/produtores combinam o conservadorismo dos valores e da estrutura de poder

(das hierarquias e das oligarquias) do passado com as posturas liberais e modernizantes, novos elementos incorporados para manter a propriedade ativa economicamente.

Ressaltando a tradição familiar para manter ou mesmo preservar o tamanho das propriedades, os donos de terras do sertão se identificam, na maioria das vezes, como agropecuaristas, não como grandes produtores, mas médios produtores que têm conseguido, com todas as adversidades do sertão, manter a propriedade produtiva e competir no mercado regional e nacional ao longo de gerações.

Observamos, em quase todas as entrevistas realizadas, um discurso ressignificado com relação a manutenção da propriedade da terra, em que relatam mudanças sociais, econômicas e produtivas, embora mobilizem símbolos que remetem às tradições familiares, como: “aprendi muita coisa com o meu pai”; “não sei viver sem a propriedade”; “nasci dentro de fazenda”; “essa extrema admiração, uma verdadeira idolatria que eu tenho”, “ser filho de um criador”; “nasci e cresci vendo isso. A minha motivação é essa”.

Dos médios e grandes proprietários de terras que foram entrevistados, a maioria se identifica hoje como agropecuarista ou produtor rural, porém eles deixam claro que a manutenção da propriedade está fortemente vinculada à tradição, ao mesmo tempo em que se identificam com o novo projeto para o desenvolvimento da propriedade. O discurso do Sr. Tarcísio Maia, por exemplo, reflete essa tensão no momento de identificação como proprietário, ora se identifica com traços e valores herdados do passado, ora com afeição a um novo projeto pecuário, implantando melhorias técnicas em suas propriedades. Para esse proprietário, manter a propriedade produtiva requer a absorção de novos conhecimentos, como os que ele adquiriu em um curso superior. Voltando para a fazenda com novas ideias produtivas e adotando novas tecnologias, para assim obter uma maior rentabilidade com os investimentos realizados.

A maior condição que se encontra hoje nessa região é ainda por pessoas que acreditam, que também têm a sua tradição, seus valores e aptidão, que fazem um meio de sobressair com algumas coisas, alguns trazendo mesmo pontos de tecnologia de ponta como uma genética no meio do rebanho, uma tecnologia de certa agricultura que ainda persiste, esses foram dados que ainda trazem a nossa terra com esse lado de ser ainda acreditado, eu vejo isso. (...) Eu sou médico veterinário. Eu via muita coisa dentro da universidade, dentro da teoria, que fazia muito acreditar que eu pudesse transformar a minha propriedade, a minha aptidão em coisas de valor e de investimentos com resultados satisfatórios. Mas vem aquele outro lado que aqui é uma terra que de vez em quando vem um castigo da natureza, que faz com que o lado da tecnologia não seja devidamente aproveitado, ou aplicado e vem a transformação de recomeçar a nova luta, sempre um recomeço. (...) Acredita ou persiste nela [na propriedade] aqueles que ainda dão valor a sua aptidão com a terra, tradição e dão valor aos seus costumes, esses são ainda os que persistem. (...) Sem dúvida, eu cultuo o que meu pai deixou, eu tenho maior, vamos dizer assim, saudade dele[emocionado]. Sem dúvida, sem dúvida eu cultuo os valores familiares,

mas pra um lado que, a vida é essa, é de transformação, é você se desenvolver mais pro lado que você tem defesa, né? (Tarcísio Maia, proprietário das fazendas Barro Branco - Catolé do Rocha, Palha Passagem da Onça e Mundo Novo - Belém do Brejo do Cruz).

Esse proprietário também se identifica como diferente dos outros proprietários da região, dos que não persistiram e utilizaram meios para transformar a propriedade em algo produtivo e rentável. Nesse momento, e assim demarca o grupo social o qual pertence se sente pertencente, portador do poder que permite se diferenciar de outros proprietários que não tiveram a mesma desenvoltura para os negócios.

E reforça a tese de que “acreditam ou persistem nela, aqueles que ainda dão valor a sua aptidão com a terra”. Compreendemos que essa aptidão com a terra que ele tanto reforça significa muito mais que uma simples habilidade com a terra, mas uma capacidade de manter aquela propriedade, aquela terra que foi adquirida preteritamente por um de seus antepassados. Os valores e princípios de lutas e conquistas dos seus familiares com relação à construção do lugar e das propriedades e com isso redefinem o que é a região hoje.

Em relação à marca identitária assumida pelo Sr. Tarcísio Maia, percebemos que ele se identifica como “produtor rural”, proprietário que está sempre expandindo os negócios em busca de produtividade e lucratividade nas fazendas. O universo discursivo do produtor rural remete a temas como “produção”, “comercialização” e “rentabilidade”.

O termo fazendeiro foi recusado pelos entrevistados, que percebem nele uma carga negativa - expressão de tradicionalismo; e, assim, nunca é um elemento mobilizado pelos proprietários para se definirem. Para o Sr. Tarcísio Maia o termo fazendeiro é “pejorativo”, não sendo capaz de identificar os proprietários do sertão hoje, os quais procuram desenvolver uma relação diferenciada dos proprietários de antes, assumindo uma nova identificação, agora de “produtor rural”.

Eu mostro mais assim, porque o termo fazendeiro, por exemplo, tá muito pejorativo, pra nossa região, então eu estou mais assim dentro de um produtor rural, que embora diversas funções que a gente tem aqui é aquela pessoa, que aqui é um empreendimento que está produzindo e por ela tá produzindo, ela poderia ser nesse efeito, anterior que se diz fazendeiro, ela se aloca dentro desse contexto, porém com essa forma de hoje, você se envolver e tá dentro de toda caracterização de atividades que você necessita e envolve dentro da propriedade. Você é uma pessoa mais pra um produtor rural do que qualquer outra coisa e isso a gente sente dentro da nossa sociedade. Eu acho que se virtualiza mais no meu destaque social ou, por exemplo, nas minhas andanças, eu tenho uma coisa que é mais privilegiada, por eu ser uma autoridade regional, que eu sou um sanitarista na região. (...) Eu acho que me veem assim como uma pessoa, vamos dizer assim, destacada, mas, não dentro daquela elitização que circunscrevia um fazendeiro de antigamente, uma pessoa que tivesse um destaque por esse sentido, daquela forma como ele trabalhava na região ou se identificava na região, então a mim mascara muito esse lado. Por essa forma é difícil dizer assim como eu... mas eu me vejo mais assim, como um produtor rural, uma

peessoa envolvida dentro desse panorama aí. (Tarcísio Maia, proprietário das fazendas Barro Branco - Catolé do Rocha, Palha Passagem da Onça e Mundo Novo - Belém do Brejo do Cruz).

Interessante perceber nas falas dos entrevistados, principalmente no depoimento do Sr. Tarcísio Maia, a referência à família e à propriedade da terra para pensar a sua trajetória como produtor rural capaz de transformar a propriedade para que ela se mantivesse ativamente produtiva. O seu avô foi um grande proprietário rural, passou as propriedades para o seu pai e este passou os negócios para o filho, o qual teria usado da sua capacidade criativa para modernizar a fazenda e expandir os negócios.

Mais um depoimento que mostra a identificação do proprietário como agropecuarista foi dado pelo Sr. Laurinho Maia, sendo que o agropecuarista é o que investe na propriedade para que seja produtiva:

As propriedades rurais, você vê, principalmente as maiores, aquelas que não se mecanizaram, se modernizaram, que não procuraram agregar valores aos produtos, elas desapareceram, ou os donos venderam, ou elas estão improdutivoas. Nossas propriedades hoje são produtivas, porque em todas elas a gente tem produção. A gente cria nas três propriedades (...) Eu tenho tanta identificação. Eu gosto da política, eu gosto da pecuária, eu gosto de tudo que faço, mas, eu me identifico mais como agropecuarista, é o que eu mais gosto. (Sr. Laurinho Maia, proprietário das fazendas Jatobá, São Domingos e Jenipapeiro, Catolé do Rocha).

No depoimento do Sr. Laurinho, ao se classificar como agropecuarista, define-se como alguém que se associa a uma propriedade produtiva. Ele incorporou um novo projeto pecuário, voltado para a agroindústria que transforma a pecuária em subprodutos, modificando a sua perspectiva com relação aos traços tradicionais. Também nesse discurso, encontramos a presença de diferenciação entre esse proprietário e os proprietários que não investiram em mecanização e técnicas para melhorar o rendimento e a produtividade da propriedade.

Também observamos que a geração desses “novos proprietários de terras” na microrregião de Catolé do Rocha é formada por portadores de diploma em curso superior e alguns são veterinários ou agrônomos. Outro fator que pesou na opção em permanecer na propriedade foi a formação acadêmica que escolheram seguir, o que aprenderam nos bancos da universidade trouxeram como novidades e implantaram em seus sistemas produtivos. Em todos os casos, preferiram a atividade da pecuária, embora de forma diferenciada em cada um dos estabelecimentos que tivemos a oportunidade de conhecer através de depoimentos dos proprietários.

Sem exceção, ficou evidenciado em todas as falas dos entrevistados as evocações aos valores familiares e tradicionais com referência ao passado, nas histórias de famílias e

ocupação do território sertanejo. Reforçam valores e princípios de lutas e conquistas dos seus familiares com relação a construção do lugar e das propriedades e com isso redefinem o que é a região hoje e como eles se identificam, quais as suas ligações com a terra e o lugar de nascença.

4.2 COMO OS MÉDIOS E GRANDES PROPRIETÁRIOS NARRAM O AUGÉ E A CRISE DO ANTIGO SISTEMA DE PRODUÇÃO

Em todo o Nordeste algodoeiro/pecuário as relações de trabalho e moradia se davam sob o paradigma da sujeição ou submissão. No sistema de sujeição predominava a partilha da colheita, meio que os proprietários usavam para explorar o trabalho dos agricultores. Além do trabalho, os moradores deviam obediência e favores ao patrão.

Havia um contrato oral firmado com o proprietário e este continha alguns pré-requisitos que o morador tinha que cumprir: parcela da colheita, encargos de comercialização e trabalho de sujeição. O morador podia ter o seu roçado para produzir alimento para sua família e criar algumas reses, todavia o patrão tinha direito à metade de tudo que ele produzisse.

Com relação à cultura do algodão, o patrão dava a terra e as sementes e o morador entrava com a mão-de-obra. Na época da colheita, 50% pertenciam ao proprietário, os outros 50% eram divididos entre os custos de comercialização e endividamento que o morador tinha com o proprietário. Ao final, o morador que trabalhava sob este sistema ficava com apenas 25% da colheita do algodão, que vendia ao patrão, que detinha prioridade de compra. Segundo Palmeira, “o que importa é que tais produtos caem, total ou parcialmente, dentro do ciclo da retribuição permanente do morador ao proprietário por uma dívida eterna e eternamente renovada por essa mesma retribuição” (PALMEIRA, 2009, p.208). Lewin tratou muito bem essa relação de sujeição incorporada pelos coronéis na Paraíba:

Em troca do acesso a um pedaço de terra, o morador ingressava num arranjo de sujeição em que executava trabalho não pago para o proprietário. Essa submissão era de grande relevância para o poder político, porque o comportamento diferencial exigido pela relação de sujeição colocava o morador num papel claramente subordinado, na condição de cliente de um senhor de terras (LEWIN, 1993, p.65).

Catolé do Rocha foi um dos cinco municípios do sertão paraibano que mais produziu algodão no século XIX. Os grandes proprietários de terras subcontratavam a produção de algodão, cediam áreas cercadas para moradores e adiantavam o crédito em troca da prioridade na compra da colheita. Os maiores proprietários de terras faziam o beneficiamento do algodão

na própria fazenda. Possuíam a bolandeira⁴⁴, máquina utilizada para o descaroçamento do algodão. Compravam a produção dos meeiros e dos pequenos proprietários da região e faziam as vendas e o transporte para Campina Grande, centro que receitava o algodão na época. Posteriormente, os proprietários substituíram as bolandeiras pelo uso do locomóvel, instrumento mecânico movido a vapor produzido pela queima da lenha ou de querosene. Em meados do século XX, aproximadamente nas décadas de 1930 e 1940, com o avanço das forças produtivas no beneficiamento e na distribuição do algodão, surgem grandes empresas internacionais no circuito de produção da Paraíba, a exemplo da SANBRA, Anderson Clayton e Machine Cotton. No município de Catolé do Rocha, se abrigaram duas dessas multinacionais, a Anderson Clayton e a SANBRA. A partir desse momento os produtores de algodão da região passaram a vender o produto de seus cultivos a essas empresas.

O número de moradores ou de famílias que morava nas propriedades dependia do tamanho da propriedade e das possibilidades agrícolas da região. Geralmente, os donos de terras acolhiam famílias para trabalharem em suas fazendas em troca da “meia” na produção de algodão e da “terça” parte na produção de milho e feijão. Os moradores recebiam uma casa de morada e, em troca, o patrão possuía força de trabalho submissa e disponível. Durante todo o processo de plantio, tratamento, colheita e beneficiamento do ciclo do algodão, o patrão cedia empréstimos semanais para o morador comprar produtos para a manutenção da casa que não eram produzidos na fazenda e pagar algum trabalhador que não fosse membro da família. Ao final, quando vendida a produção que pertencia ao morador, ele tinha que quitar a dívida feita com o proprietário, ficando como receita apenas uma pequena parte da produção. Os proprietários entrevistados, porém, possuem uma outra forma de classificar essas relações de morada, que tratam nos termos da “parceria”, como é o caso Sr. Zezito Maia:

A relação de trabalho era parceria. Nós tínhamos lá 83 famílias, eram 83 casas de moradores em sistema de moradia. O algodão, eram três culturas, o algodão, milho e feijão. O algodão, nós dávamos a terra pronta, gradeada; dávamos a semente e os outros insumos, inseticidas ou adubo, quando fosse o caso, pulverizadores e os animais de trabalho. E os nossos meeiros entravam com a mão de obra, que eram financiados durante o decorrer da cultura, do cultivo. Fazia-se semanalmente um adiantamento que se chamava de fornecimento aos moradores, que recebiam de acordo com o trabalho desempenhado, de acordo com a área plantada e naturalmente com os dias trabalhados. E no final do cultivo, depois da colheita feita, o algodão era vendido e nós fazíamos a conta com os meeiros, o que ele tinha recebido era descontado da meia que pertencia a ele. Eles tinham a meia, metade da produção era deles. (...) em relação ao milho e ao feijão sempre existia uma parceria paternalista,

⁴⁴A primeira bolandeira do município de Catolé do Rocha pertencia ao Sr. Sergio Hermenegildo Maia, um dos grandes proprietários e produtores de algodão dessa região. A fazenda Olho d'Água pertenceu a esse senhor e hoje está sob domínio de um de seus netos, o Sr. Zezito Maia, um dos nossos entrevistados na pesquisa de campo.

nós fornecíamos a terra, dávamos a semente e eles devolviam a fazenda o que podiam e queriam, principalmente com relação ao feijão. Existiam muitas limitações da parte de alguns chefes de famílias e precisavam cada vez mais da nossa atenção e da nossa ajuda. Outros não, melhoravam de vida, compravam carros, compravam casas na cidade, muitos compraram casa na cidade e com o fim da cultura do algodão se mudaram, hoje estão morando na cidade, mas continuam com uma ligação muito forte conosco, porque essa parceria do trabalho que existia não era apenas com relação ao trabalho, profissão, mas uma relação de amizade. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha)

A parceria, portanto, se funda para o Sr. Zezito, não como uma relação de exploração, mas numa “relação de amizade”. Tal significação não é desconhecida da literatura sociológica, e é característica do sistema clientelista, também chamado de reciprocidade vertical. Os moradores executavam todas as tarefas da fazenda desde o plantio da cultura comercial (algodão) e das culturas de subsistências (milho, feijão) até o tratamento com o rebanho bovino do proprietário. Também eram encarregados de outras atividades, como fazer cercas, cortar estacas, manusear o rebanho para diferentes partes da propriedade, entre outras. Os chefes de famílias que ficavam responsáveis pelo rebanho do patrão eram chamados de vaqueiros, mas também praticavam a agricultura, juntamente com sua família.

A cultura do algodão se propagou por todo o Sertão Paraibano, porém não era uma atividade exclusiva, permitindo a convivência com outras atividades, principalmente a pecuária. Os pequenos proprietários cultivavam o algodão em associação com as culturas de subsistência, feijão, milho e mandioca. Já os grandes proprietários de terras associavam-no à criação de gado, ao engenho e ao comércio. Os grandes fazendeiros utilizavam os lucros obtidos com a venda do algodão para aumentar o criatório de animais. Segundo o Sr. Zezito Maia, um dos nossos entrevistados, seu pai se identificava como um grande agropecuarista da região, além de conciliar a atividade da pecuária com a cultura do algodão, também mantinha plantação de cana-de-açúcar para o fabrico da rapadura.

A microrregião de Catolé do Rocha ficou conhecida nacionalmente pela produção de algodão mocó, que perdurou de finais do século XIX até finais do século XX. O algodão mocó, embora tenha sua história marcada por sucessos e crises, era o principal produto que representava a economia nordestina, principalmente nas áreas sertanejas da Paraíba e Rio Grande do Norte. Segundo o Sr. Zezito Maia, o avô e o pai vivenciaram o auge da cotonicultura no sertão da Paraíba, eram grandes proprietários de terras e negociavam com o algodão e o gado. Em seu depoimento relata:

A cotonicultura passou por várias fases de altos e baixos, eu tenho documentos que registram uma queda drástica da cultura do algodão no sertão do Nordeste no período da guerra, as propriedades, coincidindo com algumas secas, as propriedades ficaram desabitadas, a produtividade acabou. O meu avô pra sobreviver foi forçado

pelas circunstâncias a abrir um comércio em Catolé do Rocha (...) Depois as coisas voltaram a melhorar, ele fechou a loja e voltou a suas atividades de agropecuarista. O meu avô [Sergio Hermenegildo Maia de Vasconcelos] foi um dos maiores produtores de algodão daqui da região. Ele possuía a bolandeira e beneficiava o algodão aqui na fazenda mesmo. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

O meu pai [José Sergio Maia] viveu o esplendor da cotonicultura no sertão do Nordeste. Ele atravessou crises gravíssimas, mas decorrentes de períodos de escassez de chuvas, de seca. A época dele coincidiu com o período de apogeu da cultura do algodão, da economia do sertão do Nordeste. Comigo foi diferente, logo depois que eu cheguei já peguei três anos consecutivos de seca, de 1980 a 1983, mas mesmo assim nós conseguimos se destacar no cenário pelas atividades que nós desenvolvíamos, de convivência com a seca, de silagem, de fenação, de buscar outras alternativas e outras opções e finalmente nos fins da década de 1980 ainda conseguimos índices altíssimos de produtividade do algodão, em 1985, 1986. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

As falas do Sr. Zezito Maia demonstram uma construção do ciclo do algodão como um período de altos e baixos, de momentos de esplendor e grandes crises. Até a crise mais grave nos finais da década de 1980. Em relatos à autora, o Sr. Zezito Maia afirma que ainda chegou a produzir algodão com seu pai, quando voltou formado em agronomia. Movido por inquietações produtivas modernas, conseguiu junto com seu pai melhorar os níveis de produtividade da fazenda com relação à produção de algodão e cana-de-açúcar, adquirindo sementes de algodão melhoradas pela EMBRAPA, além de melhorar o rebanho bovino, adquirindo novas matrizes e reprodutores.

O proprietário ilustra bem a inserção da propriedade nos ciclos produtivos regionais e a participação da pecuária em consórcio com a cultura do algodão. Falando sobre as atividades econômicas que seu avô e pai desenvolviam na propriedade e que ele deu continuidade ao chegar à fazenda em meados da década de 1980, diz:

O meu avô beneficiava o algodão na própria fazenda, ele descaroçava, enfardava e comercializava o algodão já enfardado, algodão em pluma, não é algodão em rama como a gente depois passou a vender. Tinha as bolandeiras, ainda hoje tem algumas lá guardadas. Bolandeiras eram movidas a boi, a dele já era a locomóvel, descaroçador já mecanizado. E vendia o algodão enfardado, geralmente aqui em Campina Grande, o comércio dele era aqui em Campina. Depois, chegaram as multinacionais, Anderson Clayton e SANBRA, que instalaram umas indústrias mais modernas em cidades estratégicas do sertão. Em Catolé, se instalaram duas, Anderson Clayton e SANBRA, e passaram a comprar o algodão em rama, em rama é sem ser descaroçado, porque isso se tornava mais rentável para o produtor, vender diretamente a essas indústrias. Por um motivo simples, as indústrias beneficiavam o algodão num estágio mais avançado, porque eles não apenas descaroçavam, mas industrializavam o caroço, prensavam o caroço e vendiam a torta. E daí surgiu a grande parceria agricultura/pecuária, os agricultores vendiam o algodão e recebiam parte do pagamento do algodão em ração para o gado, através da torta que era fonte de proteína para as vacas leiteiras. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha).

Na época do seu avô, o algodão era beneficiado na própria fazenda e levado para ser

comercializado em Campina Grande. Posteriormente, na época do seu pai, já seriam registradas algumas mudanças, com a instalação de duas empresas de beneficiamento da fibra no município de Catolé do Rocha. Seu pai vendia toda a produção de algodão para essas empresas instaladas no município. Na perspectiva do entrevistado, a instalação das duas multinacionais (SANBRA e Anderson Clayton) na cidade de Catolé do Rocha foi vista como rentável economicamente, pois não precisava mais fazer o carregamento de algodão para Campina Grande. E também pelo motivo de as empresas comprarem o algodão em rama, proporcionando aos proprietários a vantagem de adquirir subprodutos do algodão, como a torta para alimentação do rebanho. E havia ainda o casamento entre o algodão e a pecuária: no plantio, o consórcio com o milho e o feijão, o qual deixava após a colheita a forragem para o gado; na comercialização entre empresas que forneciam subprodutos do algodão para alimentação do rebanho em períodos de estiagens prolongadas.

Os proprietários do sertão consolidaram a tríade que marcou as relações sociais, econômicas e produtivas do Nordeste (algodão/pecuária/culturas de subsistência). Cultivaram o algodão (atividade econômica), milho, feijão e arroz (culturas de subsistência) em consórcio com a pecuária até década de 1980. Obedecendo à lógica tradicional que mantinha os grandes proprietários de terras e seus respectivos moradores. Além dessas atividades, a maioria dos proprietários cultivava a cana-de-açúcar e mantinha em suas fazendas um engenho para o fabrico da rapadura. No auge da cultura do algodão, a pecuária e os engenhos eram atividades secundárias, pois a maior receita da propriedade era obtida através do comércio do algodão. Mesmo assim, os proprietários dessa microrregião nunca deixaram de investir nesses outros empreendimentos como sendo uma renda extra que a propriedade poderia lhe oferecer.

Meu avô já irrigava cana para a produção de rapadura e de aguardente. E continuou essa cultura com o meu pai e eu também dei continuidade. Buscamos novas variedades mais produtivas, na época do planalsucar⁴⁵, levamos daqui da estação experimental do ministério da agricultura, novas variedades de cana que foram produzidas no Olho d'Água, para a produção de rapadura e posteriormente de aguardente. Quando eu cheguei no Olho d'Água, o alambique estava desativado, depois de algum tempo nós reativamos o alambique para a produção de cachaça. Então nós conseguimos não apenas melhorar a qualidade do produto, mas os níveis de produção, ou seja a produtividade. A produção por área cultivada, com essas novas variedades e com novas tecnologias de combate às pragas. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'Água, Catolé do Rocha)

Nesse contexto, o que interessa reter dessas informações é que mesmo para o tempo

⁴⁵ O planalsucar teve sua atuação na década de 1970. O programa tinha como objetivo “articular pesquisas científicas e desenvolver ações indispensáveis à criação de novas variedades de cana-de-açúcar, de modo a fornecer uma matéria-prima geneticamente mais adequada às necessidades da agroindústria sucro-alcooleira”(LIMA, 1998 p.34) e desativado na década de 1990.

do auge da cotonicultura, os relatos dos grandes proprietários de terras da região hoje identificam não apenas um passado marcado por relações tradicionais, mas projetam para este passado também um tempo de mudanças que se processavam na agropecuária nordestina, pela busca de novas técnicas para melhorar a produtividade e a rentabilidade da propriedade. Além de melhorar os níveis de produção do algodão, o proprietário também inseria modificações na cultura da cana-de-açúcar produzida na propriedade.

Na década de 1960, a indústria têxtil brasileira expandiu o uso da fibra sintética, que acentuou a competição com as fibras naturais (algodão). Tal evento se constituiu como mais um complicador para a cotonicultura paraibana no cenário produtivo nacional. Especulando outros mercados, primeiro se retira do município de Catolé do Rocha a Anderson Clayton e na década de 1970 sai a SANBRA. Depois dessa movimentação e saída dessas empresas do cenário paraibano, fazendo aparecer indícios da crise da cotonicultura, alguns proprietários, a partir da década de 1970, percebem a decadência da produção de algodão e a cotação dos preços e começam a orientar investimentos para a atividade da pecuária, procurando fazer os primeiros melhoramentos com relação ao rebanho.

Estimulados pela facilidade de financiamentos que existia na década de 1970 e 1980, os médios e grandes proprietários da microrregião estudada executaram esses financiamentos com créditos subsidiados para diversas utilidades: fundação ou ampliação de lavouras; custeio para instalações e melhoramento das propriedades; construção de açudes e barragens subterrâneas e investimentos para compra de reprodutores e matrizes de melhor qualidade. Investimentos esses advindos do Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR), do PROTERRA, do POLONORDESTE e do PROJETO NORDESTE, repassados através do Banco do Nordeste, Banco do Brasil e o Banco do Estado da Paraíba (Paraiban).

Uma série de fatores, dentre eles a fragilidade econômica do produtor, as secas de 1979 a 1983 e posteriormente a praga do bicudo, foi responsável pela decadência do algodão na década de 1980 e a derrocada final se dá na última década do século XX, acrescentando ainda a liberalização comercial a partir de 1990 (MOREIRA e TARGINO, 1996). A liberalização foi uma pá de cal numa cultura que já vinha decaindo, por isso alguns proprietários dizem que foi uma questão política e não apenas social e econômica.

Como a produção da cotonicultura era desenvolvida basicamente pelo sistema de “parceria”, a situação configurada com o seu declínio impossibilitou a permanência dos meeiros e uma fração significativa da classe trabalhadora no campo. Para os detentores de terra, no caso, os grandes proprietários, estavam postas opções de reação à crise, investir em novos empreendimentos, como o fizeram investindo na atividade da pecuária. Todavia, para

os meeiros e trabalhadores em geral, não existiam garantias quanto ao trabalho, moradia e sobrevivência na zona rural. Na ausência de opções para permanecer no meio rural, restava-lhe como alternativa o êxodo rural.

Enquanto em outras microrregiões semiáridas da Paraíba, o declínio do algodão permitiu um redirecionamento da agricultura para a introdução de novos cultivos e novas técnicas agrícolas com destaque para programas de incentivo à irrigação, como o Perímetro Irrigado de São Gonçalo, no município de Sousa; o Perímetro Irrigado Engenheiro Arcoverde, no município de Condado (Microrregião de Sousa) e o Perímetro Irrigado de Sumé, no município de Sumé (Microrregião de Cariri Ocidental), este último com graves problemas de salinização. A microrregião de Catolé do Rocha não tendo incentivos para o desenvolvimento da política pública de irrigação disponibilizada pelo governo, realizou apenas algumas mudanças substanciais na reabilitação da atividade da pecuária nos finais da década de 1980 e na década de 1990.

A decadência do antigo latifúndio, como modelo social e econômico, lançou o desafio de encontrar novas atividades economicamente viáveis para se desenvolver no semiárido. Os grandes e médios proprietários da microrregião de Catolé do Rocha decidiram investir em novas tecnologias que permitisse desenvolver a atividade da pecuária bovina, já que tinham que tornar a propriedade produtiva, temendo desapropriações por parte do governo.

Alguns médios e grandes proprietários de terras, como condição de manter a propriedade da terra, tiveram a iniciativa de implantar em suas propriedades novos projetos que privilegiam a atividade da pecuária na microrregião de Catolé do Rocha, no entanto, enxergam dificuldades no processo produtivo que estão desenvolvendo, reclamam da falta de trabalhadores no campo e fazem críticas à falta de incentivos públicos para o desenvolvimento do setor na microrregião, classificando-se como uma classe abandonada pelo Estado.

4.2.1 Insatisfação com relação a disponibilidade de trabalhadores no campo

Reclamação recorrente nos depoimentos dos entrevistados é com relação à falta de trabalhadores no campo. Muitos proprietários lamentam o êxodo rural depois da crise do sistema algodão/pecuária/culturas de subsistência. Julgam a escassez de mão de obra nas fazendas decorrente da aposentadoria rural e dos programas de transferência de renda do governo federal, como bolsa escola e bolsa família. Afirmam que os jovens não querem mais trabalhar no campo, se mudam para as cidades em busca de empregos na construção civil ou mesmo no comércio local.

Tem o problema de trabalhador também, né. Porque o governo, ou então numa casa hoje tem 2 aposentados, aí tem bolsa escola, bolsa não sei o que, e ainda recebe 2.000 reais quando nasce um menino, quase 2.000 reais. Quer dizer, eu fui atrás de Zé Pereira, um rapaz que já trabalhou aqui e faz cercas muito bem, aí eu disse: Zé vamos ver se você trabalha pelo menos um mês aqui pra você fazer umas cercas, aí ele disse: não doutor a gente não precisa mais trabalhar mais não, porque mãe e pai são aposentados, quer dizer, acabou com o trabalhador, não tem não, eu estou atrás. (Sr. Boanerges Maia, proprietário da fazenda Logradouro, Riacho dos Cavalos)

Porque hoje, a nossa mão de obra está muito cara, quase não existe, do pouco que existe é muito caro o preço da mão de obra, pois o povo não quer mais trabalhar na agropecuária, o povo está se satisfazendo com os programas sociais e não querem trabalhar mais não, principalmente os mais moços. (Hamlet Targino, proprietário das fazendas Santana - Riacho dos Cavalos, Riacho Escuro e Camará - Brejo do Cruz)

Podemos perceber através dessas duas falas de proprietários rurais como eles compreendem a recusa por parte dos trabalhadores rurais em desempenhar trabalhos mais pesado e penoso, como, por exemplo, o conserto e a preparação de novas cercas. Reclamam do custo de um dia de trabalho, dizem que a mão de obra está ficando mais cara e escassa. Essa insatisfação em pagar dias de trabalho é comparada aos tempos anteriores, onde os moradores é que se sujeitavam a prestar esses serviços. Como os moradores não fazem mais esses serviços como troca de favores e de morada, cobram para executar tais serviços, os proprietários têm que pagar diárias para que os trabalhadores possam prestar-lhe algum serviço. E quando os trabalhadores se negam a prestar algum serviço contratado pelo patrão, eles colocam a culpa nas políticas de transferência de renda do governo, que beneficiam esses agricultores.

Essas mesmas relações são encontradas nas falas de outros entrevistados. A morada no Sertão Paraibano continua ainda como forma social, mesmo que modificada. Assim, compreende-se a indignação dos proprietários de terra quando não encontram mão de obra disponível para desenvolver o trabalho mais duro e penoso. Podemos perceber nessas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha que esse ainda é um assunto delicado em se tratando da mudança social que está por trás dessas relações. Alguns proprietários ficavam constrangidos em tocar no assunto.

Quando falamos em formas de trabalho e morada, os proprietários preferem falar das relações de amizade que perpassariam esses dois campos, fugindo da responsabilidade em ter que falar como esses moradores vivem hoje em suas propriedades.

Veja só, meus moradores, todos eles, embora isso é aquilo que eu já lhe disse, já dei tópicos a você, por ser pessoas muito difícil da gente lidar, mas todos eles eu trato como uma pessoa muito próxima de mim, sempre convencendo, dando as coisas, me oferecendo, levando ao médico, e oferecendo o que ele tá precisando, pra eu trazer de um canto, seja pra ele pagar ou seja pra uma coisa que eu possa contribuir. Eu sempre me torno com a proximidade o melhor possível, logicamente existem

peças, tem aquelas que são de naturezas adversas e até se exclui, para que a gente não se aproxime, não dê familiaridade ao relacionamento, mas eu sou mais pelo lado de conquistar e me sentir bem ao lado deles do que à distância. (Tarcísio Maia, proprietário das fazendas Barro Branco - Catolé do Rocha, Palha Passagem da Onça e Mundo Novo - Belém do Brejo do Cruz).

Lá eles tem total liberdade, sabe. Não tem aquela obrigação sabe. Porque eu já lhe falei no início, eu tenho eles como meus amigos, não como meus trabalhadores. Eles frequentam a minha casa, eles conversam comigo na minha casa, então existe até uma parte assim, familiar, que isso já vem de muito tempo. E eu venho preservando, mantendo. Tenho 14 famílias morando comigo. Todos nasceram lá. Já são descendentes dos pais que moravam com meus avós. (...) Eu faço parcerias com eles, eles trabalham pra mim, mas eu deixo eles criarem um pouco também, e assim vem dando certo e eu mantenho eles na propriedade por isso. Eles plantam, a plantação é em forma de meeiro. Eu preparo a terra, dou a terra pronta, cortada e eles plantam, cuidam. Eu forneço as inseticidas, os insumos e eles me dão a meia. (...) São diaristas. E criam também, criam gado, criam galinhas, criam porco, uma ovelhinha, um bode, entendeu. Então isso aí facilitou para que eu mantivesse eles na fazenda. Energia, água, eu quem forneço. (Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

Nessas duas falas encontramos um elemento comum, a relação de “familiaridade”, expressa pelo patrão como uma forma defensiva do bom patrão, como sendo uma das continuidades das relações de trabalho e morada existentes nas grandes propriedades rurais do sertão paraibano. Ficou evidente nos discursos proferidos pelos proprietários a postura de dominação com base nas relações tradicionais do passado. Manter uma relação de amizade ou de familiaridade com os moradores significa um processo de troca que mantinha estabilidade nas relações sociais no campo. Na verdade essa submissão não é só econômica, mas política e social ao proprietário, dando continuidade às relações assimétricas entre proprietário/morador.

As redes de solidariedade se apresentam, neste caso, como uma relação social que se sustenta mediante um emaranhado jogo de dívidas e obrigações infundáveis, como por exemplo, quando o Sr. Tarcísio Maia diz “dando as coisas, me oferecendo, levando ao médico, e oferecendo o que ele tá precisando”, favores desse tipo, resultam em futuros pagamentos exigidos pelos proprietários, como o “voto” em uma disputa eleitoral que venha beneficiar o proprietário.

Depois da crise do algodão/pecuária, a principal fonte de renda dos meeiros e arrendatários desaparece, em consequência desgasta-se as possibilidades de sustentação dessa relação. Nessa nova fase, em que os maiores investimentos foram para a atividade da pecuária, aliados às mudanças nas suas formas de exploração com a introdução de melhorias nas formas de alimentação do gado (pastagens plantadas, palma forrageira, introdução de rações industriais, etc.) teriam contribuído também para o enfraquecimento das relações de trabalho. A ocorrência dessas duas ações no campo propiciou uma redução no número de emprego e trabalhadores rurais tradicionais. Hoje, podemos dizer que a estrutura agrária, no

que se refere às relações de trabalho, ainda preserva sua característica principal, a elevada concentração fundiária na microrregião de Catolé do Rocha.

Há trinta anos atrás o pessoal estava todo no campo, na zona rural e hoje não. O pessoal não quer mais trabalhar, não quer mais morar no sítio. E quem está na zona rural não tem a mesma disposição, a mesma boa vontade que tinha o cidadão de 30 anos atrás. A política do governo tirou o homem do campo e trouxe para as cidades deixando as terras abandonadas, a minha não, a minha só tem morador porque é bem próxima aqui a rua, a 1 km da rua. Eu ainda preservo 20 famílias na propriedade. Mas com relação ao sistema de moradia ainda é do tipo antigo. Como não existe mais a agricultura, eu hoje só estou com a pecuária, então eu tenho um vaqueiro, a esse vaqueiro eu pago mais do que um salário mínimo, mas não tem carteira assinada não. E aos outros moradores, eu só pago alguma diária quando eles fazem um serviço pra mim, quando eu estou precisando de algum serviço, eu vou e chamo eles pra fazerem e pago diária. Uma diária hoje aqui na região está custando 35,00 reais. Então é isso. (Odilon Maia, proprietário da fazenda Pau d'arco, Brejo do Cruz).

4.2.2 Acesso ao crédito e avaliação das políticas públicas

Ainda que não fossem diretamente questionados sobre o tema, os proprietários entrevistados destacam os temas que mais lhes incomoda, tanto no âmbito das políticas públicas voltadas para os pequenos proprietários quanto nas ações dos movimentos sociais rurais organizados e também a ausência de créditos subsidiados para o setor. Muitas vezes como reação, classificam essa forma de política do governo como equivocada. Alegam que o governo deve investir nos proprietários que têm mais estruturas para manter a produção e não estimular a dependência frente aos programas governamentais que privilegiam apenas os pequenos proprietários. Criticam as empresas de assistência técnica do Estado, como sendo inoperantes nas funções que deveriam proporcionar aos proprietários.

A problemática das transformações sociais no campo, assim como das ações coletivas no meio rural, vem sendo abordada pela academia sob diferentes aspectos. O nosso problema é entender como os médios e grandes proprietários de terras que reclamam e reivindicam o que consideram demandas e direitos históricos (como o direito de propriedade, crédito e renegociação de dívidas, entre outros), ressignificam o potencial das propriedades por um discurso competente de transformação técnica.

São poucos, os médios e grandes proprietários que recorreram às linhas de crédito disponibilizadas para o setor na microrregião de Catolé do Rocha nos últimos 10 anos. Em conversa com o gerente do FNE Rural da agência do Banco do Nordeste de Catolé do Rocha, que é responsável por toda a microrregião, ele mencionou apenas dois consentimentos de crédito para o médio produtor rural nos últimos 10 anos, no valor de R\$ 93.991,45, destinado à pecuária/bovinocultura leite semi-intensiva. E 22 operações do FNE Agrin, destinadas ao

desenvolvimento da agroindústria do Nordeste, no valor de R\$ 1.805.618,31. As informações foram passadas sem declarar o registro dos clientes que requereram créditos. No nosso trabalho de campo, em conversa com os proprietários de terra da região identificamos como um dos requerentes de crédito o Sr. Laurinho Maia, que fez um investimento de 400.000,00 mil reais para implantação de uma agroindústria de leite. Com relação ao pedido de crédito ao Banco do Nordeste, o Sr. Laurinho Maia relata o seguinte:

Foi um financiamento pelo Banco do Nordeste, que deveria ser subsidiado ou mesmo dispensado pelo governo quando a gente fosse fazer essas coisas, né. Porque a gente trabalha realmente nisso né. Mas isso é tão difícil aqui, estou lutando aqui. Eu pago 12.000 mil reais de imposto pro governo, todo mês. Ai pago 7.000 de energia, faz 19.000 mil. Ai vem os trabalhadores né. O lucro da gente tá ficando tão pequeno que talvez fosse melhor a queijeira que tinha aqui antes.

Pesquisadora - o senhor pode me dizer de quanto foi esse investimento pra construção das instalações?

Laurinho Maia - Foi de 400.000 mil.

Pesquisadora - E vocês tinham um outro capital para iniciar o laticínio?

Laurinho Maia - É, a gente gastou mais de 1.000,000 milhão aí. Tinha uma parte que era dinheiro nosso, aí quando veio sair o financiamento o nosso já estava acabado, ai ajudou a terminar. (Sr. Laurinho Maia, proprietário das fazendas Jatobá, São Domingos e Jenipapeiro, Catolé do Rocha).

Interessante perceber no depoimento do Sr. Laurinho Maia o desejo de subsídio frente ao empréstimo, como se ele reivindicasse um abatimento dos juros, ou mesmo uma isenção da parte do governo para os proprietários que solicitasse empréstimos a essa linha de crédito. Reclama da falta de auxílio, como se o governo tivesse a obrigação dessa benevolência como sendo de interesse público manter esse tipo de empreendimento rural.

Fato curioso entre alguns entrevistados e também presente no discurso do Sr. Laurinho Maia é a utilização de recursos próprios, muitas vezes vindos de rendas não agrícolas, para investimentos realizados na propriedade. Outro proprietário da microrregião, o Sr. Boanerges Maia, não faz financiamentos nos bancos há mais de 10 anos. Todas as melhorias realizadas na propriedade - aquisição de maquinários e obtenção de matrizes melhoradas - vieram de renda não agrícola, já que o agropecuarista é juiz aposentado e ainda advoga esporadicamente.

Eu invisto na agropecuária com recursos de fora, ai depois ela passa a ser suficientemente. Eu comprei 300 vacas de uma vez, agora uns 6 anos atrás com recursos próprios. Eu ganhei, eu e meu filho advogado, recebemos, porque quem é advogado ganhar é fácil, nós recebemos 1.300.000 (um milhão e trezentos mil), 400 mil dele e 900 mil meu. Eu tenho 4 tratores, desse dinheiro eu comprei outro trator, 100.000 mil com recursos próprios, as maquinas com recursos próprios, as vacas com recursos próprios, tudo. Fiz esse investimento, ai com uns 3 anos ou 4 anos, a ordenha foi mais de 100.000 mil, quer dizer investi o dinheiro que eu tinha ganhado todinho. Com uns 3 anos, ai eu normalizei, deu pra compensar, ai agora está dando um lucrozinho. Esse ano está mais difícil, eu estou comprando milho, torta, tudo aqui é com recursos próprios. (Sr. Boanerges Maia, proprietário da fazenda Logradouro, Riacho dos Cavalos).

Na percepção dos entrevistados, não vale a pena fazer financiamentos nos bancos, devido às altas taxas de juros.

Eu sou funcionário público, tenho uma carreira dentro do Ministério da Agricultura, uma carreira estratégica dentro do Ministério, tenho um salário razoável e pra não largar minha aptidão fiquei tirando dinheiro que eu deveria investir na região supradesenvolvida, fiquei acreditando na minha coragem e na minha aptidão, então todas essas propriedades elas são alojadas com uma sede, com currais, com manjedouras, com instalações sofisticadas. Era ao contrário de meu pai. Meu pai dizia tendo gado tá muito bom, curral de ramo tá ótimo, então ele queria mostrar o conteúdo, não o perfil, e dentro dessa minha formação, você vê, essa propriedade aqui tudo foi eu que fiz aqui, tudo, aqui tem uma, duas, três, quatro, cinco casas, estábulo, tem capacidade pra colocar 150 reses no cocho, hoje tem barragem subterrânea, uma grande área desmatada tudo foi eu, com meu esforço fui transformando nas condições que se encontra hoje. (Tarcísio Maia, proprietário das fazendas Barro Branco - Catolé do Rocha, Palha Passagem da Onça e Mundo Novo - Belém do Brejo do Cruz).

A busca de crédito só em períodos de extrema necessidade e a falta de credibilidade nesse sistema também se confirma no depoimento do Sr. Tarcísio Maia. O produtor rural possui uma formação superior e tem uma carreira dentro do Ministério da Agricultura. Com a renda advinda dessa carreira, foi transformando o patrimônio fundiário, foi melhorando o rebanho, as instalações das propriedades que possuía, injetando dinheiro em novos empreendimentos e aumentando o seu patrimônio. As novas aquisições foram feitas com esse capital não agrícola, transformando as propriedades.

Em se tratando da disponibilidade de crédito, os médios e grandes proprietários rurais, sem exceção, criticam a ausência de créditos subsidiados para o setor agropecuário dos quais se sentem parte. A maioria dos proprietários entrevistados alega que faltam investimentos por parte do governo, reclama das taxas de juros e da ausência de subsídio. Eles relatam que, ao contrário do que acontece hoje, nos finais da década de 1970 e meados de 1980, as taxas de juros eram altamente subsidiadas. Sem falar que conseguiam os financiamentos com mais facilidade, porque naquela época as propriedades representavam muito valor econômico, daí eles davam a terra como garantia.

O banco do Nordeste antes só tinha empréstimo para os grandes, não tinha para os pequenos. O pequeno, Ave Maria, não podia nem entrar lá. Agora é o contrário, só tem para o pequeno, o grande não, que não existe aqui na região, mas nem o médio num tira empréstimo, qual é o limite? Cem mil, numa seca dessa? Cem mil é o teto e não baixa [querendo dizer não aumenta] pra ninguém. É o seguinte, se você tiver um real no banco atrasado hoje, amanhã ele bota no cadinho, no direito de proteção do crédito, mas só no Banco do Brasil, Banco do Nordeste e BNDS, eles se fecham aí ninguém consegue em canto nenhum. (...) O pequeno subiu, e eu não sou contra não. Desde que olhe também o outro lado. O governo só olha pra um lado, ou ele pende pra um lado ou para o outro. O médio hoje, a gente não tem crédito nenhum. Você podia, você podia ter uma vacaria, você podia ter cacimbão, você podia fazer

barragem subterrânea, desde que não pagasse nenhum real de juro. O proprietário não está podendo pagar nem o capital, enquanto mais os juros. (Sr. Boanerges Maia, proprietário da fazenda Logradouro, Riacho dos Cavalos).

Hoje, os grandes proprietários da microrregião de Catolé do Rocha se sentem vítimas do Estado e criticam o governo por criar políticas públicas que beneficiem o pequeno agricultor, em detrimento do grande, que no passado sempre teve prioridade nas políticas agrícolas. Podemos perceber no depoimento do Sr. Boanerges Maia um certo estranhamento quando se remete a disponibilidade de créditos para os pequenos proprietários.

Os proprietários alegam que nos últimos anos o governo disponibiliza mais cartas de créditos para os pequenos proprietários, deixando-os abandonados, porém esse crédito é insuficiente e não abrange níveis de produção para garantir uma produtividade desejada que supra os mercados. Dizem ainda que essa é uma política assistencialista de combate à pobreza e não de geração de renda, porque não dá para desenvolver uma gama de atividades produtivas sem a introdução de tecnologias e processos mecanizados, já que esse crédito não dá pra fazer aquisição de equipamentos que funcionariam nessa lógica. Há indícios de uma visão elitista e preconceituosa nas falas desses proprietários em relação aos pequenos proprietários e assentados de reforma agrária:

Os loteamentos feitos, as apropriações [querendo dizer desapropriações] executadas, as ocupações que foram feitas, confirmam o que eu estou dizendo, somente com permanente injeção de dinheiro do povo é que essas ocupações conseguem se manter. O que é produzido na terra, nessas ocupações que vocês chamam de, como é? Essas terras que foram desapropriadas pela reforma agrária?

Pesquisadora - Assentamentos.

Entrevistado - A produção desses assentamentos não é suficiente para manter nem a metade das famílias que moram ali, as famílias sobrevivem graças ao dinheiro, aos repasses de recursos públicos para manter de forma artificial o que aparentemente funciona. Isso sem exceção. Ainda existe algumas incrustações de pequenas propriedades dentro do Olho d'Água [o proprietário se refere a sua propriedade] e os proprietários vivem no mesmo nível ou em nível pior do que os meus moradores, porque o que a terra produz não é suficiente para sobrevivência da família. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'água, Catolé do Rocha).

A indignação com relação às políticas de transferência de renda é reforçada na fala do Sr. Zezito Maia, representante patronal da microrregião. Acrescente-se ainda a observação segundo a qual o governo brasileiro é paternalista, assumindo um comando que antes era controlado pelos proprietários de terras.

Ainda tem algumas famílias remanescentes daquelas, que ainda moram comigo, pelas condições que eu ofereço, dou tudo que eles precisam, dou casa, energia elétrica de graça, trabalham quando precisam, raramente hoje precisam mais trabalhar, porque o governo assumiu a figura paternalista dos antigos coronéis e eu faço questão que isso fique registrado. Pode colocar aí na sua tese, o governo assumiu a antiga função paternalista dos coronéis, dando ao povo o que o povo

precisa pra sobreviver e nada mais do que isso. E o povo evoluiu. O governo achou pouco a comida, passou a dar casa. Achou pouco e passou a dar outros bens de consumo, geladeira, sofá, mesa, fogão, máquina de lavar, tudo isso tem na casa dos meus moradores, dado pelo governo, serviço de som que impressiona pela qualidade. Eu, na minha casa, não tenho o som que tem na casa dos meus moradores, televisão com antena parabólica. O nível de informação é o mesmo, não há mais nenhuma diferença do que as elites, os que estão no topo da pirâmide social recebem, do que os que estão na base. A informação é a mesma, no mesmo momento essas informações estão chegando às pessoas. Isso sem dúvidas contribuiu para essa revolução que está acontecendo. (Sr. Zezito Maia, proprietário da fazenda Olho d'água, Catolé do Rocha)

As políticas públicas, essas políticas sociais do governo. Em vez de incentivar o médio produtor a fazer pequenos desmatamentos para criação, plantação de pastagens, fazer financiamentos subsidiados para construção de barragens, açude para se irrigar, ele não fez. Ele fez essa política pública pra além dessas ajudas financeiras, para as classes mais pobres, para os pequenos, aí se resultou em que? Resultou numa demanda, num êxodo rural, o pessoal saiu da zona rural e veio morar na cidade porque não precisava mais trabalhar. Em vez dele produzir um saco de feijão, no fim do mês, ele tinha o dinheiro e comprava um saco de feijão. Trabalhar pra que? Pra que trabalhar? Então, as propriedades rurais hoje, estão completamente vazias. (Sr. Lauro Maia, proprietário da fazenda Cachoeira, Brejo do Cruz).

As falas dos proprietários demarcam, portanto, transformações que eles encaram como positivas, principalmente quando representam a si mesmos como arautos da inovação, das transformações produtivas em curso em suas propriedades, e outras que definem como negativas, em particular quando associadas por eles aos problemas que enfrentam nas relações de trabalho. Estas falas são significativas para a compreensão do que temos chamado de “agronegócio sertanejo”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “AGRONEGÓCIO SERTANEJO”

Para compreender as transformações vivenciadas nas médias e grandes propriedades do Sertão Paraibano, em particular na microrregião de Catolé do Rocha, a partir de finais da década de 1970, recorreremos à ideia de “agronegócio sertanejo”. Esta expressão conecta duas noções distintas, com significados historicamente construídos, que remetem tanto a situações objetivas como a representações subjetivas. O conceito de agronegócio, por um lado, refere-se a certas características da etapa atual do desenvolvimento do setor agropecuário, mas também, como já dissemos, é um termo que assume sentido político, utilizado para associar certa classe social – que Bruno (2010) identifica como classes patronais rurais – a certas ideias e valores considerados progressistas e modernos, para se diferenciar simbolicamente da antiga elite rural brasileira. O termo sertão, por outro lado, expressa tanto um espaço geográfico ou um território com características distintivas quanto um universo simbólico, que está associado ao rural, ao tradicional e ainda a ideias e valores como autenticidade, força, honra, mas também a atraso, latifúndio, pobreza, entre outros.

Vê-se, assim, que a ideia de “agronegócio sertanejo” traduz uma tensão entre moderno e tradicional, progresso e conservadorismo, individualismo e pertencimento a uma coletividade. É justamente esta tensão entre polos aparentemente antagônicos que nos possibilita compreender as transformações sociais, produtivas, econômicas e simbólicas pelas quais passaram e ainda passam o que acreditamos ser uma parte significativa das médias e grandes propriedades do semiárido nordestino. E permite ainda apreender o papel da pecuária neste processo, ao mesmo tempo expressão máxima da tradição produtiva da região sertaneja, mas também veículo dos esforços de modernização colocados em marcha a partir da crise do latifúndio.

As duas noções que articulamos na construção desta tese – “agronegócio sertanejo” e processo de (re)pecuarização – implicam algum grau de ambiguidade. Em princípio, essa ambiguidade pode ser vista como um fator negativo no esforço de desvendar processos sociais em curso. Mas, acreditamos, esta ambiguidade é reveladora das contradições associadas ao nosso objeto de estudo e neste sentido é um elemento importante de nossa tentativa de trazer à tona as dinâmicas vivenciadas no semiárido em geral e na grande propriedade rural da região em particular.

A caracterização do “agronegócio sertanejo”

Os processos sociais rurais que informam a constituição do “agronegócio sertanejo” na microrregião de Catolé do Rocha estão vinculados às práticas sociais e produtivas de médios e grandes proprietários rurais e a mecanismos de resistência e manutenção da grande propriedade na área estudada, atuando no sentido contrário às dinâmicas de fragmentação registradas em outras regiões do semiárido nordestino.

Com a crise do latifúndio – e das relações sociais, produtivas e de trabalho que caracterizavam esse sistema – os grandes proprietários rurais da microrregião de Catolé do Rocha (herdeiros não apenas de um patrimônio fundiário, mas também de uma memória familiar e de um capital político) se viram diante de diferentes desdobramentos possíveis. Se considerarmos as dinâmicas conhecidas para o semiárido, o destino das grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha poderia ter sido: a) desapropriação para fins de reforma agrária; b) oferecimento da terra para o Programa Nacional de Crédito Fundiário; c) fragmentação resultante de venda ou partilha entre herdeiros; d) decadência e absenteísmo. Como demonstramos ao longo desta tese, em algumas regiões do semiárido paraibano e mesmo da mesorregião do Sertão, onde se localiza a microrregião de Catolé do Rocha, a pequena propriedade rural ou os estabelecimentos da agricultura familiar já dominam mais de 50% da área total dos estabelecimentos agrícolas. O que parece indicar claramente uma tendência à fragmentação da grande propriedade, como temos indicado.

A crise do latifúndio, porém, não significou a crise generalizada da grande propriedade. Muitos grandes proprietários do semiárido reorganizaram suas atividades produtivas, tendência esta especialmente forte na microrregião de Catolé do Rocha. Uma primeira importante evidência de nossa pesquisa é que a reorganização produtiva da grande propriedade na região estudada – pelo menos até o momento – não resultou dos investimentos de novos proprietários que adquiriram fazendas arruinadas pela derrocada do tripé algodão/pecuária/culturas alimentares.

Foram os herdeiros do latifúndio – pertencentes à geração que poderia ter sido a última a testemunhar o controle de grandes parcelas de terra nas mãos de poucas famílias tradicionais – que se viram protagonistas de um processo de ressignificação da grande propriedade e de si mesmos, do coronel ao empresário rural ou do fazendeiro (que eles identificam no presente como um termo pejorativo) em agropecuarista. É preciso enfatizar, porém, que não se trata apenas de uma escolha pessoal. Para um membro da família Maia, vender a terra não era uma opção socialmente aceitável. Dar continuidade ao patrimônio familiar era uma questão de

honra pessoal diante das pressões do grupo a que se sentem pertencentes estes indivíduos, e a incapacidade de realizar este objetivo, sinal incontestado de fracasso.

Esse é um elemento fundamental do sistema produtivo que identificamos como “agronegócio sertanejo”: a ruptura com o modelo do latifúndio é ao mesmo tempo o resultado de um esforço de atualização do passado; de continuidade da trajetória familiar que se realiza a cada nova geração, de modo que passado e presente se fixam “num tempo errado” (para utilizar a expressão adotada por um dos entrevistados) – um tempo em que o coronel de outrora e o agropecuarista do presente, são tanto visionários quanto conservadores, capazes de enxergar o futuro e de manterem “íntactos” os valores da honra e da palavra dada.

É preciso agora sintetizar o que a noção de “agronegócio sertanejo” expressa do ponto de vista de nossa pesquisa empírica. A conceituação técnica de agronegócio se refere à cadeia produtiva agrícola ou pecuária, em termos das relações econômicas e industriais, ou ao conjunto dos negócios relacionados à agricultura ou a pecuária e neste sentido não seria necessário expandir ou qualificar a noção para incluir as experiências produtivas das grandes propriedades rurais da microrregião de Catolé do Rocha e os vínculos que estabelecem com os outros elementos da cadeia produtiva. Mas quando formulamos a noção de “agronegócio sertanejo”, o fizemos em contraposição ao agronegócio percebido como: a) a etapa atual do desenvolvimento das forças produtivas no campo, marcada por internacionalização, concentração e grandes investimentos de capital; e b) um termo político que expressa os interesses e visões de mundo de um grupo social particular, associado aos setores mais desenvolvidos da economia agropecuária brasileira.

Por “agronegócio sertanejo” entendemos, portanto, o modelo social e produtivo resultante dos esforços de modernização adotados nas propriedades rurais do semiárido nordestino – principalmente, mas não exclusivamente⁴⁶, na agricultura patronal – que expressa a reorganização do setor agropecuário regional após a crise do latifúndio a partir de finais da década de 1970. Suas características principais são:

- a) Diversidade de possibilidades produtivas. Não há um único modelo econômico e produtivo nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha e pudemos identificar pelo menos três diferentes arranjos: ênfase na modernização do criatório de animais; instalação de agroindústria como projeto técnico-produtivo; e investimentos em atividades não agrícolas, como a festa da vaquejada. Aptidões pessoais, características da propriedade, disponibilidade de recursos e identificação

⁴⁶ O SEBRAE é um exemplo de entidade que se utiliza da noção de agronegócio para incluir os esforços de modernização realizados na agricultura familiar do semiárido, para ficar num único exemplo.

de oportunidades empresariais parecem elementos que moldam escolhas produtivas diferenciadas entre os agropecuaristas.

- b) Tendência à especialização produtiva, como efeito da experimentação entre diferentes alternativas econômicas. A pesquisa demonstrou que, diferentemente do passado, quando numa mesma propriedade podia se combinar as culturas do algodão e da cana-de-açúcar, o criatório bovino e de pequenos animais, e os plantios do feijão, milho, mandioca e outras culturas alimentares, no presente há uma tendência à especialização produtiva, como resultado da priorização dos investimentos. Uma característica dessa especialização é que ela resulta da opção por experiências produtivas bem sucedidas e do abandono de investimentos que não deram certo. Neste sentido, os produtores não são simplesmente reprodutores de processos produtivos desenvolvidos por institutos de pesquisa agropecuária ou em outras regiões, mas adaptadores de modelos para suas realidades econômico-produtivas.
- c) Investimentos em novas tecnologias. São exemplos: instalação de um laboratório de inseminação artificial e de um laboratório de controle físico-químico e microbiológico do leite.
- d) Relativo predomínio da informalidade nas relações de trabalho, com atualização do antigo sistema de morada. Ainda que tenhamos encontrado ao longo da pesquisa assalariamento formal, especialmente em algumas atividades mais especializadas, ainda predomina nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha relações de trabalho informais, baseadas no pagamento de diárias a trabalhadores recrutados principalmente entre membros de famílias de moradores destas propriedades, descendentes dos moradores do período de auge do latifúndio. O sistema de morada foi atualizado, mas não extinto e os proprietários ainda se percebem como “parceiros”, “protetores” e “amigos” de seus empregados, revelando a permanência de relações sociais do tipo patrão-cliente, com desdobramentos inclusive nos momentos eleitorais.
- e) Direcionamento de rendas não agrícolas (empregos públicos ou rendas resultantes de outras atividades) para investimento na modernização da atividade agropecuária, com menor dependência de financiamentos bancários.
- f) Importância da herança familiar e do poder político como ativos utilizados nos processos de modernização produtiva das grandes propriedades. Ao temerem que suas propriedades fossem desapropriadas para fins de reforma agrária, os grandes

proprietários da microrregião de Catolé do Rocha se viram forçados a fazer investimentos na modernização da produção para não perderem o símbolo do domínio econômico e político de suas famílias, sentimento forte especialmente entre os membros da família Maia. Por outro lado, os laços políticos podem ser permanentemente convertidos em laços econômicos e vice-versa, aumentando as alternativas de que dispõem para a constituição do modelo do "agronegócio sertanejo".

(Re)pecuarização na grande propriedade rural do semiárido

A constituição do “agronegócio sertanejo” se dá estritamente na associação a uma opção preferencial pela atividade pecuária. Falar de (re)pecuarização não significa dizer que a pecuária volta à microrregião de Catolé do Rocha depois de um período em que esteve ausente. Nem significa um aumento significativo dos rebanhos bovinos. O termo (re)pecuarização se refere ao fato de que:

- a) Com a decadência da cultura do algodão, a pecuária volta a ser a alternativa econômica prioritária em largas porções do semiárido nordestino. Percebida como a única alternativa viável, a pecuária concentra os investimentos na pesquisa científica, os projetos para liberação de créditos agrícolas e as escolhas dos produtores (familiares ou patronais). Há inclusive, como demonstrou Nunes (2011), toda uma economia cultural e simbólica de retomada da pecuária como elemento que melhor caracteriza o semiárido, em sua paisagem social e natural. Há um projeto de modernização baseado na pecuária, que se expressa em diferentes políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural na região.
- b) A prática da pecuária na região tem passado por transformações importantes, que podemos sintetizar como uma transição de um modelo mais extensivo de criatório para um modelo mais intensivo e tecnificado, com a identificação de cadeias produtivas e estímulo a modernização das relações econômicas e produtivas.

Assim, um dos proprietários que entrevistamos, afirma que (como lhe ensinou seu pai) o melhor negócio para se ter rentabilidade no sertão era “criar gado em pastos bons. O segundo melhor negócio? Criar gado em pasto alugado. E o terceiro melhor negócio? É criar gado. (...) daí, criar gado sempre era o trunfo de quem prosperava aqui”. Mas, como o mesmo informante esclarece, o status no presente não se refere apenas à quantidade que se tem de animais no pasto, mas à qualidade do rebanho e das estruturas produtivas. A opção atual pela

pecuária é, fundamentalmente, uma opção pela modernização produtiva, e não apenas a continuidade de uma tradição sertaneja.

A opção pela pecuária expressa, portanto, transformações sociais, econômicas, simbólicas e produtivas. Estas transformações – como pudemos apreender na pesquisa realizada entre médios e grandes proprietários rurais da microrregião de Catolé do Rocha – são marcadas por tensões entre dois tempos: o passado, representado pela vocação e aptidão em relação a uma atividade que sempre existiu como elemento constituinte do sertão, e o presente, concebido em torno de um novo projeto de modernização produtiva, em que os filhos dos antigos coronéis buscam-se identificar como empresários rurais, ou agropecuaristas como gostam de dizer.

A opção preferencial pela pecuária ressignificou antigas práticas (como a festa da vaquejada) e mobilizou novas estratégias produtivas, em que ressaltam transformações qualitativas nos rebanhos, exigências com o manejo e a sanidade dos animais e aumento das áreas destinadas ao plantio de forrageiras. Sozinhas, essas práticas não caracterizam o que estamos chamando de processo de (re)pecuarização. Processos de mudança técnica são acompanhados de novos arranjos sociais, como: disponibilidade de políticas públicas para o setor agropecuário, fortalecimento das cadeias produtivas, mudanças nas relações de trabalho, novas redes de comercialização, aspectos ressaltados ao longo da tese.

A ressignificação da prática da pecuária a partir da década de 1980, e mais intensamente na década de 1990, na microrregião de estudo revelaram variáveis que influenciam na dinâmica produtiva. São elas:

- a) Modificações qualitativas no rebanho, ou seja, melhoramento genético dos animais e introdução de novas raças como o gado zebuíno, holandês, pardo suíço e guzerá, buscando a obtenção de rebanhos melhorados e adaptados às condições do semiárido nordestino, com um caráter misto, apropriado para a bovinocultura de leite e para a bovinocultura de corte; práticas mais modernas de controle da reprodução animal, como inseminação artificial ou então o confinamento do touro com a vaca no período do cio, ou ainda a compra de matrizes e touros de uma raça pura para melhorar o rebanho futuramente;
- b) Mudanças no aspecto da qualidade e controle sanitário do rebanho com a introdução de vermífugos e carrapaticidas; introdução de vacinas para o combate de doenças como a raiva animal, carbúnculo, febre aftosa e brucelose, sendo que as duas últimas são obrigatórias pelo estado da Paraíba, punindo os proprietários que não vacinarem o seu rebanho, já que ele é o único responsável;

- c) Transformação no padrão alimentar do rebanho, com ampliação das áreas de pastagens plantadas para o uso de forragens para o rebanho (cana forrageira, milho, sorgo, capim elefante, capim sempre verde, capim braquiária) além do cruzamento de novas variedades de forrageiras, procurando as espécies que melhor se adaptem as suas terras e aquisição de rações industriais.

Também foram incorporadas ao sistema produtivo:

- a) Melhoramento nas instalações das propriedades, com a construção de baias, bretes, cocheiras, estábulos, bebedouros, tronco, construção de barragens subterrâneas, recuperação de açudes e manutenção das cercas;
- b) Aquisição de maquinário (tratores, colheitadeiras, arados, máquina forrageira, ordenha mecânica, balança e laboratório de inseminação artificial;
- c) Inserção em novos mercados consumidores, seja através da venda do leite ou subprodutos do leite (agroindústria), seja através do boi para o abate, ou dos bezerros para o melhoramento de outros rebanhos.

Os médios e grandes proprietários recusam a atividade agrícola como alternativa produtiva, porque, segundo eles, não é capaz de dar rentabilidade para o produtor, devido à escassez de chuvas e falta de reservatórios para suprir a plantação o ano inteiro; falta de mão de obra satisfatória para o desempenho da atividade; e falta de crédito subsidiado. E a pecuária se torna viável por: viabilidade econômica; aptidão; apego à propriedade e à tradição familiar; por ser uma atividade menos trabalhosa e menos penosa; demandar o mínimo de mão de obra; rendimento durante o ano todo; prazer; ser relacionada com outras atividades não agrícolas; lucratividade; garantia de reserva e aplicação do que sobra, e motivação para a pecuária empresarial.

Todas essas modificações têm contribuído para o processo de (re)pecuarização nas médias e grandes propriedades da microrregião de Catolé do Rocha, e é chave para a constituição do que chamamos de “agronegócio sertanejo”.

As duas noções que mobilizamos neste trabalho expressam ambiguidade, contradição ou duplicidade de lógicas discursivas e práticas em traços constitutivos da identidade de médios e grandes proprietários rurais, em que tradicionalismo e conservadorismo convivem com ideias de modernização e empreendedorismo.

Começamos esta tese questionando a ideia muito recorrente ainda hoje de que o semiárido nordestino é dominado pelo latifúndio e pela estagnação de suas atividades econômicas tradicionais. Pudemos comprovar nessa tese que, pelo menos na microrregião de Catolé do Rocha, onde médias e grandes propriedades ainda são dominantes, há um dinâmico

processo de modernização produtiva e das relações sociais. A emergência do “agronegócio sertanejo” convida outros pesquisadores a avançarem sobre a compreensão das dinâmicas sociais no mundo rural do semiárido e suas conexões com outros espaços e atividades econômicas, de modo a revelar as novas contradições que estão sendo gestadas e os novos desafios postos para superação das desigualdades e para promoção do desenvolvimento rural.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABREU, J. C. **Capítulos de história colonial: 1500 – 1800 & Os caminhos antigos e o povoamento do Brasil**. 6 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira; Brasília, INL, 1976. 258 p.
- ALVES, V. E. L. (2005). **A Mobilidade Sulista e a Expansão da Fronteira Agrícola Brasileira**. Agrária, São Paulo, n.2, p.40-68.
- ANDRADE, M. C. de. **A terra e o homem no Nordeste: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 1986. 239 p.
- ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Editora Revan: Fase, 2000. 392p.
- BARBOZA, A. D. **A pecuarização no agreste da Paraíba**. Recife: FUNDAJ/Editora Massangana, 1998.
- BASTOS, S. A. **No roteiro dos Azevedo, e outras famílias do Nordeste**. Ed João Pessoa, Paraíba: gráfica comercial, 1954.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
- BOURDIEU, P. **La noblesse d'état – grandes écoles et esprit de corps**. Paris: Éditions du Minuit, 1989, p. 387-389.
- BRUNO, R. (2002). **Com a boca torta pelo uso do cachimbo. Estado e empresários agroindustriais no Brasil**. In: Moreira, R. J. Mundo rural e cultura. Rio de Janeiro: Mauad.
- BRUNO, R. (2010). **Agronegócio, palavra política**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.
- BURSZTYN, M. **O poder dos donos: planejamento e clientelismo no Nordeste**. 2 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1985. 177 p.
- CALLADO, A. A. C. - organizador - (2009). **Agronegócio**. 2.ed. 2. reimpressão. São Paulo: Atlas.
- CAMPOS, C. S. S. (2009), **Pobreza e exclusão feminina nos territórios do agronegócio: O caso de Cruz Alta – RS**. Instituto De Geociências, Programa De Pós-Graduação Em Geografia, Porto Alegre RS, 2009, 233 f (Tese de Doutorado).
- CANUTO, A. (2004). **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade**. *Revista NERA*, 7 (5).
- CARON, P. e HUBERT, B. Dinâmica dos sistemas de pecuária. In: CARON, P. e SABOURIN, E. (Ed.) **Camponeses do Sertão: mutações das agriculturas familiares no Nordeste do Brasil**. Brasília: Embrapa informação tecnológica, 2003. p. 103-122.
- CARONE, E. **A República Velha I**. 4ª ed. São Paulo: Difel, 1978.
- CUNHA, L. H.; MARQUES, L. H. G. **A '(re)pecuarização' do semiárido nordestino: projetos territoriais, mudanças discursivas e transformações das estratégias produtivas**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas, PE.

- DELGADO, G. (2005). A questão agrária no Brasil, 1950-2003. Jaccoud, L.(ed.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, p. 51-90.
- ELIAS, D. e PEQUENO, R. (2007). Desigualdades socioespaciais nas cidades do agronegócio. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.9, n.1, p.25-39.
- ELIAS, D., MUNIZ, A., BEZERRA, J. (2007). Agronegócio e Reorganização das Relações de Trabalho Agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar.
- FABRINI, J. E. (2008). Latifúndio e agronegócio: semelhanças e diferenças no processo de acumulação de capital. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v.9, n. 1, p.35-62.
- FAGNANI JUNIOR, V. ; BACCHI, M. R. P. . **Transmissão de preços no mercado de açúcar e álcool entre as regiões Centro-Sul e Norte-Nordeste**. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 2005, Ribeirão Preto. Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, 2005.
- FERNANDES, A. J. C. (2007). **Do cerrado à Amazônia: as estruturas sociais da economia da soja em Mato Grosso**. Porto Alegre: UFRGS. (Tese de Doutorado).
- FAORO, R. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro**. Rio de Janeiro: Globo, 1989.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 34 ed. São Paulo: companhia das letras, 2007. 351 p.
- FURTADO, C. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. 2. ed. Recife: SUDENE, 1967.
- GASQUES, J. G. *et. al.* (2004). **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA. (Textos para discussão, 1009).
- GIDDENS, A. **Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós**. Rio de Janeiro: Record, 2000.
- GOMES, I. R. (2009). As novas regiões produtivas agrícolas: o caso do Baixo Jaguaribe (CE) - Vale do Açu (RN). **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 288-323, jul./dez.
- GOMES, R. A.; MENESES, V. F. **As políticas públicas de incentivo a (re)pecuarização no semi-árido nordestino?: desenvolvimento, modernização e recomposição espacial**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas, PE.
- GUEDES, P. H. M. de Q. **A colonização do sertão da Paraíba: agentes produtores do espaço e contatos interétnicos (1650 – 1730)**. UFPB, CCEN, Programa de Pós-Graduação em Geografia – PPGG Mestrado em Geografia, Mimeo, fevereiro de 2006.
- GUIMARÃES, Alberto Passos de. **Quatro séculos de latifúndio**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 256 p.
- GURJÃO, E. de Q. **Morte e vida das oligarquias – Paraíba (1889-1945)**. 1. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1994. 222 p.
- HEREDIA, B.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. P. Sociedade e Economia do “Agronegócio no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais** - Vol. 25 nº 74, p. 159-196, 2010.
- HOFFMANN, R. e NEY, M. G. **Estrutura Fundiária E Propriedade Agrícola No Brasil Grandes Regiões E Unidades Da Federação (De 1970 A 2008)**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2010, 108p.

- IBGE. Pesquisa Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 1990.
- _____. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1926.
- _____. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 1995.
- _____. Censo Agropecuário. Rio de Janeiro: IBGE, 2006.
- _____. Pesquisa Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.
- _____. Pesquisa Pecuária Municipal. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.
- JANOTTI, M. L. **O coronelismo: uma política de compromissos**. Brasiliense, 6ª ed. São Paulo, 1987.
- LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**. 2. ed. São Paulo, Alfa-Omega, 1975. 276 p.
- LEITE, S. P. e SAUER, S. **Expansión de agronegocios, mercado de tierras y extranjerización de la propiedad rural en Brasil: Notas críticas sobre la dinámica reciente**. Revista *Mundo Siglo XXI*, 2011 Núm. 26, Vol. VII, p. 43-63, 2011.
- LEWIN, Linda. **Política e parentela na Paraíba: um estudo de caso da oligarquia de base familiar**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Record, 1993. 432 p.
- LIMA, A. A. (2006) **Alagoas e o complexo agroindustrial canavieiro no processo de integração nacional**. Tese apresentada ao Curso de Doutorado do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Economia Aplicada. Instituto de Economia/UNICAMP. Campinas/SP
- LIRA, G. M. F. **O homem ou o boi (o roçado ou o capim)**. Campina Grande, Paraíba. UFPB, CH, Departamento de Sociologia e Antropologia. Curso de Mestrado em Sociologia, Mimeo, março de 1983.
- MARIZ, C. **Evolução Econômica da Paraíba**. João Pessoa: A União, 1939. 217p.
- MAGALHÃES, J. A. H. F. **Cultura, Turismo e Desenvolvimento da Cidade de Ilhéus – Bahia: Uma análise da gestão de Jabes Ribeiro (1996-2004)**. Dissertação de mestrado, Ilhéus (Ba): UESC, 2006. 272p.
- MENDONÇA, S. R. de (2005). Estado e hegemonia do agronegócio no Brasil. **Revista Histórias e Perspectivas**, Uberlândia, (32/33): Jan-jun/ago-dez. p. 91-132.
- MELLO, J. O. A. **Histórias da Paraíba: lutas e resistências**. 1 ed. João Pessoa: A União, 1994.
- MENEZES, A. H., PINHEIRO, J. C. (2005). O potencial do agronegócio para alavancar a economia brasileira. **Revista de Política Agrícola**, 14 (3).
- MENEZES, M. A. **Da Paraíba pra São Paulo e de São Paulo pra Paraíba: migração, família e reprodução da força de trabalho**. Campina Grande, Paraíba. UFPB, CH, Departamento de Sociologia e Antropologia. Curso de Mestrado em Sociologia, Mimeo, 1985.
- MOREIRA, E. e TARGINO, I. **Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba**. João Pessoa: Editora Universitária - UFPB, 1996.
- MOREIRA, E.; TARGINO, I.; SILVA, R. M.; BORGES, U. N. e MEDEIROS, V. J. S. Zona Da Mata Paraibana: Reestruturação Do Setor Sucroalcooleiro, Reforma Agrária E Paisagem Rural. **Cadernos do Logepa**, João Pessoa, Vol. 2, N. 1, 2003, p.45-56
- MOREIRA, E.; TARGINO, I. De Território de Exploração a Território de Esperança: Organização Agrária e Resistência Camponesa no Semi-árido Paraibano. **Revista NERA**, ano

10, n.10, 2007.

NEPOMUCENO, L. B. e PINHEIRO, A. L. A. (2010) **Elementos psicossociais para compreender o Nordeste**. Revista de Psicologia, v. 1 (01): 85-104.

NETO, Manuel Domingos. **O que os netos dos vaqueiros me contaram: o domínio oligárquico**. 1. Ed. São Paulo: Annablume, 2010. 466 p.

NUNES, A. M. B. **A (Re)pecuarização do Semiárido Nordestino: Reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)**. 2011. 216f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2011.

OLIVEIRA, F. de. **Elegia para uma re(li)gião: SUDENE, Nordeste, planejamentos e conflito de classes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. 137p.

PINTO, R. G. (2010). **Construção e exercício de hegemonia: o caso da Associação Brasileira de Agribusiness (ABAG) e do Programa de Estudos e Negócios do Sistema Agroindustrial (PENSA)**. Artigo apresentado no VIII Congresso Latino-Americano de Sociologia Rural, Porto de Galinhas, PE.

PRIETO, J. R. (2005) **A transposição para o latifúndio. A nova Democracia**. Ano III, n. 25.

QUEIROZ, M. I. P. de. O coronelismo numa interpretação sociológica. In: _____. **Mandonismo local na vida política brasileira e outros ensaios**. São Paulo: AlfaÔmega, 1976. p. 163- 214.

PANG, Eul-Soo. **Coronelismo e oligarquias (1889-1934)**. 1. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. 269 p.

SAUER, S. e LEITE, S. P. **Expansão Agrícola, Preços e Apropriação de Terra Por Estrangeiros no Brasil**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 50, N° 3, p. 503-524, Jul/Set – 2012.

SHIKIDA, P. F. A.; AZEVEDO, P. F. e VIAN, C. E. F. **Desafios da agroindústria canavieira no Brasil pós-desregulamentação: uma análise das capacidades tecnológicas**. *Rev. Econ. Sociol. Rural* [online]. 2011, vol.49, n.3, pp. 599-628. ISSN 0103-2003.

SILVA, M. B. N. da. **Family and property in colonial Brazil**. Portuguese Studies. London, 1991.

SILVA, M. A. de M. e MARTINS, R. C. **A degradação social do trabalho e da natureza no contexto da monocultura canavieira paulista**. *Sociologias* [online]. 2010, vol.12, n.24, pp. 196-240. ISSN 1517-4522.

SILVA, R. M. A. (2003) **Entre dois paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido**. Sociedade e Estado, v. 18 (01/02): 361-385.

SILVA, E. R. (2009). **A modernização da agropecuária, a emergência da elite empresarial rural e o surgimento das cidades do agronegócio na região brasileira de fronteira agrícola**. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da Fundação Getúlio Vargas. (Tese de Doutorado).

SILVA, J. G. da (1981). **Progresso técnico e delações de trabalho na agricultura**. Editora Hucitec, São Paulo – SP.

TAVARES, J. de L. **Apontamentos para a história territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense, 1982.

TERUYA, M. T. **Família e Poder na Paraíba (Os Maia de Catolé do Rocha/PB – Um**

estudo de caso sobre práticas endogâmicas). 1995. 147f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 1995.

SOUSA, R. B. e TARGINO, I. **Perfil Da Produção Familiar Rural Na Paraíba.** XIX ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, São Paulo, 2009.

SOUZA, S. T., CONCEIÇÃO, A. L. (2008). As “novas” estratégias do capital para o campo brasileiro a partir do discurso do agronegócio. **Revista Pegada**, Presidente Prudente, v. 9, n. 1, p. 103-123.

ANEXOS

ANEXO I
TABELA COM NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS AGROPECUÁRIOS EM
UNIDADES E EM PERCENTUAL E ÁREA DOS ESTABELECIMENTOS
AGROPECUÁRIOS EM PERCENTUAL – MICRORREGIÕES DO SERTÃO
PARAIBANO - CENSO AGROPECUÁRIO 2006

Número de estabelecimentos agropecuários Área dos estabelecimentos agropecuários – censo agropecuário 2006				
Microrregiões do Sertão paraibano	Classificação por módulo fiscal	Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)	Número de estabelecimentos (%)	Área dos estabelecimentos (%)
Catolé do Rocha	Total	4.388	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	3.513	80,06	21,93
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	370	8,43	13,33
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	192	4,38	13,24
	De 4 a menos de 10 (médio)	142	3,24	21,86
	De 10 a menos de 15 (médio)	35	0,8	10,27
	De 15 a menos de 20 (grande)	17	0,39	7,47
	De 20 a menos de 50 (grande)	14	0,32	10,06
	De 50 a 100 (grande)	1	0,02	1,84
Mais de 100 (grande)	-	-	-	
Cajazeiras	Total	9.206	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	8.122	88,23	42,43
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	510	5,54	18,47
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	230	2,5	16,65
	De 4 a menos de 10 (médio)	99	1,08	15,7
	De 10 a menos de 15 (médio)	8	0,09	2,61
	De 15 a menos de 20 (grande)	6	0,07	2,66
	De 20 a menos de 50 (grande)	2	0,02	X
	De 50 a 100 (grande)	-	-	-
Mais de 100 (grande)	-	-	-	
Sousa	Total	7.509	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	5.945	79,17	24,68
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	549	7,31	13,98
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	368	4,9	19,04
	De 4 a menos de 10 (médio)	234	3,12	24,75
	De 10 a menos de 15 (médio)	39	0,52	8,41
	De 15 a menos de 20 (grande)	15	0,2	4,7
	De 20 a menos de 50 (grande)	9	0,12	4,44
	De 50 a 100 (grande)	-	-	-
Mais de 100 (grande)	-	-	-	
Patos	Total	2.839	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	2.264	79,75	17,61
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	221	7,78	8,83
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	145	5,11	12,22
	De 4 a menos de 10 (médio)	116	4,09	21,59
	De 10 a menos de 15 (médio)	34	1,2	12,79
	De 15 a menos de 20 (grande)	12	0,42	6,37
	De 20 a menos de 50 (grande)	18	0,63	16,82
	De 50 a 100 (grande)	2	0,07	X
Mais de 100 (grande)	-	-	-	
Piancó	Total	5.530	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	4.794	86,69	26,26
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	279	5,05	11,32
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	175	3,16	14,03
	De 4 a menos de 10 (médio)	103	1,86	17,91
	De 10 a menos de 15 (médio)	19	0,34	6,47
	De 15 a menos de 20 (grande)	10	0,18	4,66
	De 20 a menos de 50 (grande)	16	0,29	13,9
	De 50 a 100 (grande)	1	0,02	X
Mais de 100 (grande)	1	0,02	X	
Itaporanga	Total	7.163	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	6.097	85,12	34,28
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	595	8,31	21,09
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	245	3,42	17,08
	De 4 a menos de 10 (médio)	110	1,54	16,04
	De 10 a menos de 15 (médio)	12	0,17	3,57
	De 15 a menos de 20 (grande)	7	0,1	2,88
	De 20 a menos de 50 (grande)	5	0,07	3,4
	De 50 a 100 (grande)	1	0,01	X
Mais de 100 (grande)	-	-	-	
Serra de Teixeira	Total	12.778	100	100
	De 0 a menos de 1 (pequeno)	11.644	91,13	48,22
	De 1 a menos de 2 (pequeno)	502	3,93	16,3
	De 2 a menos de 4 (pequeno)	196	1,53	12,63
	De 4 a menos de 10 (médio)	87	0,68	12,24
	De 10 a menos de 15 (médio)	23	0,18	6,78
	De 15 a menos de 20 (grande)	4	0,03	1,6
	De 20 a menos de 50 (grande)	4	0,03	2,24
	De 50 a 100 (grande)	-	-	-
Mais de 100 (grande)	-	-	-	

ANEXO II
FAZENDAS PERTENCENTES AOS MEMBROS DA FAMÍLIA MAIA

1. Fazenda Curralinho:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS

SERTÃO DE CATOLÉ DO ROCHA. PB

I - FAZENDA CURRALINHO

É A MAIS ANTIGA CONCESSÃO DE DATA DE SESMARIA NO SERTÃO DA PARAÍBA, ADQUIRIDA PELO PORTUGUÊS DIOGO NOGUEIRA LEITÃO - RESIDENTE EM GOIANA, PE. FOI ADQUIRIDA AINDA NO SÉCULO XVII (1690 ap.) E AMPLIADA ATÉ O RIACHO DO GENIPEIRO EM 30 DE MAIO DE 1751. (JOÃO DE LIRA TAVARES, PAG. 213)

ANTÔNIO FERREIRA MAIA, FILHO DE FRANCISCO ALVES MAIA - TEODÓSIA FERREIRA DA SILVA - CASAL PIONEIRO DA FAMÍLIA MAIA, CASANDO-SE COM QUITÉRIA MARIA, FILHA DE DIOGO NOGUEIRA LEITÃO, FOI O PRIMEIRO MAIA A HABITAR O CURRALINHO.

SUCEDERAM-SE SEM INTERRUPÇÃO COMO PROPRIETÁRIOS: FRANCISCO ALVES MAIA (II) FILHO DE ANTÔNIO FERREIRA MAIA, DIOGO ALVES MAIA, NETO DE ANTÔNIO FERREIRA MAIA, ADOLFO ALVES FERNANDES MAIA, BISNETO, LAURO FERNANDES MAIA, TRINETO, PERTENCEN DO ATUALMENTE AOS SEUS HERDEIROS. - LAURO ERA TETRANETO DE DIOGO NOGUEIRA LEITÃO E TAMBÉM TETRAMETO DO CASAL FRANCISCO ALVES MAIA - TEODÓSIA FERREIRA DA SILVA.

CASA DA FAZENDA CURRALINHO NO ATUAL MUNICÍPIO DE CATOLÉ DO ROCHA. A CONSTRUÇÃO PRIMITIVA FOI MODIFICADA COM ALPENDRE E COLUNAS LATERAIS PARA SEGURANÇA DO EDIFÍCIO.



FRANCISCO ALVES MAIA -II- FOI ASSASSINADO -05.08.831 POR MOTIVOS POLÍTICOS - CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR 1824 - DA QUAL FOI LÍDER EM CATOLÉ DO ROCHA. PB.

CASAL LAURO FERNANDES MAIA - LEOPOLDINA CAVALCANTE DINIZ MAIA - PROPRIETÁRIOS DA FAZENDA CURRALINHO QUANDO FOI FEITA A FOTO EM 1988 - POR Américo Sérgio Maia

FILHOS DO CASAL:

LINAURA-cc CHICO SERAFIM
LENILDA-cc ANTONIO AUGUSTO
LENITA - cc ORLANDO PAIVA
LENEIDE- cc EDNALDO TAVARES
LAURIMAR cc GERUSA (Div.)
NETOS: 15 - SENDO TRÊS DE CADA CASAL.

Lauro F. Maia - n. 19.02.1906
Faleceu em 14.02.1998



2. Fazenda Bom Jesus da Cachoeira:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS

SERTÃO DE CATOLÉ DO ROCHA. PB.

II - FAZENDA BOM JESUS DA CACHOEIRA -

É A SEGUNDA PROPRIEDADE MAIS ANTIGA DA ATUAL MICRO REGIÃO 89.

COM DATA DE 30 DE MAIO DE 1706, JOÃO DE LYRA TAVARES REGISTRA A CONCESSÃO DE UMA DATA DE SESMARIA A BENTO DE ARAUJO BARRETO, COM INÍCIO NO RIACHO OSON (QUE BANHA A ATUAL CIDADE DE CATOLÉ DO ROCHA) ESTENDENDO-SE POR TRÊS LÉGUAS DE COMPRIDO E UMA DE LARGURA. (APONTAMENTOS PARA HISTÓRIA DA PARAHYBA, Pag. 59).

BENTO DE ARAUJO BARRETO CONSEGUIU A AMPLIAÇÃO DO SEU SÍTIO CHAMADO O BOM JESUS DA CACHOEIRA (OSON, NA LÍNGUA DOS GENTIOS) ESTENDENDO-O ATÉ O RIACHO DO CURRALINHO NA PARTE DESTE DA PROPRIEDADE, NO GOVERNO DE JOÃO DA MAIA DA GAMA, EM 13 DE OUTUBRO DE 1716. (VER LIVRO CITADO, PAG. 95).

CASA PRIMITIVA DA FAZENDA CACHOEIRA QUE PERTENCEU AO PRIMEIRO JOÃO AGRIPINO MAIA DE VASCONCELOS E ESPOSA IDALINA MAIA, AVÓS DE JOÃO AGRIPINO FILHO -III -

AÍ SE ENCONTRA O MAUSÉLIO DO EX-GOVERNADOR DA PARAÍBA - NASCIDO EM 1º DE MARÇO DE 1914 FALECIDO EM 6 DE FEVEREIRO-1988

PERTENCEU AO ESPÓLIO DE FRAN -

CISCO ALVES MAIA -II- INCORPORADA À FAZENDA CURRALINHO - ADMINISTRADA POR ANTÔNIO FERREIRA MAIA, NETO DO PRIMEIRO PROPRIETÁRIO - BENTO DE ARAUJO BARRETO.



CASA DA FAZENDA BOM JESUS DA CACHOEIRA REFORMADA E AMPLIADA POR SEU ATUAL PROPRIETÁRIO : LAURO SÉRGIO MAIA DE VASCONCELOS.

ADQUIRIDA POR BENTO DE ARAUJO BARRETO, FOI TRANSFERIDA POR HERANÇA A FRANCISCO ALVES MAIA -I- PORTUGUÊS, CASADO COM TEODÓSIA FERREIRA DA SILVA FILHA DE BENTO DE ARAUJO BARRETO. SÃO ELES

OS ANCESTRAIS MAIORES DA FAMÍLIA MAIA DA PARAÍBA, CEARÁ E RIO GRANDE DO NORTE. AÍ NASCERAM SEUS FILHOS: ANTÔNIO FERREIRA MAIA, DOMINGOS ALVES MAIA, INÊS MARIA DA SOLEDADE E OS PADRES LUIZ ALVES MAIA E FRANCISCO ALVES MAIA. O ATUAL PROPRIETÁRIO É QUITO VEZES DESCENDENTE DO CASAL FRANCISCO ALVES MAIA-TEODÓSIA FERREIRA DA SILVA. (FOTOS, PESQUISA, ELABORAÇÃO: Américo Sérgio Maia - 1998)

3. Fazenda Dois Riachos:

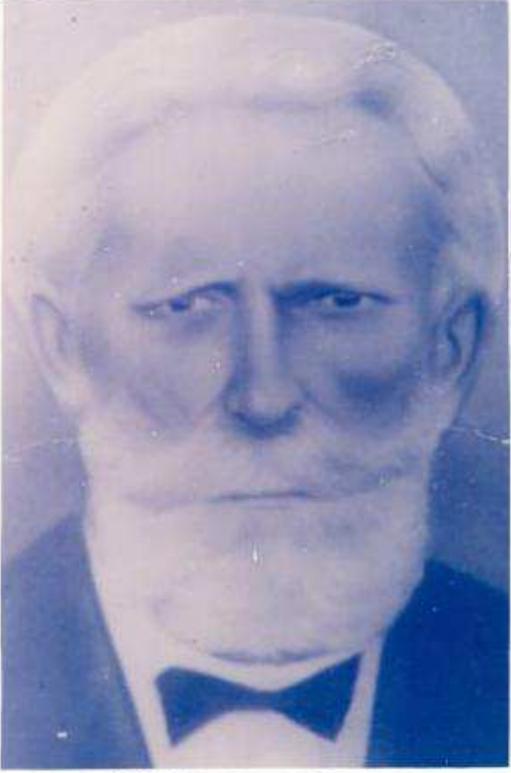
CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS
SERTÃO DE CATOLÉ DO ROCHA, PB
FAZENDA DOIS RIACHOS (I) CASA MAIS ANTIGA)

CONSTRUIDA POR JOSÉ LOBO DOS SANTOS MAIA - 1830 (APROX.) EM TERRAS DA ANTIGA DATA DE RIACHO DOS PORCOS ABANDONADAS POR FRANCISCO DE ARRUDA CÂMARA, CAPITÃO-MOR DE POMBAL, ADQUIRIDA PELO PE. ANTÔNIO SARAIVA EM 1690 (APROX.)

A atual proprietário: Odilon Valdivio Lobo Maia-bisneto do casal.



Fotos: Reprodução-montagem - Américo Sérgio Maia - 1998



JOSÉ LOBO DOS SANTOS MAIA C.C.
CEARENSE DESCENDENTE DE ANTÔNIO FERREIRA MAIA - NASC.1800 (APROX.) FAL.10.01.1971



FELÍCIA JOAQUINA LOBO MAIA
FILHA DE FRANCISCO ALVES MAIA (II)
NASC.1810 (APROX.) - FAL. 1900

Foto do casal: Arquivo Bel. Avany Maia

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS -

MICRO-REGIÃO 89 - CATOLÉ DO ROCHA (10 MUNICÍPIO

A FAZENDA "DOIS RIACHOS-II" É UMA PARTE DA PROPRIEDADE ADQUIRIDA POR JOSÉ LOBO S. MAIA CASADO COM FELÍCIA JOAQUINA MAIA LOBO NO INÍCIO DO SÉCULO XIX. PERTENCIA À ANTIGA DATA DE SESMARIA OCUPADA PELO CAPITÃO-MOR DE POMBAL - FRANCISCO DE ARRUDA CÂMARA, ABANDONADA E FRAGMENTADA EM DIVERSAS PROPRIEDADES.

A FAZENDA DOIS RIACHOS II É VIZINHA À DOIS RIACHOS I - DESCRITA EM OUTRA PARTE.



WALDEVINO LOBO FERREIRA MAIA



CLÉIA HENRIQUES -
1a. ESPOSA -



CORINA MAIA
2a. ESPOSA

Fotos: Bel. Avany Maia - Montagem: Américo Sérgio Maia //

FOI UMA DAS MAIS ATUANTES PRESENCAS POLITICAS NOS MUNICÍPIOS DE CATOLÉ DO ROCHA E DE BREJO DO CRUZ: PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, PREFEITO, DEPUTADO PROVINCIAL NO IMPÉRIO E ESTADUAL NA REPÚBLICA EM ANOS SEGUIDOS. ERA CONSIDERADO O HOMEM MAIS RICO E PODEROSO DA REGIÃO.
- NASCEU EM 24.04.1837
- FALECEU EM 07.09.1924.
FOI SEPULTADO NO JAZIGO DOS PAIS NA SACRISTIA DA IGREJA DA CONCEIÇÃO - DISTRITO DE CEL. MAIA.



BENEDITA LOBO MAIA
HERDEIRA - CASADA



BEL. AVANY BENÍCIO MAIA
SEU PRIMO-



ATUAIS PROPRIETÁRIOS -
BEL. AVANY - JANDIRA MAIA



CASA CONSTRUÍDA POR WALDEVINO LOBO MAIA

4. Fazenda Santa Idalina:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS

SÍTIO SANTA IDALINA - MICRORREGIÃO DE
CATOLÉ DO ROCHA - 89

CASA RESIDENCIAL
CONSTRUIDA NO
SÉCULO XIX -
PELO CASAL -
JOÃO AGRIPINO. I.
IDALINA MAIA
AÍ RESIDIAM
A MAIOR PARTE
DO ANO, ONDE
NASCEM SEUS
FILHOS: OTÍLIA,
FRANCISCA, MARIA,
ELISA E JOÃO.







JOÃO AGRIPINO MAIA DE VASCONCELOS-I- IDALINA FRANCISCA DE VASCONCELOS JOÃO AGRIPINO DE VASCONCELOS MAIA-II ANGELINA MARIZ MAIA

O PRIMEIRO CASAL CONSTRUIU CASA DE ENGENHO - MOVIDO A BOIS, FÁBRICA DE RAPADURAS E AÇUCAR MASCADO, UM AÇUDE DE CERCA DE 3 MILHÕES DE METROS CÚBICOS IRRIGA O SÍTIO.

O CASAL JOÃO AGRIPINO HERDOU A PROPRIEDADE CUJAS PARTES, COM SEU FALECIMENTO, FORAM ADQUIRIDAS POR FÁBIO - IDÁLIA.

HOJE PERTENCE AO ESPÓLIO DE FÁBIO MARIZ MAIA - ADMINISTRADO PELA VIÓVA E PELO FILHO FÁBIO MARIZ MAIA FILHO.

DO CASAL - JOÃO AGRIPINO II - ANGELINA NASCEM 12 FILHOS, SENDO 5 HOMENS - TODOS FALECIDOS. DAS 7 MULHERES FALECEU APENAS UMA.




FÁBIO MARIZ MAIA IDÁLIA MAIA

Fotos: arquivo da Família - Montagem: Américo S. Maia - 1999.

5. Fazenda Olho d'Água:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOSSERTÃO DE CATOLÉ DO ROCHA, PB.SÍTIO OLHO D'ÁGUA -

(ANTIGO SOBRADO DO ARRUDA)

Fotos: Arquivo da Família Maia



CASA RESIDENCIAL - CONSTRUÍDA PELO CASAL SÉRGIO-OTÍLIA MAIA - CASAM.03.XI.1891. MODIFICADA COM A CONSTRUÇÃO DE ALPENDRE. AD LADO-ARMAZÉNS, ENGENHO, ALAMBIQUE.

O SÍTIO OLHO D'ÁGUA, VIZINHO À SEDE DO ATUAL DISTRITO DE "CORONEL MAIA" MUNICÍPIO DE CATOLÉ DO ROCHA, É UMA PEQUENA PARTE DA DATA DE SESMÁRIA DO SÃO FRANCISCO, OBTIDA PELO PADRE ANTÔNIO SARAIVA DA SILVA, UMA DAS CONCESSÕES DE TERRAS NO SÉCULO XVII (APROX.1690). EM 1754 FEZ DOAÇÃO DA CHAMADA DATA DE RIACHO DOS POR-

COS À SOBRINHA MARIA SARAIVA QUE CASOU COM O CAPITÃO-MOR DE POMBAL FRANCISCO DE ARRUDA CÂMARA. CONSTRUÍU NA MARGEM ESQUERDA DO RIACHO DOS PORCOS UM SOBRADO DE TAIPA E ENGENHO PARA FABRICAÇÃO DE RAPADURA.

A DATA (19.800 m.) EM 1783 - ATINGINDO OS LUGARES - EMAS, JATOBÁ, MULUNGU, SANTO ANTÔNIO, CANGUIRA E ADEQUENHOU, FICANDO DENTRO O RIACHO DA PALHA, FOI AMPLIADA POR DATA DE SOBRAS.



COM A MORTE DE ARRUDA CÂMARA, - SÉRGIO MAIA DE VASCONCELOS-OTÍLIA IDALINA MAIA -

TODA A REGIÃO FOI FRAGMENTADA. FRANCISCO MAIA -CEL. MAIA - ADQUIRIU A FAZENDA CABEÇOS, INCLUINDO O OLHO D'ÁGUA DE MANDEL FERREIRA CALADO, DOANDO ESTE ÚLTIMO SÍTIO A SEU FILHO SÉRGIO MAIA, CASADO COM OTÍLIA MAIA QUE CONSTRUÍU A ATUAL RESIDÊNCIA E COM JUNTOS INDUSTRIAIS. COM O FALECIMENTO DO CASAL, PASSOU A PERTENCER AO FILHO JOSÉ SÉRGIO MAIA CASADO COM EVANGELINA (EVINHA) MARIZ MAIA.



ESPÓLIO DE JOSÉ SÉRGIO, - JOSÉ SÉRGIO MAIA - EVANGELINA (EVINHA) MARIZ MAIA - SEU FILHO JOSÉ OTÁVIO MAIA DE VASCONCELOS ADMINISTRA A PROPRIEDADE

6. Fazenda Cabeços:

SERTÃO DE CATOLÉ DO ROCHA. PB.

FAZENDA CABEÇOS



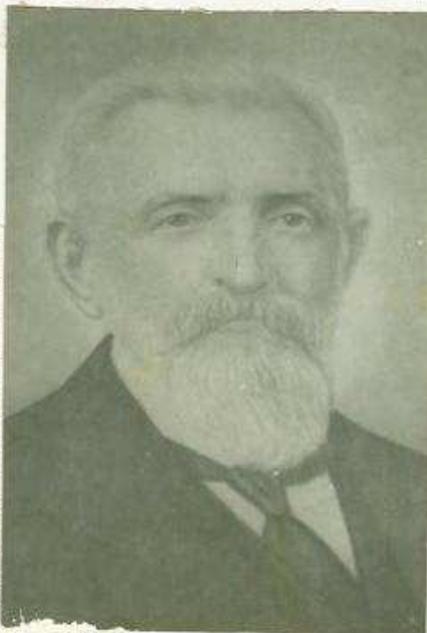
SERRA DOS CABEÇOS - LIMITES DA PARAÍBA COM RIO GRANDE DO NORTE - CATOLÉ DO ROCHA

Fotos: Luciano Maia - trineo do casel



CASA GRANDE DA FAZENDA CABEÇOS - ADQUIRIDA POR FRANCISCO MAIA DE VASCONCELOS -1877

Fotos: Arquivo da família Maia



FRANCISCO HERMENEGILDO MAIA DE VASCONCELOS - N. 06.08.1836 - F. 04.07.1935 C.C.



Montagem: Américo Sérgio Maia-1998

HERMÍNIA MAIA DE VASCONCELOS N. 1838 - F. 1874

7. Fazenda Jatobá:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS

MICRORREGIÃO 89 - CATOLÉ DO ROCHA

FAZENDA JATOBÁ

ESSA PROPRIEDADE PERTENCEU AO POETA MANUEL ALVES MAIA C.C. MARIA ANA DE VASCONCELOS, FOI DADA COMO DOTE A FILHA ERMINA AO CASAR-SE COM FRANCISCO HERMENEGILDO MAIA DE VASCONCELOS, EM 1856. FOI LÁ QUE NASCERAM OS DOZE FILHOS DO CASAL; ONDE FUNCIONOU A PRIMEIRA ESCOLA DOMÉSTICA DO MUNICÍPIO. COM A MORTE DE D. ERMINA A PROPRIEDADE FOI DIVIDIDA, FICANDO DUAS PARTES PARA ANTÔNIO QUE FOI CASADO COM DUAS FILHAS DO CORONEL: FRANCISCA E JÚLIA MAIA.



RUINAS DA CASA GRANDE DA FAZENDA JATOBÁ; ESSA PARTE DA PROPRIEDADE HOJE PERTENCE AOS HERDEIROS DE VICENTE ROCHAEL;



POETA MANUEL ALVES MAIA



MARIA ANA DE VASCONCELOS



ERMINA DE VASCONCELOS MAIA



FRANCISCO HERMENEGILDO MAIA VASC.



ANTÔNIO GOMES DE ARRUDA BARRETO
N. 1857 - F. 1909



JÚLIA ERMINA MAIA DE VASCONCELOS
N. 1865 - F. 1897

8. Fazenda Cameté e Monte Verde:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS
MICROREGIÃO 89 - CATOLÉ DO ROCHA, PB.

FAZENDA CAMETÁ - MONTE VERDE



Manuel Alves Maia -II -
(o poeta) 1812-15.3.1892
PRIMEIRO PROPRIETÁRIO



ATUAL CASA DA FAZENDA - CONSTRUÍDA POR ARIONE MAIA
NAS PROXIMIDADES DA CASA PRIMITIVA - HOJE ABANDONADA.



JOÃO AGRIPINO MAIA
DE VASCONCELOS - I -
2º CASAL PROPRIETÁRIO - POR COMPRA.



IDALINA FRANCISCA
DE VASCONCELOS
2º CASAL PROPRIETÁRIO - POR COMPRA.



SÉRGIO MAIA DE
VASCONCELOS
3º CASAL PROPRIETÁRIO POR HERANÇA



OTÍLIA IDALINA MAIA
HERDEIRA DE SEUS PAIS
3º CASAL PROPRIETÁRIO POR HERANÇA



NATANAEL MAIA FILHO
-DR. IDIÓ -
AMBOS FALECIDOS



LUZIA MAIA - HERDEIRA
QUARTOS PROPRIETÁRIOS -
AMBOS FALECIDOS

O PRIMEIRO PROPRIETÁRIO - MANUEL ALVES MAIA - RESIDIA NA PROPRIEDADE. NAS VÂRZEAS ALAGADAS DO MONTE VERDE FAZIA GRANDES PLANTAÇÕES DE ARROZ. PERDEU A VISÃO DE UM OLHO COLHENDO ESSE CEREAL. OS 2º e 3º PROPRIETÁRIOS UTILIZAVAM A PROPRIEDADE PARA CRIAÇÃO DE GADO VACUM. OS 4º PROPRIETÁRIOS PASSAVAM OS MESES DE INVERNO. O 5º PROPRIETÁRIO - ARIONE MAIA - LAMENTAVELMENTE, TRANSFERIU O DOMÍNIO PARA PESSOAS EXTRANHAS À FAMÍLIA MAIA. EM FRENTE À CASA DA FAZENDA EXISTE UMA LAGOA QUE TRANSBORDA EM ANOS INVERNOSOS.

9. Fazenda Malhada de Areia:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS

MICRORREGIÃO 89 - CATOLE DO ROCHA

FAZENDA MALHADA DA AREIA

FAZENDA ADQUIRIDA POR CHATEAUBRIAND MAIA DE ARRUDA BARRETO, EM 1916, DO SR. JOÃO BOMBAÇA DO NASCIMENTO / (SEU JOCA). HOJE A FAZENDA MALHADA DA AREIA PERTENCE AOS SEUS FILHOS: ADÍLIA SUASSUNA DUTRA, CESÍDIO, ESTÁCIO E FABRE SUASSUNA BARRETO.



CASA RESIDENCIAL CONSTRUÍDA POR CHATEAUBRIAND MAIA DE ARRUDA BARRETO E ADÁLIDA SUASSUNA BARRETO, EM 1916. AS CAJARANEIRAS NA FRENTE DA CASA, UMA, FOI PLANTADA PELO PRIMEIRO PROPRIETÁRIO, A OUTRA POR CHATEAUBRIAND; CHATEAUBRIAND ERA JUIZ DE DIREITO EM CATOLE DO ROCHA E RESIDIA NA FAZENDA.



ADÍLIA NO AÇUDE DA MALHADA DA AREIA - 1995



CHATEAUBRIAND



ADÁLIDA



CESÍDIO



ESTÁCIO



FABRE

10. Fazenda Pedras Altas:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOSMICRORREGIÃO 89 - CATOLÉ DO ROCHA - PBFAZENDA PEDRAS ALTAS (EX-LAGOA DE PEDRA) Catolé da Rocha, PB

CASA RESIDENCIAL
ONDE O CASAL -
MANUEL MAIA DE
VASCONCELOS -
SERGINA MAIA -
SEUS PROPRIETÁRIOS -
PERMANECIAM DURANTE
OS MESES DE INVERNO
AUSENTANDO-SE DA
CAPITAL DO ESTADO,
ONDE RESIDIAM.



Foto Antônio Nobre Mariz Maia

O CASAL DESEMBARGADOR APOSENTADO
MANUEL MAIA DE VASCONCELOS -
SERGINA MAIA - COM SEUS OITO
FILHOS. APENAS OS TRÊS HOMENS
SOBREVIVEM ATUALMENTE: AMÉRICO
(NETO), PAULO E SÉRGIO SEGUNDO.
FALECIDOS: LENIRA, ELVIRA, DORIS,
ISA E OTÍLIA IDALINA.



Foto: Arquivo da família

ALÉM DA FAZENDA PEDRAS ALTAS
O CASAL POSSUIA: METADE DA
FAZENDA MARAVILHA, SÍTIO DOS
BATISTAS NO RIACHO DOS PORCOS
E FAZENDA LIBERDADE.

CASA DA FAZENDA
PARAGUAI - ONDE
O CASAL FAZIA
CRIAÇÃO DE
BOVINOS E PE-
QUENAS CULTU-
RAS. A CASA
SERVE DE ARMA-
ZÉM.

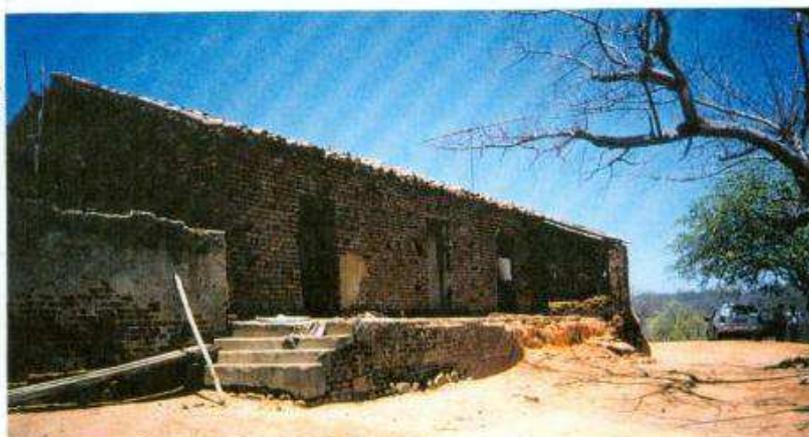


Foto: América Maia - 1999

11. Fazenda Várzea do Roçado:

MICRORREGIÃO 89 - CATOLÉ DO ROCHA
 FAZENDA VÁRZEA DO ROÇADO



Vista
 VISTA PARCIAL DA SEDE DA
 FAZENDA VÁRZEA DO ROÇADO



CASA GRANDE

OSÓRIO BENÍCIO MAIA



INÍCIO DO SÉCULO XX - RESIDÊNCIA DE OSÓRIO BENÍCIO MAIA, FILHO DE BENÍCIO MAIA E CRISTINA MAIA, ESTA NETA DE JOSÉ LOBO DOS SANTOS MAIA E DE FELICIA JOAQUINA DOS SANTOS MAIA;

A FAZENDA PERTENCEU AO PATRIMÔNIO DE JOSÉ LOBO DOS SANTOS MAIA, DESMEMBRADO APÓS SUA MORTE.

OSÓRIO LEVOU UMA VIDA MUITO AGITADA; GOSTAVA MUITO DE ARMAS DE FOGO E SE VANGLORIAVA DE SER UM DOS MELHORES ATIRADORES DA REGIÃO, TENDO COMETIDO UM CRIME, REFUGIOU-SE EM SUA CASA DE FAZENDA, RESISTINDO AOS CERCO POLICIAIS, TENDO CAVADO UMA SAÍDA SUBTERRÂNEA NUM DOS QUARTOS A UM MATAGAL, ONDE PODERIA ESCAPAR SEM SER VISTO PELOS POLICIAIS.

PARTE DA FAZENDA PERTENCE A EDUARDO MAIA, CASADO EM PRIMEIRAS NUPCIAS COM NOEMIA ROCHAEL MAIA, EM SEGUNDAS NUPCIAS COM MARIA AMBROSINA MAIA (MARI - QUINHA); FILHOS: EDUARDO E IVONILDO.

12. Conceição:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOSMICROREGIÃO 89 - CATOLÉ DO ROCHAFAZENDA CONCEIÇÃO

CASA GRANDE DA FAZENDA CONCEIÇÃO

AMÉRICO HERMENEGILDO
MAIA DE VASCONCELOSAMÉRICO MAIA DE
VASCONCELOS

SÍLVIA MARIZ MAIA

CONCEIÇÃO - ANTIGO PATRIMÔNIO DE UMA IGREJA. JOSÉ LOBO DOS SANTOS MAIA APOSSOU-SE DE UMA PARTE QUE FOI DOADA A SUA NETA MARIA IDALINA, CASADA COM AMÉRICO HERMENEGILDO MAIA DE VASCONCELOS. ESSA FAZENDA FICOU COM AMÉRICO MAIA DE VASCONCELOS, CASADO COM SÍLVIA MARIZ MAIA. HOJE PERTENCE AOS HERDEIROS (SUAS FILHAS): ZÉLIA, IEDA, AÍDA, ANGELINA, SÍLVIA E MARIA DAS NEVES.

13. Prado e Latão:

SÍTIOS PRADO-PB E LATÃO - RN

OS SÍTIOS PRADO E LATÃO LOCALIZAM-SE NA PARTE SUL MAIS ELEVADA (550m.) DA SERRA DOS CABEÇOS. ADQUIRIDOS POR FRANCISCO MAIA DE VASCONCELOS (CEL. MAIA) FORAM DOADOS AO FILHO HERMÍNIO MAIA DE VASCONCELOS, CASADO EM SEGUNDAS NÓPCIAS COM ELISA IOALINA MAIA. COM O FALECIMENTO DO CASAL FICOU COM ALGUNS HERDEIROS, PERTENCENDO HOJE AO FILHO DO CASAL PAULO MAIA DE VASCONCELOS.



HERMÍNIO MAIA



ELISA IOALINA MAIA



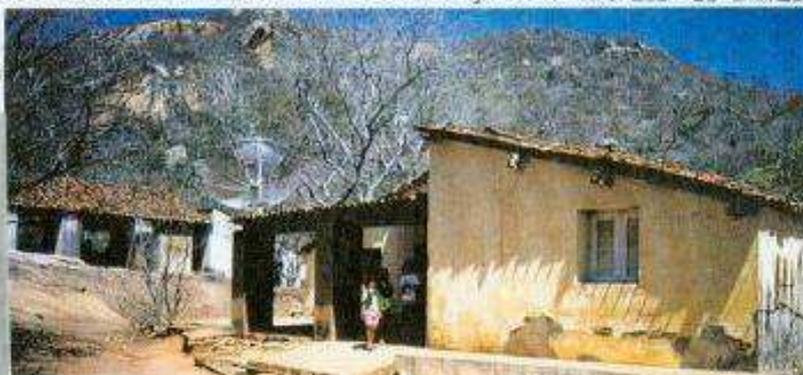
JOÃO AGRIPINO MAIA SOBRINHO (ENG. AGRÔNOMO)

JOÃO AGRIPINO SOBRINHO COMPROU GRANDE PARTE DA HERANÇA PARA FAVORECER OS IRMÃOS.

ATUAL PROPRIETÁRIO



PAULO MAIA DE VASCONCELOS. ENG. AGRÔNOMO APOSENTADO - RESIDE EM CAMPINA GRANDE, PB.



CASA RESIDENCIAL DO PRADO - AD LADO GALPÃO DO ENGENHO A MOTOR



A CASA DE RESIDÊNCIA DO LATÃO RUIU. EXISTE UM ARMAZÉM

14. Fazenda Maravilha:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS
FAZENDA MARAVILHA - MUNICÍPIO DE BELÉM DE BREJO DO CRUZ, PB

AMPLA CASA
DA FAZENDA -
CONSTRUIDA
POR SÉRGIO
MAIA DE VAS-
CONCELOS -
CASADO COM
OTÍLIA IDALI-
NA MAIA



Foto: Antonio Nobre Mariz Maia

A PROPRIEDADE PERTENCE AOS HERDEIROS DO CASAL

O CASAL SÉRGIO - OTÍLIA MAIA RESIDIAM NO SÍTIO OLHO D'ÁGUA, CATOLÉ DO ROCHA - PARA MAIOR COMODIDADE E AMPLIAÇÃO DAS ÁREAS DE CRIAÇÃO DE SEUS GADOS - BOVINO, OVINO, CAPRINO, ADQUIRIU A FAZENDA CHAMADA MARAVILHA. ANTES ABANDONADA, COMEÇOU A SENTIR O EFEITO DA DEDICAÇÃO: TODAS AS CERCAS DE VARAS OU PAUAPIQUE FORAM SUBSTITUÍDAS POR ARAME FARPADO; O DESMATAMENTO PREDATÓRIO ^{FOI EVITADO.} CONSTRUÍU UMA AMPLA CASA RESIDENCIAL - ALPENDRE EM TRÊS LADOS, DIVERSOS APOSENTOS - CASA PRÓPRIA E MODERNA DE UMA FAZENDA MODELO; A FAZENDA TORNOU-SE MARAVILHOSA. EM SUA ETIMOLOGIA, MARAVILHA - DO LATIM - MIRABILIA - QUER DIZER DIGNO DE ADMIRAÇÃO. O NOME VEM DE UM FENÔMENO DA NATUREZA: UM BLOCO INENSO DE GRANITO SUSTENTADO POR PEQUENOS SUPORTES, COMO SE VÊ NA FOTOGRAFIA.



BLOCO GRANÍTICO ...



CASAL
SÉRGIO-OTÍLIA
MAIA



SUSTENTADO POR PEQUENOS APOIOS

- Fotos montadas: Antônio B. Maia - 1999

15. Fazenda Volta:

CASAS DE FAZENDAS E DE SÍTIOS
MICRORREGIÃO 89 - CATOLÉ DO ROCHA
FAZENDA VOLTA

ADQUIRIDA POR ALEXANDRINO SUASSUNA NOS MEADOS DO SÉCULO XIX.




JOANA PESSOA DE VASCONCELOS SUASSUNA

CASA GRANDE CONSTRUIDA POR ALEXANDRINO SUASSUNA E MODIFICADA POR ANTÔNIO GOMES DE ARRUDA BARRETO EM 1902, ONDE FOI MORAR COM SUA TERCEIRA MULHER, LAURA AMÉLIA SUASSUNA.

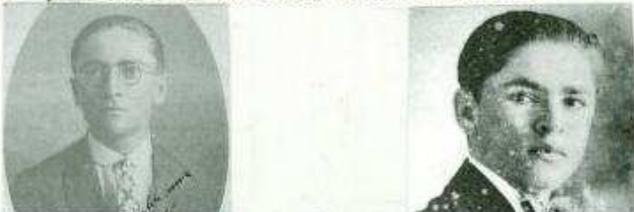


PIO SUASSUNA DOLORES HENRIQUES MAIA ANTÔNIO GOMES DE ARRUDA BARRETO LAURA SUASSUNA

EM 1906 A FAZENDA VOLTA FOI TRANSFERIDA POR HERANÇA PARA A VIÚVA JOANA PESSOA DE VASCONCELOS SUASSUNA E PARA SEUS FILHOS PIO SUASSUNA, CASADO COM DOLORES HENRIQUES MAIA E LAURA AMÉLIA SUASSUNA / BARRETO, CASADA COM ANTÔNIO GOMES DE ARRUDA BARRETO.

FAÇO QUESTÃO DE CITAR O NOME DE ANTÔNIO GOMES POR ELE TER SIDO MUITO IMPORTANTE PARA A FAMÍLIA MAIA. FOI O PRIMEIRO PROFESSOR DOS FILHOS DO CORONEL MAIA, EM 1875, E DE QUASE TODOS OS JOVENS DA PARAÍBA E DO RIO GRANDE DO NORTE; FOI CASADO COM DUAS FILHAS DO CORONEL; FRANCISCA E JÚLIA. REPRESENTOU A FAMÍLIA MAIA NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA COMO DEPUTADO ESTADUAL EM DUAS LEGISLATURAS: 1891-1892, 1908-1909, TENDO FALECIDO NO EXERCÍCIO DO MANDATO, EM 1909.

HOJE A FAZENDA PERTENCE AOS ESPÓLIOS DE ANTÔNIO E ALEXANDRINO SUASSUNA BARRETO, FILHOS DE ANTÔNIO GOMES E LAURA.



ANTÔNIO SUASSUNA BARRETO ALEXANDRINO SUASSUNA BARRETO

ANEXO III
CENSO AGROPECUÁRIO DE 1920

Bananeiras

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
318 Luiza Rocha	Sítio Pau d'Arco
319 Francisca das Neves	Chan da Guabiraba
320 Firmino das Neves.	Sítio Flôr do Café
321 Joaquim José das Neves	Flôr do Café
322 José Joaquim das Neves	» » »
323 Carmino Laino	Pau d'Arco
324 Aprigio Patricio Ramalho	Boqueirão
325 Joaquim do Rego	Pau d'Arco
326 Dr José de Mello	Sítio Bacupary
327 Carlos Espinola.	» Myona
328 Felintho Florentino Rocha	» Jatobá
329 José Leite Ramalho	Myona
330 Joaquim Barbosa	Thomé
331 Pedro Antonio de Alcantara	»
332 Joaquim Cordeiro	Myona
333 João Victor.	Bacupary
334 João Cordeiro	Myona
335 Antonio dos Santos	»
336 João Freire	»
337 Julio da Costa Palmeira	»
338 Manoel Pereira Lopes	»
339 Joaquin Pereira de Castro	Sítio Pilões
340 Bemvinda Maia	Myona
341 Antonio Cordeiro da Costa	Cumaty
342 José Antonio Ferreira Rocha	Myona
343 José Cordeiro da Costa	Cumaty
344 Pedro Domingos	Pau d'Arco
345 Emygdio Francisco dos Santos	Roma
346 Adolpho Carneiro da Cunha	Cumaty
347 Francisco Barbosa Coutinho	»
348 Plínio Passos	Raposa

Brejo do Cruz

1 Manoel Antonio de Oliveira	Campo Alegre
2 Dario de Alencar Peixoto	Fazenda Ipoeira
3 Antonio Targino Bezerra	Ipoeira
4 Josué Targino da Silva	»
5 Francisco Ayres da Cruz	»
6 Antonio Alves Praxedes e outro	»
7 Laurindo José Bezena	Sítio Taboleiro
8 Anna Maria da Conceição	Riacho Escuro
9 João Aggripino de Azevedo Maia	Cachoeira
10 Jeremias Francisco de França	Taboleiro do Meio
11 Manoel Antonio Alves	» » »
12 Cassiano Alves do Rego	Prado Monte
13 Salvino Pereira Maia Pinagé	Santa Esperança
14 Miguel Clementino do Rego	Barraca
15 Delmiro Fausto de Mello.	Sítio Logradouro
16 Candido Marcos Evangelista	Varzea Grande
17 Francisco Dias de Oliveira	Manga
18 Joaquim Domingos do Nascimento	»
19 José Lucio de Souza	Genipapo
20 Antonio Ferreira Lucio	»
21 José Clementino Cavalcanti	»
22 Manoel Alves de Moura	»

Brejo do Cruz

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
23 Antonio Innocencio de Araujo	Corredor
24 Herdeiros de Joaquim G Baptista	»
25 José Alves Baptista	»
26 Herdeiros de José J. Cavalcanti	Curralinho de Baixo
27 Joaquim Olympio Cavalcanti	» » »
28 Almino Ferreira do Nascimento	Pedia Branca
29 Herdeiros de Antonio F Nascimento	» »
30 Emygdio	Carnaúba
31 José Ramos de Souza	»
32 Francisco Soares Barbosa	Varzea Nova
33 » » »	Noivega
34 Herdeiros de Antonio F Alves	Malhada do Boi
35 Fimmo Bezerra Cavalcanti	Salgadinho
36 Affonso Arthur de Oliveira	Logradouro
37 João Carreiro de Almeida	Riacho do Agreste
38 José Ferreira da Silva	» » »
39 José Lucio de Oliveira	» » »
40 Francisco Alves de Moura	» » »
41 Candido José Ferreira	» » »
42 Manoel Pedro da Silva	Varzea do Brejo
43 Antonio L Pinto Ramalho	Varzea da Seria
44 Joaquim Francelino Alves	» » »
45 Joaquim Pedro da Silva	» » »
46 André Pedro da Silva	» » »
47 João Pedro da Silva	» » »
48 Pedro Francisco de Souza	Varzea da Roça
49 Bernardino Soares Barbosa	Varzea Completa
50 José Antonio Sobrinho	» »
51 Joaquim Germano da Costa	Agua Preta
52 Bernardino Soares Barbosa	Timbaúba
53 Joaquim Ferreira Nobre	»
54 Candido Ferreira dos Santos	»
55 Herdeiros de João Rozendo da Costa	»
56 José Wenceslau Ferreira Nobre	»
57 José Rozendo da Costa	Barra do Catolé
58 Enéas Anastacio	Riacho do Catolé
59 Herdeiros de João Manoel Nunes	Contenas
60 Waldevino Lobo Ferreira Maia	Macacos
61 Francisco Gomes da Silva	Pedra d'Agua
62 Antonio Marinho de Oliveira	» »
63 Abdon Soares de Paiva	Agua Azul
64 Francisco de Azevedo Maia	» »
65 José Felix de Azevedo	» »
66 Manoel Felix de Azevedo	Mundo Novo
67 Herdeiros de Manoel F de Azevedo	» »
68 José Ambrosio Camello	» »
69 Cypriano Alves Baptista	» »
70 Manoel José Baptista	São Pedro
71 Manoel Cyrillo Ferreira Maia	Bôa União
72 Bernardino S Barbosa Primo	» »
73 Raymundo Soares de Paiva Torres	Massapé
74 Thereza Maria das Chagas de Jesus	Acauã
75 Candida Clentina da Silva	»
76 Pedro Alexandrino Baptista	Alto da Ameixa
77 Aggripio Ovidio do Nascimento	Jacú
78 Vicente Bezerra	Serrote
79 Honorio Leandro dos Santos	»

Brejo do Cruz

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
80 Francisco Pedro da Silva	Recanto
81 Chrispiniano Pedro de Souza	»
82 Casemiro Pedro da Silva	Vaizea do Poço
83 Manoel Tranquillino de Farias	» » »
84 Maria Delphina da Conceição	» » »
86 Raphael Gomes de Farias	» » »
87 Roseno Pereira de Freitas	» » »
88 José Pedro da Silva	» » »
89 Viugolino Soares da Silva	» » »
90 Alvaro Dantas de Paula	Saiaiva
91 Antonio Dantas de Oliveira	Juremal
92 Camillo Freire Pedrosa	»
93 Manoel Luiz Filgueiras	Terra Nova
94 Manoel Fernandes Pimenta	Passagem Limpa
95 Antonio Alvino de Souza	Morada Nova
96 Francisco Soares de Britto	Malhada Fuuda
97 Joaquim Gomes de Farias Filho	Tiunpho
98 » » » » »	»
99 José Alves Fernandes	Riacho do Jardim
100 Manoel Felix da Silva	Cacimbas
101 Ambrosio Modesto da Silva	»
102 Heideiros de Sergio Silveira	»
103 José Maximiano dos Santos	»
104 Justino Alves Fernandes.	Olho d'Agua
105 Joaquim Raymundo da Costa	Vaizea Grande
106 José Clementino do Nascimento	Chique-Chique
107 José Pereira da Silva e outros	Barra de Cima
108 Candido José Pereira.	» » »
109 Francisco Pereira da Silva e outros	» » »
110 João Moreira Dantas Filho	Monte Verde
111 Manoel Marques do Nascimento	» »
112 Cassiano Barbosa de Medeiros	Riachão
113 Sylvestre Gomes de Medeiros	»
114 Manoel Pedro Rodrigues	Taquarituba
115 Umbellino José da Silva	»
116 Raphael José de Maria	»
117 Benicio Delphim Cavalcanti	»
118 Ciceio Seraphim de Almeida	»
119 João Candido da Cruz	»
120 Juventino Pereira da Silva	»
121 José Pinto Rodrigues	»
122 Abdias Alves de Moura	»
123 João Rodolpho de Castilhos e outros	»
124 Fiumo Ferreira do Nascimento	Buenos Ayres
125 Francisco Satyio da Nobrega	Fortuna
126 Cicero Pedro Diniz	São Gonçalo
127 Manoel Pereira Diniz	São Bento de Baixo
128 Ciccio Pedro Diniz	São Gonçalo
129 Manoel Gevasio Diniz.	» »
130 Juventino Dantas de Maria	» »
131 Alvaro Diniz de Maria	» »
132 Antonio Pinto Ramalho	» »
133 Antonio Herculano da Cruz	São Bento de Baixo
134 Antonio Vieira dos Santos	» » » »
135 » » » »	Boqueirão

Brejo do Cruz

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
136 Manoel Vieira dos Santos	Varzea do Poço
137 Leonel Clementino do Nascimento	» » »
138 Ezequel Justiniano de Oliveira	» » »
139 Americo José Pereira	» » »
140 José Delfino Cavalcanti	Areia Fina
141 Vital Candido Ramalho	Pinga Fogo
142 Josué Ribeiro Campos	Malhada do Comedor
143 Francisco Cardoso de Araujo	Genipapo
144 Vicente Ernesto de Medeiros e outros	»
145 Justiniano Carreiro Cavalcanti	São Bento
146 Ernestino M de Almeida	» »
147 Manoel Herculano da Cruz	» »
148 Paulino Cosme Dutra	Gangorinha
149 Manoel Rouxinol	São Bento
150 Antonio Herculano da Cruz	» »
151 Cicero Dias de Oliveira e outros	» »
152 Ricardo Avelino de Normandia	» »
153 Mortella Gomes de Andrade	Logradouro
154 Raymundo Gabriel	»
155 Simplicio Francisco do Nascimento	»
156 Manoel Bezerra dos Santos	Baia de Cima
157 Benevenuto Camello	Ponta da Serra
158 Sabino Gomes da Costa	Vacca Brava
159 Antonio Malaquias	» »
160 Francisco Angelino de Oliveira	» »
161 José Junqueira de Moraes	Varzea Grande
162 Maria Francisca da Conceição	» »
163 Manoel Salles Pimenta	» »
164 João Junqueira dos Santos	» »
165 José Raymundo da Costa	» »
166 Pergentino Ribeiro dos Santos	» »
167 Manoel Raymundo da Costa	» »
168 Paulino Baptista dos Santos	» »
169 José Junqueira dos Santos	» »
170 Martiniano Moreira Dantas	» »
171 José Antunes de Oliveira	» »
172 Antonio Cicero Rodrigues	Mufumbo
173 Antonio Alves do Nascimento	»
174 Manoel Paulino D de Moraes	Pedra Furada
175 Clementino Baptista Filho	Riacho da Palha
176 Maria Francisca da Conceição	Jurema
177 João Jorge Dantas Oliveira	»
178 Ezequiel Vianna de Mello	»
179 José Eloy de Oliveira	Buraco da Pedra
180 Sebastião Nonato de Oliveira	» » »
181 João Dantas da Costa	» » »
182 Francisco Cosme Dutra	Gangorinha
183 Candido Ferreira dos Santos	»
184 José Cosme Dutra	»
185 José Martins de Oliveira	»
186 Manoel Cosme Dutra	»
187 Francisco Ferreira dos Santos	»
188 Francisca Maria de Souza	»
189 Maria Dutra de Almeida	»
190 Juvencio G de Andrade e outro	Silva
191 Cicero Dutra Primo	Fechado
192 Antonio Dutra de Almeida	»

Brejo do Cruz

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)	
193	Joaquim Dutra de Almeida	Fechado
194	Francisco Dutra Sobrinho	Nova Vida
195	Antonio Francisco de Oliveira	Mufumbo
196	Raymundo Felipe Dutra	Fazenda Nova
197	Francisco Fernandes da Silva	Cachoeirinha
198	João Gomes da Silva	»
199	Maria Joanna da Conceição	»
200	Francisco Gomes da Silva	»
201	Odilon Ferreira Maia	Pontões
202	Henrique Ibiapino	Poço da Onça
203	Manoel L. Cavalcanti	» » »
204	José Alves de Oliveira	» » »
205	Vicente D. de Queiroz	» » »
206	Pedro Ferreira Dutra	Tranqueiras
207	José Martins de Oliveira	»
208	Maria Linda das Mercês	»
209	Manoel Ferreira Dutra	Riacho dos Bois
210	José Ibiapino	» » »
211	Joaquim Candido de Medeiros	» » »
212	Antonio dos Reis Maia	» » »
213	Sebastião G. de Souza	» » »
214	Antonio Baptista dos Santos	» » »
215	Irineu José da Silva	» » »
216	José Vianna Dutra	» » »
217	Manoel Candido de Medeiros	» » »
218	Manoel Felix de Moraes	Valparaizo
219	Otoni Fernandes Maia	Cachorro
220	Adolpho Maia	Desterro
221	Francisco Chagas de Andrade	Gangorra
222	Francisco Henriques de Maria	»
223	Manoel Ferreira Linhares	»
224	Olympio Pereira de Andrade	Desterro
225	Anna Maria da Conceição	—
226	Fausto Egydio Pereira	—
227	Joaquim Teixeira de Lyra Filho	Desterro
228	Leonel Teixeira de Lyra	Canario
229	Joel Teixeira Dantas	Passagem Limpa
230	João Manoel Teixeira	» »
231	Henrique Diniz Dantas	» »
232	José Preto da Silva	Varzea do Novello
233	Joanna Olympia Dantas	Passagem Limpa
234	José Diniz Barreto	Pau d'Arco
235	Maria Delmira de Jesus	Independencia
236	Philomena de Souza Dantas	Jatobá
237	José Diniz Dantas	»
238	Thomaz Fernandes Jalles	Soares
239	José Alves Teixeira	Emas
240	Pedro Fernandes Jalles	Extremas
241	Joaquim Cardoso de Araujo	Cutias
242	Francisca B. da Silva Saldanha	Mulungú
243	Domingos da Silva Saldanha	Passagem da Onça
244	Benedicto Saldanha	Utinga
245	Josephina Dantas Saldanha	Esperas
246	Joaquim da Silva Saldanha	Nova Aldeia
247	Maria Candida Saldanha	Bom Successo
248	Vicencia Francisca dos Santos	Alagamar
249	José Francisco Regis	Coelho

Brejo do Cruz

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
250 Francisco Pereira da Silva	Candeias
251 Maria Umbelina de Araujo	Santa Luzia
252 Umbellina Minerva de Almeida	» »
253 João Mendes de Araujo	Ramadinha
254 Manoel Minerva Pinheiro	»
255 Ananias Evangelista Medeiros	Altamira
256 João Francisco de Oliveira Baiios	Bom Jardim
257 João Mendes de Araujo	Lagôa da Pedra
258 Saturnino Bezerra de Araujo	Umburanas
259 Francisco Lazaio da Silva	Serrote Vermelho
260 Manoel Dias de Medeiros	Salgado
261 Manoel Martins de Oliveira	»
262 Joaquim da Silva Saldanha	Riacho do Meio
263 Herminio Mariano	Floresta
264 Miguel Cosme da Silva	»
265 Di Felipe de Britto Guerra	Timbaúba
266 Aureliano Augusto da Nobrega	»
267 Benedicto Veras Saldanha	Dois Irmãos
268 Joaquim da Silva Saldanha	Amazonas
269 Bernardino Cardoso	Pau d'Arco
270 Joaquim da Silva Saldanha	Olho d'Agua
271 Anna Izabel da Annuniação	» »
272 Maria Rosa de Oliveira	» »
273 Vicente Alves de Rezende	» »
274 Antonio Cassiano	» »
275 Joaquim Martins de Oliveira	» »
276 Emygdio B Pereira da Silva	Pedra Lisa
277 Maria Vicencia	» »
278 Leonor B Monteiro Saldanha	Graúnas
279 João Florencio	Retiro
280 Waldevino Lobo F. Maia	Fazenda Nova
281 Thomaz Cardoso de Souza	Arapuá
282 Eloy Felipe de Santiago	»
283 Antonio Leonardo J Nogueira	Pitombeira
284 Sabino Benicio Saraiva Leão	»
285 Placido Francisco Saraiva Leão	São José
286 Sabino Benicio Saraiva Leão	» »
287 Placido Francisco Saraiva Leão	São Placido
288 Antonio Dantas Saraiva	Santo Antonio
289 Lino Pereira Linor	» »
290 Manoel Capistrano Saraiva	» »
291 José Antonio de Maria	Emas
292 Antonio José de Maria	»
293 Manoel Francisco Xavier	»
294 Antonio Dantas Corrêa	»
295 Idalino Henrique Pereira	»
296 Juvencio Baptista de Oliveira	»
297 Adolpho Fernandes Maia	»
298 Justino Dantas Correia	»
299 Irineu B. da Costa Coelho	Pau d'Arco
300 Antonio Rochael Maia	Deserto
301 Venancio Clementino Linhares	Japcanga
302 Adolpho Fernandes Maia	Santa Thereza
303 Sabino Benicio Saraiva Leão	» »
304 » » » »	Fechado
305 » » » »	Fazenda Montevidéo
306 Antonio Galdino Saraiva Nicod	» Canadá

Brejo do Cruz

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
307 Anisio Fernandes Pimenta	Sítio Pilões
308 Antonio Alves Monteiro	Pilões
309 Francisco Paulo	»
310 José Lourentino de Matia	»
311 Manoel Pinheiro de Vasconcellos	Fazenda Pilões
312 Oberlins Fernandes Pimenta	Pilões
313 Francisco Clementino Linhares	Sítio Santa Rosa
314 Manoel Clementino Linhares	Tavares
315 Canuto José Monteiro	Bom Descanço
316 João Marques de Jesus	»
317 Anna Maria da Conceição	Fazenda Monte Formoso
318 Antonio Horacio F. Pimenta	Sítio Pedra Lisa
319 Felix Targino da Silva	Pedra Lisa
320 Francisco Leandro Vidal	Pau d'Alco
321 Manoel Alves de Azevedo	Alto Formoso
322 João Baptista de Araujo	Bom Logar
323 Bernardino Gonçalves Filho	»
324 Antonio Fernandes Pimenta	»
325 Manoel Cursino de Oliveira	»
326 Vicente Alves Fernandes Pimenta	Pilões
327 Honorato Ferreira Linhares	»
328 Francisco C. de Oliveira	Ramalhete
329 Francisco Alves Brazil	Pilões
330 Laurinda Bezerra da Conceição	»
331 Antonio Josias da Costa	Belém
332 Salvino da Cunha Lima	Gerimú
333 Moysés da Cunha Lima	Tuyuyú
334 Antonio da Silva Camara	Belém Velho
335 Octaviano Rodrigues Vianna	Belém
336 Caetano dos Santos	»
337 José Rochoael Maia	»
338 Manoel dos Santos Filho	»
339 Manoel dos Santos Aragão	»
340 Antonia Maria da Conceição	Fechado
341 Dr Augusto Francisco de Rezende	»
342 Henrique Herculano da Cruz	Campo Alegre
343 Francisco Vieira de Mello	Gangorra
344 Clementino Ferreira Linhares	Santa Rosa
345 Francisco Forte de Oliveira Maia	Gravier
346 Waldevino Lobo Ferreira Maia	»
347 Francisca Clara Linhares	Pinheira
348 Manoel Braga dos Santos	Lagôa da Pedra
349 Manoel Luiz Fernandes	Bom Jesus
350 Pompeu Teixeira de Lyra	Maravilha
351 Francisco Alves de Oliveira	Timbaúba
352 Waldevino Lobo Ferreira Maia	Passagem
353 Francisco Romão de Oliveira Forte	Sanhé
354 Manoel Ferreira da Silva	»
355 Antonio de Oliveira Forte	»
356 Manoel de Oliveira Forte	»
357 Francisco Maia de Oliveira Forte	»
358 José Tarquinio de Oliveira Forte	»
359 João Etelvino da Cunha	»
60 Guilhermina Maria da Conceição	São Pedro
61 Victorino Ayres Dantas	Riacho do Meio
62 Joaquim Ferreira de Mello	Tapéia
63 José Apollinario de Britto	Bôa Vista

Brejo do Cruz

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
364 Antonio Targino Bezerra	Cuijal Queimado
365 Roberto Alves de Oliveira	» »
366 Bellarmino Dutra de Almeida	Bolivia
367 Maria Senhorinha de Almeida	»
368 Francisco José da Cunha	Tapéra
369 Thomaz de Souza Guimarães	Monte Alegre
370 João de Souza Guimarães	» »
371 José Antonio Linhares	Tapéra
372 Nilo dos Reis Fortes	»
373 Henrique Gomes de Araujo	Riacho dos Ferros
374 Antonio Saldanha	Palha

Cabaceiras

1 José L. de Menezes.	Cachoeira
2 Fortunato José Farias	»
3 José Eugenio de Souza	Cacimba
4 José Ferreira Vêras.	Fazenda Ipoeira
5 Raymundo Pessôa Sobrinho	» Queimados
6 Bernardino José de Souza . . .	» Cacimba
7 Joaquim Pessôa da S. Sobrinho	Queimados
8 Felix José de Farias	Fazenda Ignez
9 João Marianno Farias	Cacimba
10 Faustino Enéas Cavalcanti	»
11 Nicolau José de Souza	»
12 José Ignacio V. de Souza	Ipoeira
13 João Alcantara Guimarães	Fazenda Gangorra
14 Ignacio Farias Cavalcante	Ipoeira
15 Quintino C. de Mello	Fazenda Angico
16 Felix Virgolino de Souza	» José dos Santos
17 Malaquias B. de Menezes	Maribondo
18 José Maria Pereira de Barros	»
19 Bernardina Maria da Conceição	Cachoeira
20 José Mendes Barbosa	Fazenda Moraes
21 Marianno Freitas Cavalcanti	» Algodoaes
22 Edwiges Maçal de Farias	Algodoaes
23 Braziliiano Farias Maciel .	»
24 Martiniano Francisco de Araujo	Fazenda Serrote Branco
25 Manoel Ernesto do Rego	» Vacca Brava
26 João Vicente	Foiquilha do Rio
27 José Tavares	Pato
28 Luiz Vianna	Bôa Vista
29 Miguel Tavares	Barreiras
30 Felipe Tavares	Pato
31 Francisco Tavares	Barreiras
32 Enéas de Oliveira	Poço da Cruz
33 Antonio Caetano	» » »
34 Francisco Costa	Cruz
35 Samuel de Paula	Jacaré
36 Amaro Claudino .	Maniçobas
37 Antonio A. Francisco	»
38 Florencio Firmino	Poço da Cruz
39 Manoel Alves	Maniçobas
40 João Baptista	Pedrinhas
41 Antonio Firmino	Jacaré
42 Antonio Leonardo .	Cortume

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
1 Francisco Rocha	Sítio Corrente
2 Joaquim Custodio da Silva	Villa do Catolé do Rocha
3 Herculano Accacio Galvão	Tapéria
4 Pedro Pereira Nunes	Rancho do Povo
5 Manoel Joaquim Filho	Villa do Catolé do Rocha
6 Christiano Suassuna.	» » » » »
7 Joaquim Benjamin Cavalcanti	Sítio Tapéria
8 Joaquim Ramiro da Silva	Duos
9 João Firmino de Brito	Corrente
10 Santissimo Sacramento	Santissimo
11 Benicio Alves Maia	Tapéria
12 Joaquim Benjamin Cavalcanti	»
13 Agostinho Vieira da Rocha	»
14 Antonio da Silva Saldanha	Sítio Cajueiro
15 Joaquim Evangelista de Souza	Cajueiro
16 Eduardo de Araujo Barreto	»
17 Candido de Aquino	»
18 João da Motta Barreto	»
19 João Izidio de Mello	»
20 José Seraphim Filho	»
21 Theodosio Ferreira Barreto	»
22 Abilio Ferreira de Araujo	»
23 Herminio José da Silva	»
24 Seraphim Ferreira de Mello	
25 Francisco Ferreira de Araujo	Veados
26 José Pereira de Lima	João Gordo
27 Antonio Thomaz Pereira	Lages
28 José da Silva Filho	Páo de Leite
29 Maria Custodia da Conceição	Logradouro de Cima
30 Manoel Antonio Guedes.	Logradouro
31 Sergio Henriques de Freitas	»
32 Antonio Augusto Cavalcanti	Varzea Nova
33 Manoel Guedes Bezerra	» »
34 João Augusto de Sá	» »
35 Maria Emilia de Sá	» »
36 Manoel Benicio de Sá	» »
37 João Liberalino Magno	São José
38 Francisco Lima Filho	Trapiá
39 Miguel da Silva Saldanha	Serra do Cuvello
40 Antonio Ferreira de Andrade	» » »
41 José Francisco	Pedia do Sino
42 Benevenuto Gonçalves da Costa	Estrella
43 José Lucio do Nascimento	Cantinho
44 Francisco Germano	»
45 Manoel Bertho	»
46 Manoel Antonio da Costa	Pila
47 José Ribeiro de Lima	»
48 Annuciato Lima	Estrella
49 Antonio Thomaz de Souza	»
50 Cornelio Pimenta	Buraco
51 Saturnino Limeira Pinto	Estrella
52 Francisco Pedro Barteto	Brejinho
53 Rufino Limeira de Souza	»
54 Laudelino Bezerra	»
55 Antonio Roberto de Oliveira	Gravatá
56 Francisco Marques	Vertentes
57 Antonio Salles de Lyra	Massapé

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
58 Francisco Seraphim da Rocha	Logradouro
59 Sergio Queiroz de Oliveira	»
60 Lucas José de Souza	»
61 Idalina Maria da Conceição	»
62 Raulino José Bezeira.	Taboleiro
63 João Marcolino da Silva	Logradouro
64 João Clementino de Souza	João Fernandes
65 Pio Suassuna	Maniçoba
66 Hercilio Maia de Vasconcellos	»
67 Sylvio Suassuna	Picos
68 José Alexandre Borges	Maniçoba
69 Antonio Olympio Maia de Vasconcellos	»
70 Manoel Thomaz de Aquino	»
71 José Antonio de Souza.	»
72 Francisco José de Sant'Anna	Situação
73 Bento de Sá Cavalcanti	Maniçoba
74 Franklin José de França	Massapê
75 Francisco Vieira Lima	Maniçoba
76 Raymundo de Sá Cavalcanti	»
77 Antonio Francisco de Sant'Anna	»
78 Celestino Vieira.	»
79 Manoel Alves de Andrade	»
80 João Alves de Souza	Trapiá
81 João de Paiva Cavalcanti	»
82 Soteio José de França	Boqueirão
83 José Gonçalves da Silva	»
84 João Pereira de Souza	»
85 Sancha Maria da Conceição	Maniçoba
86 José Pereira da Cunha	Boqueirão
87 Januario Pereira de Souza	»
88 Simplicio Pereira da Cunha	»
89 Vicente Ferreira de Souza	»
90 Francisco Fausto de Araujo	»
91 Almino Alves Ribeiro.	»
92 Antonino da Silva Saldanha	Sant'Anna
93 Almino J de Oliveira	Riacho de Cavallos
94 Antonino da Silva Saldanha	Timbaúba
95 » » » »	Barrocas
96 Ascendino de Almeida e outros	Capim Manso
97 Izabel M de Sá Cavalcanti e outros	Bujari
98 Francisco Daniel Filho	Riacho de Cavallos
99 Candido F Torres	Bujari
100 Quintiliano Vieira Lima	Jaleco
101 Francisco Vieira Lima	Barrocas
102 Antonio Zuza da Silva	Bom Nome
103 Pacifico de A Filho	Sant'Anna
104 Ariamiro de Almeida e outros	Carnaúbas
105 João N Souza	Recordo
106 Avani P de Almeida e outro	Panati
107 João V de Lima.	Recordo
108 Ernestina Pires de Almeida e outros	Sant'Anna
109 Felinho Gomes da Silva	Bello Monte
110 Vito J de Almeida.	Bom Nome
111 Maria F da Conceição	Batatas
112 Joaquim Ferreira	Sant'Anna
113 Joaquim P. da Silva	Comedor
114 Francisco Pereira e outros	Barrocas

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
115 Maria M de Alencar e outros	Cajazeiras
116 José J da Costa.	Seiia Redonda
117 Ernestina J. da Conceição e outros	» »
118 Illuminata M de Jesus e outros	Riacho de Cavallos
119 Antonio Balduino	Vertentes
120 Guilhermina M. da Conceição e outros	Feixe
121 Margarida M de Jesus	Sant'Anna
122 João C de Góes	Cajazeiras
123 Argemiro A de Almeida	Sant'Anna
124 Izabel de Almeida e outros	»
125 Vito J de Almeida	»
126 Gabriel G de Maria	Panati
127 Antonio S de Figueiredo e outros	Recordo
128 Maria A Carneiro	Riacho de Cavallos
129 Pompeu V de Freitas	» » »
130 Cléa de Sá Cavalcanti	Timbaúba
131 Manoel Seraphim de Andrade e outros	»
132 José V. Caássiano	Riacho de Cavallos
133 José Vieira Carneiro	» » »
134 Lucas Vieira de Freitas	» » »
135 Pedro Vieira Carneiro	» » »
136 Raymundo G Bezerra e outros	» » »
137 Manoel G. Bezerra	» » »
138 Vicente Vieira Carneiro	» » »
139 Manoel Thomaz de Aquino	» » »
140 Manoel Vieira Sobrinho	» » »
141 Margarida V Carneiro e outros	» » »
142 Francisco Carneiro Vaz	» » »
143 Juvencio S. da Silva	» » »
144 Francisco A de Souza e outros	» » »
145 Vicente F Barbosa e outros	» » »
146 Francisco José da Costa	» » »
147 Manoel Fernandes Vieira	Varzea Redonda
148 Antonio Vieira Carneiro	» »
149 José Vieira Carneiro	» »
150 Francisco G dos Santos	Bom Nome
151 Maria Rosa da Conceição	Batatas
152 Rozendo Vieira	Bom Nome
153 Albino Alves Ribeiro	» »
154 Themistocles O Maia	» »
155 Waldevino Lobo F Maia	Jatobá
156 Achilles S da Silva	Melancia
157 Manoel S de Souza.	»
158 Waldevino Lobo F. Maia	Bôa Vista
159 Francisco V Finto	Dinamarca
160 Waldevino Lobo F. Maia	»
161 Antonio da Silva Saldanha	»
162 João Alves da Silva	Páo de Leite
163 Francisco Pereira Nunes	Valparaíso
164 Francisco Custodio da Silva	»
165 Venancio Santiago	»
166 Emygdio Gonçalves de Rezende	»
167 Genesio Rodrigues Lima e outros	»
168 Salustiano Henriques de Freitas	Páo de Leite
169 Hermano Limeira e outros	Serrote das Cabras
170 José Bellarmino de Oliveira	Malhada dos Veados
171 Venancio José de Medeiros	Cajazeiras

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
172 Manoel Pereira de Alencar	Cajazeiras
173 Luzia Maria da Conceição.	»
174 Joaquim Candido do Nascimento	Mendonça
175 Antonio Accacio Galvão	Ursina
176 Waldevino José de Lima e outros	Cajazeiras
177 Manoel Francisco de Medeiros	»
178 Salustiano Alves de Souza e outros	»
179 Cassiano Soares da Silva	Mendonça
180 Mgnoel Candido do Nascimento	Bujari
181 Cicero Lauro Diniz	Mendonça
182 Felipe Claudino da Costa e outros	São Pedro
183 Antonio Galdino de Oliveira	» »
184 José Joaquim Ferreira de Lima	» »
185 Senhorinha Limeira de Souza e outro	Papagaio
186 Bento Antonio das Neves	»
187 Antonio Pinheiro Dantas	Baldinho
188 João Paulo do Nascimento	»
189 Antonio Benjamin da Cruz	»
190 » » » »	Mão Torta
191 Octavio José de Maria	Timbaúbinha
192 Joaquim Quintiliano de Oliveira	»
193 Antonio Floripes de Mello	Buenos Ayres
194 Pedro de Araujo Barreto	» »
195 Felipe Santiago da Silva	Timbaúbinha de Dentio
196 João Francisco das Chagas e outro	Buenos Ayres
197 Francisco Alves Rothea e outros	Pá de Leite
198 Manoel Bento de Inojosa	Olho d'Agua de Porcos
199 Felix Saldanha da Silva e outros	» » » »
200 Alexandrino Pereira Lins	Pá de Leite
201 Joaquim Alves de Souza	Olho d'Agua de Porcos
202 Clementino Pereira Lins	Pá de Leite
203 Firmino Francisco de Mello	Buenos Ayres
204 José Emygdio de Souza e outros	Timbaúbinha de Dentio
205 Calixto José de Maria	Brejo de Cavallos
206 Manoel Luiz da Costa	» » »
207 Fortunato José de Oliveira	» » »
208 Pedro Ferreira de Mello	» » »
209 Francisco Alves Bezerra.	Pilar
210 Raymundo Alves de Freitas e outro	»
211 Felix Antonio Bezerra	Carnaúbinha
212 José da Costa Lima.	Grossos
213 Severino Elizio dos Santos	Triumpho
214 João Francisco de Oliveira	Brejinho
215 Osorio Joaquim de Freitas	»
216 Manoel Antonio Bezerra	»
217 José Alves de Souza.	Rajada
218 Symphonio G da Costa	Senote
219 » » » »	Malhada dos Veados
220 João Barbosa de Lucena.	Riacho do Cachorro
221 Maria Joaquina do Nascimento	Duros
222 Antonio Evangelista de Souza e outros	São Gonçalo
223 Waldevino Lobo Ferreira Maia	Dois Riachos
224 Adolpho Fernandes Maia	Curialinho
225 Rachel Ferreira Maia	Arruda
226 Vicente Rachel Maia e outros	Bom Principio
227 Braziliano Francisco da Silva	Genipapeiro
228 Sergio Heimenegildo Maia de Vasconcellos	Cametá

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
229 Diomedes Lobo dos Santos Maia	Aivoredo
230 Rozendo Pereira de Araujo	Mapiunga
231 Quirino José de Paula e outro	Genipapeiro
232 Nicolau Alves Correia	Bãa Agua
233 Miguel Ferreira de Araujo	Genipapeiro
234 José Joaquim de Araujo	Brejinho
235 Manoel Genuino do Nascimento	Mapiunga
236 Petronilha Maria da Silva	Montevideo
237 Manoel Alexandre da Silva	Lagôa de Pedras
238 Bento Forte de Souza	São José
239 Antonio Marcellino da Silva	» »
240 Canuto Lyra Cavalcanti	» »
241 Joaquim Evangelista de Souza	São Gonçalo
242 Manoel Gervasio de Azevedo	» »
243 Ernestina Maria de Araujo e outros	São José
244 Manoel Pedro da Silva	» »
245 Francisco Reynakio de Araujo	» »
246 Sebastião de Araujo e outros	» »
247 Alexandre Evangelista	São Gonçalo
248 Julio de Alencar Peixoto	Vacca Morta
249 Abdoral Rolla e outro	» »
250 Felipe Ferreira de Araujo e outro	Baio Branco
251 Manoel Izidio de Mello	Rancho do Povo
252 José da Silva Pinto	São Gonçalo
253 João Bemvindo Borges	Catolé de Baixo
254 Francisco Forte	São Gonçalo
255 José Romão de Sá	Catolé de Baixo
256 Damião Nunes de Mello	» » »
257 Francisco Canuto de Sá	» » »
258 José Pereira da Silva..	» » »
259 Cincinato Gonçalves Torres	» » »
260 Felicia Maria de Jesus	» » »
261 Sabino Dias de Oliveira	» » »
262 Joaquina Maria da Conceição e outros	» » »
263 José Ferreira Borges e outro	» » »
264 Ezequiel Nunes de Mello	» » »
265 Manoel Pereira da Silva	» » »
266 Agemino Gomes da Silva	Rancho do Povo
267 Sinezio Pereira Nunes	» » »
268 Ovidio Gomes Barreto	» » »
269 Trajano José da Costa	Mapiunga
270 Joaquim Reynaldo de Almeida e outros	São Gonçalo
271 Maria Joaquina da Conceição	» »
272 José Zuza	» »
273 Manoel Aprigio de Souza	Mapiunga
274 Edwiges Maria da Conceição	»
275 Irineu de Araujo Barreto	»
276 Theodolino Vicente Ferreira	»
277 José da Silva Pinto	São Gonçalo
278 José Ferreira de Souza	Santo Amaro
279 José Alexandre de Carvalho	Olho d'Agua do Borges
280 Antonio Simão de Araujo	Santo Amaro
281 Enéas Henrique de Sá	—
282 Antonio P da Silva	Vatzea
283 Marcos Raymundo dos Santos	Baixio
284 Delmrio B de Sá	Vatzea Nova
285 Sebastiana M da Conceição	Agua Bianca

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
286 Vicente M de Sá	Agua Branca
287 Januaria R. da Conceição	» »
288 Antonia Mãozinha da Silva	» »
289 Martinho Francisco da Silva	» »
290 Francisco F de Lima	» »
291 Joaquim Francisco da Silva	» »
292 Waldevino Lobo	São Bento
293 Cyrillo Marques da Silva	Serra Nova
294 Benicio Alves dos Santos	» »
295 Adolpho Maia	São Domingos
296 Castriciano Ferreira de Lima	Seria das Almas
297 Francisco Rodrigues	Collina
298 Manoel Benicio Maia	Recreio
299 Possidonio Ferreira Pinto	Dois Caminhos
300 Cicero Martins da Silva	Rancho do Povo
301 Francisca R da Conceição	Baixio
302 Herminio H Maria de Vasconcellos	Prado
303 Quiteria Anna da Conceição	Catolé do Rocha
304 João Ignacio de Araújo	Cachoeira
305 Francisco Xavier	»
306 Hervino Adorino	»
307 Vicente Pereira	»
308 Henrique Theodosio	»
309 Antonio Grande	»
310 Antonio Bernardo	»
311 Antonio Alexandre	»
312 Victor Ferreira Maia	Timbaúba
313 Minervino Antonio da Silva	Volta
314 Benicio Alves	Cachoeira
315 Waldevino Lobo	»
316 Joaquim Manoel	»
317 Joanna Pessoa e herdeiros	Volta
318 Sebastiana da Silva	Cachoeira
319 José Olympio	Marcellino
320 Manoel Maia	Conceição
321 Martins Alves da Silva	São Francisco
322 Manoel Alves Xavier	» »
323 Francisco Alves Cavalcanti	» »
324 Henrique Garcia	» »
325 José Alves Xavier	» »
326 Raymundo Pereira	» »
327 Maria Anna da Conceição	» »
328 Antonio Caetano da Silva	» »
329 Firmo Xavier	» »
330 Anna Maria	» »
331 Francisca Maria	» »
332 João Ferreira Cavalcanti	Olho d'Agua
333 Francisco Rodrigues Maia	Liberdade
334 Balbino Alves Xavier	Passagem Limpá
335 José de Barros	Cachoeira
336 Manoel Benicio Maia	Passagem Limpá
337 » » »	Recreio
338 Pedro José de Maria	Sítio Cabeças
339 Bacharel João Aggripino Maia	Santa Idalina
340 Manoel Massena	Exú
341 Joaquim Alves	»
342 Miguel Nascimento	Carasco

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS		NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
343	Estanislau José da Silva ..	Canasco
344	Francisco Maia Netto	Varzea do Tapuyo
345	Anacleto Suassuna	Merzellina
346	Alexandrino Alves de Oliveira	São Francisco
347	Osorio Maia	Varzea do Rogado
348	Bellarmino Alves Ferreira	Olho d'Agua
349	Sergio Maia ..	» »
350	Argemiro do Nascimento	Xavier
351	Euclydes Fernandes	Olho d'Agua
352	Francisco das Chagas Fonseca	» »
353	» » » »	Canasco
354	» » » »	Conceição
355	Miguel Alves do Nascimento	São Francisco
356	Domingues Baptista	Olho d'Agua
357	Antonio Felix de Souza	» »
358	Alcindo Maia de Vasconcellos	Tres Marcos
359	Sebastiana Maria	Estiva
360	Francisco H. Maia de Vasconcellos	Cabeças
361	Manoel Viriato	Xavier
362	Sergio Francisco do Nascimento	»
363	Manoel Francisco do Nascimento	»
364	Candido Viriato	»
365	Manoel Raphael	»
366	Chateaubriand Barreto	Malhada d'Arcaia
367	Ananias Antonio de Lima	Matto Grosso
368	Joaquim Lino da Luz	Riacho
369	Joaquim Bernardo Silva	Matto Grosso
370	Joaquim Pereira da Silva	Riachão
371	José Roque Pereira	»
372	Antonio Seraphim de Lima	Matto Grosso
373	José Seraphim de Lima	Ameixa
374	Elyscu Q. de Araujo	Volta de Cima
375	Bento José de Maria	Riachão
376	Manoel D. de Andrade	Catinga dos Anhades
377	Francisco Pereira da Silva e outros	Riacho do C. Caetano
378	Bernardino P. de Souza	Barra
379	José S. da Silva e outros	Castanho
380	Antonio da Silva Saldanha	Cortume
381	Fausto A. de Souza e outros	Assobio
382	João S. dos Santos	Páo d'Arco
383	Francisco P. da Silva	Riacho do C. Caetano
384	Bernardino S. da Silva e outros	Lages
385	José V. Filho e outros	Poço Verde
386	Francisco José Vieira	» »
387	Joaquina M. de Almeida e outros	Genipapeiro
388	Antonio da Silva Saldanha	Rancharia
389	» » » »	Barra
390	» » » »	Cosmorama
391	Joaquim C. de Almeida e outros	Genipapeiro
392	Enéas C. de Almeida	»
393	Henrique Caetano de Souza	Assobio
394	Antonio Seraphim de Andrade	Caratúnas
395	Vicente Carneiro de Almeida	Cunhaes Velhos
396	José Pereira de Souza	» »
397	Francisco Pereira Borconte	» »
398	João Vallim Soares Barbosa	» »
399	Laurentino Seraphim Maciel	Assobio

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
400 Sebastião Gadeia de Lima	Assobio
401 Antonio Soares da Silva	»
402 Manoel Vieira de Andrade	Cajazeiras
403 Joaquim L. de França	Currallinho
404 Joaquim Carneiro de Almeida Sobrinho	Curraes Velhos
405 Manoel Ferreira de Souza	Gravatal
406 Antonio Clementino dos Santos	Currallinho
407 Waldevino Pereira de Souza	»
408 Manoel de Barros Gadeia	Serinha
409 Francisco de Barros	Cajazeiras
410 Pedro Ferreira da Silva	»
411 Etelvino José de Campos	»
412 Candido de Farias Monteiro	Exú
413 Anna Joaquina da Conceição	Matto Grosso
414 José João de Lima	» »
415 Antonio Francisco de Lima	» »
416 Juvencio Pereira de Almeida	Riachão
417 Manoel Laurentino de Souza	Volta
418 Maria Umbellina da Conceição	Riachão
419 Maria Joaquina da Conceição	»
420 José Francisco de Lima	»
421 Francisco Venancio da Silva	Matto Grosso
422 Antonio João de Lima	» »
423 Antonio José dos Santos	» »
424 José Pereira da Silva	» »
425 Herculano Pereira da Silva	» »
426 José Monteiro Diniz	Exú
427 Cecilia Francisca Cavalcanti	Matto Grosso
428 João Antonio de Figueiredo	Jerichó
429 Euphrasina B. Amor Divino	Varzea
430 Antonio Franklin de Mello	Dois Corregos
431 Di. Iineu de Oliveira	Fortuna
432 Francisca Anna de Lima	Pocos
433 Idalino Alves Filho.	Gangoira
434 Joaquim J. de Sant'Anna e outros	Varzinha
435 Aggripino José Martins	Poço Bonito
436 Joaquim Xavier da Cunha e outros	Umburana
437 Arlindo P. de Albuquerque e outros	Vertentes
438 José Paulino de Mello	Mandacarú
439 Silvino Joaquim da Silva.	Aroeira
440 Senhorinha R. do Amor Divino	»
441 Antheino Justiniano de Souza	»
442 Laurentino Joaquim da Silva	Logradouro
443 José Antonio de Lima	»
444 João Bernardo Pires e outros	»
445 Manoel Pereira da Silva	»
446 Juvencio José de Lima	»
447 Antonio V. de Lima e outros	»
448 Francisco Julio de Lima e outros	»
449 José Caetano da Silva	»
450 Antonio Candido da Silva e outros	»
451 Joaquim F. dos Santos	Sacco
452 José Reynaldo da Silva	»
453 Severo Peres d'Oliveira	Logradouro
454 Manoel J. da Silva	»
455 Manoel Antonio de Lima	»
456 Francisco José de Maria	»

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
457 Joaquim Jeronymo de Souza	Logradouro
458 Francisco Targino Pereira	»
459 Flausina Maria do Espirito Santo	Sacco
460 Miguel A d'Oliveira	»
461 Manoel de Souza Pedrosa	»
462 Antonio Chaves Baptista	Pedra Branca
463 Anna Maria da Conceição	»
464 Januario Baptista de Vascojcellos	»
465 Felicidade Maria da Conceição	»
466 Bernardo Alves de Oliveira	Barrinho
467 João Ferreira Baptista	»
468 Ignacio José de Lima	Taboleiro Comprido
469 Francisco Antonio de Oliveira	Cachoeira Velha
470 Maria Quitéria da Conceição	»
471 José Maria de Souza	Vertentes
472 Manoel Alpiniano da Costa	Açudinho
473 Jesuino Alexandre da Silva	»
474 Manoel Ferreira de Oliveira	Macambira
475 Antonio João do Nascimento	São Bento
476 Manoel Ribeiro Campos	»
477 Julião Firmino da Silva	Riacho da Soledade
478 Francisco Ferreira Baptista	São Bento
479 João Francisco do Nascimento	»
480 José Fragoso Bonifacio de Freitas	Formoso
481 Manoel Felix de Souza	Cacimba das Bestas
482 Agostinho Alves de Lima	Duvidoso
183 Francisco Mathias de Souza	Lagôa de Lages
484 Manoel Mathias de Souza	»
485 Maria Regina de Jesus	Cacimba das Bestas
486 José Mathias de Souza	Bom Successo
487 Antonio de Andrade Pinaigo	»
488 Damião Alves de Oliveira	»
489 Francisco Vieira Torres	Riacho Secco
490 Felisbella Maria de Andrade	»
491 Francisca Maria de Oliveira	Dois Congos
492 Rozendo Alves de Lima	Boqueirão
493 Delmrio José Diniz	»
494 Francisco Pacheco de Oliveira	»
495 Maria Antonia da Conceição	»
496 Francisca Febronia das Flores	Capim
497 Antonio Mathias de Souza	Boqueirão
498 Maria Isabel de Lima	»
499 Francisco Alexandre Diniz	Varzea da Roça
500 José Henrique Bezerra	»
501 Caetano Soares da Silva	Pão Feito de Baixo
502 José Bazilio de Freitas	Pão Feito
503 Martiniano Geraldo da Silva	—
504 Rozendo Alves de Freitas	Pedras Pretas
505 Manoel Galdino de Oliveira	»
506 Joaquim Guedes Bezerra	Lambedor
507 Joaquim Antonio de Oliveira	Cabelludo
508 Manoel de Souza Mello	Açude Novo
509 Manoel Luiz Ferreira	Monte Flôa
510 Antonio José da Silva	»
511 José Rodrigues do Nascimento	»
512 Izabel Maria de Souza	»
513 Alvino Alves de Oliveira	»

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS		NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
514	Delmiro Alves de Oliveira	Carneiro
515	José Delfino da Silva	»
516	João Alves Pereira	»
517	Francisca Romana Ferreira	»
518	Antonio do O' Sobrinho	»
519	Joaquim Luiz Ferreira	»
520	João Alves Mariz	»
521	Francisco Felix de Souza	»
522	Manoel Alves Mariz	»
523	Aladino Ferreira de Andrade	»
524	José Alves de Oliveira	»
525	José Pacheco de Oliveira	»
526	Daniel Lyra Barra	»
527	Francisco Antonio de Oliveira	»
528	Thezeza Maria de Jesus	»
529	João Victoriano de Oliveira	»
530	José Olyntho da Silva	»
531	Manoel Pereira do Nascimento	São Bento
532	Francisco Adelino A. de Oliveira	Varzea do Barto e Sacco
533	Delmiro Alves de Oliveira	Paciencia
534	Lautindo Leão de Lima	Barrinho
535	Joaquim Lauriano de Lima	»
536	Milenio Henriques Cardim	Cannas
537	Antonio Idalino de Oliveira	»
538	Manoel Alves de Souza	Volta
539	Hermano de Oliveira Lima	»
540	João Olyntho da Silva	»
541	Deocleciano Leandio da Silva	»
542	Olyntho José de Lima	»
543	Minervino Ferreira de Andrade	»
544	Maria Francisca da Conceição	Carneiro
545	Delmiro José da Silva	»
546	Antonio Targino de Lima	»
547	Juvencio Alves Mariz	Monte Flôr
548	Nathaniel Leoncio Ferreira Maia	Riacho Secco
549	Manoel Lanzinha do Nascimento	Tanquinho
550	Francisco Mascarenhas Filho	Riacho do Sitio
551	Gervasio Pereira da Silva	Santo Antonio
552	Mathyl de Martyr da Soledade	Escondidas
553	Joaquim Pires de Lucena	Caçara
554	José Bellarmino da Silva	Oiticica
555	Bellarmino José da Silva	»
556	José Paes de Lima	»
557	João Jorge Ferreira da Cruz	Catolézinho
558	Antonina Sarmiento	Humaytá
559	Antonia Maria da Conceição	Oiticica
560	José Saturnino de Lima	Lamarão
561	Joaquim Paes de Lima	»
562	José Nobre Viriato	»
563	Manoel Cardoso de Araújo	Caçara
564	Joaquim Ferreira de Lima	Canudos
565	Umbellina Rosa da Conceição	»
566	José Ferreira Lima	»
567	Pedro F. de Mello	Varzea
568	João Fernandes Santiago	Canudos
569	Francisco Ferreira Lima	»
570	Antonio José do Nascimento	»

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)
571 José Ribeiro Chaves	Baixas
572 Antonio Leonel da Silva	»
573 José Ribeiro da Silva	»
574 Manoel José de Lima	»
575 José Olympio de Lima	»
576 Francisco Pequeno Filho	Serrinha
577 José Ferreira Junior	Baixas
578 José Pereira do Nascimento	»
579 Tiburtino Pereira da Silva	»
580 Melchiades Affonso de Castro	»
581 Federalina L Freitas	Pão Fero
582 Theotônio C Veras	Nogueira
583 João Baptista Filho	»
584 José Galdino Oliveira	»
585 Joaquim José da Silva	Lagôinha
586 Antonio Henrique	Bom Successo
587 Laurinda A Oliveira	» »
588 José Alves de Oliveira	» »
589 José Alves de Lima	» »
590 Horacio M da Silveira	» »
591 Waldevino Bispo de Maria	Passagem da Cajazeira
592 Serafim T de Oliveira	Umburana
593 Cyrillo J de Freitas	Sítio Socego
594 Pedro Paulo Pereira	Nogueira
595 Agostinho Alves de Oliveira	Socego
596 Elias N da Silva	Pé da Serra
597 Antonio F. Pereira	Olho d'Aguinha
598 José F Oliveira	Nogueira
599 Chrispim Gonçalves de Almeida	Sítio Jerimataia
600 Felipe de Albuquerque Torres	Bom Successo
601 Benevenuto Gonçalves da Costa	Caçaria
602 José H de Lima	Bom Successo
603 Christino H de Lima	» »
604 Antonio Benevides de Oliveira	Bôa Vista
605 João Paes de Lima	Bom Successo
606 Abdon A de Lima	» »
607 Raymundo G de Almeida	» »
608 Ricardo de Oliveira Lima	Bôa Agua
609 Comado V Veras	Passagem da Cajazeira
610 José A de Andrade	Pão Fero
611 Francisco de S Oliveira	» »
612 Manoel Vieira do Nascimento	» »
613 José Bispo Vieira	» »
614 Cicero José das Neves	» »
615 José Ferreira de Miranda	Serra Azul
616 João Leandro da Costa	» »
617 Antonio Caetano da Silva	Fitombeira
618 Agostinho Alves de Almeida	Pacoty
619 Francisco Baptista Azevedo	Vaizea Grande
620 Manoel Ribeiro da Nobrega	Timbúba
621 Manoel Vieira Canuto	Pacoty
622 Horacio de Oliveira	Socego
623 Manoel Vieira de Freitas	»
624 Joaquim Benjamin Filho	Olho d'Agua
625 Antonio Benjamin Diniz	» »
626 Camilla Maria de Jesus	» »
627 Joaquim Antonio de Figueiredo	Malhadinha

Catolé do Rocha

PROPRIETARIOS	NOME DO ESTABELECIMENTO (ou da localidade)	
628	Senhorinha Maria da Conceição	Malhadinha
629	Candida Maria de Figueiredo	»
630	Francisco Lopes de Souza	»
631	José Pereira Franco	»
632	Manoel Jacintho de Figueiredo	»
633	Manoel Pereira de Souza	»
634	José Pires de Oliveira	»
635	João Floriano da Penha	»
636	Joaquim Pires de Oliveira	»
637	João Bellarmino de Oliveira	Aroeira
638	Agostinho Pereira da Paixão	Sacco
639	Aderaldo José de Almeida	Lages
640	Joaquim Zeferino	»
641	José Antonio Oliveira	»
642	José Innocencio Almeida Filho	Macahuba
643	Joaquim Antunes de Almeida	»
644	Bemvinda Maria de Almeida	»
645	Ignacio Vieira da Silva	Bom Conselho
646	Antonio Pereira Lins	Tamara
647	José Leandro da Costa	Cachoeirinha
648	Raymundo Pinheiro Dantas	»
649	Joviniana de Freitas	»
650	Odilon Paixão	»
651	José Pereira da Paixão	»
652	Cypriano Zeferino de Andrade	Soledade
653	Maxima de Oliveira	Dois Caminhos
654	José Barbosa de Lima	» »
655	Joaquim Ferreira de Andrade	Pé da Seira
656	Ernestino Pires de Oliveira	Riacho Fechado
657	Antonio Franklin	» »
658	Franklin de Oliveira	» »
659	Pedro Pereira da Silva	Varzea
660	Vicente Ferreira Callado	»
661	Francelino Ferreira Callado	»
662	José Maria Oliveira	»
663	José Bernardino de Freitas	Jeichó
664	Waldemiro P da Silva	Veitentes
665	Joaquim P Silva	Varzea dos Cavallos
666	Luiz Alves da Silva	Umburana
667	José P da Silva	Baixio
668	Cornelio Costa Lima	Deus Querendo
669	João José de Freitas	Varzea
670	Francisco J Mello	Joá
671	Elias Pereira da Silva	Jeichó
672	Manoel Mello	»
673	José H Mello	Varzea
674	João Manoel Silva	Jeichó
675	Antonio Campos	Matto Grosso

Conceição

1	Sabino de Souza Lacerda	Nafica
2	Joaquim Paulino de Souza	»
3	Eleuterio Eduardo	Alto Bonito
4	Manoel Xavier da Silva	Engenho
5	José Xavier Sobrinho	Sítio Sobrado
6	Antonio Ferreira da Silva	Fazenda Batedor